
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
(PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA)**

**O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE:
DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE GESTORES E
PARTICIPANTES IDOSOS**

NARA HELOISA RODRIGUES

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências da Motricidade.

**Rio Claro – SP
2019**

NARA HELOISA RODRIGUES

**O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE:
DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE GESTORES E
PARTICIPANTES IDOSOS**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências da Motricidade.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Paula Evaristo
Guizarde Teodoro

Rio Claro – SP
2019

R696p Rodrigues, Nara Heloisa
O Programa Vida Saudável do Ministério do Esporte : dificuldades e perspectivas na
visão de gestores e participantes idosos / Nara Heloisa Rodrigues. -- Rio Claro, 2019
259 p. : il., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências,
Rio Claro

Orientadora: Gisele Maria Schwartz
Coorientadora: Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro

1. Programa Vida Saudável. 2. Idoso. 3. Política Pública. 4. Esporte. 5. Lazer. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE COORDENADORES E PARTICIPANTES

AUTORA: NARA HELOISA RODRIGUES

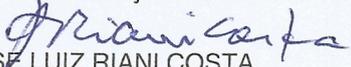
ORIENTADORA: GISELE MARIA SCHWARTZ

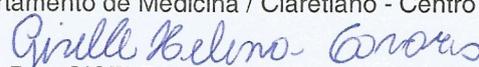
COORDINADORA: ANA PAULA EVARISTO GUIZARDE TEODORO

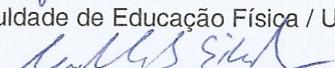
Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE, especialidade: Pedagogia da Motricidade Humana pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. GISELE MARIA SCHWARTZ
Departamento de Educação Física / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro / SP

Profa. Dra. PRISCILA CARNEIRO VALIM ROGATTO
Departamento de Educação Física / Universidade Federal de Lavras


Prof. Dr. JOSE LUIZ RIANI COSTA
Departamento de Medicina / Claretiano - Centro Universitário de Rio Claro / SP


Profa. Dra. GISELE HELLENA TAVARES
Faculdade de Educação Física / Universidade Federal de Uberlândia, Campus Educação Física


Profa. Dra. CINTHIA LOPES DA SILVA
Faculdade de Ciências da Saúde / Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP

Rio Claro, 08 de novembro de 2019

Título alterado para: "O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE GESTORES E PARTICIPANTES IDOSOS"

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois, sem Ele, seguramente não estaria encerrando mais um ciclo de minha vida. Por muitas vezes, acreditei que não seria possível, e ainda assim, consegui chegar até aqui.

Agradeço à minha família, meu pai, minha mãe, meus irmãos, que por tantas vezes, viram, ouviram e sentiram os desafios enfrentados durante todo o processo, buscando sempre me aconselhar e ajudar no que fosse preciso, mesmo que de longe! Minha gratidão particular a cada um. Mesmo com a distância, estivemos sempre juntos! Ao Elton, companheiro que esteve ao meu lado durante todo esse processo, dia após dia e que nunca deixou de acreditar em mim. Agradeço por seu amor, sua amizade, por me incentivar sempre, por não medir seus esforços e não deixar que eu desistisse.

À família Focolares da comunidade de Rio Claro, que me acompanhou desde quando cheguei na cidade. Meu agradecimento por todas as experiências compartilhadas e vividas juntos! Vocês fizeram este caminho ser mais leve!

Aos meus amigos: aos distantes, sei que embora tenhamos nos visto pouco, estiveram sempre na torcida por mim e quando nos víamos, me fizeram sentir que eu poderia sempre contar com vocês. Minha gratidão! Aos amigos que fiz em Rio Claro, todos vocês que Deus colocou em minha vida, em momentos diferentes, muito obrigada pelos relacionamentos construídos! Estas amizades me fortaleceram como pessoa e contribuíram muito neste percurso. Vocês estarão sempre comigo!

Ao LEL e a todos os membros que me acolheram desde 2013 e me proporcionaram aquisição de conhecimentos, informações e experiências inimagináveis! Todas as vivências no laboratório, os momentos difíceis, engraçados, divertidos, de aprendizagem e principalmente, os momentos do café....muito café....contribuíram para o meu crescimento profissional, me fortaleceram como pessoa e fizeram com que eu chegasse até aqui. A todos os membros que passaram enquanto estive por aqui, minha gratidão! Aos membros da “Resistência”: obrigada por me fazerem entender que poderia contar com vocês sempre e por todas as experiências que vivemos juntos! Levo todos vocês em meu coração.

À professora Gisele Maria Schwartz, minha orientadora, minha gratidão por ter me acolhido desde o mestrado, por me proporcionar grandes oportunidades de crescimento, formação, por sua paciência e por contribuir para a conclusão de mais esta etapa de minha vida. Obrigada por sua preocupação comigo e por sempre me incentivar a crescer

profissionalmente. Minha gratidão! À Ana Paula Guizarde Teodoro, minha coorientadora, obrigada por sua disposição e dedicação nesta pesquisa, por todas as suas contribuições, me fazendo descobrir novas possibilidades para que o trabalho pudesse ser aprimorado. Aos membros da banca desta Tese, obrigada por aceitarem participar comigo deste momento, por todas as contribuições e atenção.

À CAPES, por permitir a realização desta Tese, com financiamento e respaldo técnico. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos funcionários da UNESP, que me acompanharam neste processo, agradeço pelo apoio técnico, pelo carinho e pela dedicação. A todos aqueles que de alguma forma me ajudaram neste trabalho, minha eterna gratidão!

RESUMO

Este estudo, de natureza qualitativa, tem por objetivos investigar as dificuldades e as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa Vida Saudável ofertado pelo extinto Ministério do Esporte (ME) na visão de dirigentes e idosos participantes. Para tanto, foram realizadas pesquisas dos tipos exploratória e descritiva, sendo adotados os delineamentos das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Identificou-se o Programa Vida Saudável (VS), como aquele que focaliza especificamente a pessoa idosa, sendo tomado para análise nesta Tese. Na Etapa 1, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, a qual permeou discussões sobre o VS, com base em 5 estudos elegíveis, sendo discutidos os aspectos metodológicos empregados e os conteúdos relacionados à perspectiva de promoção de saúde e Qualidade de Vida (QV), a formação, a implantação, a gestão e à avaliação do Programa VS. Na Etapa 2, foram elaborados dois instrumentos, os quais foram avaliados e validados por um comitê de juízes, consolidados como QuAP-VS – versão para Dirigentes (DG) - gestores, coordenadores e agentes e QuAP-VS – versão para Idosos, sendo estes instrumentos compostos por itens referentes à caracterização da amostra e questões abertas e fechadas do tipo *Likert*. Posteriormente, na Etapa 3, o QuAP-VS foi aplicado, por meio de entrevista estruturada, a uma amostra de 20 DG representantes de diferentes órgãos conveniados com o VS no país. Os dados encontrados nesta etapa foram discutidos de acordo com as categorias: funcionamento, dificuldades, perspectivas (impactos) e sugestões acerca do Programa, sendo observada uma visão mais negativa destes entrevistados quanto às categorias sobre as dificuldades de desenvolvimento do VS, principalmente no que tange às problemáticas de diálogo interno ao órgão local e, inclusive, entre o órgão local e o federal. Para a Etapa 4 o QuAP-VS foi empregado em entrevista estruturada com 21 idosos do VS de uma cidade da região sudeste do país. Os dados encontrados também foram discutidos nas mesmas categorias da Etapa 3, entretanto, na perspectiva dos usuários do VS, os quais apontaram predominantemente, uma visão positiva em relação ao Programa, demonstrando que os benefícios sociais desencadeados parecem superar as dificuldades de seu desenvolvimento, sendo imprescindível à vida destes idosos. Todas as categorias de discussão das etapas anteriores foram elaboradas *a posteriori*, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo. Os desdobramentos desta Tese, expressos na Etapa 5, permitiram a elaboração de dois instrumentos de avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para idosos, os quais poderão subsidiar a identificação da perspectiva dos diferentes atores da Política Pública quanto ao Programa, fortalecendo a área de Esporte e Lazer. Após o desenvolvimento deste estudo concluiu-se que (Etapa 6): O Programa VS é o único do extinto ME específico para o público idoso e parece contemplar suas premissas, devendo ser considerado pelas ações governamentais como uma proposta a ser mantida, haja vista os benefícios que podem proporcionar à vida de seus usuários, contribuindo para a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer.

Palavras-chave: Programa Vida Saudável; Idoso; Política Pública; Esporte; Lazer.

ABSTRACT

The present qualitative study aims to investigate the difficulties and perspectives related to the development of the Vida Saudável (VS) Program offered by the former Ministry of Sport (MS) in accordance with the leaders and the participant elderly. Thus, an exploratory and a descriptive research was conducted using bibliographic, documentary and field research designs. The VS Program focuses specifically on the elderly. In the First Step, a systematic review was developed, which permeated a discussion about the VS Program, based on 5 eligible studies. The discussion regarded these studies' methodological aspects and contents in perspective of health promotion, quality of life, development, training, implementation, management and evaluation of the VS Program. In the Second Step, the QuAP-VS - Version for Leaders (managers, coordinators and agents) and QuAP-VS - Version for Elderlies. These questionnaires were developed and validated for the current Thesis. The questionnaires are composed of the characterization of the sample and open and closed-ended questions. Subsequently, in the Third Step, the QuAP-VS was applied to a sample of 20 representative leaders from different VS Program partner organs in Brazil. The collected data were discussed according to the categories: functioning, difficulties, perspectives (impacts) and suggestions with respect to the VS Program. It was observed a negative inclination of these interviewees as to the difficulties and problematic internal dialogue with the local organ, and between the local and federal organs. The Fourth Step involved a structured interview, with the application of the QuAP-VS in 21 VS elderly from a city in the southeast region of the country. The collected data were also discussed according to the previous categories (Step 3), however, from the perspective of VS participants, who predominantly, pointed to a positive view of the VS Program, demonstrating that the social benefits triggered seem to outweigh the difficulties of its development, which are indispensable to the lives of the elderly. The categories were elaborated a posteriori through the Content Analysis Technique. The unfolding of this Thesis, expressed in the Fifth Step allowed the development of two questionnaires for the assessment of Public Policies for Sport and Leisure for the elderly, which may subsidize the identification of the perspective from the different Public Policy actors regarding the Program, and in return strengthen the areas of sports and leisure. After the development of this study, it was concluded that (Sixth Step): The VS is the only program exclusively for the elderly, which seems to contemplate its premises, and therefore should be considered by government actions as a proposal to be maintained, considering the benefits that may provide to the lives of its users, and finally contributing to the democratization of access to recreational sports and leisure.

Keywords: Programa Vida Saudável; Elderly; Public Policy; Sport; Leisure.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCD	Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem
AF	Atividade Física
BA	Bolsa Atleta
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAAO	Coordenação de Análise de Alcance do Objeto
CAEE	Coordenação de Acompanhamento e Execução de Esporte e Educação
CAEL	Coordenação de Acompanhamento e Execução de Esporte e Lazer
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCDB	Coordenação de Custos e Destinação de Bens
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CG	Coordenador Geral
CGAE	Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução
CGAO	Coordenação-Geral de Análise de Alcance ao Objeto
CGCDB	Coordenação-Geral de Custos e Destinação de Bens
CGEDT	Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos do Torcedor
CGFIS	Coordenação-Geral de Fiscalização e Controle
CGFUT	Coordenação-Geral de Futebol
CGIE	Coordenação-Geral de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte
CGPBA	Coordenação-Geral de Bolsa Atleta
CGTCE	Coordenação-Geral de Rede Nacional de Treinamento e Cidade Esportiva
CN	Coordenador de Núcleo
CODAF	Coordenação de Desenvolvimento de Ações de Futebol
COGIE	Coordenação de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte
COPBA	Coordenação de Bolsa Atleta
COREM	Coordenação-Geral de Relacionamento com Entidades Mandatárias –
CP	Coordenador Pedagógico
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DAEE	Divisão de Acompanhamento e Execução de Esporte e Educação
DAEL	Divisão de Acompanhamento e Execução de Esporte e Lazer
DAFIS	Divisão de Acompanhamento e Fiscalização
DAO	Divisão de Análise de Alcance do Objeto de Esporte e Educação
DAOEL	Divisão de Análise de Alcance do Objeto de Esporte e Lazer
DCDB	Divisão de Custos e Destinação de Bens
DCGIE	Divisão de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte
DCTEC	Departamento de Ciência e Tecnologia
DEBAR	Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento
DEFUT	Departamento de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
DG	Dirigentes (gestores, coordenadores e agentes sociais de lazer e esporte recreativo)
DIE	Departamento de Infraestrutura de Esporte
DIFE	Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte
DIPBA	Divisão de Bolsa Atleta

EaD	Educação a Distância
EF	Educação Física
ESF	Estratégia Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
ME	Ministério do Esporte
MS	Ministério da Saúde
NASF-AB	Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Nações Unidas no Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAS	Programa Academia da Saúde
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PELC PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PELC	Programa Esporte e Lazer na Cidade
PG	Políticas Governamentais
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Políticas Públicas
PPEL	Políticas Públicas de Esporte e Lazer
PST	Programa Segundo Tempo
PT	Partido dos Trabalhadores
QBPAF	Questionário de Barreiras à Prática de Atividades Físicas
QuAPELI-D	Questionário de Avaliação de Programas de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Idosos – versão para Dirigentes (gestores, coordenadores, agentes sociais de lazer e esporte recreativo ou responsáveis pelo programa)
QuAPELI-I	Questionário de Avaliação de Programas de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Idosos – versão para Idosos
QuAP-VS	Questionário de Avaliação do Programa Vida Saudável
QV	Qualidade de Vida
RBCE	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
Rede CEDES	Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
RNT	Rede Nacional de Treinamento
SEE	Secretaria Especial do Esporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses
SISBRACE	Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios –
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
SNE	Sistema Nacional de Esporte
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEED	Secretaria Nacional de Esporte Educacional

SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Lazer, Educação e Inclusão Social
SNFDT	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
SNFUT	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UN	United Nations
UNESP	Universidade Estadual Paulista
VS	Programa Vida Saudável

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA TESE	12
2 INTRODUÇÃO.....	13
3 JUSTIFICATIVA	16
4 REVISÃO DE LITERATURA DA TESE	20
4.1 As Políticas Públicas	20
4.2 As Políticas Públicas e o Idoso.....	32
4.3 O extinto Ministério do Esporte e os Programas e Ações ofertados	40
4.4 O Programa Vida Saudável e o Idoso.....	54
4.4.1 Artigo 1.....	63
5 OBJETIVOS DA TESE	98
5.1 Objetivo Geral	98
5.2 Objetivos Específicos	98
6 MÉTODO DA TESE.....	99
6.1 Princípios éticos.....	99
6.2 Natureza da Pesquisa	99
6.3 Tipos de Pesquisa	99
6.4 Delineamentos da Pesquisa	99
6.5 Coleta de dados.....	100
6.6 Instrumentos	101
6.7 Amostra	102
6.8 Procedimentos	102
6.9 Análise dos Dados	107
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	109
7.1 Artigo 2.....	112
7.2 Artigo 3.....	161
7.3 Desdobramentos da Tese	203
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE.....	205
8.1 Limitações do estudo	208
8.2 Sugestões para novos estudos.....	208
REFERÊNCIAS DA TESE.....	209
APÊNDICE A	228
APÊNDICE B.....	230
APÊNDICE C.....	233
APÊNDICE D	235
APÊNDICE E.....	237

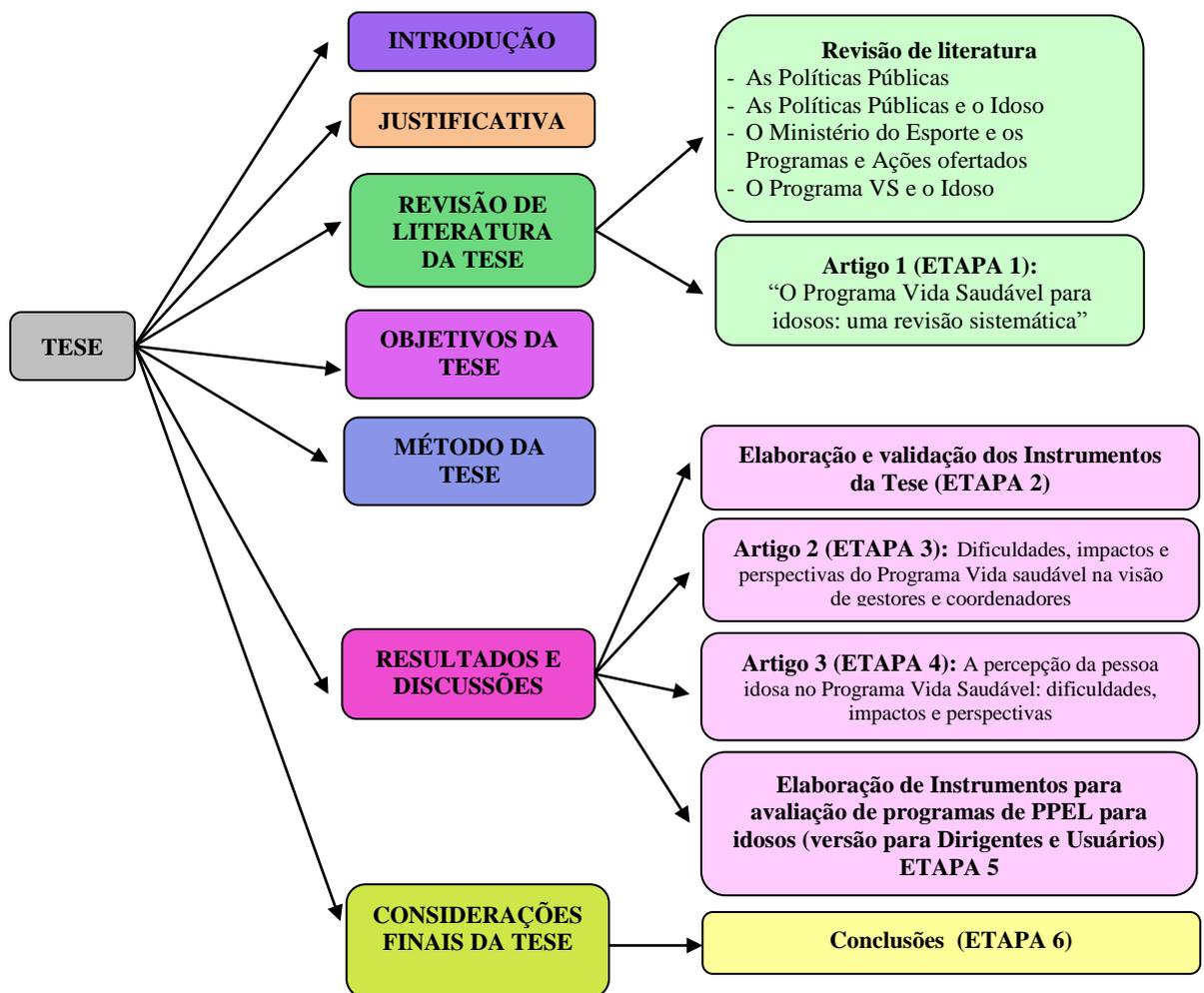
APÊNDICE F	239
APÊNDICE G	242
APÊNDICES H	245
APÊNDICES I.....	252
ANEXO A	253
ANEXO B	256

1 APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA TESE

Esta Tese é referente a um estudo envolvendo as Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL) direcionadas à pessoa idosa, ofertadas pelo extinto Ministério do Esporte, sendo focalizado o Programa Vida Saudável (VS), o qual é específico ao público em questão. Este programa foi analisado por meio de seus principais documentos disponibilizados no *site* deste Ministério (Orientações Estruturantes e Diretrizes) e pelo contato direto com os Dirigentes (gestores, coordenadores e agentes) e idosos participantes.

A estratégia de organização para o desenvolvimento desta Tese incluiu os itens: introdução, justificativa, revisão de literatura, apresentação dos objetivos, o método, os resultados e as conclusões, bem como, a construção de três artigos científicos. A Figura 1, apresentada a seguir, ilustra esta organização e a sequência em que estes itens são apresentados na Tese:

Figura 1 – Ilustração da organização da Tese.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

2 INTRODUÇÃO

Diversos estudos têm demonstrado que a prática de Atividade Física (AF) pode proporcionar benefícios relacionados aos aspectos físicos e fisiológicos (ALVES *et al.*, 2014; NASCIMENTO *et al.*, 2013; PANNATO *et al.*, 2019), psicológicos (AZEVEDO FILHO *et al.*, 2019; CAVALLI *et al.*, 2014; FERREIRA *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2019) e sociais (BOMFIM, *et al.*, 2014; CASTRO; LIMA; DUARTE, 2016; COSTA; NERI, 2019; FLORINDO *et al.*, 2011; OLIVEIRA; SILVA; OLIVEIRA, 2015), atingindo, deste modo, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Para o indivíduo idoso, foco deste estudo, o qual tem inerente alguns possíveis declínios envolvidos no processo de envelhecimento e pode possuir condições física e fisiológica muitas vezes prejudicada, a AF pode se tornar fundamental na prevenção de doenças e no combate ao envelhecimento precoce (CAMARANO; PASINATO, 2004; VIANA, ANTONIASSI JÚNIOR, 2017).

Quando se trata de idosos, nota-se que a população brasileira desta faixa etária tem crescido nos últimos anos e a tendência é que cresça cada vez mais, segundo os dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. De acordo com este Instituto, a população de idosos (60 anos ou mais) representava 9,8% em 2005, atingindo quase 11% em 2010 (IBGE, 2010), 14,3% em 2015 (IBGE, 2016) e aumentado 18% entre os anos de 2012 a 2017 (IBGE, 2018). Estes dados vão ao encontro das perspectivas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), indicando que o Brasil ocupará a sexta posição no *ranking* mundial, com relação ao número populacional de idosos até o ano de 2025.

Em decorrência dessa transição demográfica, observou-se considerável aumento da atenção dada à população idosa, inclusive em âmbito acadêmico, com pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Este empenho em direção aos idosos pode ser observado de diferentes formas e fontes, incluindo a divulgação, na mídia e nas redes sociais, a respeito de temáticas envolvendo idoso, saúde, AF e sua representação social (RODRIGUES, 2015), em pesquisas cujos idosos participavam de grupos de intervenção (CARVALHO *et al.*, 2017; MELO *et al.*, 2014), em iniciativas privadas e em grupos criados e desenvolvidos por meio de Organizações Não Governamentais (ONG), organizações religiosas informais e programas específicos com atividades diversificadas, como bailes, aulas de diversas modalidades esportivas, atividades manuais, culturais, sociais (BATISTA *et al.*, 2019; DORETTO, 2017; MOSSINI; BOING, 2016; RODRIGUES *et al.*, 2016), dentre outras.

Estas iniciativas partem, não apenas de instituições cujos objetivos eram específicos, como aqueles desenvolvidos nas atividades de extensão dentro de Universidades, direcionadas

ao público em questão (RODRIGUES *et al.*, 2016). Estas ações começaram a ser observadas no âmbito das Políticas Públicas (PP) e inclusive, no subcampo Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL), evidenciadas, por exemplo, pelo aumento de financiamento a projetos na área, aprovados em editais propostos pelo antigo Ministério do Esporte (ME) (SCHWARTZ *et al.*, 2015), atualmente substituído pela Secretaria Especial do Esporte (SEE). Este subcampo começa a receber atenção, haja vista que a prática esportiva e as atividades do âmbito do lazer, são caminhos para proporcionar à população a prática de AF. Entre essas ações, há, inclusive, a possibilidade de participação de todos os cidadãos brasileiros em programas de AF gratuitos, incluindo, portanto, a pessoa idosa.

Por meio do financiamento de projetos pelo governo federal, tanto de pesquisa, quanto de programas e ações, muitas pessoas de diferentes faixas etárias têm se beneficiado nesta perspectiva do esporte e do lazer, tais como o Programa Segundo Tempo (PST), o Bolsa Atleta (BA) e o Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC). Estes projetos têm sido evidenciados em algumas pesquisas, as quais se debruçaram em avaliá-los e buscaram propor sistematizações quanto à organização, apontando dificuldades, avanços e benefícios gerados por meio de seu desenvolvimento (MENDES; CUNHA JÚNIOR, 2009; KRAVCHYCHYN *et al.*, 2019; OLIVEIRA, 2013; SANTOS, COSTA; SILVA, 2012; STAREPRAVO *et al.*, 2018; STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2013), haja vista que uma das formas de se verificar a efetividade de um programa ou ação ocorre por meio de sua avaliação e/ou análise (SECCHI, 2013). A avaliação contempla o exame dos processos de implantação e dos resultados gerados em uma PP, no intuito de se conhecer o nível do alcance da resolução de seus problemas originais (SECCHI, 2013). A análise de PP, refere-se ao processo que permite a geração e a sistematização de informações para a tomada de decisão das PP, subsidiando estratégias eficazes para a resolução dos problemas públicos (SECCHI, 2017).

Entretanto, apesar dos conhecimentos produzidos quanto à análise destes projetos e, ao se fazer uma incursão no *site* do extinto Ministério do Esporte (ME), ou mesmo, no *site* da atual SEE, para verificar o modo como era(é) feita a difusão de informações, ficam ainda alguns questionamentos a serem clareados, relacionados especificamente à população idosa, haja vista que a maioria dessas iniciativas leva em consideração outros grupos etários, ou então, as pesquisas encaram os programas e ações propostos pelo ME, de um modo mais geral e não específico para atender ao idoso. Assim, podem-se perceber as seguintes problemáticas, que desencadearam o desenvolvimento deste estudo, a saber:

- O *site* do extinto ME, assim como ainda permanece no *site* da atual Secretaria, não apresenta claramente a divisão por faixa etária dos programas e ações ofertados e divulgados,

no principal veículo de informações deste órgão. Esta informação somente pode ser visualizada, se a pessoa idosa, foco de interesse deste estudo, buscar, em cada uma das iniciativas, a informação a respeito daquelas que atendem às suas necessidades, reiterando a falha da gestão da informação acerca da questão, neste importante espaço de difusão de informações.

As pesquisas que analisam estas iniciativas não deixam claro, ainda, a visão específica dos próprios coordenadores/gestores dos programas e ações ofertados pelo extinto ME para as pessoas idosas, sobre as dificuldades e barreiras enfrentadas para a inclusão dessas pessoas, bem como, sobre o impacto social desencadeado por estas iniciativas. Ademais, parece haver uma lacuna de estudos que focalizem a efetividade dos programas e ações a eles oferecidos, provenientes de ações governamentais e no subcampo Esporte e Lazer, sendo o protagonismo da pessoa idosa, um desafio a ser elucidado, no âmbito das PP.

Com base nestas problemáticas, podem ser elencadas as seguintes inquietações, que foram geradoras deste estudo, a saber: como as PPEL atendem diretamente a população idosa nos programas e ações oferecidos? O conteúdo difundido nos programas e ações ofertados são atrativo para estimular a adesão da pessoa idosa? Qual a visão dos dirigentes (coordenadores, agentes, gestores) sobre as dificuldades, perspectivas e o impacto social dos programas e ações implantados para a pessoa idosa? Estaria o idoso, satisfeito com a participação nos programas e ações oferecidos?

Ainda que se reconheça o direcionamento destes programas no atendimento à população em geral (SCHWARTZ *et al.*, 2015; STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2013), quando se trata do idoso, não se conhece a difusão do modo como o extinto ME, um dos órgãos mais importantes para oportunizar estímulos à prática regular de AF e impactar a Qualidade de Vida (QV) das pessoas, enfatizava a pessoa idosa em suas ações e programas, relacionados ao Esporte e Lazer, persistindo esta inquietação, inclusive, no que tange ao *site* da atual Secretaria. Sendo assim, torna-se necessário identificar os possíveis problemas, dificuldades e possibilidades envolvendo este público. Focalizar a atenção nesses aspectos poderá auxiliar a elucidar as ressonâncias dessa participação e os impactos sociais agregados.

3 JUSTIFICATIVA

Na sociedade brasileira, todas as pessoas têm o direito ao lazer e à possibilidade de usufruto do esporte, profissional ou não, segundo a Constituição vigente de 1988 (BRASIL, 1988). Para isso, algumas ações já vêm acontecendo, no sentido de facilitar a todos usufruírem as possibilidades existentes. No que tange à prática de atividades físicas, existem diversas iniciativas sendo desenvolvidas em diferentes locais, como nas universidades e no terceiro setor, além de existirem implantados programas específicos, privados e públicos, como alguns oferecidos até o ano de 2018 pelo extinto Ministério do Esporte (ME), para garantir, de fato, esse direito (BORGES; 2017; FERREIRA; MELO; BOLETINI; COUTO, 2018; OLIVEIRA; LIMA, 2017; RODRIGUES *et al.*, 2016; SILVA; BORGES; AMARAL, 2015) e atualmente pela Secretaria Especial do Esporte (SEE), tais como o Bolsa Atleta (BA), o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa Segundo Tempo (PST).

Ao se focalizar a atenção nas Políticas Públicas (PP) implantadas pelo extinto ME, sendo que muitas delas ainda permanecem na atual SEE, percebe-se que a principal meta era atingir toda a população brasileira, incentivando o esporte e o lazer, por meio de ações e programas disponibilizados para todos os públicos. Prevê-se, assim, que seja também contemplado o indivíduo idoso, foco deste estudo.

Além disto, as diferentes instituições, ao proporcionarem o oferecimento de programas e ações relacionadas ao esporte e lazer, acabam gerando transformações na vida das pessoas. Estas ocorrem, sobretudo, em relação ao âmbito social, visto que podem contribuir significativamente para a manutenção da saúde, para o combate aos processos degenerativos inerentes ao envelhecimento e agir diretamente na amplitude da socialização das pessoas (MATSUDO, 2009). Podem existir, inclusive, implicações que acabam por alterar o estilo de vida das mesmas, principalmente dos idosos, os quais, não raro, encontram-se isolados, por estarem debilitados, aposentados e/ou sedentários (MATSUDO, 2009; RODRIGUES *et al.*, 2017).

Obviamente, estas transformações são importantíssimas, uma vez que impactam positivamente e promovem melhorias em diferentes aspectos da vida. Segundo Correia (2008, p. 123), a participação nestas ações e programas, relacionados à Educação Física, Esporte e Lazer, podem proporcionar um “[...] legado social na comunidade envolvida [...]”, mesmo que o projeto já tenha encerrado, ou a pessoa deixe de participar.

Segundo Cortês-Neto *et al.* (2010) tais impactos podem proporcionar mudanças e consequências no que tange, não apenas ao contexto social, mas ambiental, econômico, dentre

outros. Deste modo, estes impactos previstos ou inusitados podem ser observados em médio e longo prazos (BONILLA, 2007), porém, ainda não são suficientemente claros e necessitam ser avaliados. Considerando a importância social na vida das pessoas e as lacunas ainda pouco exploradas acerca das diferentes possibilidades de impactos gerados pelos programas e ações existentes, a presente pesquisa tem como uma de suas justificativas o fato de pretender identificar tais transformações sociais desencadeadas especificamente na vida de pessoas idosas beneficiadas por programas e ações de PP, sob a ótica dos próprios participantes e dirigentes.

Algumas pesquisas têm apontado resultados sobre diferentes aspectos que impactam socialmente a vida de idosos. Oliveira, Silva e Oliveira (2015), por exemplo, discorreram sobre a manutenção da vida social de idosos praticantes de AF, enquanto Hawton *et al.* (2011) evidenciaram o peso e a forma como o isolamento social atinge diretamente a saúde e QV de idosos, o que reafirma a importância da participação e do contato, que podem ocorrer nos programas, grupos de apoio e ações governamentais com tais idosos.

Já Melo *et al.* (2014) realizaram um estudo com idosos diagnosticados com Depressão Maior, cujas características incluem a tristeza, o sentimento de culpa, a fadiga, dentre outros aspectos. Após intervenção com programas de AF (treinamento de força e exercícios aeróbios), estes autores reconhecem tais melhorias nos sintomas da doença, principalmente no fator social da QV e no aspecto físico.

Estes pesquisadores reconhecem as relações sociais adquiridas com a participação em programas de intervenção e ressaltam as melhorias na vida destes idosos depressivos, desencadeadas pela prática de AF, além das alterações fisiológicas, decorrentes desta prática regular (MELO *et al.*, 2014). Estes aspectos parecem interferir diretamente, inclusive, no momento de adesão à prática de AF, sendo o aspecto de maior determinação, haja vista que elas podem combater a solidão de idosos e contribuir para a ampliação da rede social destas pessoas (BOULTON; HORNE; TODD, 2018). Nesta direção, é possível perceber que, embora a socialização seja um fator impactante na vida das pessoas idosas, a própria prática de exercícios pode ser considerada como uma estratégia transformadora social, neste caso.

Muito embora seja reconhecida a existência de pesquisas que buscaram investigar as transformações e benefícios físicos, sociais e psicológicos na vida de pessoas idosas que praticam AF regularmente, a maioria destes estudos, concentra a atenção em idosos participantes de grupos específicos de intervenção apenas, como grupos de terceira idade, ou grupos de organizações privadas, como as academias, ou mesmo, de projetos de extensão das Universidades. Percebe-se, porém, uma lacuna quanto à avaliação de programas e ações para

esta população que podem ser usufruídos gratuitamente, por meio de financiamento governamental e por intermédio de PP, relacionados especificamente ou, ao menos, que considerem o indivíduo idoso em seu desenvolvimento, contribuindo para a significância do desenvolvimento desta pesquisa.

Há de se considerar, ainda, que muitos foram os estudos que buscaram analisar algumas das ações promulgadas pelo extinto ME (AMARAL; PEREIRA, 2009; OLIVEIRA, 2013; CANAN; MILANI; STAREPRAVO, 2018; RODRIGUES *et al.*, 2008; SANTOS; COSTA; SILVA, 2012; STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2013; TEIXEIRA, *et al.*, 2014), sendo as principais delas relacionadas com o PELC. Todavia, ainda são discretas as investigações que buscam a existência de programas específicos para pessoas idosas, relacionados a Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL).

Alguns estudos (BRENNER; RAMOS, 2017; GOELLNER, 2017; GRASSO; ISAYAMA, 2017; MELO; BOLETINI; COUTO, 2018; SOARES; GUADANINI, 2018; PINTOS; ISAYAMA, 2016; REZENDE *et al.*, 2018) buscaram trazer estas reflexões, particularmente ao público idoso, versando sobre o Programa Vida Saudável (VS), específico à população em questão. Todavia, embora alguns destes tratassem sobre a perspectiva da gestão, a maior parte foi publicada em formato de livros, ou então, tratava de casos particulares ou locais, com pouca exploração sob a perspectiva do próprio beneficiário, o idoso e de seus dirigentes. Deste modo, uma análise que contemple a efetividade de tais programas e ações, a satisfação e a identificação de possíveis impactos sociais desencadeados com a participação destes indivíduos, no olhar dos gestores e do próprio idoso, se justifica como interesse para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Em direção semelhante, foram realizadas intervenções e identificações de opiniões de gestores e coordenadores locais de alguns dos programas e ações proporcionadas pelo ME (MENDES; CUNHA JÚNIOR, 2009; VENTURIM; BORGES; SILVA, 2013, TONDIN; MOLINA NETO; WITTIZORECKI, 2014). Entretanto, nenhum deles buscou identificar a posição do indivíduo idoso e, concomitantemente, a visão de gestores, coordenadores e responsáveis pelos programas e ações deste Ministério, específicos para o atendimento do idoso, no intuito de verificar a existência ou não do reconhecimento da pessoa idosa como um importante elemento na sociedade brasileira, assim como os demais cidadãos, que deve poder usufruir seus direitos.

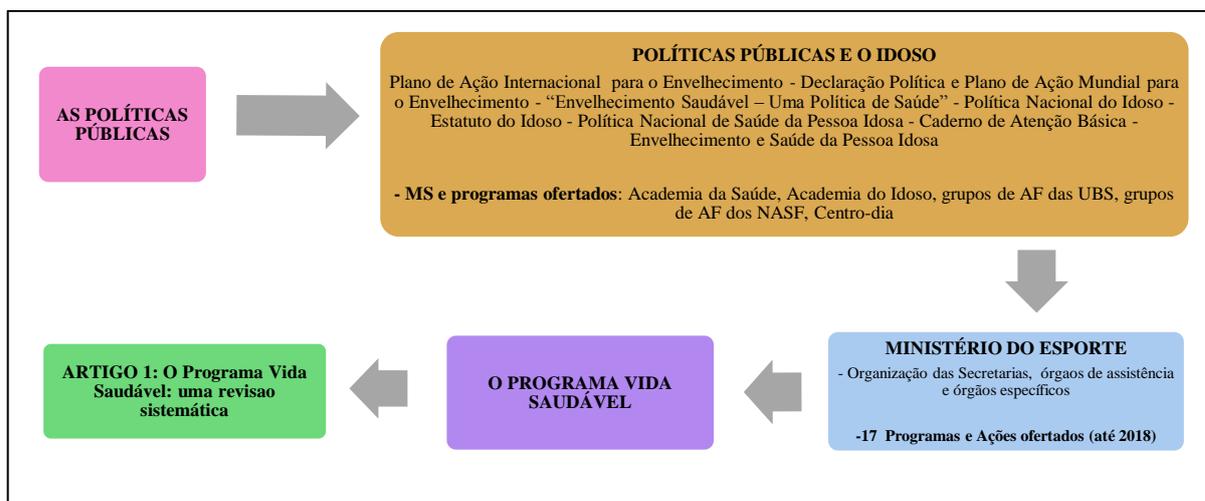
Vale ressaltar, ainda, como justificativa para a realização deste estudo, a importância da sistematização de informações acerca das PPEL específicas para os indivíduos idosos. Este reconhecimento se remete à necessidade de se impulsionar conhecimento produzido como

uma espiral, o qual pode desencadear novos processos de transformações (CARVALHO; TAVARES, 2001). A gestão dessas informações é fundamental para o desenvolvimento de PPEL, no sentido de se aprimorarem estes programas e ações (ZABOT; SILVA. 2002). Pesquisas semelhantes a estas podem contribuir diretamente na produção de conhecimento sobre a temática, enriquecendo a área (ROCHA, BASTOS, 2011), por incentivar a melhoria da gestão da informação e estimular a gestão do conhecimento.

4 REVISÃO DE LITERATURA DA TESE

Para o desenvolvimento desta Tese, foi construída uma sequência de discussão teórica, apresentada em tópicos, condensados em um fluxograma. Neste fluxograma está incluído o item inerente ao Artigo 1, de Revisão Sistemática, o qual, ainda que possa ser considerado um resultado inicial, é um tipo de Revisão de Literatura e, portanto, foi incluído nesta sequência. A Figura 2, a seguir, representa estas principais temáticas estudadas.

Figura 2 – Fluxograma dos pressupostos teóricos – Revisão de literatura.



LEGENDA:	
AF	Atividade Física
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
UBS	Unidade Básica de Saúde

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

4.1 As Políticas Públicas

A Ciência das Políticas Públicas, conhecida como *Policy Science*, provém do campo social aplicado às Políticas Públicas (PP), onde se encontram os problemas públicos, os instrumentos, as instituições e os atores políticos. Deste modo, pensar em PP, incluiu contextualizá-la como um campo do conhecimento o qual foi desmembrado de um contexto mais amplo, o das Ciências Políticas (SECCHI, 2017).

As primeiras ideias atreladas a esta área de conhecimento foram retratadas por Lasswell, no início dos anos 1950 (FREY, 2000; SECCHI, 2017; SOUZA, 2006). Sua origem como área de conhecimento parece ter permeado o âmbito acadêmico nos Estados Unidos, apoiada em abordagens referentes às ações governamentais. Embora no contexto acadêmico

esta área tenha tomado força, com estudiosos daquele país, as PP já vinham sendo discutidas no contexto europeu, com reflexões e análises acerca da função do Estado e de suas instituições. Somente algum tempo depois, na Europa, passa a ser discutida especificamente a temática sobre o Estado e o Governo, o qual é o principal responsável pela produção de PP (SOUZA, 2006).

Em uma revisão de literatura, Souza (2006) apontou que o surgimento das PP pode ser apoiado em quatro diferentes vertentes. Essas vertentes foram propostas pelos primeiros investigadores das PP: Laswel, Simon, Lindblom e Easton (SOUZA, 2006, p.23). Laswel foi o precursor, surgindo na década 1930, o qual introduziu a expressão *policy analysis*. Simon e Lindblom surgem na década de 1950, sendo que Simon introduziu às PP o conceito de *policy makers*. Lindblom questionou as propostas dos dois anteriores e apresentou à discussão outros aspectos, como: “[...] as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório [...]” (SOUZA, 2006, p. 24). Easton, na década de 1960, propõe a definição de PP na perspectiva de sistema, os quais são influenciados por *inputs*, interesses e pela mídia (SOUZA, 2006). Embora Souza apresente as ideias defendidas por estes precursores, ressalta que uma das definições mais aceitas é a de Lasswell (1950), quando retrata que as PP são ações que consideram, tanto os motivadores do desenvolvimento da política, como suas possíveis contribuições, com uma visão perspectiva das possibilidades de impactos e benefícios das pessoas que se apropriarão da mesma.

A *Policy Science* apresenta intersecções multidisciplinares, envolvendo a Ciência Política, a Sociologia, a Psicologia Social, a Administração Pública, a Economia, a Engenharia e o Direito (SECCHI, 2017). Considerando isto, seu conceito pode ser complexo, justamente por remeter a inúmeras variáveis. Howlett, McConnell e Perl (2016) ressaltam as possibilidades de enfoques que podem ser dados, de acordo com a linha teórica seguida, quando se trata de PP. Estas linhas podem ser diversificadas e foram desenvolvidas como modelos aplicados para o melhor entendimento em relação ao porquê de o governo optar por fazer ou não algo à vida dos cidadãos. Alguns exemplos se referem à Tipologia de Políticas Públicas, Coalisção de Defesas, Arenas Sociais, Equilíbrio Interrompido, Incrementalismo, *Garbage Can* e Política Pública Cíclica e cada um dos modelos tem seus direcionamentos (SOUZA, 2006).

Considerando tal contexto, a definição do termo pode se diferenciar, de acordo com estas áreas e os estudiosos interessados. A definição de Souza (2006, p. 26) abarca PP como “[...] campo de conhecimento que busca ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou

curso dessas ações (variável dependente)”. Segundo esta autora, que se baseou em estudiosos tradicionais de referência acerca da temática e em outros mais contemporâneos, o direcionamento de uma PP é dado em detrimento da ação do governo. Já Weimer e Vining (2017) definem o termo como um composto de princípios que norteiam a formulação de leis, as quais possam beneficiar a população de determinado local.

Secchi (2013) reafirma a ideia de que o termo não apresenta apenas um significado, contextualizando tais diferenciações de acordo com estas vertentes. Segundo ele, nos diferentes países de língua inglesa, o termo política, diferencia-se principalmente entre *politics* e *policy*. Diferentemente, no Brasil, o termo parece ocupar apenas um desses conceitos, o de *politics*. Secchi (2013, p.1) aponta esta diferenciação indicando que o termo *politics* está relacionado à “[...] atividade e competição política [...]”, sendo esta a definição usualmente empregada para o termo política, no país. Já a definição de política *policy* é mais abrangente e palpável e relaciona-se com as “[...] orientações para decisão e ação” (SECCHI, 2013, p. 1). Sendo assim, Secchi afirma que, quando se trata do assunto *public policy*, fala-se de uma política representada pelo significado de *policy*, a qual se refere a “[...] um conteúdo concreto e simbólico de decisões de políticas públicas e do processo de construção e atuação dessas decisões.” (SECCHI, 2013, p. 1).

Secchi traz a definição de Política Pública como, “[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...]”, geralmente orientada à “[...] atividade ou passividade de alguém[...]” possuindo dois elementos fundamentais “[...] intencionalidade pública e a resposta a um problema público” (SECCHI, 2013, p. 2). Todavia, o mesmo autor assume a dificuldade na definição do termo, tendo em vista que esta pode ser diferenciada de acordo com os questionamentos que levam ao seu desenvolvimento.

Para facilitar sua compreensão, Secchi busca desmistificar sua definição, utilizando uma metáfora entre corpo e alma. Para tanto, o autor indica que a PP é como se fosse a alma de um indivíduo, sendo que o modo como ela ocorre e se materializa é representado pelo seu corpo, sendo elencados por ele como diferentes instrumentos: “[...] programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões jurídicas, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais, entre outros” (SECCHI, 2013, p.11).

Nesta direção, Souza (2006) afirma que é essencial considerar os aspectos que compõem uma PP, como as fronteiras do governo, suas limitações e as possibilidades de atuação paralela com outras instituições, governos ou grupos de apoio em uma mesma

política. Isso, porque, para que estas políticas realmente sejam efetivas e promovam resultados na vida das pessoas, devem ser avaliadas, reestruturadas e reformuladas, caso haja necessidade (SOUZA, 2006).

Considerando a versão da definição de PP como ações governamentais, capazes de atingir e beneficiar a população, Mendes e Cunha Júnior (2009, p. 4), afirmam que os principais campos alcançados pelas PP envolvem especialmente os direitos sociais, dentre os quais, “[...] educação, saúde, moradia, emprego, segurança, alimentação, lazer e esporte”. Segundo esses autores, é por meio destas PP que os direitos dos cidadãos, previstos em constituição, são garantidos, por viabilizarem, deste modo, a contemplação do ser humano como cidadão, o qual deve usufruir bens e serviços de modo digno e justo (MENDES; CUNHA JÚNIOR, 2009).

Esta consolidação de opções a serem desfrutadas pela população ocorre, geralmente, por meio de programas, ações e projetos disponibilizados pelo Estado junto à sociedade, no intuito de atender às necessidades sociais. No Brasil, existem caminhos pelos quais os cidadãos podem gozar de tais políticas e ações, que parecem ser propostos e ofertados por órgãos públicos diferentes, pelo Governo e pelo Estado. As Políticas de Estado (PE) se referem às políticas mais elaboradas, as quais dependem de aprovação em diferentes instâncias e, muitas vezes, são desenvolvidas paralelamente a outras instituições. Estas políticas são consideradas mais estáveis e, geralmente, quando desenvolvidas, apresentam continuidade. Já as Políticas de Governo (PG) apresentam um nível mais elementar, sendo decididas pelo poder executivo, sem tantas aprovações e dependem da política governante atual, podendo, por isso, ter continuidade ou não, tornando-se vulneráveis às alterações de governo (LIMA, 2012).

Secchi chama de PP aquelas que abarcam predominantemente as ações do governo de Políticas Governamentais ou PG, sendo estas as mais preconizadas na maioria dos estudos acerca de PP, no país. Para esse autor, estas PG são apenas uma parte das PP e não a representam em sua totalidade (SECCHI, 2013).

A definição de PP também parece ser representada por abordagens diferentes, podendo ser, basicamente: estatista ou multicêntrica. A estatista não dá protagonismo igualitário aos atores políticos não estatais, durante o processo de desenvolvimento de uma PP, ou seja, até considera estes atores para o seu desenvolvimento, porém, sem conferir poder de criação, decisões e de lideranças. A outra abordagem, multicêntrica ou policêntrica, conforme Secchi permite que os atores não estatais (instituições privadas, organizações não governamentais, as redes de PP – *policy network*) possam ser um dos múltiplos pontos de tomadas de decisão,

dando lugar igualitário a estas instituições no processo de estabelecimento de PP (SECCHI, 2013), o que parece ser uma proposta mais consistente para o desenvolvimento de PP, haja vista que a participação coletiva de todos os atores de uma política poderia permitir que ela fosse sempre mais aprimorada de acordo com múltiplos olhares e não apenas, de atores chefes, os quais, nem sempre usufruem dela.

Nesta direção, Secchi aponta as PP como algo que abarcam as políticas governamentais, caminhando além destas e dando ênfase ao que ele chama da essência conceitual de PP ao problema público e à necessidade de resposta a ele. Deste modo, a perspectiva adotada nesta Tese, refere-se à ideia de PP como, ações governamentais direcionadas ao atendimento de problemáticas e de necessidades da população, que passam constantemente por avaliações e readaptações, caso necessário, considerando seu problema público, bem como, a importância em respondê-lo, conforme salienta Secchi.

Secchi (2017) assegura que as *Policy Sciences* envolvem quatro diferentes tipos de estudos, os quais contemplam a Ciência da política pública: *policy research*, *public choice theory*, *policy analyses* e *policy evaluation*. A Figura 3, a seguir, aponta os quatro tipos de estudos das ciências das PP apresentados por Secchi (2017).

Figura 3 – A Ciência da política pública (*public science*) e suas interfaces.



Fonte: Secchi (2017).

A *policy research* (pesquisa de políticas públicas), tem como objetivo entender como as políticas se desenvolvem na prática, por meio da utilização de métodos indutivos, sendo de natureza descritiva. Neste tipo de estudo, há o conhecimento, a descrição e explicação do conteúdo das PP, o comportamento dos atores envolvidos, bem como, as interferências de

instituições formais e informais nas diversas fases do processo de PP. A *public choice theory* (Teoria da escolha pública) envolve o desenvolvimento de método indutivo, “[...] derivado da teoria econômica, atento à produção de bens públicos, à influência das regras de decisão e incentivos sobre o comportamento dos atores políticos, aos custos de informação e de transação [...]” (SECCHI, 2017, p. 9).

A *policy analysis* (análise de políticas públicas), busca “[...] gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório de políticas públicas [...]” (SECCHI, 2017, p. 10), cujo intuito principal é fornecer subsídios para o problema público gerador da política (SECCHI, 2017). A definição de *policy analyses*, ainda que seja amplamente reconhecida na literatura internacional, é bastante variada e necessita de conformidade de entendimento. No Brasil, esta ideia passou a ser discutida não faz muito tempo (FREY, 2000) e, segundo Secchi (2017), estas diferenciações acabaram por dar sentidos diversos ao termo *policy analyses*, envolvendo tanto o emprego do termo, com suas características mais descritivas e de construção teórica, como mais prescritiva e de intervenção prática.

A literatura das pesquisas de *policy analysis* pode ser diferenciada de acordo com três dimensões (FREY, 2000; SECCHI, 2017):

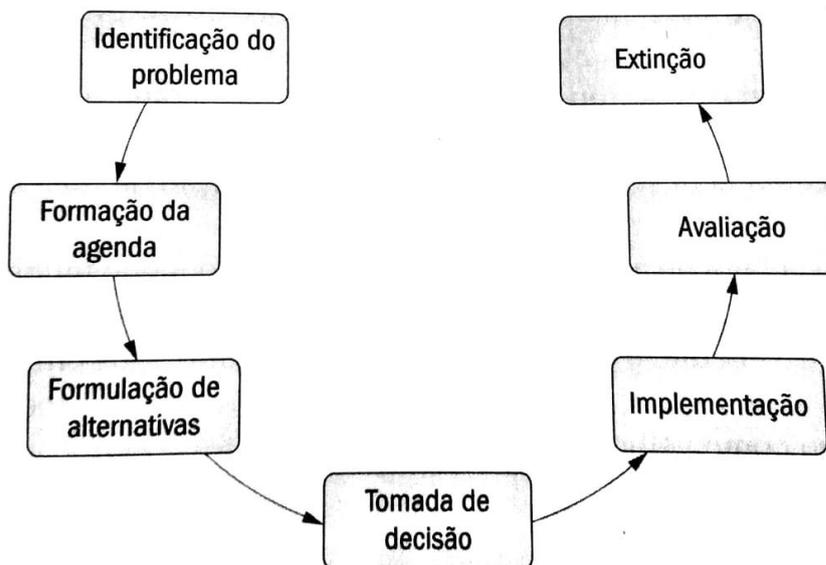
- *Polity* (dimensão institucional), concernente à parte estrutural do sistema político;
- *Politics* (dimensão processual), referente à dinâmica política caracterizada por conflitos relacionados aos objetivos, aos conteúdos, às decisões de disputas e colisões do processo;
- *Policy* (dimensão material) relacionada aos conteúdos concretos da política, ou seja, as leis, os programas, os projetos, os problemas e as decisões.

Estas dimensões da *policy analysis* foram simplificadas por Amaral e Pereira (2009, p. 42), os quais afirmam que “[...] *polity* é a esfera da política; *politics* é a atividade política; e *policy/policies* é a ação pública implementada”. Ainda que se reconheça a importância destas diferentes dimensões, quando se trata de *policy analysis*, para Frey (2000), elas são intrincadas e podem influenciar umas às outras. Este mesmo autor ressalta que, quando se pretende avançar as discussões, nos estudos sobre PP, para além de aspectos quantitativos, técnicos e organizativos, sejam evidenciados detalhes sobre o percurso e a avaliação do processo de modo mais intenso, sendo necessário levar em consideração outros aspectos que possam valorizar as atitudes e os objetivos dos atores políticos, a composição institucional e as estratégias políticas envolvendo outras dimensões para a *policy analysis*, incluindo: a *policy network*, a *policy arena* e a *policy cycle*.

A *policy network* também é discutida por Secchi (2013) e representa as redes formadas para a construção e o desenvolvimento de determinada PP. Segundo ele, os atores que compõem esta rede se organizam diante de interesses compartilhados, sendo as PP (*policy*) produtos resultantes destas interações entre esses atores. Para Frey (2000), a *policy network* é de grande importância, sobretudo por ser um aspecto fundamental nos processos de acordos e conflitos.

A *policy arena* refere-se, basicamente, aos aspectos de conflito e consenso do processo político criado pelas expectativas das pessoas diante de uma medida política, que pode ser útil ao processo de decisão e implementação da política (FREY, 2000). Por último, a *policy cycle* diz respeito ao caráter dinâmico ou temporal do processo político, ou seja, considera que, ao longo tempo, as arenas e as redes podem sofrer modificações no processo de elaboração e implementação da política (FREY, 2000). Este ciclo propõe a organização da vida de uma PP no modelo de etapas, as quais podem ocorrer independentes umas das outras, ou de modo sequencial (SECCHI, 2013). Secchi aponta que foram diversos os autores que se propuseram a desenhar a *policy cycle*, entretanto, ele apresenta um modelo resumido em sete etapas, com base em seus estudos, conforme apresentado na Figura 4, a seguir.

Figura 4 – As etapas da *policy cycle*, segundo proposta de Secchi.

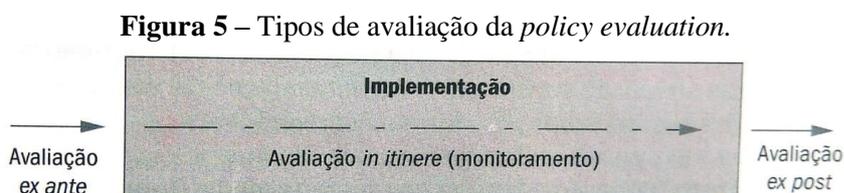


Fonte: Secchi (2013).

Frey propõe algumas fases adicionais aos tradicionais ciclos políticos, como a proposta de Secchi. Esta proposta envolve as seguintes etapas: “[...] percepção e definição de problemas, agenda-*setting* (decisão do momento de inserção de um tema na pauta da política

vigente), elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação” (FREY, 2000, p. 226).

O último tipo de estudo da *Policy Science*, de acordo com Secchi, é a *policy evaluation* (avaliação de PP), que geralmente, é associada a métodos retrospectivos ou de processo, usual na correção, manutenção, adequação ou extinção das PP (SECCHI, 216). A avaliação de PP pode ocorrer, tanto na fase de implementação da PP (avaliação *ex ante*), como durante o processo (monitoramento ou avaliação *in itinere*), ou após a implementação (avaliação *ex post*), geralmente acompanhada pela aplicação de critérios e indicadores, para serem calculadas as dificuldades e os benefícios das mesmas (SECCHI, 2013; SECCHI, 2017). O modelo esquemático de avaliação, de acordo com suas tipologias, é apresentado por Secchi (2013) na Figura 5.



Fonte: Secchi (2013).

Embora Secchi proponha que a avaliação das PP (*policy evaluation*) seja um dos tipos de PP que compõem a Ciência da política pública, conforme apresentado anteriormente, Frey propõe a avaliação, apenas como uma das etapas da *policy cycle*, que representa uma das dimensões da *policy analysis*. Deste modo, este âmbito da PP (*policy evaluation*) pode ser considerado uma das etapas da *policy cycle*, sendo representada, principalmente, pelo momento do ciclo em que os *feedbacks* são gerados.

Com relação a estas propostas avaliativas, as quais fazem parte do contexto das PP e da *policy analyses*, conforme Frey e Secchi, nos últimos anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA se propôs a estudar e desenvolver modelos lógicos relacionados à avaliação de PP, publicados no formato de normas técnicas. Estes documentos descrevem detalhadamente como é possível desenvolver estes modelos, sendo citados exemplos de programas já existentes, provenientes de PP (IPEA, 2019).

O modelo lógico refere-se a uma proposta de pré-avaliação, para servir de verificação de um programa, ou seja, testar se ele está pronto para gerar resultados. No ano de 2009, foi publicada, pelo IPEA, uma destas normas técnicas, desenvolvida por Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009), para a avaliação de PP. Os autores afirmam que o modelo pode identificar

os aspectos empregados na implantação do programa, considerando aqueles que necessitarão de mudanças e prevendo os obstáculos para o seu desenvolvimento, por meio da utilização de uma metodologia qualitativa, incluindo todos os atores envolvidos na política (a instituição proponente, os ministérios, a comissão avaliadora, dentre outros). Para tanto, estes atores envolvidos estabeleceram-se em uma comissão de avaliação, na qual selecionaram um dos programas do ME para teste piloto do modelo, sendo este o Programa Segundo Tempo (PST), semelhante ao que propõe esta Tese.

Os autores afirmam a importância desta proposta metodológica, pois, além do instrumento construído contribuir para o esclarecimento daquilo que se espera de um programa, ele pode ser utilizado como referência de avaliação *ex ante*, conforme explicado por Secchi (2013), já discutido anteriormente e também para avaliações *a posteriori* (BRASIL, 2018a) ou *ex post*. Assim, a etapa final desta avaliação seria a avaliação do programa já em andamento, visando ao confronto daquilo que foi idealizado no modelo lógico inicial.

Outras propostas do IPEA foram publicadas posteriormente para outras áreas, evidenciando a análise de outros programas como o PAC Urbanização de Favelas (BALBIM *et al.*, 2013) e o Modelo lógico para transferência de tecnologia no contexto de avaliação de programas da EMBRAPA (ROCHA *et. al.*, 2016), assim como são atualizados e reajustados conforme os estudiosos envolvidos vejam necessidade, como o documento do ano de 2017 (LASSANCE, 2017).

Estes documentos são embasados na teoria de Weiss, cuja obra foi publicada no ano de 1972 sob o título *Evaluation* e que propõe que a avaliação de um programa, proveniente de uma PP preveja as entradas (*in put*), como os recursos, as atividades do programa e como ele será implementado e os resultados provisórios e resultados desejados (LASSANCE, 2017). Alguns estudos acerca da focalização de modelos lógicos no âmbito de avaliação de PP foram desenvolvidos nos últimos anos e contribuem para a legitimação desta proposta do âmbito governamental, via IPEA (FREITAS; SILVEIRA, 2015; MELLO, 2019; TREVISAN; BELLEM, 2008).

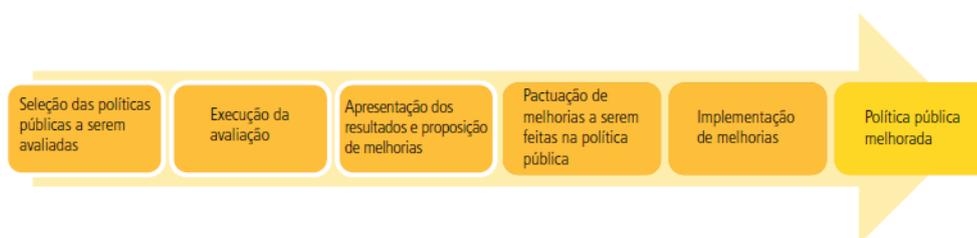
Ainda com relação à avaliação de PP, no ano de 2018, após aprovação do Comitê Interministerial de Governança (CIG), foi publicado um documento intitulado Avaliação de PP - Guia prático de análise *ex ante* – volume I (BRASIL, 2018b) e, na sequência, o documento Avaliação de Políticas Públicas - Guia prático de análise *ex post* – volume II (BRASIL, 2018a). Estes documentos são elaborados com base nas ideias propostas nos

modelos lógicos citados anteriormente, desenvolvidos pelo IPEA, em parceria com outros órgãos.

A publicação destes documentos ressalta o reconhecimento, por parte do governo, sobre a importância no processo de monitoramento e avaliação de PP, bem como, da necessidade em se ter subsídios para tomada de decisões e redirecionamentos. As ideias nele apresentadas ressaltam, não apenas o reconhecimento das necessidades da sociedade e da relevância em propor PP, como destrincha o Guia prático I, mas também, a constatação da importância em avaliar todo o seu desenho, sua efetividade e o retorno dela para a sociedade (BRASIL, 2018a).

A contribuição da avaliação *ex post* pode permitir a identificação de problemas e falhas, os quais comprometem a ação e os objetivos da PP, proporcionando condições de correções e ajustes à implementação. Neste guia, é ressaltada a importância da realização destas avaliações de modo integrado e constante ao ciclo das PP (*policy cycle*) e, por isso, envolvem planejar, executar e controlar a parte orçamentária. Este ciclo assemelha-se à *policy cycle* já tratada anteriormente e o esquema a seguir resume o processo coordenado de avaliação que as PP devem cumprir, conforme apresentado no guia em questão (BRASIL, 2018a). A Figura 6 expressa estas etapas.

Figura 6 – Avaliação de PP conforme o Guia Prático de Avaliação *ex post*.



Fonte: Brasil (2018a).

O guia apresenta um esquema de avaliação que consiste basicamente, em uma avaliação mais prática inicial, chamada de avaliação executiva, incluindo todas as etapas de avaliação de uma política. Assim, é possível realizar a análise global da política e, posteriormente, serem escolhidas e aplicadas outras abordagens de avaliação mais aprofundadas, as quais podem ser referentes aos resultados, aos efeitos na realidade, aos impactos, ao processo ou à eficiência. Estas avaliações incluem a avaliação de desenho, de implementação, de governança, de resultados e de impacto (BRASIL, 2018a).

O primeiro tipo de avaliação *ex post* avaliação de desenho permite a confirmação das ideias desenhadas inicialmente no modelo lógico da política e o confronto com a realidade. O segundo tipo refere-se à avaliação de implementação, que permite verificar se aquilo que foi estabelecido como desenho da política conseguiu ser cumprido de forma adequada. A avaliação de governança explana a funcionalidade da política, no intuito de verificar se todas as ações planejadas estão sendo executadas para alcançarem seus objetivos e resultados, conseqüentemente (BRASIL, 2018a).

A avaliação dos resultados consiste em verificar todos os resultados mensuráveis diante do desenvolvimento da PP e se eles estão de acordo com os planejamentos, desde a construção das metas. Este tipo de avaliação demanda o emprego de metodologias qualitativas e quantitativas sobre informações obtidas pelo contato direto com os envolvidos na PP e em sua execução, considerando, por exemplo, a percepção e a satisfação das pessoas atendidas, assim como se propôs na presente Tese, como uma das principais estratégias de aperfeiçoamento da PP. A última, avaliação de impactos, pode ir ainda além da avaliação dos resultados, pois se refere aos resultados que causaram diferença na vida dos beneficiários, ou seja, significa avaliar os resultados provenientes dos resultados. Embora esses resultados possam derivar de vários fatores, ressalta-se que a avaliação de impacto prevê isolar os efeitos provocados diretamente pela PP e não aqueles que possam ter contribuído para qualquer mudança ocorrida. Geralmente, neste tipo de avaliação são utilizados recursos matemáticos e estatísticos, permitindo calcular se a PP atingiu suas hipóteses e se foi realmente efetivada por seus resultados (pequeno e médio prazo) e impactos (longo prazo) (BRASIL, 2018a).

O guia aqui apresentado detalha uma série de maneiras com base nas quais podem ser coletados os dados necessários para que a análise dos resultados e dos impactos seja alcançada, como: as observações naturais e diretas do local da PP, com registros detalhados de atividades e os significados destas atividades para os usuários, assim como foi proposto a ser realizado no presente estudo; os estudos de caso, em que há a coleta de informações diversas, porém, aprofundadas e a possibilidade de serem escolhidas amostras por conveniência, também proposto nesta Tese; além de pesquisas *surveys*, que envolvem a utilização de uma amostra probabilística e representativa (BRASIL, 2018a).

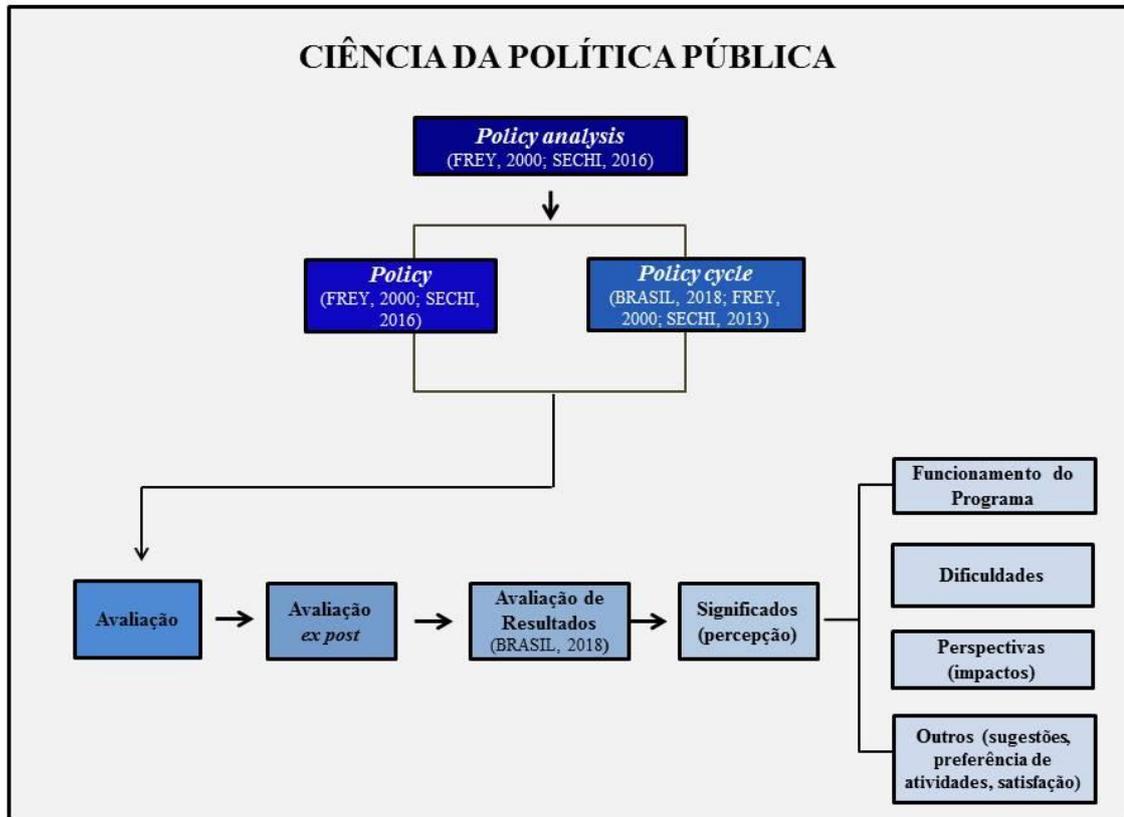
Secchi aponta que a avaliação de PP esta atrelada à preocupação de sua legalidade e eficiência para os usuários ou destinatários, ou seja, aqueles que usufruem estes instrumentos materializados como política. Segundo ele, essa atenção à percepção destes destinatários ocorre em detrimento do reconhecimento de que estes legitimarão a elaboração desta política (SECCHI, 2013).

Secchi (2013) afirma ainda, que a grande contribuição da avaliação aos atores políticos diz respeito ao aumento da sensibilidade e da percepção sobre a política, de modo que ela possa sempre ser aprimorada. Além disso, ela poderá ter três consequências básicas: sua continuidade, sua reestruturação e a extinção, sendo, portanto, essencial para os diversos interessados em seu desenvolvimento.

A partir dos estudos aqui apresentados, os quais apontam a relevância da *policy analysis*, da avaliação de PP, da *policy cycle* e da participação dos atores da PP, optou-se por desenvolver esta Tese em uma perspectiva da Ciência da política pública (*Policy Science*), onde se encontram, dentre outros tipos de possibilidades de pesquisa, a *policy analysis* (SECCHI, 2017). Neste caso, adotou-se a *policy analysis*, especificamente sobre as dimensões de *policy* e da *policy cycle*, evidenciando a etapa de avaliação (FREY, 200; SECCHI, 2013; 2017).

Esta dimensão do ciclo da PP visa a contribuir na organização de sua complexidade, principalmente quando direcionada aos políticos envolvidos diretamente, aos administradores e aos pesquisadores, assim como foi desenhado nesta Tese. Dentro desta categoria de avaliação, definida como uma etapa de validade do sucesso e das falhas (SECCHI, 2013), é adotada a avaliação *ex post*, de acordo com orientações do guia de avaliação (BRASIL, 2018a) e a classificação de Secchi (2013; 2017). Para tanto, são considerados aspectos específicos nesta Tese, no que tange à Avaliação de Resultados, envolvendo a avaliação de percepção e de satisfação das pessoas envolvidas, sendo abordadas as perspectivas negativas e positivas, bem como, os impactos de curto prazo desencadeados (BRASIL, 2018a). A Figura 7, a seguir, apresenta o esquema utilizado para o desenho desta Tese, construído com base nas propostas de Frey, Secchi e o Guia de Avaliação *expost*.

Figura 7 – Desenho teórico adotado na Tese.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Sendo assim, os fatores que permitiram a composição deste desenho da Tese foram pautados nos estudos de Frey (2000), Secchi (2013; 2017) e o guia de análise de PP (BRASIL, 1988). Os aspectos aqui avaliados como significativos permitem que os objetivos deste estudo possam ser alcançados e, por este motivo, apenas estes foram selecionados.

4.2 As Políticas Públicas e o Idoso

As PP, quando materializadas aos olhos da população (SECCHI, 2013; 2017), como os programas e ações ofertados, tanto pelo Estado, como pelo Governo, estão previstas na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Estes direitos estão garantidos a toda população sem distinção, o que incluiu a pessoa idosa, que por sua vez, tem o direito de gozar destas PP.

Este público, ao longo dos anos, em detrimento das estimativas previstas para sua ampliação populacional de órgãos importantes, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), começam a receber atenção especializada, tanto fora do país, como no Brasil. Em nível internacional, as primeiras investidas ocorreram no ano de 1982, na Primeira

Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, a qual tinha por objetivo trazer à realidade a visão de um idoso menos vulnerável, na contramão do que se difundia durante a Guerra Fria, garantindo melhores condições sociais e econômicas.

Nessa Assembleia, foi produzido o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, o primeiro instrumento, em nível mundial, sobre o envelhecimento, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no mesmo ano, no qual constam 62 pontos relacionados aos aspectos protetivos ao idoso, focalizando diferentes âmbitos, como a família, a habitação, a condição social, o contexto do trabalho, o emprego e a educação (ONUBR, 2019). Ademais, este primeiro plano foi proposto para que pudessem ser desenvolvidas PP e programas específicos para contemplar este público (UN, 2019).

Após este ano, foi produzida a Proclamação do Envelhecimento, um documento datado de 16 de Outubro de 1992, no qual foram expressos aspectos importantes, relacionados ao reconhecimento da necessidade de melhorias na pesquisa, na formação e no intercâmbio de informações referentes ao envelhecimento. Ainda, consta evidenciada a carência de políticas e programas nacionais apropriados para a pessoa idosa e que as políticas de governo, as iniciativas voluntárias e privadas, necessitavam ser reforçadas e apoiadas (UN, 2019).

Quase 20 anos após a primeira iniciativa, por meio da organização da ONU ocorreu a segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em abril de 2002, em Madri – Espanha. Esta assembleia permitiu a produção de uma Declaração Política e o Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento, os quais, posteriormente no Brasil, se constituíram em:

“[...] um importante referencial para o direcionamento das ações da Secretaria Especial dos Direitos Humanos que, juntamente com a Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso têm promovido o combate à discriminação, à negligência, ao abuso e aos maus tratos à velhice” (BRASIL, 2003, p.10).

Neste Plano, referente às políticas e ações voltadas à pessoa idosa, é considerado que, se a pessoa idosa participa da sociedade, assim como os demais indivíduos, devem ser oportunizadas, a este público, condições para continuar participando e contribuindo com a sociedade. Além disso, ideias relacionadas à contribuição, desencadeada por meio da participação em atividades diversificadas (sociais, econômicas, esportivas, recreativas e culturais), voltadas diretamente para a manutenção e o aumento do bem-estar destas pessoas, são importantes, sendo, por conseguinte, as organizações promotoras de tais atividades, as facilitadoras da manutenção social de idosos e responsáveis pelo fomento da convivência geracional (BRASIL, 2003).

O plano apresenta que a pessoa idosa tem o direito de usufruir os recursos disponíveis, com profissionais capacitados, para poder gozar de boa saúde, tanto no âmbito preventivo, quanto no curativo, de promoção à saúde e de melhoria da QV. Ademais, é tarefa do governo proporcionar a todas as pessoas, condições que permitam bom quadro de saúde e bem-estar, incluindo a pessoa idosa (BRASIL, 2003).

Posteriormente, de modo a contribuir com as discussões e documentos apresentados por meio da Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre Envelhecimento, em Madri, foi produzido o documento Envelhecimento Saudável – Uma Política de Saúde elaborado pela Unidade de Envelhecimento e Curso de Vida da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005). Este documento traz conceitos e fundamentações acerca da definição de envelhecimento ativo, apontando os desafios enfrentados por idosos, como as questões econômicas, sociais, a feminilização da velhice, a carga dupla de doenças e a atuação desta política na área da saúde. Nele, é apresentado o modo como esta política de envelhecimento ativo deve atuar baseada nos Princípios das Nações Unidas para os Idosos, incluindo “[...] independência, participação, assistência, autorrealização e dignidade” (OMS, 2005, p. 45). Neste modelo, os três pilares requisitados para a ação desta política de envelhecimento ativo envolvem: saúde (medidas preventivas e remediativas aos idosos que necessitarem), participação (nas atividades socioeconômicas, culturais, espirituais e a continuidade da contribuição à sociedade, por meio de atividades remuneradas e não remuneradas durante a velhice) e segurança (social, física e financeira) (OMS, 2005).

Em nível nacional, pequenas investidas eram notadas nesta direção da atenção à pessoa idosa já em 1940, o Código Penal citava agravamento ao crime, quando cometido contra públicos específicos, mulheres grávidas, enfermos, crianças e velhos, de acordo com a Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940). Na década de 60, outra investida direcionada ao público em questão marca o período, representada por uma proposta apresentada à Câmara dos Deputados, com uma proposta referente à Declaração Brasileira do Direito ao Velho, a qual, embora não tenha sido efetivada, representou um marco na luta sob as questões legais ainda necessárias e relacionadas ao idoso (COSTA, 2002).

Já na década de 1970, antes mesmo da Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, pequenas investidas eram notadas na direção da atenção à pessoa idosa, como por exemplo, a Lei nº 6.179 de 11 de novembro de 1974, a qual garantia benefícios da previdência às pessoas com mais de 70 anos (BRASIL, 1974). Este direito é reassumido na Constituição de 1988, quando é garantido um salário mínimo mensal à pessoa idosa que comprove não ser capaz de manter a si e sua família, em seu Artigo 203 (BRASIL, 1988). Em

1993, a garantia de recebimento de salário mínimo mensal, cai para 65 anos ou mais de idade, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742, capítulo IV, Art. 3 (BRASIL, 1993).

Em contribuição a esta Lei, por meio de Decreto Legislativo, nº 186, de 9 de julho de 2008, o idoso pode se amparar via programas do governo, para cuidar de sua saúde, de formas preventiva e curativa (BRASIL, 2008). Assim, estas políticas, ao longo dos anos, foram cada vez mais se ampliando, de modo a atender ao quadro demográfico que começou a se tornar evidentemente invertido, com o aumento do número de idosos, de maneira que este público recebesse cada vez mais atenção proveniente da fonte pública, em níveis nacional e internacional.

Além destes direcionamentos, no que tange às políticas públicas ligadas ao público idoso, ao longo dos anos, outras foram as investidas salientando para esta população, especificamente para garantir aos idosos a efetividade de leis relacionadas aos direitos ao lazer, à AF, à QV e à saúde, tais como a Política Nacional do Idoso, resultante da Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Neste documento estão dispostos diferentes aspectos relacionados às políticas voltadas a este público, bem como, é proposta a criação do Conselho Nacional do Idoso. A Política Nacional do Idoso cita, em seu Artigo 1, Capítulo I, que “[...] tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, sua integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994). Neste documento são ressaltadas algumas diretrizes, como a inclusão de idosos em propostas integradoras com pessoas de outras gerações, a veiculação de informações acerca da caracterização da velhice e a avaliação de políticas nacionais para o idoso.

Dentre os princípios ressaltados, nota-se a responsabilidade dada ao Estado, à sociedade e à família, na garantia da efetivação dos direitos do idoso quanto a sua real participação na comunidade, seu direito à vida e ao bem-estar. Como proposta de ação cultural, este mesmo documento enfatiza considerar a contribuição de programas e propostas que possam ser direcionados ao bem-estar e à QV de idosos, necessitando de intervenção de políticas do estado, do governo e da própria sociedade (BRASIL, 1994). Estas ações governamentais, especificamente nas áreas da Cultura, do Esporte e do Lazer, têm como competência, “[...] incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da QV do idoso e estimulem sua participação na comunidade.” (BRASIL, 1994, p. 13), contribuindo com o incentivo de PPEL, foco deste estudo.

Uma das principais conquistas para o idoso, sem dúvida, foi o Estatuto do Idoso, documento publicado pela Lei n.º 10.741, de 1.º de Outubro de 2003, que dispõe sobre a

proteção ao idoso como um direito social e dever do Estado, assegurando a esta população, que o processo de envelhecimento seja saudável e digno. Por meio desta Lei, todos os idosos com 60 anos ou mais têm tal proteção, sendo este, dever, não apenas do governo, mas, conforme incita seu Art. 3º, responsabilidade de outros segmentos sociais, como a família e a comunidade, além do poder público, para que tais garantias, relacionadas ao “[...] direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária [...]” (BRASIL, 2013a, p. 8), sejam asseguradas.

Um dos importantes itens citados como garantia, incluem a formulação e execução de PP sociais, que sejam preferencialmente exclusivas para os idosos e a prevenção à violação e à ameaça a estas pessoas. Neste contexto, é garantida, ao idoso, a liberdade de participar de atividades esportivas e recreativas, sendo, algumas dessas atividades, proporcionadas por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, na prevenção e remediação à saúde de idosos. Além disso, o lazer é destacado, sendo garantida aos idosos, a participação em eventos privados, tendo, estas pessoas, a possibilidade de se envolver em atividades diversificadas (artísticas, culturais, esportivas e recreativas), com desconto de 50%, conforme consta no Art. 23 (BRASIL, 2013a).

Um aspecto relevante a ser ainda evidenciado nesta Lei, é o reconhecimento do preconceito existente sobre a pessoa idosa. Esta é uma situação que constantemente tem sido abordada em diferentes estudos e perspectivas da vida humana (FERNANDES-ELOI *et al.*, 2019; NASCIMENTO *et al.*, 2017; PINHEIRO; RIBEIRO; SOUTO, 2016; RODRIGUES, 2015; SANTOS *et al.*, 2017). O Art. 22 prevê a inclusão de materiais de discussão referente ao idoso e ao processo de envelhecimento em diferentes níveis de ensino, para que estes estigmas sejam minimizados (BRASIL, 2013a).

Para Ribeiro (2016), embora se reconheçam os benefícios provenientes do estabelecimento do Estatuto, o qual vigora há 16 anos, propondo claramente a inclusão da pessoa idosa e os diversos direitos que ela detém, muitos idosos ainda desconhecem seus direitos. Mesmo ciente de tais fatos, o poder público promove pouca oferta em possibilidades que modifiquem esta faceta e busque conscientizá-los.

Outra produção é a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, criada pela Portaria nº 2.528, de 19 de Outubro de 2006, cujo objetivo foi atualizar a Política de Saúde para o idoso. Esta política foi criada no intuito de garantir atenção à pessoa idosa, para atuação em consonância com o SUS. Algumas de suas diretrizes incluem o atendimento domiciliar ao idoso, o incentivo e promoção do envelhecimento ativo e saudável e o incentivo a pesquisas

na área, as quais possam contribuir para o quadro da velhice e da saúde. As cidades com mais de 20 mil habitantes, atualmente, têm a possibilidade de existência do Programa Melhor em Casa, criado no ano de 2013. Por meio deste programa, os idosos com dificuldades de locomoção temporária ou definitiva, podem receber tratamento em casa, no seio familiar e não, apenas, nos hospitais. Estes cuidados são viabilizados por equipe multiprofissional especializada (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, entre outros) de atenção domiciliar do referido programa, caso o idoso necessite de cuidados mais constantes (BRASIL, 2017a; BRASIL; 2013b).

Além disso, outros órgãos têm direcionado suas ações ao público em questão. O Ministério da Saúde (MS), por exemplo, que surgiu em 1953, pela Lei nº 1.920, tem por missão favorecer estratégias que possibilitem a promoção de saúde, por meio de propostas práticas desenvolvidas em parcerias com diferentes órgãos, municipais, federais, privados e sociais, de modo a garantir a melhoria da QV destas pessoas (BRASIL, 2019a).

No ano de 2006, foi publicado pelo MS, o Caderno de Atenção Básica nº 19 - Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Este caderno teve como referência o atendimento ao Pacto pela Saúde 2006 e as diferentes políticas que incluem a pessoa idosa, no intuito de solucionar as necessidades do processo de envelhecimento como as Políticas Nacionais de: Atenção Básica, Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, Promoção da Saúde e Humanização no SUS (BRASIL, 2006). O Pacto pela Saúde previa diversos compromissos de responsabilidade dos órgãos federativos, sendo estabelecidas no competente Pacto pela Vida, seis prioridades, das quais três delas dão importância à integridade da vida do idoso, envolvendo a promoção e a manutenção das condições de saúde, o fortalecimento da Atenção Básica e a garantia da prestação dos serviços necessários. Atrelado a este pacto, as estratégias adotadas para a garantia da saúde de pessoas idosas são as ações pautadas pela Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), proposta pela Portaria 687 de março do mesmo ano de 2006, que tem diferentes prioridades, dentre elas, o incentivo à prática corporal, à AF e alimentação saudável (BRASIL, 2015).

Considerando a atuação do MS e a área preventiva em relação à saúde da população em geral e dos idosos, diferentes ações foram ou têm sido proporcionadas por este órgão. Um dos exemplos mais conhecidos é o Programa Academia da Saúde (PAS), o qual teve início no ano de 2011 e consiste na aplicação de polos com infraestrutura, equipamentos e profissionais capacitados, para promover a saúde e QV da população. Estas academias, geralmente, são articuladas com o Estratégia Saúde da Família (ESF) e seus Núcleos de Apoio (hoje o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, NASF – AB). É comum, a utilização destes

serviços por pessoas idosas, bem como, tem sido observado os diversos benefícios quanto à utilização dos mesmos (SÁ *et al.*, 2016; DA SILVA *et al.*, 2016). O PAS buscou integrar as Academias do Idoso ou Academias da Terceira Idade já existentes, criadas especificamente para este público, embora outras pessoas da comunidade também utilizem estes espaços, quando, porventura, recebem o financiamento para a viabilização do programa de outras instâncias e não via MS.

Outra possibilidade de participação nestes tipos de programas é naqueles desenvolvidos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), em que existe a possibilidade de inclusão do idoso em programas de AF diversificados. Estas unidades têm um conjunto integrado de ações, direcionado a solucionar os problemas relacionados à saúde, por meio dos serviços disponíveis. As unidades estão instaladas em pontos estratégicos acessíveis aos moradores de uma região e garantem a toda população, o acesso às estratégias de atenção à saúde, com qualidade (BRASIL, 2019a).

Além destes, a ESF visa reorganizar a Atenção Básica no país, perante o que é proposto no SUS, referente à QV da população nacional (BRASIL, 2019a). Para apoiar o trabalho das equipes do ESF, foram criados, em 2008, os NASF-AB para contribuir com a consolidação da Atenção Básica no país (BRASIL, 2019a). Neste espaço, existe a possibilidade de admissão de um Profissional de Educação Física, dentre outros profissionais, o qual atua diretamente com o público em geral, inclusive com a população idosa, propondo programas de atividades físicas diversificadas.

O NASF-AB, formado por uma equipe multiprofissional, busca contribuir com a efetividade do SUS, por intermédio da intervenção direta dos aspectos relacionados à saúde (BRASIL, 2012a). O estudo de Gomes (2012), por exemplo, dentre o que tem sido produzido acerca da participação em tais programas, evidenciou o aumento do nível de AF de adultos e idosos, bem como, a melhoria de QV destas pessoas. Estudos recentes têm apresentado evidências semelhantes, bem como, contribuído com evidências da visão dos profissionais atuantes nestas UBS e nos NASF (DAMASCENO; CHIRELLI, 2019; SOUZA *et al.*, 2014; MATOS *et al.*, 2018; NOGUEIRA; BALDISSERA, 2017; SÁ, *et al.*, 2016).

Além desses programas e ações ofertados pelo setor da saúde existem, ainda, outros órgãos que viabilizam oportunidades de vivências diversificadas para as pessoas idosas. Um exemplo se refere ao Centro-Dia, considerado um espaço/equipamento que compõe uma unidade pública, governamental ou não, integrante do SUAS – Sistema Único de Assistência Social (Resolução nº 11, de 24 de abril de 2012), destinado, além das pessoas com deficiência, aos idosos e familiares, tendo sido aprovado pelo Conselho Nacional da

Assistência Social, de acordo com a resolução nº109. Esta iniciativa “[...] tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da QV das pessoas participantes” (BRASIL, 2012b, p. 11). Este é um serviço que tem por objetivos a socialização de idosos, bem como, o acolhimento de idosos com riscos pessoal e social, por meio da permanência destas pessoas durante o período diurno, sendo incentivada a participação da família na vida do idoso e a diminuição dos preconceitos gerados na comunidade que convive com a situação do envelhecimento. Nestes centros, são desenvolvidas práticas diversificadas, as quais abrangem as atividades sociais, manuais, lúdicas, físicas, leitura e relacionadas à higiene pessoal (BRASIL, 2012b). Estes centros podem ser estatais, filantrópicos e desenvolvidos em outros formatos, ocorrendo, por exemplo, dentro das Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI.

Em um estudo elaborado por Doretto (2017), são apresentadas algumas das atividades desenvolvidas no Centro-Dia de São Paulo. Este autor aponta alguns benefícios, como a percepção dos idosos com relação à retomada ou melhoria da socialização, da autoestima, saúde e QV, sendo estes os contributos para a efetivação do que se prevê na Política Nacional do Idoso (DORETTO, 2017). Doretto ainda indica o afastamento social dos idosos de suas famílias, diante da necessidade de todos os familiares trabalharem fora e por muitas horas, reduzindo o tempo disponível para a atenção ao idoso. Melhorias relacionadas aos aspectos físicos de idosos nestes locais foram notadas por Pereira e colaboradores (2014), uma vez que, por meio de uma intervenção de AF de pouca sobrecarga, verificaram boa relação entre tais práticas e a mobilidade funcional, a diminuição do risco de quedas e de sintomas depressivos desses idosos frequentadores do Centro-Dia do Idoso da cidade de Rio Claro – SP.

Todos estes programas e ações anteriormente citados acabam proporcionando a efetivação daquilo que é previsto na Política Nacional do Idoso, no Estatuto do Idoso e na Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa, especificamente para o idoso e, ainda, na Política Nacional de Promoção de Saúde, para a população em geral, no que tange à garantia de algumas vivências primordiais. Entretanto, embora se reconheçam os diferentes tipos de esforços provenientes de PP direcionadas aos idosos, pretende-se discutir, particularmente neste estudo, sobre PPEL, um produto social proveniente de um subcampo, o qual compõe especificidades de um campo maior, o campo político e burocrático, conforme salientado por Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2011). Este subcampo “[...] político/burocrático de esporte e lazer [...]” produz as PPEL, as quais são consumidas pelos usuários de um programa ou ação (STAREPRAVO, SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011, p. 235). Estas políticas geralmente são caracterizadas por ações as quais abarcam as atividades esportivas e

recreativas, no âmbito do lazer, envolvendo as atividades físicas, as quais são imprescindíveis à sobrevivência e manutenção da espécie humana, à saúde e QV, o que incluiu a pessoa idosa, foco de estudo desta Tese.

É reconhecida a importância para a vida do indivíduo idoso, os impactos das atividades físicas nesta etapa do desenvolvimento humano (BALK *et al.*, 2015; CABRERA *et al.*, 2014; MATSUDO, 2009; McCLAIN *et al.*, 2014; SOUZA *et al.*, 2014). Para tanto, é necessário o desenvolvimento efetivo de intervenções políticas, no sentido de avançar o conhecimento referente às ressonâncias da AF para o envelhecimento saudável. Tornam-se, importantes, neste sentido, identificar o papel das PP e a elaboração de uma legislação direta, a qual apoie o envelhecimento ativo no seu complexo de inter-relações, ou seja, que considere, a percepção das necessidades e do estilo de vida destas pessoas, bem como, atue diretamente na prevenção de doenças crônicas (CHODZKO-ZAJKO, 2014), incluindo a área do Esporte e Lazer e portanto, as PPEL.

Partindo do conhecimento sobre a relação direta do aumento populacional de idosos (IBGE, 2019; ONUBR, 2019) e a tendência desta população em adquirir ou ter agravadas doenças comuns atreladas ao envelhecimento (GALLAHUE; DONNELLY, 2008; MAZO; LOPES; BENEDETTI, 2004), torna-se premente maior investimento público no sistema de saúde e na preservação destas pessoas, buscando incentivar a aderência e manutenção à prática de atividades físicas regulares, por meio da atuação dos diversos órgãos públicos no país, incluindo, por exemplo, tanto o Ministério da Saúde, como a atual SEE, que entrou em cena após a extinção do Ministério do Esporte (ME), objeto de estudo desta Tese. Ademais, um maior investimento das PP na sistematização destes programas poderia gerar uma redução de gastos com a saúde hospitalar, representando, assim, um avanço para a sociedade.

No intuito de compreender a forma como as estratégias de prevenção e manutenção da saúde são viabilizadas nos programas que abarcam o lazer e o esporte recreativo, entendendo a obrigatoriedade de proporcionar oportunidades da efetivação das Leis anteriormente citadas, buscou-se explorar os programas e ações ofertados pelo ME, órgão do Governo Federal anteriormente responsável por possibilitar PPEL no Brasil, até o ano de 2018 e que ainda parecem perpassar as atuações da atual SEE. Tendo em vista a importância dessas iniciativas e de seu alcance social, estas merecem ser exploradas.

4.3 O extinto Ministério do Esporte e os Programas e Ações ofertados

A atual SEE foi estabelecida no início de 2019, quando do ingresso da nova gestão política no país, presidida por Jair Messias Bolsonaro, sendo vinculada ao Ministério da

Cidadania, tendo como secretário, Marco Aurélio Souto de Araújo (BRASIL, 2019b). Até o final do ano de 2018, esta SEE, era representada pelo extinto Ministério do Esporte, órgão responsável por construir uma política nacional de esporte no país, garantindo, à sociedade brasileira, PP inclusivas, as quais viabilizaram o acesso gratuito à prática de atividades esportivas e a QV dos cidadãos, tendo como missão o desenvolvimento educacional, a valorização e o bem-estar (físico, psíquico e social) dos praticantes, sendo este o intuito da atual SEE (BRASIL, 2019b). Este órgão tinha como visão a potencialização do esporte no país e a inclusão social (BRASIL, 2017b), buscando garantir a participação de pessoas de todas as idades em atividades ofertadas via este ministério, inclusive, as pessoas idosas.

A criação deste Ministério envolveu um processo histórico, traçado desde 1937, quando as primeiras manifestações atreladas à área foram definidas, sendo a primeira delas a Lei nº 378, neste mesmo ano, no qual foi criada a Divisão de Educação Física, pelo Ministério da Educação e Cultura, que, no ano de 1970, foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos. O próximo passo desta evolução foi a mudança deste departamento em Secretaria de Educação Física e Desportos, no ano de 1978, até 1989, visto que, em 1990, foi criada a Secretaria de Desportos da Presidência da República, não mais ligada ao Ministério da Educação, embora fosse voltar a ser vinculada ao referido ministério (BRASIL, 2017b).

Após 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso dá mais ênfase ao esporte e cria o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, nomeando Pelé, ícone do futebol brasileiro, como ministro, até o ano de 1998, quando é criado o INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, subordinado ao Ministério Extraordinário. Em 1998, este presidente, em seu segundo mandato, cria o Ministério do Esporte e Turismo, por meio de uma medida provisória, sendo, o INDESP, vinculado a este órgão, que, no ano de 2000, é substituído pela Secretaria Nacional de Esporte, até que, em 2003, o então presidente Luiz Inácio da Silva, separa o ministério em dois, ficando o esporte com seu próprio Ministério (BRASIL, 2017b), representando grande conquista para a área.

Starepravo (2011) traz uma longa discussão, em seu trabalho, acerca do quadro político que perpassava a criação deste Ministério. Segundo este autor, após a setorização deste órgão, foi necessário organizá-lo em sua composição, que acabou sendo composta por integrantes dos partidos políticos, Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), sendo o primeiro representado por Lino Castelani Filho, ícone da área da Educação Física no país, o qual coordenou as questões acerca das políticas na perspectiva social (STAREPRAVO, 2011). O referido autor aponta ainda que, de início, o ministério era composto por diferentes subórgãos, a citar: “[...] a Secretaria Executiva; a Secretaria Nacional

de Esporte Educacional (SNEED); a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL); a Consultoria Jurídica; o Gabinete do Ministro; além de um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Esporte [...]” (STAREPRAVO, 2011, p.236), sendo de responsabilidade do PT dirigir a SNDEL.

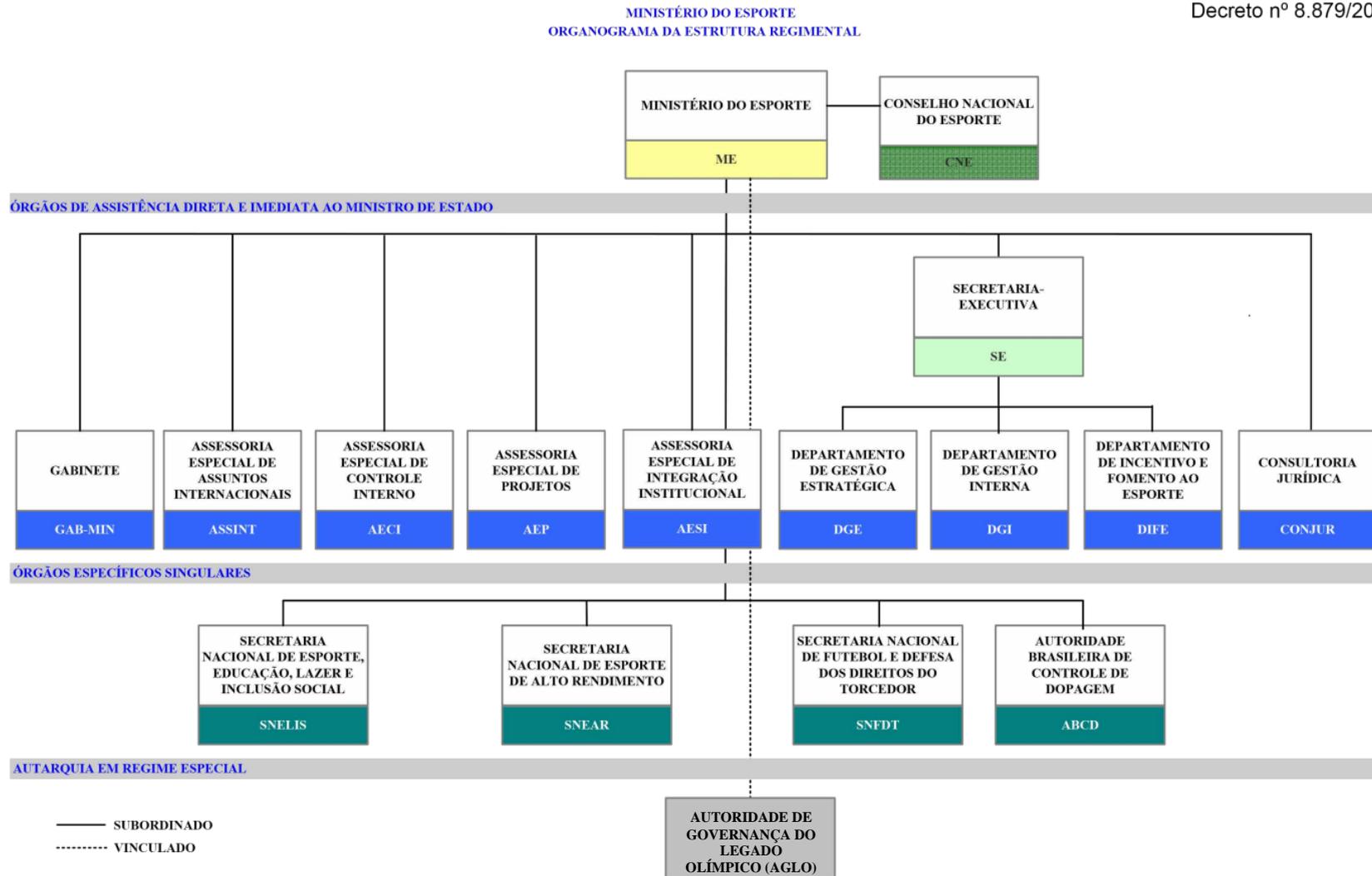
A SNDEL acaba sendo criada, no intuito de atender à fatia social do esporte e lazer, tendo como principal foco, o desenvolvimento. Nela, focalizaram-se todas as atividades esportivas de participação, denominadas desta forma pela Lei Pelé – Lei Federal nº 9.615 de 24 de março de 1998 (BRASIL, 1998), recreativas e relacionadas ao lazer, à tecnologia e à ciência, diferentemente daquelas pautadas pelo alto rendimento e, por muitas vezes diferenciada, por ações referentes aos esportes recreativos. A SNDEL era estruturada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DCTEC), especializado na gestão e divulgação de conhecimentos e o Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer, de responsabilidade em execução das políticas sociais, garantindo a efetivação do Esporte e Lazer previstos em lei, para cidadãos de diferentes faixas etárias (STAREPRAVO, 2011), assim como o idoso, foco deste estudo.

Desde o ano de sua criação oficial como Ministério do Esporte, por meio da Medida Provisória n.º 103, de 01/01/2003, passaram diferentes ministros em sua coordenação. Agnelo Queiroz, o qual era Deputado Federal, foi o primeiro a assumir o novo ministério e permaneceu ministro até 2006, quando Orlando Silva Júnior assume como o mais jovem ministro do país. No ano de 2011 assume o ministro José Aldo Rebelo Figueiredo, o qual já tinha sido ministro de Relações Institucionais pelo governo de Lula, até 2015, quando o então Deputado Federal George Hilton assume (BRASIL, 2017c).

Em março de 2016, Ricardo Leyser Gonçalves é anunciado para assumir de forma integral o comando deste ministério. Porém, em maio deste mesmo ano, assume Leonardo Carneiro Monteiro Piccini, o qual já havia sido Secretário do Estado de Habitação e assessor da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Este deixou o cargo para o último ministro, Leandro Cruz Froés da Silva, o qual assumiu em abril de 2018 e também atuou no estado do Rio, tendo, já em 2016, assumido a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) (BRASIL, 2017c). Durante sua existência, o Ministério do Esporte era composto por diferentes secretarias, órgãos de assistência direta ao Ministro do Estado e órgãos específicos, possuindo funções variadas e atuando por diferentes caminhos. A Figura 8 apresenta o organograma da estrutura Regimental do ME, produzido pelo Decreto nº 8.879, de 19 de Outubro de 2016 (BRASIL, 2016a).

Figura 8 - Organograma da Estrutura Regimental do Ministério do Esporte

Decreto nº 8.879/2016



Fonte: Brasil - Ministério do Esporte (2016a).

Atualmente, a SEE apresenta configuração diversificada daquela proposta pelo extinto ME. Ainda que não possua um organograma de sua estrutura, como no decreto apresentado, o *site* da SEE apresenta sua organização no item Quem é quem (BRASIL, 2019c), incluindo:

- **Gabinete do Secretário** (contendo a Chefia do Gabinete e a Diretoria de Projetos)
- **Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte – DIFE** (contendo Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Política de Financiamento ao Esporte – CGDPE, a Coordenação-Geral de Gestão da Lei de Incentivo ao Esporte – CGLIE e a Divisão de Incentivos Fiscais – DINFC)
- **Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS** (contendo o Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEDAP, a Coordenação-Geral de Lazer e Inclusão Social - CGLIS, a Coordenação de Políticas Esportivas Indígenas – COPEI, a Coordenação de Jogos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – COEELI, Divisão de Apoio Técnico às Políticas e Programas de Esporte e Lazer – DIAT, o Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEGEP, a Coordenação-Geral de Análise de Propostas – CGAP, a Coordenação de Análise de Proposta de Esporte e Educação – CPEE, a Divisão de Análise de Proposta de Esporte e Educação – DPEE, a Coordenação de Análise de Proposta de Esporte e Lazer – CPEL, a Divisão de Análise de Proposta de Esporte e Lazer – DPEL, a Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução – CGAE, a Coordenação de Acompanhamento e Execução de Esporte e Educação – CAEE, a Divisão de Acompanhamento e Execução de Esporte e Educação – DAEE, a Coordenação de Acompanhamento e Execução de Esporte e Lazer – CAEL, a Divisão de Acompanhamento e Execução de Esporte e Lazer – DAEL, a Coordenação-Geral de Análise de Alcance ao Objeto – CGAO, a Coordenação de Análise de Alcance do Objeto – CAAO, a Divisão de Análise de Alcance do Objeto de Esporte e Educação – DAO, a Divisão de Análise de Alcance do Objeto de Esporte e Lazer – DAOEL, a Coordenação-Geral de Custos e Destinação de Bens – CGCDB, a Coordenação de Custos e Destinação de Bens – CCDB, a Divisão de Custos e Destinação de Bens – DCDB).
- **Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR** (contendo o Gabinete – GABAR, o Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento – DEBAR, a Coordenação-Geral de Bolsa Atleta – CGPBA, a Coordenação de Bolsa Atleta – COPBA, a Divisão de Bolsa Atleta – DIPBA, a Coordenação-Geral de Rede Nacional de

Treinamento e Cidade Esportiva – CGTCE, o Departamento de Infraestrutura de Esporte – DIE, a Coordenação-Geral de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte – CGIE, a Coordenação de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte – COGIE, a Divisão de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte – DCGIE, a Coordenação-Geral de Relacionamento com Entidades Mandatárias – COREM

- **Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFUT** (contendo o Gabinete – GAFUT, o Departamento de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – DEFUT, a Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos do Torcedor – CGEDT, a Coordenação-Geral de Futebol – CGFUT, a Coordenação de Desenvolvimento de Ações de Futebol – CODAF, a Divisão de Acompanhamento e Fiscalização – DAFIS, a Autoridade Pública de Governança de Futebol – APFUT e a Coordenação-Geral de Fiscalização e Controle – CGFIS)
- **Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD** (contendo o Gabinete, a Diretoria Executiva, a Coordenação-Geral de Gestão de Resultados, a Coordenação, a Divisão, a Diretoria Técnica, a Coordenação-Geral Científica, a Coordenação

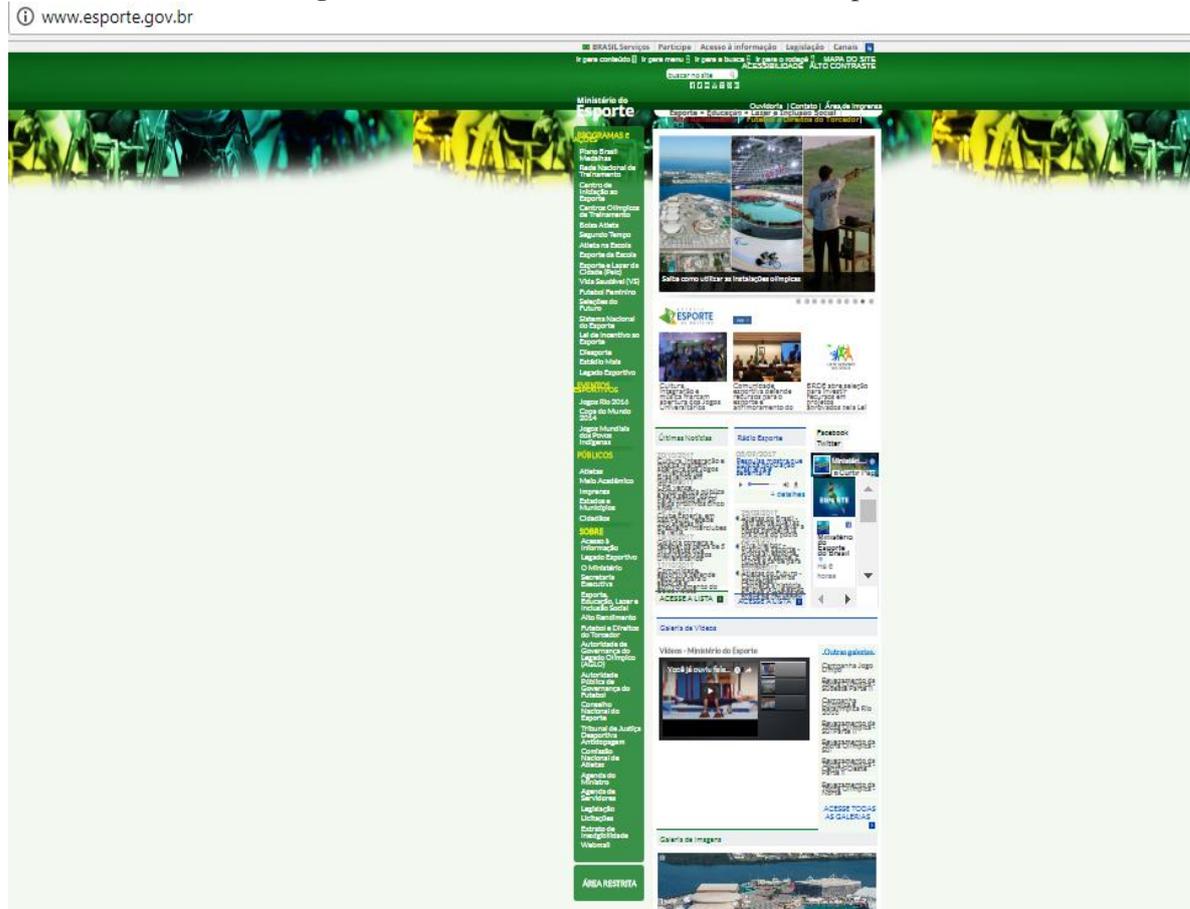
Todas as informações sobre o ME, até então o órgão máximo do desporto no país, constavam no *site* <http://www.esporte.gov.br>, sendo o mesmo *link* utilizado pela SEE atualmente. Quando se analisa este espaço entre os anos de 2016, 2017, até o final de 2018 e ainda hoje, são encontradas diferentes informações, dispostas em abas superiores, as quais dividem o enfoque sobre o esporte, incluindo:

- Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;
- Alto Rendimento;
- Futebol e Direitos do Torcedor;
- ABCD (Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem)

Pode-se perceber que esta divisão era baseada nas: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, na Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, na Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor e, ainda, na Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD, que, segundo o Decreto 7.784, de 2012, fazia parte da organização estrutural do ME, sendo um órgão de assistência direta e imediata (BRASIL, 2012c). Deste modo, estas secretarias e organizações tinham a responsabilidade de sistematizar programas e ações relacionadas ao esporte e ao lazer e, inclusive, fomentar e incentivar pesquisas, bem como, estabelecer parcerias com instituições de ensino que desenvolvam ou contribuam com estas.

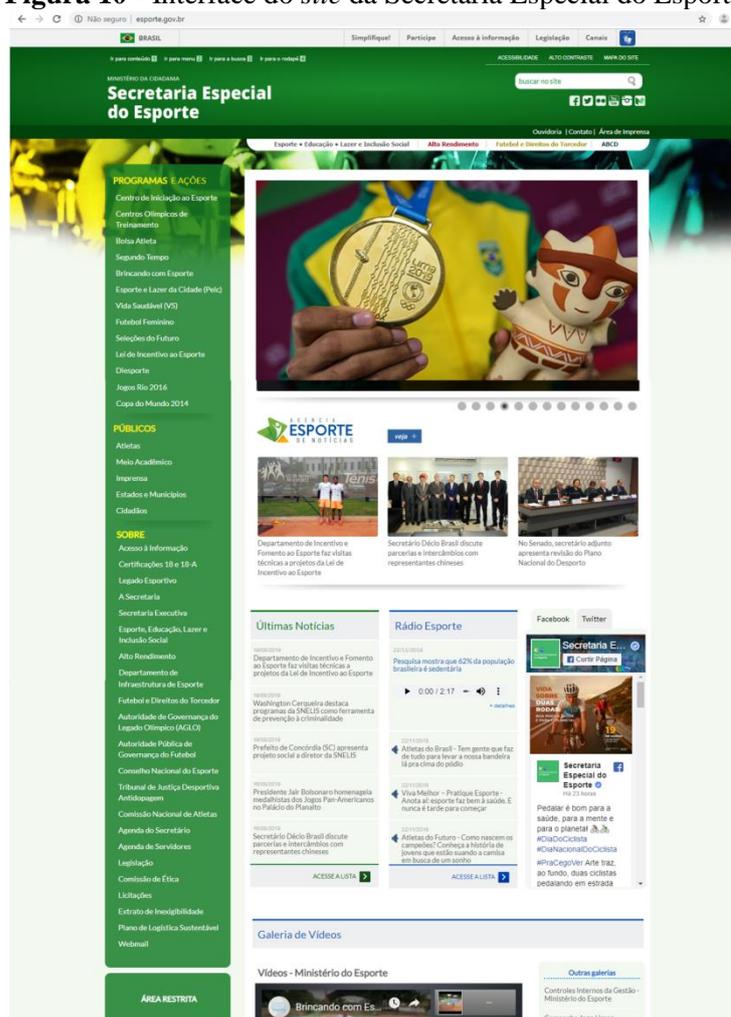
Existiam alguns ícones na lateral esquerda do *site*, os quais incluíam: Programas e Ações, Eventos Esportivos, Públicos, Sobre o ME e Área Restrita. Estes mesmos dados aparecem ainda no *site* da SEE. As Figuras 9 e 10 demonstram a interface visualizada quando o *site* ME era acessado, e a interface da SEE, respectivamente.

Figura 9 - Interface do *site* do Ministério do Esporte



Fonte: Brasil - Ministério do Esporte (2017b).

Figura 10 - Interface do site da Secretaria Especial do Esporte.



Fonte: Brasil - Secretaria Especial do Esporte (2019b).

No site do ME, estavam disponibilizados todos os programas e ações ofertados pelo órgão, em uma das principais abas. Estes incluíam um total de 17 programas ou ações (BRASIL, 2017b):

1. **Plano Brasil Medalhas 2016:** lançado no ano de 2013, pela Presidenta Dilma Roussef, cujo objetivo era colocar o país no *ranking* entre os dez primeiros países durante os Jogos Olímpicos e, entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos;
2. **Rede Nacional de Treinamento:** tem como coordenador a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) e suas competências se relacionam à implementação e ao desenvolvimento do esporte e treinamento de alto rendimento, além de ser responsável por ações do Plano Nacional de Esporte;
3. **Centro de Iniciação ao Esporte:** maior projeto de infraestrutura esportiva, desenvolvido na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujo objetivo é ofertar espaço, materiais e equipamentos de qualidade, de modo a

incentivar o esporte desde a iniciação na infância, principalmente em locais de vulnerabilidade e, atualmente, já foram inauguradas quatro unidades (Franco da Rocha – SP, Maringá – PR, Uberaba – MG e Arapongas – PR);

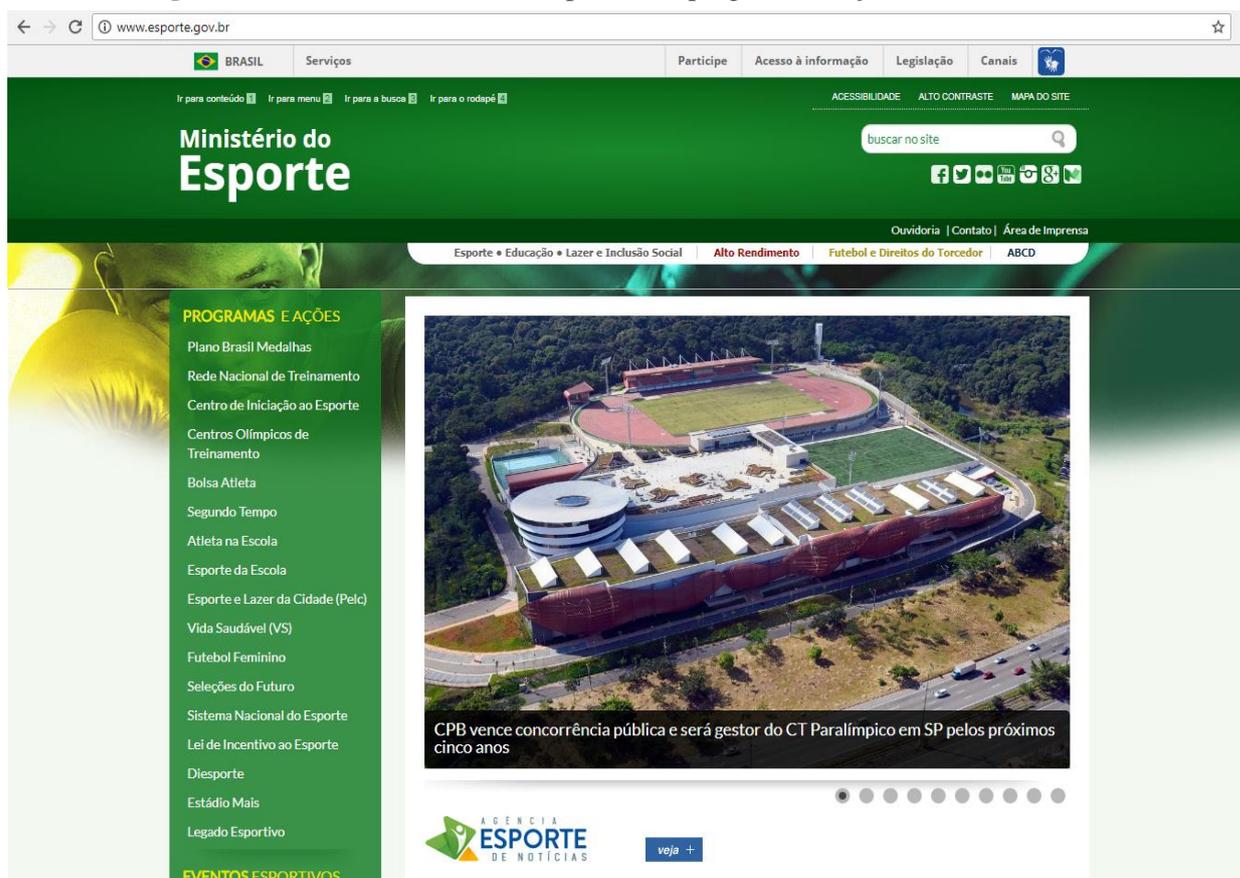
4. **Centros Olímpicos de Treinamento:** criados para atender aos legados dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, na maximização das instalações viabilizadas por parcerias (públicas e privadas), treinamentos e eventos esportivos ou não, que garantam retorno financeiro de sustentação destes espaços;
5. **Bolsa Atleta:** programa criado em 2005 e considerado o maior patrocinador individual de atletas no mundo, cujos beneficiários são atletas de alto rendimento, os quais tenham conquistado bons resultados em competições nacionais e internacionais, os quais recebem bolsas de valores que se alteram de acordo com a categoria em que se encontram (Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpico/Paralímpico e Pódio);
6. **Programa Segundo Tempo (PST):** de responsabilidade da SNELIS cujo objetivo está relacionado à democratização do acesso ao esporte educacional, ao desenvolvimento integral da criança que frequenta escola pública, preferencialmente, impactando no exercício da cidadania e na QV dos participantes, aplicado, em locais mais vulneráveis socialmente. O programa apresenta três vertentes, incluindo a Padrão – crianças e adolescentes, Paradesporto (pessoas com deficiência a partir de 6 anos) e Universitário (discentes de instituições públicas);
7. **Atleta na Escola:** lançado em 2013, tendo em vista os megaeventos esportivos que estavam por vir em 2016, no intuito de incentivar a prática esportiva dentro do contexto escolar, por meio da difusão de valores olímpicos e paralímpicos;
8. **Esporte na Escola:** integração entre o PST e o Mais Educação, subsidiado pelo Ministério da Educação, incorporado à proposta pedagógica da escola e desenvolvido no contraturno escolar;
9. **Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC):** desenvolvido pela SNELIS, para proporcionar a prática de AF, de cultura e atividades que contemplam o lazer, para pessoas de todas as idades, contribuindo para que PPEL sejam efetivadas como direitos sociais;
10. **Vida Saudável (VS):** de responsabilidade da SNELIS, versando sobre a prática de atividades físicas, culturais e que abarquem o lazer. Tem por objetivo estimular a convivência, a socialização de conhecimento e a efetivação de políticas sociais para

idosos com mais de 60 anos e deficientes, criado em 2012 e organizado como um braço do PELC.

11. **Futebol Feminino:** controlado pela Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT), tendo o intuito de melhorar o futebol em sua totalidade, incluindo a cultura do respeito entre os direitos do torcedor e o financiamento ao futebol feminino, o qual, quando de sua criação, ainda não apresentava gestão bem estruturada;
12. **Seleções do Futuro:** de responsabilidade da SNFDT, busca proporcionar boas condições para o desenvolvimento do futebol para crianças e adolescentes (entre 6 e 17 anos) no atendimento ao direito institucional;
13. **Sistema Nacional de Esporte (SNE):** criado para consolidar o esporte como uma PP democratizada, principalmente para crianças e jovens, colocar o país em posição de potencial esportivo e, ainda, integrar as iniciativas públicas aprovadas e do terceiro setor, de modo que estas políticas contemplem toda a população brasileira;
14. **Lei de Incentivo ao Esporte:** efetivada pela Lei n° 11.438, de 2006, organiza as contribuições financeiras pagas por meio do Imposto de Renda de empresas (1%) e pessoas físicas (6%), viabilizando estas verbas para projetos esportivos aprovados pelo ME;
15. **Diesporte:** Diagnóstico Nacional do Esporte, o qual busca identificar as dificuldades e perspectivas das práticas esportivas no país;
16. **Estádio Mais:** é uma iniciativa que busca informar elementos importantes acerca dos estádios brasileiros vigentes por lei e pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios – SISBRACE, abrindo um espaço de diálogo entre torcedor e gestor;
17. **Legado Esportivo:** atrelado à Rede Nacional de Treinamento (RNT), tendo como legado toda a infraestrutura esportiva que foi construída para os Jogos de 2016, incluindo, desde a formação dos atletas, até treinamento e os espaços físicos.

A Figura 11, apresentada a seguir, demonstra a página inicial do *site* do ME e o local no qual constavam todas as iniciativas desenvolvidas por este órgão.

Figura 11- Site do Ministério do Esporte e os programas e ações ofertados.



Fonte: Brasil - Ministério do Esporte (2017b).

Por meio das ações e programas organizados pelo ME, havia a possibilidade de cumprimento do direito social do acesso ao lazer e ao esporte, assim como se propõe a atual SEE. O direito ao lazer é previsto na Constituição Brasileira, artigo 6º, Título II, Capítulo II – dos Direitos Sociais e ao lazer e ao esporte profissional e não profissional, no artigo 217, do Capítulo III, Seção III – do Desporto (BRASIL, 1988).

O Ministério do Esporte era um órgão da administração direta e tinha como responsabilidade o cumprimento de competências gerais e específicas. Dentre as gerais, destacavam-se a atenção voltada apenas à prática do esporte e as específicas, relacionavam-se com o lazer. Em um contexto mais amplo, tais competências se resumiam, principalmente, na responsabilidade da organização política nacional, que garantia os direitos sociais relacionadas ao esporte e ao lazer. Dentre estas competências gerais e específicas, ressaltava-se, a inclusão social, prevista por meio do esporte e do lazer, sendo esta uma possibilidade de inserção de pessoas menos favorecidas socialmente, afrodescendentes, indígenas, deficientes e o indivíduo idoso, recebendo um olhar mais aguçado neste estudo (BRASIL, 2017d).

Nos últimos anos, pesquisas foram publicadas, relacionadas com estas ações e programas promovidos pelo ME, envolvendo públicos de diversas idades. Estudos de destaque, como o de Starepravo e Marchi Júnior (2013), por exemplo, fizeram uma análise técnica e processual do PELC, um dos programas do ministério, o qual atende públicos variados, evidenciando, tanto avanços e progressos, como também dificuldades, limites e contrações percebidas desde a sua criação. Relacionado ao mesmo programa, no estudo de Mendes e Cunha Júnior (2009), os autores, por meio da visão de gestores, identificaram que há a constatação de resultados positivos sobre o desenvolvimento do PELC. Todavia, são necessários mais investimentos, visto que este programa é um dos transformadores sociais que pode proporcionar muitos impactos positivos na vida das pessoas. Além disso, sua criação vai em direção ao cumprimento legal viabilizado por uma proposta governamental, relacionado à dimensão do desporto participativo no âmbito do esporte e do lazer (ARAÚJO, 2019), além de ter sido considerado importante para a propagação dos estudos sobre lazer e suas possíveis propulsões na elaboração de propostas de intervenção na área de PPEL (ALVES JÚNIOR, 2017).

Contextualizando outro programa financiado pelo ministério, Santos, Da Costa e Silva (2012), na realização de um estudo relacionado com o Plano Brasil Medalhas, identificaram que, apesar do constante investimento financeiro para que se tenha progressão no quadro de medalhas adquiridas pelo país, tal investimento é insuficiente para esta finalidade. Os dados apontados por estes autores sugerem fragilidades no Plano, identificando-o como emergencial, o que traria resultados momentâneos, apenas para o ano de 2016, nas Olimpíadas.

Já Oliveira (2013), em seu trabalho, em função do surgimento do Diesporte – Diagnóstico Nacional do Esporte - buscou diagnósticos relacionados ao esporte, de modo a identificar as dificuldades quanto à democratização da prática esportiva no país, que considere, desde o contexto cultural esportivo à inclusão social, bem como, o aumento dos resultados relativos ao esporte de alto rendimento. Tal esforço apontou dificuldades e sugestões técnicas, contribuindo com tal diagnóstico.

Quanto ao PST, o estudo de Ribeiro e Couto (2019) apontou dados referentes à capacitação do PST na modalidade de EaD e os autores afirmaram que o mesmo vem produzindo esforços de diferentes perspectivas ao programa, como o político e o tecnológico, além de instigar o desenvolvimento da temática lazer nestes cursos, a qual ainda precisa ser melhor explorada. Ainda sobre este programa, Gonçalves, Silva e Marins (2019) desenvolveram um estudo sobre a avaliação do programa de uma cidade do estado de Minas

Gerais, em sua vertente universitária. Estes autores se propuseram a identificar a eficiência e os impactos desencadeados pelo programa, de acordo com a visão dos gestores, assim, como também este público foi envolvido no presente estudo e os resultados por eles encontrados apontaram que de modo geral, o programa consegue alcançar seus objetivos. Ademais, conseguiu proporcionar neste caso, impactos sociais deixando legados na continuidade do programa dentro da universidade.

Esses exemplos dos estudos anteriormente citados analisaram alguns dos programas desenvolvidos pelo ME, sendo uma parte deles mais estudada e explorada do que outras. O Brasil tem um histórico recente de pesquisas relacionadas às PPEL, portanto, há, ainda, uma infinidade de material acerca das ações e programas para serem estudados, no sentido de contribuir para o aprimoramento, reestruturação e reorganização dessas iniciativas, podendo atingir a vida das pessoas com transformações sociais. Estas contribuições podem ampliar a noção de cidadania dos brasileiros, sendo que, este termo, segundo Marschal (1967), envolve o conjunto dos direitos civis (liberdade individual), políticos (participação na política e decisões) e sociais (herança de se conhecer sobre a civilização em que se está inserido).

Todas as iniciativas ofertadas pelo ME deveriam estar presentes em seu *site*, assim como atualmente no da SEE, para que a população tivesse acesso a tais informações, quando necessário. Todo o conteúdo disponibilizado neste espaço é de extrema importância, considerando que, *sites* são um dos principais veículos utilizados para a obtenção de informações e conhecimentos, na atualidade (VENDEMIA, 2017), inclusive, aqueles referentes ao esporte e ao lazer, haja vista a facilidade e agilidade em tal obtenção, advindas da evolução tecnológica em que se vive.

Embora os programas e ações ofertados pelo ME estivessem apresentados na interface do *site*, observa-se que, em alguns deles, a última data de atualização das informações que ali constavam estava desatualizada, sendo de anos anteriores a 2017, quando realizada a análise, inviabilizando a confirmação de que, efetivamente, todas as informações ali presentes fossem ainda concretas naquele momento. Isso porque, muitos destes programas se relacionavam aos Jogos Olímpicos ocorridos no ano de 2016, no país. No *site* da atual SEE, esta problemática referente à desatualização de informações também parece estar presente, haja vista que ainda que não tenha sido realizada uma análise completa deste espaço, parece que este apenas foi convertido para a SEE, continuando com informações desatualizadas, a citar, o exemplo das orientações estruturantes e das diretrizes do programa PELC, as quais constam no *site* as do ano de 2016, sendo disponibilizados, em outros espaços, versões ditas atualizadas, porém, do

ano de 2017, referentes a documentos publicados diante do surgimento do edital de 2017 (BRASIL, 2019b).

Além disso, algumas informações pareciam não estar consistentes e iguais, em diferentes locais no *site* do ME, pois, nas abas em que algum dos programas ou ações se relacionava com outros, existiam ícones que apontavam a divulgação para a pessoa que acessa o *site* conhecer os demais programas e ações do ME, porém, nestes locais, havia diferenças quanto ao número destas propostas. Outra observação importante é que, diante de tal inconsistência, as informações constantes no ícone programas e ações eram frequentemente alteradas, sendo acrescentadas e/ou retiradas.

Nesta direção, Van Dooren e Van de Walle (2016) afirmam que, em muitas situações, quando se trata do setor público, as informações disponibilizadas não são claras e são restritas, o que pode implicar diretamente na falta de motivação para adesão às ações ofertadas. Além disso, a inconsistência de informações pode gerar frustrações, pois, as pessoas que buscam informações criam expectativas construídas por suas necessidades e desejos (PACAUSKAS; RAJALA, 2017), o que poderia inibir o desenvolvimento, a divulgação e o maior envolvimento da população à proposta da ação ou dos programas ofertados pelo ME e pela SEE. Ademais, já há algum tempo se reconhecia que a inadequada compreensão das informações referentes à PP, por parte dos usuários, era uma grande dificuldade que poderia interferir nos impactos desencadeados por estas iniciativas públicas, visto que, muitas vezes, os gestores de tais políticas não davam a devida atenção a este fato (DAVIES, 1994). Embora o desenvolvimento e aprimoramento das PPEL tenham ocorrido, a situação parece ainda ser caracterizada como uma problemática.

O ME, assim como se prevê, seguia a Lei de Acesso à Informação. Inclusive, no próprio *site*, na aba Institucional, constava um tópico referente especificamente a isso. A referida Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, prevê a garantia por direito constitucional e em toda a nação, o acesso e conhecimento das informações públicas, sendo um marco importante para a prevenção da corrupção, na participação popular e nas melhorias da gestão pública (BRASIL, 2011). Embora o acesso à informação proveniente dos órgãos públicos já fosse garantido na Constituição de 1988, a Lei da Informação contribuiu para o estabelecimento de requisitos que facilitem e agilizem a divulgação destas informações a todas as pessoas, ainda que não seja devidamente cumprida.

Silva e Pinheiro (2015) afirmam que, somente após esta Lei, é que os dados e números do governo foram efetivamente disponibilizados à população. Porém, passados quase 10 anos, as lacunas referentes a este quadro permanecem. Segundo a análise de Tavares (2013),

quando ainda da existência do ME, este ainda precisaria se organizar com relação à gestão destas informações, especialmente no que tange aos programas e ações ofertados, embora se tenha progredido, de certa forma, nas discussões acerca do esporte e lazer no Brasil. O mesmo pode ser aplicado à SEE.

Além disso, Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019) sugerem que com a atual SEE o orçamento destinado a este setor, tende a ser cada vez mais reduzido, haja vista sua regressão, apenas como secretaria. Os autores firmam ainda, após análise dos anos de existência do ME que, embora fossem reconhecidos seus propósitos, durante os 16 anos de sua existência, ficaram em segundo plano seus propósitos, aqui já anteriormente apresentados, atrelados ao desenvolvimento de PP direcionadas às práticas esportivas e do âmbito do lazer, sendo muito mais evidentes ações voltadas ao atendimento de interesses (políticos e econômicos), diante das situações vivenciadas pelo país, como a viabilização de verbas para a construção de infraestrutura e o desenvolvimento de megaeventos. Além disso, o olhar direcionado a estes interesses, nem sempre estiveram articulados com o esporte e grande parte dos produtos resultantes destes investimentos, não é mais utilizada para estes fins nos dias de hoje, pela descontinuidade destes interesses, a exemplo, os estádios construídos no país, os quais, por falta de manutenção se tornaram espaços inutilizados.

Dentre todos os programas e ações ofertados pelo ME e pela atual SEE, que focalizavam o esporte, a educação, o lazer e inclusão social, observou-se que o PELC é, ainda hoje, um dos programas que incluem uma proposta para todas as faixas etárias da população, entretanto, ele é o único que evidencia ações nos âmbitos do lazer e do esporte recreativo, ou seja, não considera o esporte de alto rendimento. Aquele que focalizava exclusivamente a pessoa idosa, população de interesse desta Tese, é o Programa Vida Saudável e, por isso, foi discutido mais detalhadamente a seguir.

4.4 O Programa Vida Saudável e o Idoso

O Vida Saudável (VS) foi reconhecido como programa pelo extinto ME no ano de 2012, sendo desenvolvido anteriormente como uma vertente do PELC, apresentando os mesmos objetivos, embora as diferenças estivessem no direcionamento ao público idoso e também, na possibilidade de participação das pessoas acima de 45 anos (ECHER, 2017), diferentemente do que ocorre atualmente em que a predominância da participação no Programa deve ser do público idoso, acima de 60 anos (BRASIL, 2016b). O PELC foi criado em 2003 e ocorre por meio da implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer situado em diferentes locais do país, assim como o VS. Este abrange tanto a área urbana, como a rural,

tendo como público alvo pessoas de todas as idades (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e povos indígenas). Cada um dos núcleos pode atender um total de 300 pessoas de idades variadas e esses núcleos podem ser classificados como PELC Urbano ou PELC PCT (Povos e Comunidades Tradicionais) envolvendo, por exemplo, povos indígenas, populações ribeirinhas e quilombolas, de acordo com o último edital do ano de 2017, sendo este número, nos editais anteriores, de 400 pessoas. Para a realização das atividades esportivas, aquelas que envolvem o contexto do lazer, bem como, as atividades recreativas, culturais, intelectuais e artísticas, são utilizados diferentes espaços, dentre os quais, quadras, ginásios, praças, campos de futebol, clubes, salões paroquiais, dentre outros (BRASIL, 2017e).

Durante o desenvolvimento desta proposta, um dos princípios aplicados é a gestão democrática, com a atuação do público participante. O Programa possui diversos objetivos, dentre eles, a democratização do acesso ao lazer e ao esporte recreativo, a valorização da cultura local e a ressignificação dos espaços e equipamentos públicos destinados a tais atividades. Atualmente, o PELC focaliza sua atuação em três eixos fundamentais, de modo que seus objetivos sejam alcançados e se resumem a: 1 – Implantar e desenvolver os núcleos de esporte recreativo e lazer por todo Brasil, por meio de atividades sistemáticas e assistemáticas, garantindo a efetivação dos direitos às PP de lazer e esporte recreativo, 2 – Formação Continuada de gestores, agentes sociais e de lazer, líderes comunitários, pesquisadores e parceiros atuantes na esfera pública, visando à formação e à futura implementação de políticas locais e 3 – Monitoramento e avaliação, de forma contínua, desenvolvido por todos os atuantes à frente do Programa, em busca da qualificação das ações (BRASIL, 2017e). O principal *slogan* de divulgação do PELC é “O Lazer vai tomar conta da cidade e a cidade vai tomar conta do Lazer”, o que permite refletir, mais uma vez, sobre a intenção efetiva de atendimento aos direitos garantidos por lei e a ideia de que a proposta atinja toda a população (BRASIL, 2017e). Ademais, o PELC pode ser uma excelente proposta, ainda que, na prática, muitas dificuldades possa torná-la distante de serem referências em PPEL, visto que o próprio documento deixa claro que, após a implementação do Programa, é fundamental que as prefeituras ou órgãos locais se apropriem do mesmo e deem continuidade a todas as atividades, sendo o PELC apenas um suporte financeiro e pedagógico, durante 24 meses, esperando que, futuramente, conduzam suas próprias PP de esporte e lazer recreativo (BRASIL, 2017e).

Já o VS, anteriormente era apenas um dos núcleos do PELC e, devido ao seu desenvolvimento, surge como um importante Programa social, o qual tem como principal

diferença a atenção exclusiva à população idosa. O PELC, assim como o VS, era desenvolvido via SNELIS (BRASIL, 2017b), e parecem ter continuidade conforme consta no *site* da SEE (BRASIL, 2019b). As atividades desenvolvidas no VS são pensadas exclusivamente para atender às necessidades do idoso e fazer ecoar o protagonismo deste público. O principal *slogan* utilizado pelo Programa é: *É tempo de viver diferente*, no qual se considera a situação atual da população idosa, que tem crescido no país e no mundo e, portanto, o reconhecimento da necessidade de maior atenção ao público idoso. A Figura 12 mostra o *slogan* e o logotipo utilizados pelo Programa (BRASIL, 2017b).

Figura 12 - *Slogan* e Logomarca do Programa Vida Saudável.



Fonte: Brasil (2016c).

No documento mais recente referente ao VS, disponibilizado no *site* do extinto ME e no da atual SEE, constava a data de 2016, quando da análise, embora o último edital disponível fosse o de 2013, o que se pode deduzir que seus documentos tivessem sido atualizados para atender aos órgãos locais/cidades contempladas com implantação em atraso e para atender às cidades conveniadas por emenda parlamentar, posteriormente a este edital. O intuito do Programa é ofertar PP que permitam melhoria da QV de pessoas com idade de 60 anos ou mais, sendo incluídas as pessoas com deficiência. Além disso, por meio do Programa, devem ser oportunizadas não apenas as atividades físicas, mas também, as culturais e que abarcam o lazer, permitindo, principalmente, o convívio social dos participantes (BRASIL, 2016b).

Dentre os objetivos do VS estão: o desenvolvimento de atividades diversificadas nos núcleos de esporte e lazer; o incentivo à participação na gestão do Programa; a orientação às instituições no desenvolvimento de PP de esporte recreativo e lazer para idosos; o estímulo à formação continuada dos agentes comunitários e gestores; o fomento de eventos relacionados ao lazer e ao esporte recreativo e a garantia do direito ao lazer e ao esporte recreativo, por meio da valorização da cultura local. Como eixos centrais do Programa VS, têm-se (BRASIL, 2016b):

- 1- Implementar e desenvolver os núcleos de esporte recreativo e lazer, de modo a garantir os direitos de pessoas idosas;
- 2- Proporcionar formação contínua para os envolvidos do VS (gestores, agentes e demais parceiros);
- 3- Monitorar e Avaliar frequentemente o Programa de PP, de modo a atingir com qualidade os objetivos e metas do mesmo.

O Programa VS, de acordo com o item 4 da última diretriz publicada em 2016, norteia como processos pedagógicos, os seguintes aspectos: Auto-organização comunitária, trabalho coletivo, protagonismo do sujeito que envelhece, valorização da cultura local, valorização dos saberes dos idosos, respeito à diversidade (cultural, sexual, étnica e religiosa, intersetorialidade e municipalização/Institucionalização do Setor (BRASIL, 2016b, p. 5). Para que um município, Estado, Distrito Federal, Universidades Estaduais ou Federais e Institutos Públicos de Ensino Superior possam pleitear o desenvolvimento do VS, é necessário participar de um edital público, onde há a submissão de um projeto e de um planejamento pedagógico, além das possibilidades de indicação por emenda parlamentar por proponente específico, diante da devida justificativa específica. Quando da contemplação do VS, é preciso respeitar as diretrizes do mesmo, sendo possível usufruir recursos financeiros na aquisição de materiais para as atividades e eventos, para a contratação de pessoal (coordenadores e agentes sociais) e formação continuada (BRASIL, 2017b).

Os núcleos do Programa possuem um espaço de convivência social próprio, buscando-se, assim, a identificação do idoso com outros idosos. Estes espaços podem incluir salões paroquiais, ginásios, campos de futebol, quadras, dentre outros, os quais são destinados aos núcleos, considerados locais de referência, embora permitam a possibilidade da realização em outros espaços que não estes. Um fato importante considerado nesta diretriz é a preocupação com estes espaços que formam os núcleos, para que estejam aptos para receberem pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, sendo ressaltada a necessidade de equipamentos de segurança, como corrimão, elevadores e rampas de acesso, quando necessário, de modo que as atividades possam ser bem desenvolvidas. Cada um dos núcleos deve ter um total de 200 atendimentos, sendo todas as atividades propostas pela entidade que desenvolve o VS, devendo esta apresentar a relação das possibilidades de participação nas oficinas, bem como, o número de componentes de cada uma (BRASIL, 2016b).

O próprio documento das diretrizes do VS, especificamente no item 8, sugere algumas atividades sistemáticas e assistemáticas a serem desenvolvidas nas oficinas. As atividades

sistemáticas se referem às oficinas, as quais contemplam os conteúdos culturais do Lazer. Devem ser desenvolvidas por duas ou três vezes na semana, com duração total de uma hora cada, no mínimo, ocorrendo nos períodos matutinos, vespertinos, noturnos, nos fins de semana e ser referentes à cultura corporal e lúdica, atingindo os interesses da comunidade, sendo apontadas como sugestão (BRASIL, 2016b) as atividades:

- Físicas: alongamento, caminhada, ginástica, natação, hidroginástica, watsu, yoga, Pilates
- Shiatsu
- Esportivas: voleibol, handebol, basquete, futebol, skate, tênis de mesa, câmbio.
- Lutas: caratê, judô, taekwondo
- Culturais e artísticas: música, teatro, artesanato, filmes, sala de leitura
- Danças: regionais, contemporâneas, clássicas, ginástica coreografada
- Capoeira e suas adaptações
- Jogos populares e de salão
- Jogos cognitivos: dama e xadrez
- Folclóricas
- Brinquedotecas

Dentre as atividades assistemáticas estão elencados os eventos esporádicos, de pequeno, médio e grande portes, envolvendo as pessoas que participam de um mesmo núcleo, os familiares e a comunidade e, até mesmo, ocasiões com a integração de todos os núcleos. Alguns exemplos incluem as colônias de férias, as ruas de lazer, a inauguração do Programa e festivais culturais, todos de caráter participativo e não competitivo, exemplos estes citados no item 10 do referido documento (BRASIL, 2016b). O Programa é pleiteado por um período de 24 meses, dentre os quais, quatro meses são destinados à estruturação do convênio e os demais, para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2016b, 2016c). A quantidade de núcleos do VS é diferente, de acordo com o número de habitantes da cidade pleiteante do Programa e, durante o processo, estas devem se atentar para os limites apresentados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Relação da Densidade Populacional e a possibilidade de núcleos por município.

Nº de Habitantes	Núcleos
Até 50.000	01 A 03
50.001 a 199.000	04 A 06
Acima de 200.000	07 A 10
Capitais e regiões metropolitanas com população acima de 200 mil habitantes	11 a 20

Fonte: Brasil (2016c).

As orientações estruturantes norteiam o conveniente sobre outras responsabilidades assumidas quando do estabelecimento do convênio, dentre as quais representavam algumas das responsabilidades do ME, a aquisição dos materiais permanentes, os materiais esportivos, os uniformes e o financiamento dos eventos, enquanto que algumas das responsabilidades locais envolvem, além da providência da estrutura de realização das oficinas, a aquisição de todos os materiais de consumo e a contrapartida, que se refere a “[...] parcela de recursos próprios que a entidade proponente deve aplicar na execução do objeto do convênio, de acordo com sua capacidade técnica e operacional, a materialização do esforço das partes para viabilizar o projeto [...]” sendo a única exceção dada a entidades públicas federais (BRASIL, 2016c, p. 7).

Para o desenvolvimento do VS são necessários os seguintes recursos humanos: 01 Coordenador Geral (sendo a responsabilidade de contratação da instituição parceira/conveniente), 01 Coordenador Pedagógico, 01 Coordenador Setorial (contratado a partir do estabelecimento de 20 núcleos), 01 Coordenador de Núcleo e 03 Agentes Sociais de Esporte e de Lazer para cada núcleo, todos eles com tempo de contratação entre 21 e 24 meses. O Coordenador de Núcleo deve ter, preferencialmente, a formação superior em Educação, Esporte e/ou Lazer e a mesma formação é obrigatória para os coordenadores: Geral, Setorial e Pedagógico, os quais podem ter formação em Educação Física.

Os Agentes Sociais podem ser graduandos em EF, ou pessoas orientadas por um Profissional de EF, sendo eles os protagonistas da atuação, permeada pela gestão participativa, realizando as atividades físicas nos núcleos. Estes protagonistas não necessariamente precisam ter formação e serem professores na área, mas podem ter formação em outras áreas, ou serem educadores populares, ou líderes comunitários habituados a desenvolver atividades recreativas, culturais, artísticas e do contexto do lazer na comunidade na qual ocorre o Programa. Há, ainda, um cargo para 01 Interlocutor SICONV¹ (com exceção de quando o Programa é desenvolvido em Universidades e Institutos Federais), fornecido pelo conveniente, o qual é responsável pelo trabalho técnico e pelo atendimento das necessidades decorrentes do convênio, atuando como gestor e fiscal durante todo o processo (BRASIL, 2016c).

Além dos gestores dos Programas nas comunidades, há os gestores nacionais. Segundo informações disponibilizadas no *site* do ME, até meados do ano de 2018, esses gestores seriam um Secretário Nacional de Esporte, Educação Lazer e Inclusão Social e três

¹ Interlocutor que atua com o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses

coordenadores: Coordenadora Geral de Lazer e Inclusão Social, Coordenador Geral de Análise de Propostas) e uma Coordenadora Geral de Acompanhamento da Execução) (BRASIL, 2017b).

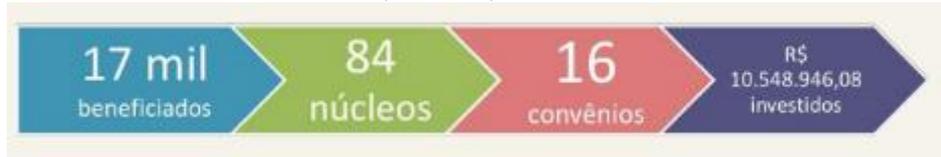
A formação continuada dos profissionais envolvidos no Programa é prevista e conta com a parceria de formadores e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, cuja qualificação ocorre presencialmente e à distância, conforme consta nas Diretrizes do VS (BRASIL, 2016b). Nesta capacitação geral participavam tanto os gestores do Programa, quanto o pessoal do extinto ME, os coordenadores, os formadores da UFMG e os interlocutores, para contribuírem com as entidades que estavam iniciando com o Programa. O VS ainda é avaliado pelo MIMBOÉ² - Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação, que apresenta indicadores relacionados ao desenvolvimento pedagógico que subsidiam o desenvolvimento das atividades dentro dos núcleos. Prevê-se que o Programa seja divulgado, no intuito de atender o maior número de pessoas da comunidade, utilizando-se diferentes fontes de informação, desde o próprio *site*, as redes sociais, o rádio, a TV, até a utilização de carros de som, a fixação de cartazes, *banners* e faixas (BRASIL, 2016b).

No *site* do extinto ME, durante o período de análise de informações, constava apenas, o último edital lançado em 2013, para que as cidades pudessem pleitear o Programa, sendo o exercício do convênio previsto no ano de 2014 (BRASIL, 2017 – *site* do ME). No *site* do ME não constava qualquer informação sobre a existência de editais mais atuais. Presume-se, assim, que este tenha sido o único edital, após a independência do Programa, a partir do ano de 2013 até o momento atual, haja vista que, com o novo governo, a situação de continuidade ainda parece ser incerta e os mesmos editais constam no *site* da atual SEE.

Observou-se a ausência da descrição das cidades que já teriam sido conveniadas ou estavam com convênio ativo, no *site* do Programa, sendo, estes fatores, limitantes na divulgação e veiculação de suas informações. Todavia, o recente documento referente ao relatório de gestão do ME para o ano de 2018, aponta que o Programa já subsidiou um total de 17 mil beneficiários, conforme Figura 13, a seguir (BRASIL, 2019d):

² Sistema cuja nomenclatura deriva do Tupi Guarani, que significa “o ensinado”, criado pelo ME para avaliar os programas PELC e VS por meio de coleta, alimentação, armazenamento processamento de informações online (BRASIL, 2019B). Para saber mais, ver em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/210-noticias-snelis/47265-ministerio-do-esporte-estrutura-sistema-de-informacao-para-monitorar-os-programas-pelc-e-vida-saudavel-2>.

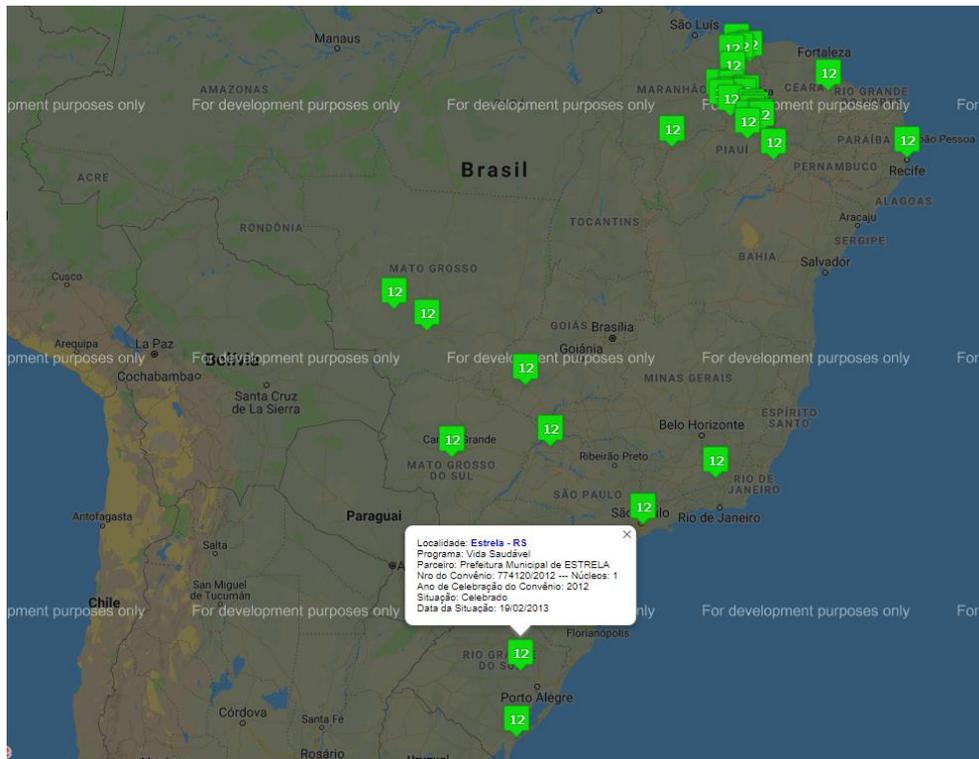
Figura 13 – Número de beneficiários, núcleos, convênios e financiamento investido no VS.



Fonte: Brasil (2019d).

Estas informações acerca dos 16 convênios ativos foram ratificadas no *site* da Universidade Estadual de Maringá – UEM, especificamente sobre o Portal do Projeto PST Brasil, no qual constam os dados sobre a localização dos convênios dos diversos programas do ME, incluindo os estabelecidos pelo VS. Estas informações foram apresentadas na Figura 14, a qual estava disponível neste *site*, selecionando-se o item da geolocalização do Programa VS. Estas informações geravam um mapa contendo os convênios ativos deste Programa, incluindo as informações sobre o número, ano, nome do município e do parceiro, a situação e a data desta situação do convênio (BRASIL, 2019e). Entretanto, observou-se que estas informações estavam desatualizadas, conforme data da situação do convênio, não representando os convênios ativos, mas sim, alguns dos convênios já estabelecidos, conforme exemplo apresentado a seguir.

Figura 14 – Convênios ativos do Programa VS segundo fonte de informações do Portal do Projeto PST.

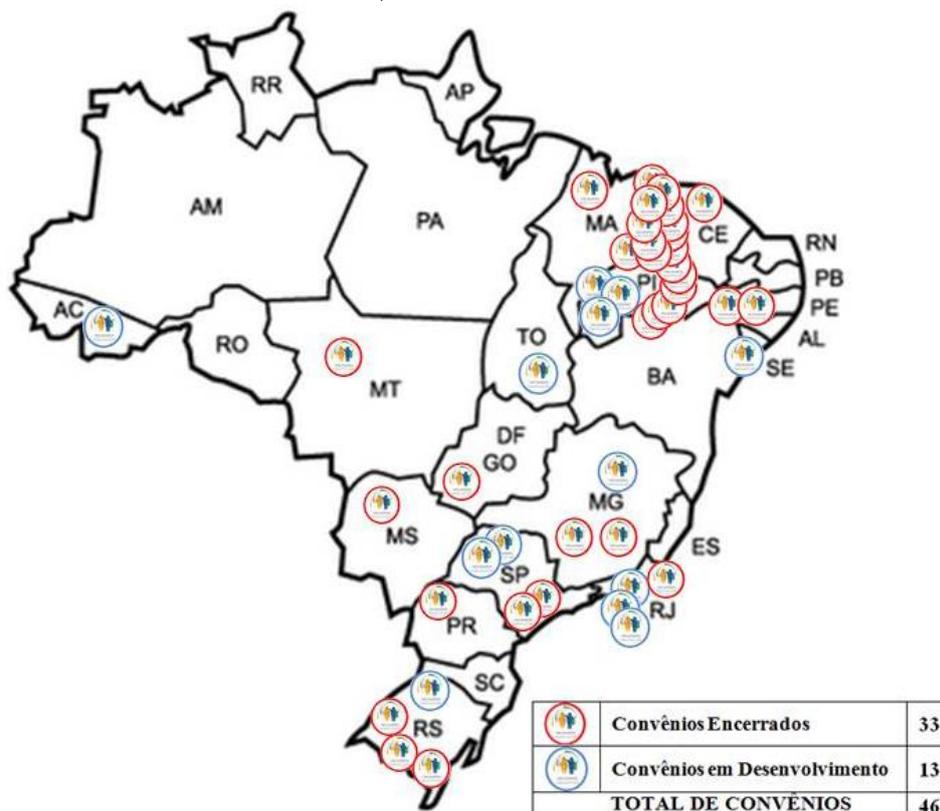


Fonte: UEM – Portal do Projeto PST (BRASIL, 2019f).

Para verificação dos dados, o antigo ME foi contatado, na época, para desenvolvimento desta Tese, e foram obtidos dados diretamente por *email*, sendo identificado que, até o ano de 2018, constavam em vigência 13 convênios ativos, 33 convênios encerrados e 12 parcerias canceladas/rescindidas. Todos os dados detalhados sobre estes municípios encontram-se no ANEXO A desta Tese. No exemplo da Figura 14, a cidade de Estrela – RS consta como convênio ativo. Entretanto, parece ser convênio encerrado, segundo estes dados obtidos por *email* (CAVALCANTE, 2018).

Considerando apenas os convênios efetivados (ativos/em desenvolvimento e encerrados), esse total é de 46, número este que diverge dos dados apontados no relatório de gestão, anteriormente citado. Presume-se, assim, que, neste documento, possam ter sido adjuntos os convênios estabelecidos quando o VS ainda era um dos núcleos do PELC e não um Programa independente. A Figura 15 apresenta os convênios firmados (em desenvolvimento e encerrados) estabelecidos no país, entre os anos de 2014 a 2018, conforme ratificado pela SNELIS, por *email*.

Figura 15 – Convênios em desenvolvimento e encerrados do VS entre os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.



Fonte: Elaborada pela autora com base em dados obtidos via gestores do ME (2018).

Já é reconhecida, na literatura acadêmica, a existência de inúmeros estudos que analisaram o PELC e aspectos relacionados a ele, como, os impactos proporcionados por ele na vida das pessoas ou a formação dos gestores atuantes (EWERTON, 2010; FERRERIA; MARCELLINO, 2007; CASTRO; STAREPRAVO; SOUZA, 2018; FERREIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2017; SAGRILLO; BACCIN; BOTH, 2007; SANTOS *et al.*, 2019; SOARES, 2017; SOUZA *et al.*, 2010; STAREPRAVO *et al.*, 2018; SUASSUNA, 2009; TEIXEIRA *et al.*, 2014; TONDIN; MOLINA NETO; WITTIZORECKI, 2014; VIEIRA *et al.*, 2017). Entretanto, especificamente sobre o VS, as investidas acadêmicas direcionadas a este Programa parecem ainda ser discretas (GOELNNER, 2017; GRASSO; ISAYAMA; 2017; REZENDE *et al.*, 2018; PINTOS; ISAYAMA, 2016; MELO; BOLETINI; COUTO, 2018; REINALDO *et al.*, 2015; SOARES; GUADANINI, 2018; TASCA; SOUZA, 2017).

Reconhecem-se estes estudos, divulgados por meio de eventos científicos, seja no formato de resumos, de trabalhos completos, por meio da publicação em capítulos e livros, ou ainda, estudos que se apropriaram dos idosos do Programa para participação em amostras de outros estudos, embora não tenham sido traçadas reflexões sobre a perspectiva política (CARVALHO *et al.*, 2016, MATIAS *et al.*, 2014; NUNES *et al.*, 2013; REINALDO *et al.*, 2015). Observa-se ainda, que alguns deles apenas citam o VS, sem focalizá-lo durante as discussões, apresentando pouco aprofundamento sobre o Programa em questão. Deste modo, este Programa merece maior atenção de pesquisadores que possam vir a contribuir para a compreensão sobre os impactos que seu desenvolvimento pode causar na vida de pessoas idosas. No intuito de serem aprofundados os estudos desenvolvidos acerca do Programa VS, foi realizado o Artigo 1, o qual subsidiou as demais etapas de desenvolvimento desta Tese.

4.4.1 Artigo 1

O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL PARA IDOSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

THE VIDA SAUDÁVEL PROGRAM FOR THE ELDERLY: A SISTEMATIC REVIEW

Resumo

Este estudo, de natureza qualitativa, teve por objetivo investigar a produção de conhecimento científico referente ao Programa Vida Saudável para idosos. Esta revisão sistemática foi realizada por meio de buscas em bases de dados científicas e periódicos nacionais, evidenciando 5 trabalhos científicos, diretamente envolvidos com a temática e selecionados para discussão. Os dados foram analisados por meio da Técnica de Análise de Conteúdo, sendo estabelecidas, *a posteriori*, duas categorias de análise: 1) Aspectos metodológicos e 2)

Conteúdos abordados. Os resultados indicam que os estudos selecionados foram predominantemente de natureza qualitativa, sendo mais recorrente o emprego de entrevista como técnica de coleta de dados. Os conteúdos abordados foram relacionados às diretrizes do VS, à implantação, à formação, à gestão e à avaliação. Esta iniciativa é ainda pouco explorada nos estudos acadêmicos, merecendo maior atenção, sobretudo por sua importância para a qualidade de vida e impactos sociais dos atores envolvidos.

Palavras-chave: Política Pública; Idoso; Esporte; Atividades de Lazer.

Abstract

The present qualitative study aimed to investigate the production of scientific knowledge with respect to the *Vida Saudável* (VS) Program for the elderly, in order to expand and subsidize possible directions for the development of future studies. This systematic review was performed through searches in national scientific databases and journals, which evidenced 5 scientific papers directly involved to the theme, thus selected for discussion. The data was analyzed using the Content Analysis Technique. Two categories of analyses were established *a posteriori*: 1) Methodological aspects and 2) Contents addressed. The results indicate that the selected studies were predominantly qualitative in nature, with recurrent use of interview as data collection. The contents addressed were related to the VS Program's guidelines, implementation, training, management and evaluation. The VS Program is still little explored in academic studies, deserving greater attention, especially due to its importance to the quality of life and social impacts for the actors involved.

Keywords: Public policy; Sport; Leisure Activities; Elderly

Introdução

O conceito de Políticas públicas (PP) não é tão antigo e, ao se buscar apoio histórico sobre este termo, identificou-se que suas primeiras investidas se deram por Laswell, na década de 1950 (FREY, 2000; SECCHI, 2017). As PP se referem a um campo do conhecimento o qual abarca a ciência da PP, a qual, segundo Secchi (2017), é conhecida como *policy science*.

A definição de PP parece ser divergente e depende do contexto em que é aplicada e da área de desenvolvimento. Este campo é bastante complexo, justamente por remeter a inúmeras variáveis e dependendo da linha teórica adotada, ele pode ser diferenciado de outros enfoques (HOWLETT; MCCONNELL; PERL, 2017). Segundo Souza (2006, p.26), o termo PP pode ser definido como: “[...] campo de conhecimento que busca ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Na visão de Secchi (2013, p.2) PP referem-se a: “[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...]”, geralmente orientada à “[...] atividade ou passividade de alguém[...]” possuindo dois elementos os quais são fundamentais: “[...] intencionalidade pública e resposta a um problema público”.

Segundo Souza (2006), é imprescindível que, ao se tratar de PP, seja considerada sua essência, os aspectos conflituosos internos do governo, os seus limites e a possibilidade de atuação conjunta de outras instituições, grupos e/ou outros governos. Este campo das PP, ao mesmo tempo em que propõe uma ação, deveria, também, analisá-la e propor mudanças, de acordo com as necessidades da mesma, ou seja, implica em considerar um período de "[...] estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real" (SOUZA, 2006, p. 26). Nesta mesma direção Secchi (2013) aponta que as PP são materializadas no formato de instrumentos públicos, instituições, atores políticos, instrumentos, programas, ações, leis, projetos, campanhas, dentre outros.

Quando se trata da área do Esporte e Lazer e, portanto, do contexto específico das Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL), um subcampo inserido no âmbito das PP, percebe-se que, desde a Constituição Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), este segmento político desenhou-se por seu cunho social, devido ao contexto no qual se vivia na época da formulação da Constituição e à necessidade de se atender ao direito à prática esportiva, orientado pelas leis constitucionais. As políticas, carregadas por tal conotação, se tornaram conhecidas, por serem chamadas de PP sociais, criadas no intuito de promoverem a diminuição de problemas sociais, como as desigualdades socioeconômicas (HOFLING, 2001).

Ademais, ainda existem dificuldades, ao se pensar em PPEL para além da política geral. Isso ocorre, porque, muitas vezes, estas reflexões se referem a um fenômeno que atende às necessidades que foram dadas por direito ao cidadão brasileiro, sem ser considerado seu contexto social (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011). Sendo assim, ao se pensar na temática, é necessário que se associe a ação das PPEL com outras áreas de conhecimento, como o campo social, o da educação, da ciência política, da assistência, ou da saúde (AMARAL; PEREIRA, 2009).

É reconhecido que, nos últimos anos, os estudos acerca de PPEL no Brasil cresceram, haja vista o esforço de pesquisadores para o fortalecimento da área, a organização e produção de edições especiais em periódicos específicos sobre PPEL, a abertura de linhas de pesquisa nos Programas de pós-graduação, a criação e consolidação de grupos de pesquisa e o aumento da produção de livros e artigos científicos (SCHWARTZ *et al.*, 2015). Além disso, a organização de eventos sobre a temática e as parcerias entre o extinto Ministério do Esporte (ME) e diversas Instituições, estabelecidas nos últimos anos, a exemplo da criação da Rede

Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) do ME (CANAN; STAREPRAVO; ATHAYDE, 2017), impactaram positivamente esse crescimento.

Esta realidade, nos âmbitos acadêmico e científico, embora ainda represente um período de estruturação, de algum modo imprime a compreensão de impactos na vida dos participantes de qualquer faixa etária, os quais usufruem tais políticas. Este parece ser o caso da população idosa, a qual teve um aumento considerável nos últimos anos, em nível mundial (ONUBR, 2019) e que tem se apropriado de ofertas de propostas relacionadas ao esporte e ao lazer, provenientes de ações e projetos ofertados por órgãos públicos (ALBUQUERQUE FILHO, 2016; ESTIVAL; CORRÊA, 2019; KHORKINA; FILIPPOVA, 2015; OLIVEIRA, 2016).

No país, o principal órgão que atendia às PPEL para a população idosa era o Ministério do Esporte, assim instituído até o ano de 2018, quando foi transformado na Secretaria Especial do Esporte (SEE), quando o novo governo assumiu o mandato, em 2019. Segundo Athayde (2015) havia no país uma desorganização governamental relacionada às políticas esportivas e de lazer, as quais começam a ser reorganizadas quando o governo Lula entra no poder e é criado o ME, no ano de 2003.

Por meio deste extinto Ministério, inicialmente, foram criados os programas sociais: Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), os quais permitiam que direitos atrelados ao esporte e lazer pudessem ser efetivados (ATHAYDE, 2015). Até o ano de 2018, dois programas foram responsáveis em subsidiar políticas relacionadas a esta perspectiva, garantindo que os direitos adquiridos por lei à população idosa fossem atingidos: O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), destinado a toda população e o Programa Vida Saudável (VS), específico para a população idosa, foco deste estudo (ESTIVAL; CORRÊA, 2019).

Com relação ao PELC parecem ser inúmeros os estudos, no âmbito acadêmico que se debruçaram em investigar esse programa, incluindo diferentes perspectivas, tais como a visão de gestores, dos usuários, os aspectos orçamentários, a gestão empregada, dentre outros (ALBUQUERQUE FILHO *et al.*, 2016; CAPI; ISAYAMA, 2019; CASTRO; STAREPRAVO; SOUZA, 2018; SANTOS *et al.*, 2019; SANTOS; STAREPRAVO; HIRATA, 2018; STAREPRAVO *et al.*, 2018). Todavia, especificamente sobre o VS, parecem ser pequenas as investidas, especialmente no que tange à visão de todos os atores envolvidos nesta PP social.

O número de pesquisas que buscam compreender o modo como têm sido direcionadas e divulgadas as informações sobre este Programa para a população idosa, é ainda insipiente.

Além disso, não se têm claros os tipos de abordagens que têm sido realizadas nestes estudos, as perspectivas adotadas e quais dos atores políticos do VS evidenciados. Sendo assim, o presente estudo teve por objetivo investigar a produção de conhecimento científico, referente ao Programa Vida Saudável para idosos, por meio de uma revisão sistemática, no intuito de ampliar e subsidiar possíveis direcionamentos, no desenvolvimento de futuros estudos relacionados a esta temática.

Método

Este estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática de literatura, realizada em diferentes bases de dados científicas, que permite a identificação do material que tem sido pesquisado acerca de determinada temática. A revisão sistemática possibilita reflexões e discussões sobre a temática pretendida e o emprego deste tipo de pesquisa possibilita identificar os resultados mais evidenciados, questionar e apontar os problemas a serem discutidos e minimizados, em estudos futuros (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Para a realização de pesquisas com este tipo de delineamento, devem ser adotados padrões de segmento, os quais permitirão maior rigor metodológico, possibilitando que as evidências obtidas possam ser compiladas e utilizadas para o desenvolvimento de diretrizes posteriores, na produção de novos conhecimentos. Esse tipo de revisão pode contribuir para a melhor compreensão dos problemas da pesquisa, os métodos empregados e a sugestão de novas alternativas no cotidiano de pesquisadores (MOHER *et al.*, 2015). Gomes e Caminha (2014) afirmam que revisões narrativas, por vezes, acabam sendo inconclusivas e, por isso, a revisão sistemática objetiva buscar estas conclusões mais concretas sobre estas lacunas.

Para o desenvolvimento desta revisão sistemática, foram adotadas as recomendações das orientações do *checklist* de PRISMA (MOHER *et al.*, 2009; 2015), bem como, das orientações agrupadas no estudo de Gomes e Caminha (2014), para revisões sistemáticas qualitativas. Foram realizadas duas buscas (Busca 1 - **B1** e Busca 2 - **B2**) em diferentes bases de dados, no período entre julho e agosto de 2019, a saber: **B1** - 1) *SportDiscus*, 2) BVS (*Lilacs* e *Medline*), 3) *Scielo*, 4) *Science Direct*, 5) Periódicos CAPES, 6) Banco de Teses & Dissertações – CAPES, 7) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e 8) Google AcadêmicoTM. Estas bases foram selecionadas por publicarem estudos nacionais, os quais poderiam abranger os relacionados ao Programa VS, por envolverem a área de Educação Física (EF), das PPEL, e por terem retornado possíveis resultados relacionados com as temáticas pretendidas. No intuito de ampliar as possibilidades de resultados, foi realizada a

B2 diretamente em 13 periódicos nacionais, da área da EF (esporte e lazer), Política e Envelhecimento, escolhidos intencionalmente. Esta estratégia também foi adotada no estudo de Rojo, Mezadri e Silva (2018) e o escopo dessas revistas poderia incluir estudos relacionados às temáticas pretendidas. Estes periódicos incluíram: Caderno de Educação Física e Esporte, Licere, Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), Movimento, Caderno de Educação Física e Esporte, Motrivivência, Conexões, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Podium e Revista Perspectivas em Políticas Públicas.

Para a **B1** optou-se pelo emprego dos operadores booleanos, de modo a facilitar os resultados desejados, de acordo com as especificações de cada base, sendo esta busca subdividida em **B1.1** e **B1.2**. Para a coleta de dados da **B1.1** foram utilizados os seguintes descritores e termos de busca: “Programa Vida Saudável” OR “Healthy Life Program”; e separadamente, estes termos foram associados com outros relacionados às PPEL na **B1.2**: “Programa Vida Saudável” OR “*Healthy Life Program*” AND "política pública" OR "*public policy*" OR “política pública esporte” OR “*sport policy*” OR “política pública lazer” OR “*leisure policy*” AND *aging* OR *elder* OR *elderly* OR *senior* OR *older** OR *geriatric* OR *idoso* OR "terceira idade" OR envelhecimento OR velhice. Para a **B2**, apenas os termos “Programa Vida Saudável” foram utilizados na língua portuguesa.

A opção pela utilização dos termos em inglês e em português se deu pelo fato de que os resultados apontados nas bases eram mais abrangentes e incluíam maior número de artigos, do que quando empregados apenas na língua inglesa. De acordo com as especificações de cada uma das bases, foram adequadas as formas de busca e seleção dos artigos e trabalhos acadêmicos.

Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão, padronizados em todas as bases e periódicos e estão apresentados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Critérios de inclusão e exclusão da Revisão Sistemática.

Critérios de inclusão	a) Artigos científicos, teses, dissertações e trabalhos de eventos, completos e disponibilizados nas bases de dados (periódicos ou em anais de eventos científicos)
	b) Língua inglesa ou portuguesa
	c) Trabalho revisado por pares e constar em revista científica indexada em, pelo menos, uma base de dados (somente para os artigos)
	e) Data de publicação entre 2013 e junho de 2019 (data inicial da efetivação do VS como Programa)
Critérios de exclusão	a) Artigo, tese, dissertação ou trabalho de evento em duplicidade.
	b) Artigos não relacionados ao Programa VS do ME (sem elegibilidade para o estudo)
	c) Resumos de anais ou de periódicos.
	d) Trabalho de conclusão de curso ou monografias.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Considerando que os termos “Programa VS” não necessariamente precisavam constar no título do artigo, foram selecionados estudos potenciais, os quais continham no título os seguintes termos: lazer, esporte, programa, PP ou PPEL. Sendo assim, posteriormente, foram lidos os resumos dos trabalhos e realizada a verificação de seus conteúdos, para identificação da possível relação com o Programa VS.

Na primeira busca (**B1.1**), dentre as 8 bases analisadas, foram encontrados estudos potenciais em todas as bases, os quais poderiam ser incluídos na amostra final. Apenas duas bases disponibilizaram artigos elegíveis. Na base 1) *SportDiscus* (26 resultados) foram selecionados inicialmente 4 estudos potenciais e, ao final, apenas um estudo foi elegível para discussão. Nas bases 2) BVS (*Lilacs e Medline*) (46 resultados), 3) *Scielo* (49 resultados), 4) *Science Direct* (61 resultados), 5) Periódicos CAPES (22 resultados), 6) Banco de Teses & Dissertações – CAPES (108 resultados) e 7) BDTD (50 resultados) embora tenham sido selecionados estudos potenciais, nenhum estudo foi considerado elegível para compor a amostra de discussão.

Na base 8) Google Acadêmico™ (211 resultados) foram selecionados 28 estudos potenciais, os quais poderiam estar relacionados ao Programa. Todavia, destes, a maior parte fazia referência a outros tipos de Programa Vida Saudável, mas não ao do ME, apontando outros públicos, inclusive. Ademais, alguns deles eram em formato de resumo e não foram incluídos na amostra. Em 7 destes artigos, observou-se que estes citavam estudos que discutiam o VS, ou traziam apenas um parágrafo de discussão sobre o Programa, apenas como exemplo, sem aprofundar as discussões, inviabilizando a seleção destes estudos. Outros 3 estudos encontravam-se em formato de capítulo ou livro, também não selecionados de acordo com os critérios de inclusão. Sendo assim, apenas 4 estudos foram considerados elegíveis para compor a amostra. A **B1.1** resultou em um total de 5 estudos para análise.

Para a **B1.2**, dentre as bases analisadas, observou-se o seguinte: base 1) *SportDiscus* (454 resultados), bases 2) BVS (*Lilacs e Medline*) (3 resultados), 3) *Scielo* (29 resultados), 4) *Science Direct* (643 resultados), 5) Periódicos CAPES (6 resultados) e 6) Banco de Teses & Dissertações - CAPES (10 resultados), porém, nenhum estudo foi considerado elegível, ainda que tivesse sido realizada a seleção prévia de estudos potenciais. Na 7) BDTD, não houve qualquer resultado para a busca. Na 8) Google Acadêmico™ (18 resultados), foram selecionados previamente 4 estudos, dentre os quais, um era Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 2 eram livros, não atendendo aos critérios de inclusão e 1 outro, apenas citava o VS

sem explorá-lo, o que resultou na não seleção de qualquer estudo. A **B1.2** não permitiu a seleção de nenhum estudo elegível.

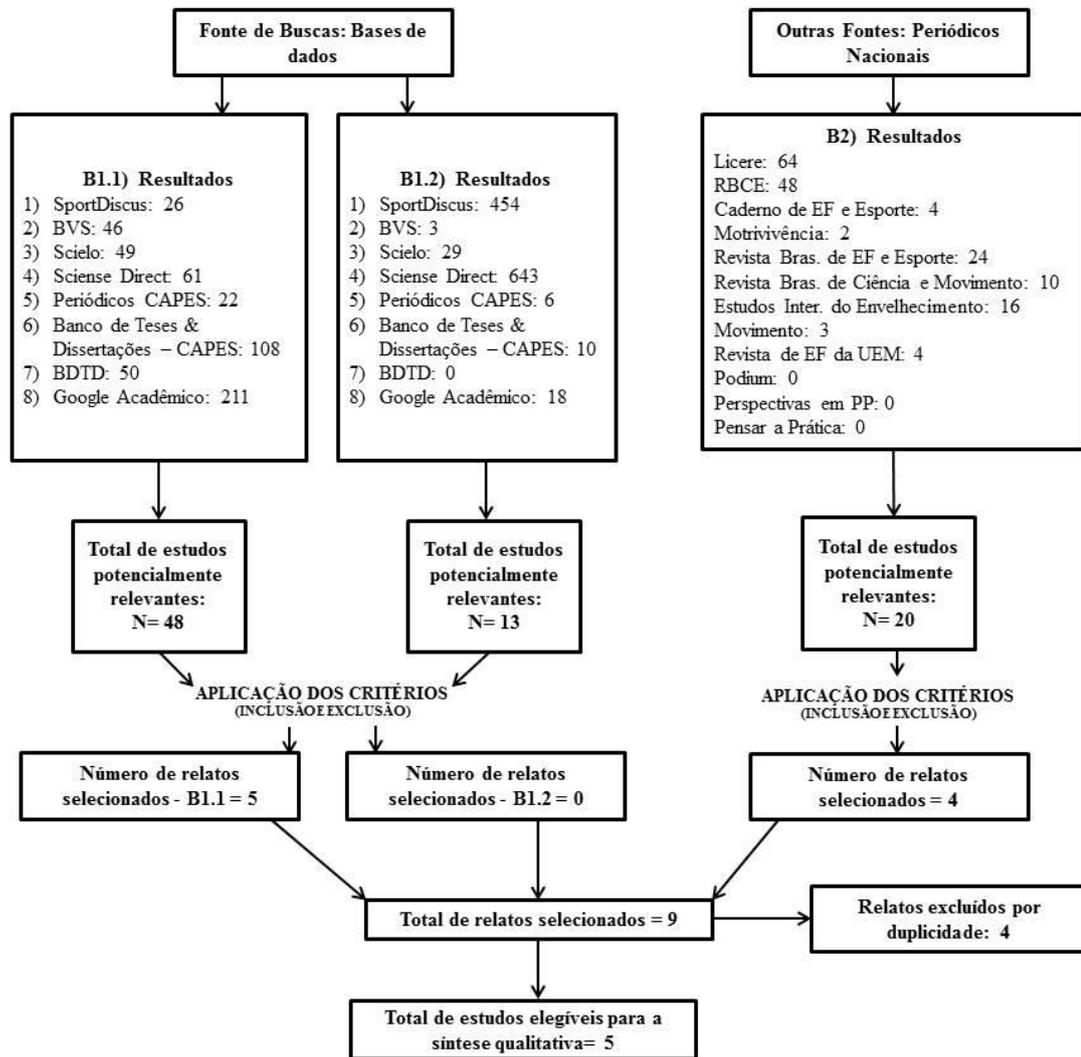
Na segunda busca (**B2**), dentre os 13 periódicos pesquisados, observou-se que, na revista *Licere* (64 resultados), foram previamente selecionados 8 estudos potenciais, dentre os quais, apenas 2 foram considerados elegíveis, por fazerem referência do Programa VS. Na RBCE (48 resultados) foram selecionados 5 estudos potenciais, sendo apenas 1 elegível. Na revista *Caderno de EF e Esporte* (4 resultados), 1 resultado foi elegível, o qual também foi selecionado para a amostra.

Nas demais revistas, embora tenham sido selecionados artigos potenciais, estes não foram considerados elegíveis e incluíram: *Motrivivência* (2 resultados); *Revista Brasileira de EF e Esporte* (24 resultados); *Revista Brasileira de Ciência e Movimento* (10 resultados); *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento* (16 resultados). As revistas: *Movimento* (3 resultados), *Conexões* (1 resultados), *Revista de EF da UEM* (4 resultados) não foram selecionados artigos, por não traçarem relação com a temática. Nas revistas *Podium*, *Perspectivas em Políticas Públicas* e *Pensar a Prática*, nenhum resultado foi encontrado nas buscas. O Resultado final da **B2** apontou 4 artigos selecionados para discussão.

Após o somatório dos 9 estudos potenciais encontrados nas buscas **B1** e **B2**, foram excluídos os estudos duplicados, totalizando 5 os estudos elegíveis para análise qualitativa. Finalmente, após a seleção dos artigos potenciais para discussão, foram analisadas as referências de cada um deles, no intuito de serem identificados outros estudos diferentes dos anteriormente selecionados. Porém, não foram encontrados estudos diferentes destes selecionados, ou considerados elegíveis para a pesquisa.

A Figura 1, a seguir, apresenta o esquema de seleção dos artigos e foi construída para facilitar a compreensão e apresentar claramente os dados analisados, de acordo com a proposta das orientações do fluxograma PRISMA para estudos de revisão sistemática de literatura, evidenciando as fases de identificação, seleção e elegibilidade (MOHER *et al.*, 2009; 2015).

Figura 1 – Esquema processual para a coleta dos dados da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

A amostra final foi composta por 5 estudos, os quais foram analisados por meio da Técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Nesta técnica, o pesquisador deve percorrer três etapas fundamentais, de modo que os resultados sejam agrupados por semelhança, sendo elas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Esta técnica permitiu a elaboração, *a posteriori*, de duas categorias de análise, a saber: **1) Aspectos metodológicos** e **2) Conteúdos abordados**. Na categoria 1, foram incluídos os seguintes itens de análise: **1.1) Tipo do material**, **1.2) Natureza das pesquisas** e **1.3) Delineamento das pesquisas**. Para a categoria 2, foram incluídos os itens respectivos às unidades temáticas emergentes: **2.1) A perspectiva de promoção de saúde e qualidade de vida**, **2.2) A**

formação no Programa, 2.3) A implantação do Programa na perspectiva do gestor, 2.4) A gestão no Programa e 2.5) A avaliação do Programa.

Resultados e Discussões

Após a leitura e análise dos estudos amostrais, estes foram agrupados nas categorias de discussão apresentadas a seguir:

1) Aspectos metodológicos

Os primeiros dados apontados nesta categoria foram referentes ao **1.1) Tipo do material**. Os trabalhos selecionados para discussão neste estudo incluíram 4 artigos científicos de periódicos e 1 trabalho proveniente de evento científico, sendo todos na língua portuguesa. Os dados expressos nesta categoria 1 abarcaram, o tipo do material selecionado, a área de publicação do material, a natureza da pesquisa desenvolvida e os delineamentos aplicados nos respectivos estudos. Estes dados foram apresentados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Aspectos metodológicos- artigos selecionados, área de publicação, tipo de pesquisa e delineamentos utilizados.

	Autor/ Ano	Tipo de material	Área da publicação	Natureza da Pesquisa	Delineamento da Pesquisa
1	MELO; BOLETINI; COUTO (2018)	Artigo científico	Educação Física	Qualitativa	- Pesquisa <i>survey</i> - Entrevistas estruturada (questionário) com integrantes, formadores e articuladores dos programas PELC e VS - Análise de conteúdo
2	REINALDO <i>et al.</i> (2015)	Trabalho completo de evento científico	Envelhecimento	Qualitativa	- Revisão de literatura - Análise descritiva
3	REZENDE <i>et al.</i> (2018)	Artigo científico	Lazer	Qualitativa	- Pesquisa de campo - Entrevista com uma gestora do VS - Análise de conteúdo
4	SOARES; GUADANINI (2018)	Artigo científico	Lazer	Qualiquantitativa	- Pesquisa documental - Análise dos relatórios do MIMBOÊ do PELC e VS - Análise em sessões de discussão
5	TASCA; SOUZA (2017)	Artigo científico	Educação Física	Qualitativa	- Pesquisa documental - Análise dos documentos de dois programas: PAS* e VS - Análise em eixos de discussão

*Programa Academia da Saúde (PAS) do Ministério da Saúde (MS)

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Especificamente sobre a temática PP, os estudos, sejam aqueles desenvolvidos na forma de artigos científicos para periódicos, eventos ou dissertações e teses, têm direcionado seus olhares de modo crescente a esta área, no Brasil. Segundo Arretche (2003) diferentes motivos incentivaram o desenvolvimento de pesquisas na área, como o surgimento de disciplinas relacionadas às PP nos cursos de Graduação e de Pós-graduação, além da abertura de possibilidades de financiamentos de pesquisas em linhas temáticas relacionadas à área, ofertadas por instituições de fomento no país. Outros motivos, como por exemplo, o

surgimento de linhas de pesquisas específicas sobre PPEL e o próprio incentivo do governo, por meio do extinto Ministério do Esporte, com a criação da Rede CEDES, a qual é hoje um dos braços do PELC – Programa de Esporte e Lazer na Cidade, também foram responsáveis por estimular o surgimento de novos grupos de pesquisa no país e, por consequência, a ampliação de estudos na área (CANAN; STAREPRAVO; ATHAYDE, 2017). Ainda que tenha havido esse aumento de interesse pelas discussões acerca de PP, os resultados apontam uma tímida produção de estudos especificamente acerca do VS encontrados para discussão nesta revisão, necessitando mais investimento científico sobre esse importante Programa.

Dentre os trabalhos selecionados, observou-se que 4 eram artigos científicos provenientes de periódicos, sendo eles de tipos diversos. Destes, 2 buscaram avaliar aspectos relacionados ao Programa VS e a perspectiva do gestor e dos formadores, outros 2 estudos traçavam relações sobre o VS, por meio de documentos acerca do Programa, embora todos tenham buscado discutir sobre os possíveis benefícios desencadeados, permitindo reflexões sobre as propostas idealizadas e sua efetividade (CASTRO; STAREPRAVO, SOUZA, 2018; MELO; BOLETINI; COUTO, 2018; REZENDE *et al.*, 2018; SOARES; GUADANINI, 2018; TASCA; SOUZA, 2017). Além destes, foi selecionado, ainda, um trabalho proveniente de um evento científico, ocorrido no ano de 2015, no país. Este era um evento específico sobre a subárea do envelhecimento. Os trabalhos de eventos têm sido amplamente utilizados por diferentes pesquisadores, por agilizarem e facilitarem a divulgação de pesquisas, atingindo públicos mais emergente de pesquisadores, diversificados do campo acadêmico, incluindo, por exemplo, professores, em comparação aos meios formais de comunicação, como os periódicos (LACERDA, *et al.*, 2008; VIEIRA, *et al.*, 2018), principalmente os nacionais.

Com relação à área de publicação destes estudos, quando se trata sobre PP especificamente para o público idoso, que teve sua população aumentada nos últimos anos, o interesse em entender que tipos de ações e programas têm sido ofertados por órgãos públicos no atendimento a tal população, também tem aumentando no campo acadêmico. Estas investidas ocorrem por diferentes áreas do conhecimento, abrangendo, a subárea PPEL e envelhecimento e a EF. Estas áreas (EF e Lazer) geralmente estão associadas ao desenvolvimento de estudos sobre PP e ao subcampo PPEL, inclusive, diversos estudos recentes têm incorporado estas discussões (MARTINS; BASTOS; FERREIRA; 2019; ROJO; MEZADRI; MORAES, 2019; SANTOS *et al.*, 2019). Além disso, o tema do envelhecimento e todos os tipos de temáticas que dizem respeito a esta população, perpassam outras áreas, no enfoque dos estudos, conforme se pode notar em um dos estudos selecionados para discussão deste artigo.

No tocante a **1.2) Natureza das pesquisas** analisadas, observou-se que, quase a totalidade dos estudos selecionados pautou-se em análise qualitativa, sendo apenas um de natureza qualiquantitativa, embora tenha predominância qualitativa. Dentre eles, um estudo era de revisão de literatura. Para Galvão e Pereira (2014), nos estudos de revisão, os quais são estudos secundários, a base e a análise ocorrem sobre estudos primários, relatando os fatos já ocorridos, em pesquisa inédita. Isto implica na utilização de procedimentos sistemáticos de elaboração da pergunta da pesquisa, da busca na literatura, da seleção dos artigos amostrais, da extração dos dados do estudo, da avaliação da qualidade metodológica, da síntese e avaliação dos dados, das evidências e, por último, da redação dos resultados e publicação do manuscrito de revisão.

Com relação a pesquisas qualiquantitativas, alguns autores mais contemporâneos têm enveredado esforço na divulgação das vantagens deste tipo de pesquisa, também chamada de método misto, a qual conta com o respaldo dos dois tipos de método (qualitativo e quantitativo) (CRESWELL; CLARK, 2013). Esta união complementar de métodos permite a evidência de dados numéricos e esclarecimentos acerca dos resultados, assim como ressaltaram Soares e Guadanini (2018).

Observou-se predominância do método qualitativo destes estudos analisados, os quais demonstraram que as pesquisas relacionadas com PPEL e o indivíduo idoso podem envolver uma análise mais aprofundada dos fatos sociais e a aplicação dos resultados obtidos para solucionar os problemas encontrados, conforme evidencia Richardson (2017), sendo adequado aos estudos de PPEL, os quais, geralmente, se referem a programas sociais. Conquanto se reconheça a existência das discussões referentes ao melhor tipo de pesquisa a ser desenvolvido nos diversos contextos, as abordagens qualitativa e quantitativa podem se complementar no interior da pesquisa (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016), o que não foi notado como opção na maioria dos estudos selecionados para análise.

Com relação ao **1.3) Delineamento das pesquisas**, observou-se que, para os dois estudos de campo, foi utilizada a estratégica da entrevista. Esse tipo de instrumento, que acabou por se tornar comum em pesquisas sociais, por permitir mais profundidade na coleta dos dados, se refere a uma estratégia de desenvolvimento de uma relação de perguntas de ordem, geralmente, invariável (GIL, 2016), sendo amplamente aplicada em estudos de abordagem qualitativa. Esta foi aplicada na forma estruturada e semiestruturada, ou seja, com base em questionário, no primeiro caso e por questões norteadoras de interesse do pesquisador, no intuito de atingir os objetivos do estudo, para o segundo. Isto pode ser ratificado nos estudos de Melo, Boletini e Couto (2018) e Rezende *et al.* (2018),

respectivamente. Na revisão de literatura composta por Reinaldo *et al.* (2015) e na de Soares e Guadanini (2018), não foram utilizados instrumentos, nem apontadas técnicas de coleta de dados. Esses estudos envolvem abordagens de pesquisa que não necessariamente implicam na utilização de instrumentos de coleta de dados.

A entrevista, utilizada como estratégia de coleta de dados, representa um instrumento vantajoso para se alcançarem dados objetivos e subjetivos, uma vez que utiliza o contato direto com o participante, o qual exprime seus valores e opiniões (BONI; QUARESMA, 2005; RICHARDSON, 2017). As entrevistas também apareceram com predominância no estudo de Provenzano *et al.*, (2014), o qual analisou estudos sobre PPEL. Este instrumento parece ter sido o mais eficiente, quando se pretendia analisar PPEL para idosos, ainda que na perspectiva apenas dos gestores, tendo sido o instrumento mais recorrente utilizado nos estudos analisados, já que o intuito maior era a discussão social.

Todavia, há de se considerar a escassez de modelos específicos, os quais suportem a análise de programas de PPEL, em diferentes perspectivas, especificamente para idosos e relacionados ao Programa VS. Reconhece-se a existência de alguns modelos construídos exclusivamente pelos pesquisadores, com o intuito de avaliar PP e para compreender o que ocorre na subárea de PPEL. No estudo de Almeida e Paula (2015), os autores elaboraram um modelo que permitiria a análise de PPEL em âmbito municipal (Recife). Nesse estudo, os autores propuseram a construção de um instrumento sob três dimensões, o qual focalizava diferentes aspectos: a) institucional (legislação), b) gestão (planejamento, monitoramento, orçamento, recursos humanos, infraestrutura, programas, projetos e eventos, financiamento e intersectorialidade) e c) controle social (participação e controle). Para os autores, esse modelo poderia ser sugerido como eficiente para nortear o desenvolvimento de novas PPEL, sobretudo, em nível municipal.

No estudo de Provenzano *et al.* (2014), os autores encontram como principais temáticas tratadas na maioria dos estudos selecionados para uma revisão de literatura, aquelas que se pautaram na avaliação de programas e ações em PP. Todavia, os autores não discutem se algum instrumento específico era recorrente nas avaliações. Parece ser ainda pequeno o investimento de pesquisadores na elaboração de modelos específicos, na perspectiva de avaliação de PPEL. Sendo assim, instrumentos de avaliação e de coleta de dados construídos com rigor metodológico, podem ser essenciais para ações futuras, sendo necessário maior investimento neste sentido, para que se possa identificar a efetividade das propostas ofertadas por estas vias (BARRA *et al.*, 2014).

Na mesma direção, o estudo de Tavares e Schwartz (2013) indicou um número reduzido de pesquisas que evidenciavam a avaliação de PPEL. Todavia, o caminho para a produção de mais conhecimento sobre esta temática tem sido paulatinamente percorrido, conforme a produção de estudos diversos na área, no país (AMARAL; PEREIRA, 2009; LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999; STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011).

No que se refere às análises de dados empregadas, observou-se predominância de análises de conteúdo por unidades temáticas e por categorias, constantes em 4 dos estudos selecionados. A análise descritiva apareceu em apenas um dos estudos, o qual fazia referência ao Programa VS, exclusivamente. Utilizar este tipo de análise parece ser uma tendência, haja vista a ausência de instrumentos padronizados, com escalas do tipo *Likert*, por exemplo, os quais permitam análises de viés quantitativo, ou por permitirem discussões sociológicas, como tem sido empregado por diversos estudos do subcampo PPEL (GRASSO; ISAYAMA, 2017; SILVA, 2018; SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

2) Conteúdos abordados

Dentre os estudos selecionados para discussão, observou-se que apenas 2 deles eram exclusivos sobre o Programa VS. Todavia, outros 2 faziam referência ao PELC e ao VS, os quais traziam grande parte dos resultados e das discussões de modo concomitante, dificultando uma visualização específica do VS. O último estudo abordava o VS juntamente com o Programa Academia da Saúde (PAS), do Ministério da Saúde.

Para a discussão desta categoria, optou-se por separar as discussões apresentadas nos estudos, de acordo com as 5 unidades temáticas (em subcategorias), as quais emergiram diante da análise destes estudos. Esta divisão foi realizada de modo a facilitar a compreensão dos estudos aqui debatidos, tendo alguns deles, aparecido em mais de uma subcategoria.

2.1) A perspectiva de promoção de saúde e qualidade de vida

Observou-se que, dentre os estudos analisados, todos eles faziam algum tipo de referência ao Programa VS nesta perspectiva da Saúde e Qualidade de Vida (QV), incluindo discussões sobre suas diretrizes. Contudo, 2 deles foram mais evidentes estas discussões (estudos 2 e 5, conforme Quadro 2). O estudo 3 (REZENDE *et al.*, 2018) também fez referência a estas contribuições de modo genérico. Entretanto, explanam outros aspectos do Programa, focalizando todo o processo de implantação.

O VS é um programa social, o qual tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer à população idosa, na perspectiva da promoção da saúde (BRASIL, 2016a). Esse Programa é o único viabilizado pelo extinto ME específico ao público em

questão, o qual, por meio de PP diversas, ao longo dos anos, foi recebendo maior atenção, no intuito de serem resguardados os direitos adquiridos por lei.

Estas leis procuraram assegurar garantias especiais ao público idoso, desde as primeiras investidas em nível internacional, como na primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em 1982 (ONUBR, 2019) e, em nível nacional, como a criação da Política Nacional do Idoso, por meio da Lei 13.341 (BRASIL, 1994), o estabelecimento do Estatuto do Idoso, publicado pela Lei n.º 10.741, de 1.º de Outubro de 2003 (BRASIL, 2013), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, criada pela Portaria 2.528 de 19 de Outubro de 2006 (BRASIL, 2006), dentre outras. Além disso, direitos relacionados à saúde e às condições que permitam melhor QV são garantidos desde 1988, na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

Estas garantias estão diretamente relacionadas ao que se propõe no Programa: “[...] oportunizar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer para cidadãos idosos, estimulando a convivência social [...]”, “[...]para que o lazer e o esporte recreativo sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.” (BRASIL, 2016a, p.5). Para a efetivação destas propostas e leis, o VS é desenvolvido por meio de oficinas com atividades diversas, as quais podem ser sistemáticas, como as AF, as ginásticas, os esportes, a dança, lutas, os jogos populares, a capoeira e suas adaptações, as oficinas de música, dentre outras. Já as assistemáticas caracterizam-se pelo desenvolvimento de atividades culturais e sociais, como os eventos e as comemorações (BRASIL, 2016a).

Estas atividades são embasadas nos conteúdos culturais do lazer, conforme expresso nas diretrizes. Os conteúdos culturais do lazer foram inicialmente propostos por Dumazedier (1980), o qual elencou os conteúdos: artístico, físico, manual, social e intelectual. Posteriormente, Camargo (1992) complementou com o turístico, sendo sugerido o acréscimo do conteúdo virtual, por Schwartz (2003) Sendo assim, a oferta deste Programa, por meio destes conteúdos, poderia assegurar uma melhoria da saúde e da QV de idosos, conforme salientam Tasca e Souza (2017) e Reinaldo *et al.*, (2015). Tasca e Souza (2017), embora tenham trazido um enfoque maior ao programa AS, também destacam o VS nesta perspectiva de contribuição à saúde. Já, Reinaldo *et al.* (2015) afirmam que, de acordo com a literatura que se tem, programas voltados para a melhoria de saúde parecem ainda carecer de maiores investidas, reiterando a importância da AF como melhoria de QV para estes indivíduos. Estes autores afirmam que o incentivo às práticas as quais contemplem o âmbito do lazer pode influenciar diretamente a prevenção de saúde da pessoa idosa, bem como, a melhoria de sua QV, além de representarem estratégias de diminuição dos gastos públicos no setor da saúde.

Estes estudos não tiveram intervenção e foram apenas desenvolvidos com base em revisão de literatura e em análise dos documentos do Programa. No entanto, outros estudos recentes (AZEVEDO FILHO *et al.*, 2019; GARD; DIONIGI, 2016; SANTOS *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2018) têm apontado os benefícios relacionados a saúde e QV de idosos, quando da prática de AF, ou da inserção nos diversos programas.

Azevedo Filho e colaboradores (2019) realizaram um estudo com praticantes de AF de um grupo de idosos da cidade de Brasília. Estes autores buscavam a percepção destes idosos quanto à socialização, aos estados de humor e à QV. Os autores observaram que a maior parte destes idosos identificam benefícios diante da prática de AF, os quais contribuem para a melhoria da QV, bem como, aspectos relacionados ao processo de socialização destes participantes.

Silva *et al.* (2018) avaliam as contribuições da dança de salão de idosos praticantes, de uma cidade do Rio de Janeiro e concluíram que esta prática pode contribuir diretamente para a saúde e QV destes idosos. No Programa VS, o qual abarca atividades diversas, estas contribuições poderiam ser ainda mais evidentes.

Santos *et al.* (2019) avaliaram o nível de AF de idosos participantes de um grupo de convivência de uma cidade de Minas Gerais e observaram que quase 50% dos idosos possuíam um bom nível para este aspecto. Apesar disso, a formulação do programa deveria ser direcionada à maior inserção de AF, para que o nível desta variável fosse aumentado, podendo contribuir nas dimensões de capacidade funcional e de QV destes idosos, reiterando a necessidade de programas como o VS para este público. Gard e Dionigi (2016) ressaltam a importância de serem ofertados programas esportivos e do âmbito do lazer, desde a infância, de maneira que a pessoa idosa aproveite, de modo ativo, o tempo disponível durante a velhice, direcionando-o para atividades que também contribuam para a melhoria e manutenção de sua saúde e QV.

As contribuições do Programa acerca da saúde e QV de idosos parece ser uma aposta, por parte dos elaboradores desta política social, bem como, dos estudos tomados por base desta discussão. Porém, seus impactos sobre estas variáveis necessitam mais investigações, haja vista que estes são aspectos que requerem instrumentos específicos para serem medidos, ou avaliados pela perspectiva dos usuários e outros atores do Programa, os quais possam comprovar as melhorias.

2.2) A formação no Programa

No que tange à formação ocorrida no VS, 3 estudos refletiram sobre esta temática, sendo dois deles (1 e 4), com maior enfoque de discussão, embora esta discussão não tenha

recebido tanto destaque em relação aos outros conteúdos abordados nos estudos amostrais. No estudo 4, Soares e Guadanini (2018) apontaram que, para ser alcançado o objetivo do Programa e se democratizar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, um dos aspectos a serem considerados é referente às formações inicial e continuada.

Esta formação é considerada um elemento imprescindível para o desenvolvimento pedagógico do VS, na composição de articuladores e formadores, a qual pode ocorrer em diferentes formatos, de acordo com as diretrizes: presencial (nos locais conveniados) e a distância (modalidade de curso EaD). Dentre as formações locais encontram-se os Módulos de formação realizados por formadores conveniados com o antigo ME, de instituições públicas de ensino do país, além das formações em serviço, que devem ocorrer em todo o período do convênio, por meio de reuniões semanais. Estas formações detêm informações referentes aos aspectos técnicos e pedagógicos e são ofertadas aos participantes envolvidos no órgão local, de modo que seja garantido o desenvolvimento do Programa (BRASIL, 2016a).

Estudos sobre a formação do programa PELC foram amplamente discutidos nos últimos anos (CAPI; ISAYAMA, 2019; PINTOS; ISAYAMA, 2016; SILVA; BORGES; ROELDES, 2014; TONDIN; MOLINA NETO; WITTIZORECKI, 2014). Pintos e Bonalume (2016) reiteram a necessidade destes cursos de formação, pelo viés do extinto ME, apontando que o PELC, assim como o VS, tem como um de seus focos centrais, a formação dos gestores e agentes de esporte e lazer locais. Isso porque, estas formações podem proporcionar a formação humana qualificada, capaz de atuar de modo conveniente às propostas destes programas.

Embora não se trate especificamente sobre o VS, o PELC tem suas diretrizes, orientações e formações semelhantes do Programa aqui discutido. Ewerton (2010) realizou um estudo, cujo intuito era discutir sobre a formação ocorrida no PELC, na perspectiva de gestores e agentes de instituições de formação deste programa, sob diferentes aspectos. A autora identificou que os entrevistados consideram de grande valia a formação no programa, a citar a qualidade de sua aplicação. Não obstante, identificou a dificuldade relatada pelos entrevistados sobre a formação em serviço, o que pode interferir na aquisição e assimilação dos conteúdos abordados nestes cursos. Outro apontamento foi referente à grande diversidade de formação dos agentes nos cursos, o que dificulta a padronização de conteúdos e estratégias a serem utilizadas nestes mesmos. Esta questão da diversidade do perfil dos agentes, também é relatada no estudo de Rezende *et al.* (2018), identificando que, em uma das cidades do VS, não foi exigida nenhuma formação a estes cargos, conforme discussão na unidade temática seguinte.

Capi e Isayama (2019) realizaram um estudo sobre a temática formação e analisaram os currículos dos formadores, para identificar os conhecimentos e as práticas por eles adotadas na formação do PELC, focalizando o conteúdo do lazer. Estes autores perceberam que o lazer e a política pública são abordados nos cursos de formação de modo reflexivo, acompanhando e contribuindo para todo o processo de conveniamento, desde o planejamento, até a finalização. Estes são, inclusive, um dos objetivos do Programa, o qual envolve a formação de gestores locais na ótica do lazer e do esporte recreativo (BRASIL, 2016a).

No estudo 1, Melo, Boletini e Couto (2018), ao tratarem sobre a gestão do conhecimento acerca do PELC e VS, também falam sobre os módulos de formação. As autoras afirmam que estes cursos são importantes, por abarcarem a teoria e a prática, apontando, como potencialidades, a instrumentalização da equipe, a funcionalidade dos programas e a aquisição de conhecimentos, para que sejam progredidos posteriormente. Como limitações, são destacados o engessamento da estrutura destes cursos e a limitação da consideração da realidade local e, ainda, a acomodação dos participantes quanto à suficiência dos conteúdos ali apresentados.

Especificamente sobre o VS, no estudo 3, Rezende *et al.* (2018) apontam que as formações ocorridas no Programa ainda são insuficientes e necessitam ser melhoradas, no intuito de cumprir as previsões das diretrizes do VS. Silva, Borges e Roeldes (2014) também identificaram esta insuficiência nas formações ocorridas no PELC, apontando que as diretrizes não foram contempladas nesta etapa do convênio, identificando a descontinuidade dos agentes, inclusive, de um convênio para o outro.

Com relação à EaD, o estudo 1 também faz apontamentos sobre este tipo de formação, indicando como potencialidades a sua flexibilidade de aplicação em relação ao local e tempo, bem como, a criação de um ambiente de trocas de conhecimentos e experiências. Entretanto, são apontadas como limitações a falta de recursos, as barreiras do modo como o material dos cursos é construído, ainda incompatível com os diversos perfis dos participantes e, portanto, as dificuldades em atender estes grupos heterogêneos, além da falta de conhecimento sobre eles (MELO; BOLETINI; COUTO, 2018). No estudo 4, a EaD é apontada como uma estratégia de baixa adesão dos programas PELC e VS, necessitando ser potencializada (SOARES; GUADANINI, 2018).

O estudo de Ribeiro e Couto (2019) buscou analisar a formação EaD ocorrida em outro programa do antigo ME, o Programa Segundo Tempo (PST) e identificaram que a formação ocorria por meio de diversas estratégias, tais como, as vídeo-aulas, os textos, os slides, os debates, dentre outros. Entretanto, estas estratégias ainda não são capazes de ampliar

as comunicações sob o olhar da temática lazer, essencial para os agentes locais atuantes neste programa, com os outros temas abordados.

Faria (2017), em relação ao programa PELC, teve o intuito de analisar os aspectos envolvidos na formação EaD, considerando sua experiência como supervisora desta modalidade, neste programa. A autora discute sobre o processo educativo e as vantagens e entraves existentes, quando se fala em formação à distância, estando o PELC inserido também neste contexto. Sendo assim, as dificuldades que podem existir nestes cursos de EaD, embora tenham pontos de vistas positivos na formação de qualidade dos agentes de recreação e lazer locais, pode ser uma realidade mais abrangente, envolvendo, não apenas o VS ou outros programas de PPEL, mas outras áreas do conhecimento. Ainda que se reconheça a existência destes estudos acerca da formação em programas do extinto ME, como alguns deles ainda perduram na atual Secretaria, é imprescindível que estudos específicos sobre o VS sejam desenvolvidos, no intuito de compreender o modo como esta formação vem ocorrendo, principalmente evidenciando os impactos por ela desencadeados, na perspectiva dos atores da PP, gestores, agentes, coordenadores e demais envolvidos.

2.3) A implantação do Programa na perspectiva do gestor

Com relação à implantação do Programa, o estudo 3 (Quadro 2) versou sobre este aspecto, predominantemente. Trata-se de um estudo que considerou a perspectiva de uma gestora de um município de Minas Gerais, sobre todo esse processo de implantação, haja vista que, no momento de coleta de dados, o Programa ainda não se encontrava em desenvolvimento, com a participação efetiva dos idosos.

O Programa VS, para ser implantado, inicialmente necessita ser contemplado por “[...] chamamento público (edital), emenda parlamentar ou proponente específico (justificado por necessidade específica).” (BRASIL, 2016a, p. 5). Após esta aprovação e a assinatura do convênio, o conveniente tem o prazo de 4 meses para a implantação e 20 meses para o desenvolvimento (BRASIL, 2016a). Este prazo de 24 meses é destinado para que a comunidade local esteja sobre o respaldo estrutural e pedagógico do órgão responsável e, após este período, caminhe para a municipalização (BRASIL, 2016b).

Rezende *et al.* (2018) (estudo 3) evidenciaram as dificuldades encontradas neste processo, dividindo-as em: políticas e técnicas/legais. Dentre as dificuldades políticas, foram observados, na perspectiva da gestora, problemas internos no município conveniado, tais como, as dificuldades de licitação, compra de materiais e alteração de gestor. Neste caso, esta gestora assumiu o Programa quando este já havia sido aprovado.

No estudo 5, Tasca e Souza (2017) apontam que, em um dos documentos analisados sobre o programa AS do Ministério da Saúde, problemas de atrasos como este encontrado no VS do ME, foram detectados, relacionados também à alteração de gestão municipal, como ocorreu com a gestora entrevistada no estudo de Rezende e colaboradores. Além deste, foram citados a falta de recursos e dificuldades na licitação.

Com relação aos entraves vivenciados dentro de uma PP, estes são destacados no estudo de Melo e Scopinho (2018), os quais identificaram atrasos na implantação de uma PP dentro de um assentamento rural por elas analisado, na viabilização das verbas para o seu desenvolvimento, ocasionando o sentimento de frustração aos envolvidos com o programa. Araújo e Dantas (2015), ao analisarem a implantação de PP de turismo, identificaram problemas relacionados aos atrasos diante das dificuldades com as licitações em alguns municípios da região nordeste do país, o que acabou restringindo o pleiteio a novas PP. Sendo assim, estas parecem ser dificuldades que perpassam diversas áreas e não apenas a do esporte e lazer.

Também ficaram evidentes, no estudo 3, as dificuldades criadas na relação governo e conveniente, como a troca de ministério e as exigências burocráticas, gerando atraso na implantação do Programa por cerca de quatro anos, após a aprovação no edital de 2013 do Programa VS. O período citado por esta gestora, ainda que seja referente apenas a um caso isolado, pode desencadear o falta de credibilidade dos futuros participantes, a julgar que as incursões são feitas previamente, durante a elaboração do Plano Pedagógico (PPg) do Programa e somente ocorre na fase de desenvolvimento a participação efetiva.

No que tange à burocracia existente na relação ME e conveniente, esta também foi notada no estudo de Grasso e Isayama (2017), os quais objetivaram identificar a perspectiva de gestores sobre o financiamento de PPEL, em um município do estado do Pará. Os autores mencionam que os entrevistados apontaram estas dificuldades, afirmando que alguns programas do ME eram muito exigentes e possuíam metas técnicas incompatíveis com a realidade local.

No estudo desenvolvido por Kravchychyn *et al.* (2019), os autores apontaram que a preocupação com as exigências burocráticas nos programas e ações de PP de esporte parecem existir há algum tempo, sendo já em 2003, em uma Conferência Nacional do Esporte realizada, um dos intuitos do setor, desenvolver uma desburocratização na área. Contudo, esta preocupação era referente, apenas, ao setor do esporte e não do esporte e lazer, mas, os autores evidenciaram que o fato destas discussões ocorrerem, já contribuem para o enriquecimento da área.

Outra questão citada no estudo de Rezende *et al.* (2018) foi relacionada às dificuldades de contratação de pessoal para o Programa. Os dados apontados indicaram que, neste município, ocorreu baixíssima procura para as vagas, quando aberto o edital simplificado. Isso porque o valor remunerado, a formação exigida e as horas trabalhadas não eram atrativos aos profissionais de EF. Sendo assim, ocorreu um segundo edital, desta vez, possibilitando atuação de profissionais de EF e Pedagogos como coordenadores e nenhuma exigência de formação para os agentes.

Nas diretrizes do VS, os agentes realmente não necessitam ter formação específica, mas atuarão com atividade física e esportiva e devem ser, ao menos, estudantes de EF ou orientados por um tutor que seja Profissional de EF (BRASIL, 2016a). Sendo assim, são estes os professores que atuarão diretamente com os idosos nas oficinas, o que pode representar uma barreira e comprometimento dos resultados do Programa, principalmente no que tange à capacitação sobre as oficinas de AF, as quais são predominantes no VS.

Embora esta seja uma situação abordada no estudo anteriormente referido, se considerados os dados expressos no estudo de Vieira *et al.* (2017), o PELC teve a maior parte de seus financiamentos e, portanto, de captação de recursos humanos muito maior na região nordeste na sequência, na sudeste do país, o que inclui o estado de Minas aqui discutido. Considerando que os valores do PELC e VS para os recursos humanos (coordenador pedagógico, setorial, de núcleo e agente social) são os mesmos (BRASIL, 2016b), pode ser que, para outras regiões, estas dificuldades não existam, também para o VS, se considerado a média salarial dos estados pertencentes a estas outras regiões. Ainda assim, esta suposição não pode ser confirmada, haja vista que dados sobre o número de financiamentos do Programa VS por estado não foram encontrados para tal comparação.

As dificuldades presentes na implantação do VS, ainda que discutida apenas por um estudo e exclusivo a um caso do Programa, no país, merece maior atenção, para que possam ser identificados o panorama da realidade dos convênios do VS e se estas são problemáticas presentes nos demais convênios.

2.4) A gestão no Programa

Com exceção do estudo 1 (TASCA; SOUZA, 2017), todos os estudos ressaltaram, de alguma forma, a importância sobre a gestão participativa, o envolvimento de todos os atores da política e demais instituições parceiras. Contudo, esta discussão não recebeu grande destaque nos estudos.

Especificamente sobre a gestão do conhecimento, esta foi discutida (estudo 1, do Quadro 2) por Melo, Boletini e Couto (2018). As autoras evidenciam que os programas PELC

e VS são ações criadas para suprirem os direitos relacionados ao lazer dos cidadãos brasileiros, reiterando a importância sobre a gestão do conhecimento de todas as informações geradas na implantação destes programas. As autoras versam, inclusive, sobre a visão dos formadores e articuladores, quanto à participação da comunidade nos programas e a observação das características presentes nestes locais, a importância das reuniões no fortalecimento destas parcerias no desenvolvimento dos programas e os diálogos informais estabelecidos nestas relações.

Esta gestão do conhecimento é essencial no campo das PP e tem ganhado cada vez mais espaço no contexto acadêmico, haja vista que há uma necessidade premente de serem socializadas as práticas adotadas na gestão pública (TAVARES; SCHWARTZ, 2013), inclusive no Programa VS. Além disso, esta gestão poderia contribuir para que os conhecimentos e informações produzidos por PP, inclusive PPEL, atingissem toda a população (SCHWARTZ, 2010), estando esta consciente das formas em que seus direitos são garantidos, como o direito ao lazer, foco desta discussão.

Os demais estudos versam sobre a gestão participativa, enfatizando justamente sobre a contribuição de todos os atores envolvidos em uma PP. No estudo 4 (SOARES; GUADANINI, 2018), as autoras debatem um pouco mais sobre esta gestão participativa e trazem a discussão por meio de análise de alguns aspectos dos Programas PELC e VS, a citar, a quantidade e a diversidade de instituições parceiras no desenvolvimento desses programas, a criação e a participação no conselho gestor dos Programas e a atuação da entidade de controle social.

Nas diretrizes do VS, está previsto que, para o seu desenvolvimento, seja criado um Conselho Gestor, o qual representa a instância da gestão no Programa, composta por pessoas diversas, tais como os agentes sociais, os coordenadores (pedagógico, setorial e de núcleo), os representantes dos idosos (líderes), representantes das entidades parceiras, de controle social e o representante do órgão convenente, tendo este grupo a função de fiscalizar e monitorar o desenvolvimento do Programa nos convênios. Além disso, a existência da “[...] Entidade de Controle Social, legalmente constituída, com o compromisso de fiscalizar a execução do convênio e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo projeto local, durante o processo de conveniamento [...]” a qual não pode ter vínculo direto com o conveniado (BRASIL, 2016^a, p. 13).

Segundo Ronconi, Debetir e Mattia (2011), um conselho gestor tem justamente esta característica de participação da sociedade civil e da gestão descentralizada. Todavia, os autores afirmam que grande parte dos estudos evidencia que muitos destes conselhos acabam

não conseguindo consolidar estes formatos e estabelecer diálogos e compartilhamentos entre os membros da sociedade civil e o Estado.

Soares e Guadanini (2018) identificam que as parcerias estabelecidas nos dois programas anteriormente referidos são feitas, principalmente, por instituições públicas, ONG, empresas privadas e outras, tendo, a maioria dos convênios analisados, criado o conselho gestor. Entretanto, os encontros ainda parecem ser poucos e mais da metade dos convênios dos programas analisados (entre 2013 e 2015), não tinha acompanhamento da entidade de controle social, o que acaba deixando o aspecto da gestão dentro destes programas e, portanto, do VS, em segundo plano.

Especificamente sobre o Programa aqui em discussão, Rezende *et al.* (2018) afirmam que, ao se tratar do VS, o bom desenvolvimento e sua efetividade estão diretamente relacionados com a questão da intersetorialidade entre os diversos órgãos disponíveis nos municípios, viabilizando sua existência. Reinaldo *et al.* (2015) também discorrem sobre este mérito da gestão participativa na continuidade do programa, após sua implantação e o encerramento do convênio.

Em um estudo desenvolvido por Batista (2005), o qual teve por objetivo investigar a visão de idosos e gestores, observou-se que, na visão destes últimos, havia grande preocupação da efetiva participação dos idosos durante os processos de organização das propostas de políticas de esporte e lazer, de modo que os mesmos devessem participar desta construção e não serem, apenas, meros espectadores de determinada proposta. Ademais, esta preocupação se referia também à avaliação, principalmente dos aspectos qualitativos destas políticas, visando à melhoria da QV de participantes. Embora se reconhecesse tal preocupação, muitas decisões eram tomadas burocraticamente, sem serem levados em consideração, os interesses da população participante do programa. Estes dados vão à contramão das afirmações trazidas nos estudos aqui analisados, os quais reconhecem a importância de uma gestão participativa.

Silva, Borges e Amaral (2015) ao analisarem as estratégias de gestão adotadas nas ações do extinto ME, por meio dos documentos e leis do referido ministério, observaram que estas ações, se aproximam de uma gestão pública híbrida (a gerencial, a qual abarca a dimensão econômica e não obrigatoriedade do Estado em garantir aos cidadãos o lazer, como direito e a societal, características das políticas de esquerda). Embora os autores não tenham focalizado o VS, no que se refere ao PELC, esta gestão parece ser de caráter social, a qual está embasada na gestão participativa de toda a sociedade civil e também gerencial, por levar o programa para locais de vulnerabilidade social. Estes dados indicam que este seria também o

tipo de gestão adotada pelo VS, haja vista seu desmembramento do PELC em 2012, e suas diretrizes e orientações concomitantes.

Segundo Secchi (2013), para que uma PP seja efetiva e funcional, todos os atores nela envolvidos devem participar efetivamente e que, ainda assim, com toda essa participação, as interações presentes podem ser complexas, reiterando os dados apontados por Ronconi, Debetir e Mattia (2011). Esta gestão participativa deveria ser preconizada no VS, a julgar que uma das premissas do Programa é justamente incentivar o protagonismo do idoso e fomentar a formação de lideranças comunitárias a agentes atuantes no âmbito do lazer, os quais poderão emergir justamente desta gestão, desde a etapa de sua elaboração.

2.5) A avaliação do Programa

O estudo 4 (conforme Quadro 2) foi o único estudo que abarcou a análise do Programa VS, na perspectiva da avaliação. Porém, em quase todas as discussões, as autoras relatam tanto sobre o PELC, como o VS, o que impossibilita a focalização do Programa aqui em discussão. Neste estudo, Soares e Guadanini (2018) analisam o monitoramento e a avaliação destes programas, com base nas iniciativas que estes possuem para democratizar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, focalizando a iniciativa da avaliação. As autoras afirmam que as avaliações em PPEL realizadas foram alteradas ao longo do tempo e nem sempre estiveram presentes nestes programas, sofrendo descontinuidade, reiterando a necessidade desta realização. Para tanto, utilizam os PPg e os Relatórios de Visitas Pedagógicas (RVP) do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas PELC e VS, o Mimboé, acessíveis a elas.

Sendo assim, as autoras discutem três pontos: inicialmente fazem uma comparação entre os programas e o número de beneficiários e a média dos municípios do país, com base em informações do IBGE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em um segundo ponto, discorrem sobre a situação do esporte nos municípios beneficiados, fazendo relações entre o número de convênios os quais possuem secretaria exclusiva do esporte e os demais municípios do país, identificando o dobro de municípios beneficiados com os programas possuindo estas secretarias em relação aos demais; com maior enfoque, discutem sobre os indicadores de monitoramento e avaliação provenientes dos PPg e dos RVP, entre os anos de 2013 e 2015. Estes resultados são apontados de acordo com os objetivos específicos dos programas, os quais permitem medir o alcance de seus objetivos.

Embora apenas um único estudo tenha versado sobre a avaliação, este é um aspecto que merece atenção durante o desenvolvimento de PP, assim como de PPEL, haja vista que é por meio dela que podem ser traçados novos caminhos a estas ações. Starepravo, Souza e

Marchi Júnior (2011) tecem discussões sobre a sequência de desenvolvimento de política pública cíclica, que implica em, inicialmente, entender as necessidades de um grupo social diante de determinada área, como as PPEL, diante da identificação dos problemas que a circundam. Posteriormente, devem ser cogitadas as possibilidades de condições políticas governamentais da realização de determinado projeto, sendo crucial a consideração da política daquele governo. Em seguida, devem ser elaboradas as estratégias de ação, as quais definirão o modo como o programa será desenvolvido, até que, finalmente, este seja implementado. Paralelamente, ou ao final do desenvolvimento de um programa de PP, deveriam ser realizadas as avaliações e os impactos desencadeados.

Este modelo do ciclo de políticas públicas parece ser utilizado por diferentes frentes e áreas das políticas e tem sido foco de estudos de diversos pesquisadores. Frey (2000), afirma que o ciclo da política pública (*policy cycle*) pode possuir algumas etapas divergentes, de acordo com as referências utilizadas. No entanto, possuem etapas básicas comuns a todas elas. A *policy cycle* tem um caráter dinâmico e pode sofrer interferências das arenas e das redes atreladas a ele e, portanto, sofrerem modificações nos processos de elaboração e implantação da política (FREY, 2000).

Secchi (2013) propõe, a partir de estudos acerca do tema, um resumo de sete etapas de desenvolvimento deste ciclo: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. O mesmo autor ratifica que é por meio da avaliação e dos critérios por ela empregados, que os problemas de uma PP podem ser detectados e sejam propostas opções alternativas no enfrentamento destes problemas (SECCHI, 2017).

Estes pontos são elencados por Soares e Guadanini (2018), quando ao final da análise realizada, apresentando uma série de resultados satisfatórios, mas também, elencando muitos desafios que precisam ser ainda superados nos programas PELC e VS. Dentre os pontos positivos, considerados satisfatórios, destacam-se a amplitude de atividades, o grande número de parcerias estabelecidas dentro dos programas, a ressignificação dos espaços e equipamentos de lazer e a formação de agentes de lazer nos municípios conveniados, por exemplo. Dentre as dificuldades, apresentam a instabilidade na implantação do programa, o baixo financiamento para os deslocamentos dos usuários aos núcleos, as dificuldades de organização e participação de todos os atores nas reuniões pedagógicas, dentre outros.

Amaral e Pereira (2009) e Santos (2015) apontam as dificuldades encontradas nos estudos científicos com relação à contemplação das PPEL que, muitas vezes, apresentam confusão de definições e, principalmente, a ausência de uma perspectiva teórica durante o

desenvolvimento da pesquisa. Esta dificuldade de um referencial teórico consistente prejudica o desenvolvimento de propostas que possam respaldar as análises de PP, o que inclui o Programa VS.

Dificuldades como estas não perpassam apenas a falta de compreensão de termos e definições, mas também, pela necessidade de estas pesquisas serem pautadas em modelos analíticos já consolidados pela ciência política, mas que não consideram apenas a subárea Esporte e Lazer, pouco explorado ainda na perspectiva acadêmica (SANTOS, 2015). Segundo Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2011), existe um grande entrave quando se trata de PPEL no Brasil, principalmente nesta etapa final de avaliação das políticas, visto a dificuldade da realização de pesquisas empíricas atreladas à teoria específica e a falta de condições essenciais no que tange ao conhecimento de políticas públicas, nas avaliações (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011).

Rezende e colaboradores (2018) (estudo 3 do Quadro 2) não tratam especificamente sobre a avaliação, mas citam que um dos aspectos mais importantes do Programa VS é a estimativa dos impactos sociais desencadeados e que não se conhece quais são estes impactos, os quais poderão contribuir para ser estimada a ocorrência de diminuição da desigualdade social existente. Estas informações também não foram abordadas nos demais estudos, merecendo maior atenção de novas propostas avaliativas para o VS.

Embora o número de estudos selecionados para discussão nesta pesquisa tenha sido reduzido, o fato de ter sido apenas um o que discutiu o aspecto da avaliação, revela a necessidade de estudos sobre esta variável, focalizando o Programa VS. Ademais, a avaliação realizada neste estudo teve por base apenas informações formais e traçadas pelos formadores dos programas, reiterando a necessidade de serem incluídas as perspectivas dos demais envolvidos, como gestores locais, coordenadores, agentes e, inclusive, os usuários idosos.

Considerações Finais

As pesquisas utilizadas como base de discussão do presente estudo encontravam-se em diferentes fontes, bem como, apresentaram estruturas diversificadas, envolvendo, não apenas artigos científicos, como pesquisas empíricas, estudos de revisão de literatura, pesquisa documental e um trabalho de evento científico. Estes estudos foram predominantemente de natureza qualitativa, apresentados em uma perspectiva de pesquisa social, em direção às discussões pertinentes às PP.

Observou-se a ausência de utilização de instrumentos metodológicos específicos, os quais permitissem a avaliação do Programa VS. Este é um dado que tem sido evidenciado na

literatura, incluindo, não apenas o público focalizado no presente estudo, aspecto que merece atenção, no sentido de auxiliar estudos futuros. Ocorreu a utilização da entrevista como instrumento de coleta dos dados das pesquisas, sendo composta por questões norteadoras, as quais permitiam o alcance dos objetivos propostos em cada uma delas.

As reflexões aqui traçadas, as quais foram especificamente sobre o VS, apontaram que os estudos sobre o Programa ainda representam pouco volume na literatura acadêmica. Notou-se que estes estudos traziam discussões com outros programas, sendo apenas dois os específicos sobre o VS e, ainda assim, estes se referiam a um estudo sem intervenção e o outro específico a um convênio contemplado, merecendo maior atenção da literatura.

Estes estudos versaram especificamente sobre as diretrizes do Programa e sua perspectiva de saúde e qualidade de vida, o processo de implantação, aspectos relacionados à formação, à gestão e avaliação do VS. Apesar disso, com relação à implantação e à avaliação, estes foram aspectos tratados em apenas um estudo, respectivamente.

Não foram notados estudos os quais buscassem analisar, avaliar ou identificar a opinião de idosos sobre o Programa. Evidencia-se, assim, a necessidade de incentivo ao empoderamento da população idosa, para que esta possa participar do processo de formulação de PP, de modo que programas e ações planejados especificamente a este público, como o VS, possam atender efetivamente suas necessidades.

Como aspectos limitantes deste estudo, destaca-se o número reduzido de pesquisas encontradas referentes às temáticas, mesmo com o crescente esforço que tem sido direcionado à subárea das Políticas Públicas de Esporte e Lazer (ARRETCHE, 2003; CANAN; STAREPRAVO; ATHAYDE, 2017). Outros aspectos incluíram a seleção de estudos provenientes da publicação em anais de eventos, os quais, muitas vezes, são apresentados em formas resumidas, sem tanto rigor avaliativo. Diferentemente, os estudos publicados em periódicos científicos passam por avaliações rigorosas, dando maior fidedignidade ao material escolhido para discussão. Todavia, diante do número reduzido de estudos encontrados, optou-se por selecionar também este tipo de material.

Os dados encontrados no presente estudo permitem abertura de um leque de possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas futuras envolvendo o Programa VS. Torna-se imprescindível a construção de instrumentos de avaliação abrangentes, os quais permitam trazer à realidade os dados do Programa VS, abarcando, por exemplo, a perspectiva dos gestores atuantes nos órgãos locais, bem como, os usuários idosos. Novas pesquisas, com outros termos de busca e a utilização de outras bases de dados, podem contribuir ainda mais para a compreensão desta temática.

Referências do Artigo 1

ALBUQUERQUE FILHO, W. L. *et al.* Comportamento de risco à saúde e à qualidade de vida em idosos vinculados ao programa de esporte e lazer da cidade (PELC). **Educação Física em Revista**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 56-67, 2016. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/8769/5689>. Acesso em: 2 out. 2019.

ALMEIDA, B. C.; PAULA, S. L. Política de esporte e lazer: a elaboração de um instrumento de avaliação. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 8, n. 2, p. 249-267, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://>

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/38769/politica-de-esporte-e-lazer--a-elaboracao-de-um-instrumento-de-avaliacao->. Acesso em: 28 jun. 2017.

AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009. Disponível em: <http://>

<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/631/391>. Acesso em: 15 set. 2019.

ARAÚJO, L. L. B.; DANTAS, E. W. C. Políticas públicas de turismo: um olhar para a região meio-norte do nordeste brasileiro. **Geosaberes: revista de estudos geoeeducacionais**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 222-236, nov. 2015. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5548091>. Acesso em: 15 maio 2019

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981>. Acesso em: 2 out. 2019.

ATHAYDE, P. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. *In*: MATIAS, W.; ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F. **Políticas de Esporte nos Anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015.

AZEVEDO FILHO, E. R. *et al.* Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física: um estudo nos Pontos de Encontro Comunitário do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 142-149, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892019000200142&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. A. R. Augusto. 1. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRA, A. O. *et al.* Avaliação de políticas públicas para o esporte. *In*: CONGRESSO SUDESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5., 2014, Lavras. **Anais [...]**. Lavras: CBCE, 2014. p. 1-3. Disponível em:

<http://congressos.cbce.org.br/index.php/5sudeste/lavras/search/advancedResults>. Acesso em: 3 jul. 2019.

BATISTA, M. C. A. A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esportes e lazer no governo do Estado de Pernambuco – 1999-2001: analisando o projeto “Idosos em Movimento”. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 27-48, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1153/115315216003.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: Acesso em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**, 3. ed., 2. reimpr. Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528 de 19 de Outubro de 2006. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **PELC e VS - Orientações Estruturantes**. 2016. Disponível em: https://projetopstbrasil.uem.br/portal/images/2016-01-07-Editais/Orienta%C3%A7%C3%B5es/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Estruturantes%20PELC%20e%20Vida%20Saud%C3%A1vel_2016-01-22.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Vida Saudável – Diretrizes 2016**. 2016c. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Diretriz_Vida_Saudavel_2016_atualizada.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. 3º Edição. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CANAN, F.; STAREPRAVO, F. A.; ATHAYDE, P. F. A. Considerações sobre a construção da temática de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 1, p. 11-14, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernodfisica/article/view/16984>. Acesso em: 2 out. 2019.

CAPI, A. H. C.; ISAYAMA, H. F. Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 12, n. 28, p. 141-164, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/8493>. Acesso em: 2 mar. 2019.

CASTRO, S. B. E.; STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, D. L. Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: uma análise da composição orçamentária (2004-2011). **Movimento**, Porto Alegre, v.

24, n. 2, p. 383-398, abr./jun. 2018. Disponível em:
<https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/64954>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2.ed. São Paulo: Editora Penso, 2013.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

ESTIVAL, K. G. S.; CORRÊA, S. R. S. Os direitos fundamentais e a efetivação das políticas públicas para a população idosa do Brasil: moradia, transporte, cultura, esporte e lazer. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, jun. 2019. Disponível em:
<https://www.eumed.net/rev/cccs/2019/06/populacao-idosa-brasil.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

EWERTON, A. N. **Análise da formação profissional no programa esporte e lazer da cidade (PELC): o olhar dos agentes sociais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em:
<http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Andr%C3%A9%20Nascimento%20Ewerton.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

FARIA, E. F. O esporte e suas práticas no PELC: desafios para a educação à distância. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, jun. 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1665>. Acesso: 11 mar. 2019.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 10 ago. 2019

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G.; Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e serviços de saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/ress/2014.v23n1/183-184>. Acesso em: 18 ago. 2019.

GARD, M.; DIONIGI, R. A. The world turned upside down: sport, policy and ageing. **International Journal of Sport Policy and Politics**, Abingdon, v. 8, p. 737-743, maio 2016. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19406940.2016.1186719?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 24 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 395-411, jan./mar. 2014. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/41542>. Acesso em: 2 out. 2019.

GRASSO, R. P.; ISAYAMA, H. F. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). **Revista Brasileira de Ciência**

e **Movimento**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 151-167, 2017. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/7121/pdf_1. Acesso em: 2 fev. 2019.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

HOWLETT, M.; MCCONNELL, A.; PERL, A. Moving policy theory forward: connecting multiple stream and advocacy coalition frameworks to policy cycle models of analysis. **Australian journal of public administration**, Richmond, v. 76, n. 1, p. 65-79, 2016. Disponível em: https://www.sfu.ca/~howlett/documents/Howlett_et_al-2016-Australian_Journal_of_Public_Administration.pdf. Acesso em: 1 out. 2019.

KHORKINA, N.; FILIPPOVA, A. V. Physical activity of elderly people as a public policy object. **Public administration issues**, Moscow, n. 2, p. 197-222, 2015. Disponível em: <https://vgmu.hse.ru/data/2015/07/02/1082134547/%D0%A5%D0%BE%D1%80%D0%BA%D0%B8%D0%BD%D0%B0,%20%D0%A4%D0%B8%D0%BB%D0%B8%D0%BF%D0%BF%D0%BE%D0%B2%D0%B0%202-2015.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.

KRAVCHYCHYN, C. *et al.* Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: antecedentes históricos e reflexividade social. **The journal of the latin american socio-cultural studies of sport**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 53-68, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/59415/38844>. Acesso em: 12 set. 2019.

LACERDA, A. L. *et al.* A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 130-144, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/553d>. Acesso em: 12 set. 2019.

SILVA, J. G. F. **Política pública de governo do programa de esporte e lazer da cidade (pelc): desafios e contradições da gestão participativa - 2011 a 2016**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Programa de políticas sociais e cidadania, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/419/1/DISSERTACAOJOSESILVA.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

LINHALES, M. A.; PEREIRA FILHO, J. R. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. *In*: GOELLNER, S. V. **Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento**. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 87-106.

MARTINS, Y. B.; BASTOS, F. C.; FERREIRA, L.A. A prática de gestão do esporte na perspectiva do lazer em uma instituição cultural. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas, v. 17, p. 1-17, e019007, 2019. DOI 10.20396/conex.v17i0.8653267. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8653267>. Acesso em: 2 out. 2019.

MELO, C. C.; BOLETINI, T. L.; COUTO, A. C. P. Práticas de gestão do conhecimento no Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, p. 1-8. 2018. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/es-praticas-gestao-do-conhecimento-no-articulo-S0101328918300647>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 63-84, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-61.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018. Acesso em: 14 set. 2019.

MOHER, D. *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the prisma statement. **Plos Medicine**, São Francisco, v. 6, n. 7, p. 1-6, jun. 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2707599/pdf/pmed.1000097.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R., (orgs.). **Pesquisa social- teoria, método e criatividade**. 34. ed. reimp. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOHER, D. *et al.* Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação prisma. **Epidemiologia em Serviços de Saúde**, Brasília, p. 335-342, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v24n2/2237-9622-ress-24-02-00335.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019

OLIVEIRA, T. P. **Políticas públicas de lazer para idosos em Manaus**: percepções e práticas no Parque Municipal do Idoso. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-19022018-145643/en.php>. Acesso em: 4 mai. 2019.

ONUBR. **Nações Unidas no Brasil**. A ONU e as pessoas idosas, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PINTOS, A. E. S.; BONALUME, C. R. A formação no PELC e a relação entre teoria e prática. *In*: PINTOS, A. E. S.; ISAYAMA, H. F. (orgs.) **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**: trajetória, memória e experiência. Campinas: Ed. Autores Associados, 2016. p. 79-93.

PINTOS, A. E. S.; ISAYAMA, H. F. (orgs.) **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**: trajetória, memória e experiência. Campinas: Editora Autores Associados, 2016.

PROVENZANO, T. D. *et al.* Gestão da informação sobre políticas públicas de esporte: incidência temática em pesquisas acadêmicas. **PODIUM**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 66-76,

2014. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/276886328_Gestao_da_Informacao_sobre_Politicas_Publicas_de_Esporte_Incidencia_Tematica_em_Pesquisas_Academicas. Acesso em: 2 out. 2019

REINALDO, M. V. A. A. *et al.* O programa Vida Saudável e sua política de melhoria da qualidade de vida dos idosos no Brasil: uma revisão literária. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO*, 4., 2015, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Realize, 2015. p. 1-6. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD4_SA10_ID2090_27082015235327.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

REZENDE, A. C. P. E. S. *et al.* Programa Vida Saudável em Contagem: A Perspectiva de um Gestor. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 1-21, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1763>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RIBEIRO, S. P.; COUTO, A. C. P. Capacitação à distância do programa segundo tempo e o lazer: esforços de produção e a busca comunicativa na formação de coordenadores de núcleo. **Licere**, Belo Horizonte, v.22, n.1, mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/12323>. Acesso em: 2 maio 2019.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 4. ed. rev., atual. e ampl. 2017.

ROJO, J. R.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. A Produção do Conhecimento sobre Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Brasil: Uma Análise dos Pesquisadores e Instituições. **PODIUM**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 128-139, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/303/pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

RONCONI, L. F. A.; DEBETIR, E.; MATTIA, C. Conselhos gestores de políticas públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 46-59, set./ dez. 2011. Disponível em: https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/380/pdf_170. Acesso em: 2 out. 2019.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SANTOS, E. S. *et al.* Municípios e propostas vulneráveis: uma análise do edital 2013 do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/pef/article/view/52913>. Acesso em: 4 jun. 2019.

SANTOS, E. S. Para pensar a análise de políticas públicas em educação física, esporte e lazer. *In: SANTOS, E. S.; LEIRO, A. C. R. (orgs.). Políticas públicas de esporte e lazer – diálogos*. Petrolina: UNIVASF, 2015. p. 117-134.

SANTOS, E. S.; STAREPRAVO, F. A.; HIRATA, E. Perfil das prefeituras que descentralizaram o PELC de 2003 a 2012. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 71-88, mar.

2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1768>. Acesso em: 9 set. 2019.

SCHWARTZ, G. M. *et al.* **Gestão da Informação sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer**: Impactos social e científico da Rede CEDES. 1. ed. Várzea Paulista: Editora Fontoura, 2015.

SCHWARTZ, G. M. Reflexões e Sugestões acerca do conteúdo da produção da Rede CEDES de 2003 a 2010. *In*: SCHWARTZ, G. M. *et al.* **Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo: Balanço da Rede CEDES**, 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2010. p.129 -142.

SCHWARTZ, G. M.. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere**, Belo Horizonte, v.6, n.2, p 23-31, dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1468>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, categorias de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-79, jan./ mar. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/rbef/article/view/97343/96355>. Acesso em: 2 out. 2019.

SILVA, D.S.; BORGES, C.N.F.; ROELDES, A.D. Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do programa esporte e lazer da cidade de Vitória – ES. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, vol. 36, n.3, 640-647, jul./set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892014000300640. Acesso em: 16 maio 2019.

SILVA, J. *et al.* Envelhecimento e qualidade de vida: os idosos nos passos da dança de salão. **Revista Saúde Física & Mental**, Belford Roxo, v. 6, n. 2, p. 43-57, 2018. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/SFM/article/view/3580>. Acesso em: 2 out. 2019.

SOARES, M. M.; GUADANINI, A. S. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 379-404, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1946>. Acesso em: 2 mar. 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 26 jul. 2019.

STAREPRAVO *et al.* Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: onde o político/burocrático e o científico/acadêmico se encontram? **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1., p. 23-34, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/63125>. Acesso em: 2 fev. 2019.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J; MARCHI JUNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 233-251, jul./set. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420/14381>. Acesso em: 11 maio. 2019.

TASCA, L. C.; SOUZA, T. G. Políticas públicas de promoção da saúde no Brasil: análise dos programas academia da saúde e vida saudável. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 2, p. 69-76, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/16469>. Acesso em: 2 out. 2019.

TAVARES, G. H.; SCHWARTZ, G. M. Gestão da informação e do conhecimento em políticas públicas: ações realizadas pela rede CEDES/ME. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 207-226, out./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/38861/27451>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TONDIM, G. MOLINA NETO, V.; WITTIZORECKI, E. S. A formação dos educadores sociais no programa esporte e lazer da cidade – PELC – em Porto Alegre. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/622>. Acesso em: 30 ago. 2019.

VIEIRA, A. A. *et al.* Programa esportes e lazer da cidade – PELC: interfaces entre o PELC e as desigualdades sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 161-180, mar. 2017. Disponível em: <http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/613/Programa%20Esporte%20e%20Lazer%20da%20Cidade%20-%20PELC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 fev. 2019.

VIEIRA, L. B. G. *et al.* Situação de estudo: o que vem sendo publicado em eventos e periódicos Da área de ensino de ciências? **Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo horizonte, v. 20, e2914, 2018. DOI 10.1590/1983-21172018200101. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epec/v20/1983-2117-epec-20-e2914.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

5 OBJETIVOS DA TESE

5.1 Objetivo Geral

Investigar as dificuldades e as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa Vida Saudável ofertado pelo extinto Ministério do Esporte (ME) na visão de dirigentes (gestores, coordenadores e agentes sociais de esporte e lazer) e idosos participantes.

5.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar a opinião de dirigentes do Programa Vida Saudável do extinto ME, específico para a população idosa, sobre as dificuldades, perspectivas e impacto social desencadeado por esta iniciativa;
- b) Identificar as possíveis dificuldades e barreiras percebidas pelos idosos para participarem do Programa Vida Saudável, bem como, o nível de satisfação, as perspectivas e os impactos desencadeados por este Programa.

6 MÉTODO DA TESE

6.1 Princípios éticos

Para o desenvolvimento desta Tese, inicialmente, o projeto foi encaminhado, via Plataforma Brasil, para o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro-SP. O referido projeto foi aprovado, sob o número do parecer 2.812.696 (ANEXO B).

6.2 Natureza da Pesquisa

Este estudo é de natureza qualitativa, que prevê a reflexão de um fenômeno social, por meio do detalhamento das qualidades ou características observadas nos dados de uma pesquisa (RICHARDSON, 2017), configurando assim, as possibilidades de desenvolvimento de práticas relacionadas ao lazer e ao esporte recreativo. Assim como prevê Moro (2011), este é um tipo de pesquisa que, semelhantemente à quantitativa, pode requisitar recursos estratégicos e quantitativos que auxiliem na apresentação dos dados encontrados, tais como percentual e frequência de aparecimento das mesmas respostas e/ou aspectos analisados.

6.3 Tipos de Pesquisa

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas de tipos exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória tem por objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, permitindo que sejam criados novos objetivos de estudo, haja vista que é requisitada quando não existe uma hipótese bem definida acerca de determinada temática (GIL, 2016). A pesquisa descritiva refere-se a um segundo nível de pesquisa, mais aprofundada que a anterior e consiste em descrever um fato ou população, buscando as relações entre os diversos elementos, por exemplo, os mecanismos de atendimento público às comunidades (GIL, 2016).

6.4 Delineamentos da Pesquisa

O delineamento da pesquisa refere-se ao planejamento de execução do estudo em toda sua dimensão e, conforme Gil (2016) inclui a diagramação, a previsão da análise e a interpretação de dados, o ambiente de coleta dos dados e opções de controle das variáveis analisadas. Para o delineamento do estudo optou-se pela utilização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de campo, de acordo com as necessidades envolvidas em cada etapa da pesquisa (GIL, 2016).

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2016), pode ser desenvolvida com embasamento de diferentes tipos de materiais já elaborados, como, livros, artigos, teses,

dentre outros. Este tipo de delineamento é mais eficaz, se atrelado a outros tipos, visto que, a compreensão de determinado conhecimento pode não ser completa e, até, equivocada, por se tratar da utilização de fontes secundárias (GIL, 2016), justificando, portanto, aliar as pesquisas documentais e de campo. Como estratégia deste tipo de delineamento, optou-se pelo emprego de uma revisão sistemática de literatura.

Neste tipo de revisão, busca-se o que já foi produzido sobre o assunto pesquisado, ampliando-se as reflexões e discussões, no intuito de se determinarem os resultados mais incidentes e evidenciados, embasando a construção do conhecimento para o desenvolvimento de estudos futuros (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; SAMPAIO; MANCINI, 2007). A revisão sistemática de literatura possui rigor metodológico e propõe que seja seguido um padrão, um protocolo, para que as evidências analisadas possam ser compiladas, podendo ser utilizada para o desenvolvimento de novas diretrizes e de tomada de decisão de novos conhecimentos. A sequência destes padrões permite melhor compreensão das pesquisas, facilitam o seu entendimento e podem contribuir para a detecção de problemas nos métodos das pesquisas e serem sugeridas alternativas (MOHER *et al.*, 2015).

O delineamento da pesquisa documental é semelhante ao da pesquisa bibliográfica, anteriormente citada, diferenciando-se pela natureza da fonte sobre a qual ela é embasada. Na pesquisa documental, são focalizados materiais específicos, os quais recebem pequeno tratamento analítico, ou que atendem a objetivos específicos da pesquisa, diferentemente da pesquisa bibliográfica, a qual inclui a utilização de diferentes materiais e autores sobre determinada temática (GIL, 2016).

A pesquisa (estudo) de campo, diferentemente das demais anteriormente citadas, inclui a colocação do pesquisador em aprofundamento com as pessoas envolvidas no estudo. É um delineamento semelhante ao levantamento *survey*, diferenciando-se por não requisitar de precisão estatística, investigando comunidades em sua estrutura social, incluindo a possibilidade de reformular objetivos durante a pesquisa, caso seja necessário (GIL, 2016), como na presente Tese.

6.5 Coleta de dados

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista estruturada, a qual permite interação entre o pesquisador e o participante da pesquisa por meio de respostas a uma lista de perguntas e sofrem pequena variação (RICHARDSON, 2017). A entrevista, técnica geralmente utilizada em pesquisa qualitativa, é realizada com a utilização de guia de perguntas, que tem uma estrutura mais flexível, como é o caso das entrevistas

semiestruturadas, (RICHARDSON, 2017) ou pode ser desenvolvida com base em questionários ou formulários, que incluem uma lista de perguntas, as quais sofrem pouca ou nenhuma alteração durante sua aplicação, como nas entrevistas estruturadas (GIL, 2016; RICHARDSON, 2017). Optou-se pela utilização das entrevistas face a face e as entrevistas por telefone (GIL, 2016) e WhatsApp™. As entrevistas por telefone têm sido cada vez mais aceitas e utilizadas em pesquisas, por possuírem vantagens, tais como o baixo custo da pesquisa, a facilidade amostral, o agendamento mais facilitado e rapidez (GIL, 2016), assim como, o aplicativo anteriormente citado.

6.6 Instrumentos

Os instrumentos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foram referentes ao formato de questionário, aplicado por meio de entrevistas. Este instrumento de coleta de dados é utilizado para obter informações de grupos sociais e permite a medição de suas variáveis e a descrição de suas características (RICHARDSON, 2017). Pode ser constituído de questões abertas, fechadas (GIL, 2016; RICHARDSON, 2017), dependentes e ser autoaplicável ou aplicado no formato de entrevista, por um pesquisador (GIL, 2016). Para Gil, os questionários, podem ser vistos como instrumentos autoaplicáveis e, portanto, esse autor sugere que, quando da presença do pesquisador, seja designado como formulário, ou questionário aplicado com entrevista, sendo, este último, o caso do presente estudo.

Foram utilizados como instrumentos para a coleta dos dados, dois questionários, de acordo com o público pesquisado: Dirigentes (gestores e coordenadores) e Idosos. O Instrumento I, “Questionário de Avaliação do Programa Vida Saudável” - QuAP-VS – versão para Dirigentes (gestores, coordenadores e agentes), composto pela Parte I – Caracterização, incluindo 12 itens e Parte II – incluindo 19 questões abertas, relacionadas às dificuldades, perspectivas, impactos sociais e da QV dos beneficiários, conforme APÊNDICE A. Exclusivamente no caso do gestor nacional, este respondeu a apenas 15 questões, dentre as que compunham o instrumento, pelo fato de algumas das questões serem específicas sobre situações ou estratégias vivenciadas nos núcleos, sendo as demais questões retiradas, por não abarcarem o foco do presente estudo.

O Instrumento II, “Questionário de Avaliação do Programa Vida Saudável” – QuAP-VS – versão para idosos, foi composto por 8 itens na Parte I – Caracterização e 19 itens na Parte II, referentes à questões abertas e fechadas (APÊNDICE B) aplicado aos usuários do VS. As questões fechadas deste instrumento foram referentes a duas escalas do tipo *Likert*. A primeira, adaptada do Questionário de Barreiras à Prática de Atividades Físicas (QBPAF)

proposto por Hirayama (2005), o qual foi composto por 22 itens relacionados às barreiras que podem comprometer a participação no Programa VS, sendo as opções de resposta, 1=Não/Nunca, 2= As vezes e 3=Sim/Sempre. A outra, referente à avaliação de satisfação com o Programa e as opções de resposta, 0 para muito ruim e 10 para muito bom. Estes instrumentos foram construídos especificamente para o desenvolvimento deste estudo, sendo devidamente avaliados e validados.

6.7 Amostra

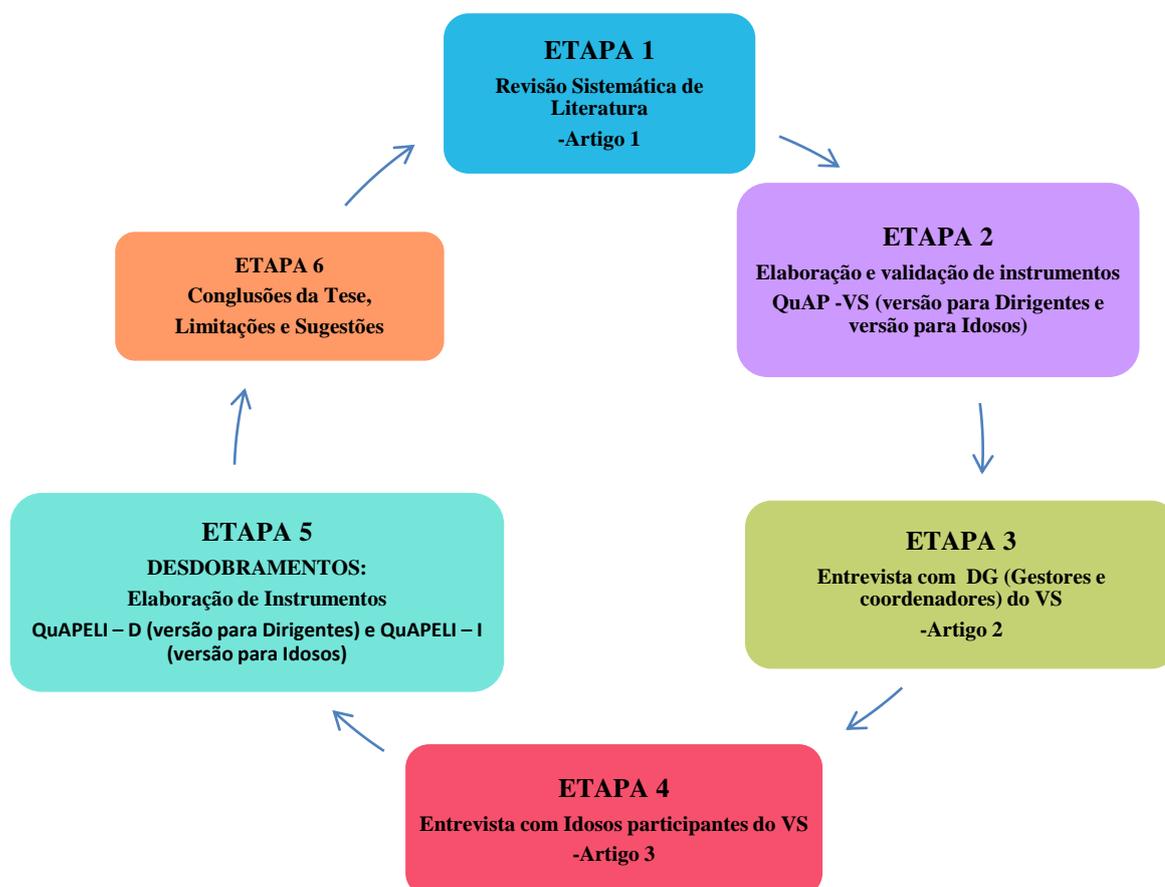
A amostra deste estudo é do tipo não probabilística, por conveniência (RICHARDSON, 2017) e foi composta por 46 pessoas, incluindo participantes de um programa para idosos, vinculados a uma Universidade do país, bem como, idosos e representantes dos convênios do Programa VS. Esta amostra foi dividida em dois grupos:

- **Grupo A:** Dirigentes (DG) – Gestores e Coordenadores, contendo 20 DG, com média de idade de 43,9 anos ($\pm 9,94$), sendo 11 do gênero feminino e 9 do gênero masculino. Este grupo incluiu 6 gestores municipais e 1 gestor nacional, 9 Coordenadores Gerais (CG), 3 Coordenadores pedagógicos (CP) e um Coordenador de Núcleo (CN) representantes dos órgãos locais com convênio do VS, nas suas diferentes etapas (implantação, desenvolvimento, encerramento/encerrado).
- **Grupo B:** Idosos, divididos em dois grupos distintos: Piloto (B1) e Pesquisa (B2). O grupo B1 foi composto por 5 idosos, com média de idade de 68,6 anos ($\pm 7,76$), sendo 4 do gênero feminino e 1 do gênero masculino, participantes de um grupo de idosos, o qual desenvolve atividades regulares e diversificadas, com predominância na AF, em uma Universidade Estadual do país. Estes idosos não figuraram a amostra final, conforme orientações de Lakatos e Marconi (2003). O grupo B2 foi composto por 21 idosos, com média de idade de 66,1 anos ($\pm 5,49$), sendo 18 do gênero feminino e 3 do gênero masculino, participantes do VS.

6.8 Procedimentos

Para o desenvolvimento desta Tese, foram percorridas seis etapas, as quais foram compostas por diferentes aspectos e estratégias, conforme apresentado na Figura 16, a seguir:

Figura 16 – Fluxograma das etapas percorridas para o desenvolvimento do estudo.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

A **Etapa 1**, contou com a realização de uma revisão sistemática de literatura, a qual consistiu na busca de materiais para o desenvolvimento da fundamentação teórica da pesquisa, de modo organizado. Nesta revisão sistemática, foi realizada uma busca em 8 bases de dados relacionadas à área de PP, Educação Física, das PPEL, e por terem retornado possíveis resultados relacionados com as temáticas pretendidas. Estas bases eram de acesso aberto ou tinham acesso disponibilizado pela universidade de desenvolvimento da pesquisa – UNESP – campus Rio Claro – SP e incluíram: 1) *SportDiscus*, 2) BVS (*Lilacs* e *Medline*), 3) *Scielo*, 4) *Science Direct*, 5) Periódicos CAPES, 6) Banco de Teses & Dissertações – CAPES, 7) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e 8) Google Acadêmico™. Nestas bases foram realizadas duas buscas (B1 e B2), nas quais foram empregados os seguintes termos de busca: B1) “Programa Vida Saudável” OR “*Healthy Life Program*” e B2) “Programa Vida Saudável” OR “*Healthy Life Program*” AND “política pública” OR “*public policy*” OR “política pública esporte” OR “*sport policy*” OR “política pública lazer” OR

“leisure policy” AND aging OR elder OR elderly OR senior OR older* OR geriatric OR idoso OR "terceira idade" OR envelhecimento OR velhice.

Ainda foram analisados 13 periódicos nacionais, no intuito de ampliar os resultados do estudo, sendo eles: Caderno de Educação Física e Esporte, Licere, Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), Movimento, Caderno de Educação Física e Esporte, Motrivivência, Conexões, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Podium e Revista Perspectivas em Políticas Públicas. A estratégia de utilização de busca destes periódicos nacionais também foi empregada no estudo desenvolvido por Rojo, Mezzadri e Silva (2019), os quais realizaram uma revisão sistemática acerca de PPEL no Brasil. Foram selecionados 5 estudos para discussão, os quais resultaram no Artigo 1.

A **Etapa 2**, foi referente à validação de dois instrumentos utilizados nesta pesquisa. Esta validação foi feita para que as questões presentes em cada um dos instrumentos fossem adequadas ao atendimento dos objetivos estabelecidos no estudo, de modo que, cada uma das questões tivesse maior clareza e relevância. Para tanto, foi estabelecida a criação de um Comitê de Juízes, os quais foram convidados a participar da pesquisa, na avaliação e validação destes dois instrumentos, conforme sugere Pasquali (2010). Segundo as orientações de Pasquali, este comitê foi composto por 10 especialistas da área de PPEL e/ou atuantes nas pesquisas desenvolvidas com o público idoso. Optou-se, pela inclusão de membros neste comitê, que, de alguma forma, representassem os participantes oficiais da pesquisa, neste caso, os dirigentes, haja vista que estes poderiam contribuir com a parte metodológica da pesquisa, por obterem relação direta com o campo pesquisado, conforme também realizado no estudo de Varanda, Benites, Souza Neto (2019).

Os especialistas participantes receberam por *email* uma Carta Convite, conforme APÊNDICE C, na qual estes juízes eram instruídos quanto aos objetivos da pesquisa, aos aspectos a serem avaliados: 1 – clareza e 2 – relevância e as instruções sobre como deveriam realizar a avaliação. Estes juízes, de posse da versão preliminar dos instrumentos, puderam avaliar os dois aspectos (clareza e relevância) em cada uma das questões que compunham os instrumentos, apontando uma das opções na escala do tipo *Likert* (1= Inadequado, 2=Pouco adequado, 3=Aceitável, 4=Adequado e 5=Muito Adequado), bem como, puderam tecer comentários sobre o conteúdo de cada uma delas, caso julgassem necessário.

Após o retorno destas avaliações, estes instrumentos foram ajustados conforme recomendações dos juízes. Inicialmente, foram consideradas apenas as questões cujas médias

referente à clareza e relevância foram maiores que 80%, conforme sugerem Cassepp-Borges, Balbinotti e Teodoro (2010). Para as questões, com média acima de 3 – Aceitável na escala do tipo *Likert*, porém inferiores a 80%, foram realizadas as alterações das sugestões de todos os juízes, sendo considerada a importância destas questões nas respostas diretas traçadas no objetivo do estudo. Sendo o Comitê de Juízes formado por pessoas envolvidas em as temáticas do estudo e/ou o Programa VS, não foi necessário empregar o teste piloto. Deste modo, o instrumento I, foi consolidado como QuAP-VS – versão para Dirigentes (gestores, coordenadores e agentes), composto pela Parte I, contendo 12 itens referentes à caracterização e Parte II – referente a 19 questões abertas.

Para o instrumento II, foi realizado um teste piloto, por meio de entrevista com 5 idosos, integrantes de um programa de atividades diversificadas para idosos, os quais deram anuência de participação, respondendo ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os idosos foram selecionados intencionalmente, conforme uma das sugestões ofertadas por Lakatos e Marconi (2003) quando da criação de questionário. Este teste piloto ou pré-teste permite assegurar a precisão e validade do questionário, sobretudo com relação ao desmembramento, à ordem, à clareza e à forma das questões (GIL, 2016). Somente após esta etapa é que as adequações provenientes das observações realizadas pelos juízes e da aplicação do instrumento II com os idosos do teste piloto foram realizadas, agrupadas e firmaram no QuAP-VS – versão para Idosos, composto pela Parte I, contendo 8 itens de caracterização da amostra e Parte II – abrangendo 16 questões abertas e 2 questões fechadas.

A **Etapa 3** tratou-se de uma pesquisa descritiva, com delineamento referente a um estudo de campo (GIL, 2016), que identificou a opinião dos DG do Programa VS, quanto à efetividade, os impactos sociais e as perspectivas positivas sob o público favorecido, bem como, buscou respostas referentes à participação do indivíduo idoso, as possíveis barreiras ou dificuldades percebidas por eles. Para tanto, foi realizado o convite a todos os responsáveis pelos convênios que estavam em desenvolvimento, em decorrência do último edital de 2013 aprovado e efetivado pelo extinto ME e de emendas posteriores, bem como, aos responsáveis nacionais do VS. Aqueles que aceitaram participar, por meio da anuência expressa pela assinatura do TCLE (APÊNDICE D), foram submetidos à entrevista estruturada, a qual contou com a utilização do QuAP – VS (versão para gestores, coordenadores e agentes). Esta entrevista com os 20 DG que compuseram a amostra deste estudo, foi realizada por telefone (GIL, 2016) e *online* (por WhatsApp™ ou *email*), conforme disponibilidade do participante e registrada com gravador de voz ou aplicativos de gravação, de acordo com o formato de sua realização. Os dados obtidos nesta etapa foram agrupados no Artigo 2.

A **Etapa 4** desta Tese, contou com o desenvolvimento de uma pesquisa descritiva, sendo o delineamento referente a um estudo de campo (GIL, 2016). Optou-se pela utilização da entrevista estruturada, realizada com 21 idosos participantes do VS, de uma cidade contemplada com o Programa, na região sudeste do país. Esta etapa foi desenvolvida no intuito de buscar compreender o conhecimento dos participantes sobre as dificuldades percebidas para o desenvolvimento do Programa e as barreiras de participação, bem como, aspectos relacionados à satisfação, efetividade, à representação do VS na vida destes indivíduos, à preferência de atividades e impactos sociais e na QV desencadeados. Assim como na etapa posterior, os idosos que aceitaram participar do estudo e responderem ao TCLE (APÊNDICE E).

As entrevistas realizadas com estes idosos contaram com a ajuda de alguns dos agentes (professores das oficinas) integrantes do VS deste órgão local (cidade). Estes forneceram os contatos dos idosos, para que a pesquisadora pudesse realizar as entrevistas. Em alguns casos, esse contato com os participantes foi inviável. Sendo assim, estes agentes foram informados e treinados para realizarem as entrevistas, estando a pesquisadora *online*, à disposição para eventuais dúvidas e intervir caso alguma das respostas não tivesse sido completada, ou o idoso entrevistado não tivesse dado resposta relacionada à determinada pergunta. As entrevistas foram individuais e, em ambos os casos, foram gravadas com gravador de voz ou aplicativo, para que todas as informações fornecidas por estes participantes fossem devidamente armazenadas. Os dados obtidos nesta etapa foram condensados e resultaram no desenvolvimento do Artigo 3.

A **Etapa 5**, contou com a elaboração de dois instrumentos validados, os quais podem ser utilizados em programas de PPEL envolvendo o público idoso. Estes instrumentos foram desenvolvidos como modelos, a partir dos instrumentos utilizados neste estudo e incluíram respectivamente: QuAPELI – D, Questionário de Avaliação de Programa de PPEL para Idosos – Versão para Dirigentes (gestores, coordenadores, agentes sociais de lazer e esporte recreativo ou responsáveis pelo programa), conforme APÊNDICE F e QuAPELI – I, Questionário de Avaliação de Programa de PPEL para Idosos – Versão para Idosos participantes, conforme APÊNDICE G. Estes instrumentos poderão subsidiar novos estudos da área e a formulação e adequação de PPEL.

Na última, **Etapa 6**, foram consideradas todas as etapas anteriormente realizadas, sendo desenvolvido o fechamento da Tese, com as considerações finais, o apontamento das limitações desta Tese, bem como, as sugestões para novos estudos acerca das temáticas abarcadas neste estudo.

6.9 Análise dos Dados

Todos os dados coletados foram analisados por meio da Técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Esta técnica consiste em analisar os dados minuciosamente, de modo que se percorram três etapas fundamentais (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados) e os resultados sejam agrupados por semelhança e analisados individualmente e em grupos.

Para tanto, foi realizada a **pré-análise**, na qual ocorreu a sistematização dos dados amostrais, de modo a garantir que fossem percorridas as etapas seguintes. Neste primeiro momento, foram decompostos os materiais analisados e previstos os indicadores dos resultados. A segunda etapa, a mais longa da análise, foi relacionada à **exploração do material**, que consistiu em qualificar e codificar todos os dados observados como temas, grupos ou orações, neste caso, tanto do *site* do extinto Ministério do Esporte e da atual SEE, quanto das entrevistas. A última etapa, **tratamento dos resultados**, menciona os dados agrupados de acordo com os conteúdos expressos, sendo considerada a frequência ou ocorrência dos aspectos mais relevantes da pesquisa (BARDIN, 2011). A aplicação desta técnica resultou no estabelecimento de unidades temáticas, as quais foram agrupadas em categorias, sendo, neste caso, estabelecidas *a posteriori*.

No Artigo 1 emergiram duas categorias de análise, a saber: 1) Aspectos metodológicos e 2) Conteúdos abordados. Nos Artigo 2 e 3, as categorias estabelecidas incluíram: 1) Funcionamento do Programa, 2) Dificuldades do Programa, 3) Perspectivas do Programa (impactos) e 4) Sugestões. No Quadro 2, a seguir, estão destrinchadas as categorias elaboradas e as unidades temáticas inseridas em cada uma delas. Optou-se pela utilização de análise descritiva, a qual contou com a análise de média, desvio padrão e porcentagem.

Quadro 2. Categorias de análise e unidades temáticas nos Artigos 1, 2 e 3.

Categorias	Nº/Nome da Categoria e Subcategorias		
	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
1	1) Aspectos Metodológicos	1) Funcionamento do Programa	1) Funcionamento do Programa
	- Tipo do material - Natureza das pesquisas - Delineamento das pesquisas	- Divulgação - Candidatura - Participação do Idoso - Cursos de Formação - Estratégias de avaliação do VS	- Divulgação - Conhecimento de outros programas para idosos - Participação do Idoso - Preferência de atividades - Satisfação com o programa
2	2) Conteúdos abordados	2) Dificuldades do Programa	2) Dificuldades do Programa
	- A perspectiva de promoção de saúde e qualidade de vida - A formação no Programa - A implantação do Programa na perspectiva do gestor - A gestão no Programa - A avaliação do Programa	- Recebimento de Recursos - Implantação - Desenvolvimento - Encerramento/Prestação de Contas - Conhecimento do Idoso sobre o Programa - Adesão - Permanência - Barreiras da Participação	- Busca de Informações - Implantação - Desenvolvimento - Pontos negativos - Barreiras individuais de participação - Participação em atividades
3	-	3) Perspectivas do Programa (impactos)	3) Perspectivas do Programa (impactos)
		- Diferencial do Programa - Impacto na Qualidade de Vida - Impacto Social - Alcance de objetivos do Programa	- Motivos de participação - Pontos positivos - Impacto na Qualidade de Vida
4	-	4) Sugestões	4) Sugestões
		- Cursos de formação - Aspectos técnicos	- Atividades - Desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os primeiros resultados obtidos nesta Tese foram expressos no item de Revisão de Literatura, correspondente à Etapa 1, onde foram tecidas discussões sobre o Programa, agrupadas na revisão sistemática do Artigo 1. Os resultados referentes à Etapa 2, sobre a elaboração e validação dos instrumentos, foram agrupados e expressos neste item de Resultados.

Esta pesquisa, de cunho predominantemente qualitativo abarca a necessidade identificada para área, no que tange à existência de instrumentos os quais possam proporcionar a análise de PP em diversas perspectivas, conforme resultados e discussões apresentadas no Artigo 1 desta Tese. Sendo assim, a criação de instrumentos e desenvolvimento de validações podem subsidiar as lacunas encontradas no subcampo das PPEL e, inclusive, no Programa VS. Este processo pode contribuir para que os conhecimentos aqui agrupados possam legitimar uma determinada área de conhecimento (SILVA JÚNIOR; BOTH; OLIVEIRA, 2018; VARANDA, BENITES, SOUZA NETO, 2019), assim como esta aqui discutida.

O primeiro procedimento adotado nesta etapa foi a elaboração prévia de dois instrumentos utilizados neste estudo, direcionados aos DG e aos idosos participantes do Programa. Para a elaboração destes instrumentos, foram tomadas por base, as recomendações de elaboração de questionário propostas por Gil (2016), o qual apresenta como possibilidade de itens deste tipo de instrumento, as questões abertas e fechadas. Estas questões incluíram as relacionadas com os fatos, presentes na caracterização, sobre atitudes, comportamentos, sentimentos e razões conscientes de crenças. Foram seguidas orientações a respeito de serem elaboradas questões claras, com única interpretação, sem sugerir a resposta, em ordem de funil (GIL, 2016), conforme a sequência de implantação do Programa VS.

Sendo assim, os instrumentos pilotos foram compostos da seguinte maneira: Instrumento I – DG) 14 itens de caracterização e 21 questões abertas e Instrumento II – Idosos) 7 itens de caracterização e 17 questões abertas e duas questões fechadas (tipo *Likert*). Estes instrumentos pilotos foram enviados por *email*, inicialmente a 14 doutores, com experiência e conhecimento nas áreas do Envelhecimento, Políticas Públicas, Educação Física e/ou por atuarem com pesquisas sobre o Programa VS, juntamente com os instrumentos a serem avaliados, incluindo a Carta Convite (APÊNDICE C). Pasquali (2010), ao apresentar uma série de instruções para formulação de instrumentos, sugere que sejam instituídas duas formas de testagens: por análise semântica, ou pela instituição de um Comitê de Juízes avaliadores, sendo esta a opção adotada para esta Tese. Dentre estes professores Doutores, 10

aceitaram contribuir e participar deste comitê de juízes, instituído para a avaliação e validação destes instrumentos.

Para Ollaik e Ziller (2012) quando se trata de pesquisas qualitativas, a validação de instrumentos a serem utilizados pode permitir maior padronização metodológica e, por consequência, da fidedignidade dos resultados. Para realização desta validação, Pasquali (2009) aponta que muitas são as dificuldades presentes nesse processo e as opções de técnicas a serem empregadas, para instrumentos psicométricos, apontando um modelo trinitário, o qual abarca estes passos de elaboração: a validade de constructo ou de conceito, a validade de critério e a validade de conteúdo. Na mesma direção, Hermida e Araújo (2006) apontam estes três critérios, explicando que a validade de conteúdo, adotada nesta Tese, incluiu confeccionar o instrumento com questões elaboradas *a priori*, que sejam representativas do universo pesquisado (HERMIDA; ARAÚJO, 2006; PASQUALI, 2009), envolver a apreciação dos membros do comitê com relação aos conteúdos dos instrumentos e considerar as sugestões por eles ofertadas. Sendo assim, foram consideradas estas questões pré-estabelecidas nos instrumentos alinhadas aos objetivos da pesquisa, assim como realizaram Varanda, Benites e Souza Neto (2019), os quais apontam a possibilidade de retirada e acréscimo de itens e palavras destas questões, caso necessário.

Para tanto, os juízes deveriam avaliar dois aspectos relacionados à validação de conteúdo em cada uma das questões dos instrumentos pilotos, atendendo às orientações anteriormente elencadas: clareza e relevância. Estes itens poderiam ser marcados de acordo com uma escala do tipo *Likert*, sendo 1=inadequado, 2=pouco adequado, 3=aceitável, 4=adequado e 5=muito adequado. Para cada questão, os juízes tinham a possibilidade de tecer comentários em cada uma delas. Um exemplo destas questões foi apresentado na Figura 17, a seguir.

Figura 17 – Exemplos de questão dos instrumentos validados.

5. É de seu conhecimento a existência de algum(ns) instrumento(s) de avaliação da eficiência do VS? Se sim, qual(is)?

Avaliação	Clareza					Relevância				
	1	2	✓	4	5	1	2	3	4	✓

Escreva aqui suas observações/sugestão de alteração:

8. O(a) senhor(a) saberia informar quem financia o desenvolvimento deste(a) Programa (VS)?

Avaliação	Clareza					Relevância				
	1	2	✓	4	5	1	2	3	4	✓

Escreva aqui suas observações/sugestão de alteração:

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

De cada uma destas questões foi estimada a média das respostas destes juízes. Pasquali (1998) sugere que, após ser realizado este procedimento, os itens que não atingirem 80% de concordância devem conter problemas e deveriam ser revistos ou descartados. No presente estudo, 80% equivale ao valor de 4 (na escala de 1 a 5). Considerando que a escala do tipo *Likert* adotada apresentava no item 3=aceitável, as questões cuja média obteve valor inferior a 4, para os itens de clareza e relevância, foram reajustadas, conforme todas as orientações dadas pelos juízes, a considerar que esta permitiria atingir o objetivo do presente estudo. No caso do Instrumento I, direcionados aos DG, foram duas estas questões para os dois itens de avaliação (clareza e relevância) e, no caso do Instrumento II, direcionado aos idosos, apenas uma questão para o item clareza obteve média inferior a 80%. Os itens de caracterização foram reajustados, sendo excluídos 2 itens no Instrumento I e acrescentado um item no Instrumento II. Do Instrumento piloto I, uma questão foi excluída e outra reagrupada e, no Instrumento piloto II, apenas uma questão foi excluída. A decisão de manter estas questões foi pautada também no fato de apenas algumas das palavras empregadas serem de difícil compreensão e devidamente substituídas.

Nesta validação, ao final de cada um dos instrumentos, havia 3 questões referente às sugestões acerca dos itens componentes na caracterização dos instrumentos, as informações acerca da clareza das questões do instrumento e a permissão do cumprimento dos objetivos do estudo por meio das questões elencadas nestes instrumentos. As informações contidas nestas questões foram consideradas, sendo que, tanto para o instrumento para os DG, quanto para os idosos, 60% dos juízes afirmaram que o objetivo seria alcançado e 40% afirmaram que atenderia em parte e, para serem alcançados deveriam ser consideradas as sugestões ofertadas nas questões.

Após este processo, o primeiro instrumento foi findado em QuAP-VS – versão para Dirigentes, abarcando Parte I com 12 itens de caracterização e Parte II com 19 questões abertas (APÊNDICE A). No caso deste instrumento, considerando que os membros do comitê de juízes possuíam experiência e relação com programas semelhantes ao VS, este não foi submetido à testagem piloto.

No que tange ao segundo instrumento piloto (QuAP-VS – versão para idosos), optou-se por submeter o instrumento a um teste piloto. Varanda, Benites e Souza Neto (2019), trazem a testagem piloto, como a segunda etapa de validação de instrumentos qualitativos, posteriormente à etapa de validação do conteúdo, assim como se seguiu no presente estudo.

Este instrumento foi aplicado em participantes inseridos em um grupo de AF de idosos, da cidade de Rio Claro – SP, os quais representavam ao menos 5% (entre 5 e 10%) da

amostragem pretendida de participantes do estudo, conforme orientações de Lakatos e Marconi (2003) e a estratégia adotada também por Varanda, Benites e Souza Neto (2019). Para isso, o nome do Programa VS foi substituído pelo nome do programa no qual esses idosos estavam inseridos.

Pasquali (1998) reafirma a importância da testagem piloto como etapa essencial para o processo de validação. Ademais, pode contribuir para que sejam destacadas falhas sobre: “[...] complexidade das questões, imprecisão da redação, desnecessidade das questões, constrangimentos aos informantes, exaustão etc..” (GIL, 2016, p. 134), sendo seguidas estas orientações. Após esta aplicação, foram reajustadas as questões/itens as quais os idosos encontraram dificuldades para compreender, resultando no QuAP-VS – versão para idosos, composto da Parte I, com 8 itens de caracterização e 18 questões, sendo 16 abertas e 2 fechadas, do tipo *Likert* (APÊNDICE B).

Após o processo de validação, dos dois instrumentos, inicialmente o QuAP-VS (versão para DG) foi aplicado de acordo com a Etapa 3 desta Tese e todos os dados acerca destes resultados foram expressos no Artigo 2, a seguir. Todas as informações adicionais deste artigo foram elencadas como APÊNDICES H.

7.1 Artigo 2

DIFICULDADES, IMPACTOS E PERSPECTIVAS DO PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL NA VISÃO DE GESTORES E COORDENADORES

DIFFICULTIES, IMPACTS AND PROSPECTS OF THE VIDA SAUDÁVEL PROGRAM FROM MANAGERS AND COORDINATORS

Resumo

Este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo identificar as dificuldades, perspectivas e o impacto social desencadeados pelo Programa Vida Saudável (VS) na vida de idosos, na opinião de seus Dirigentes (DG). Foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, a qual envolveu a realização de entrevista, com a aplicação do instrumento QuAP-VS, contendo questões abertas referentes à avaliação do Programa VS. O instrumento foi aplicado a uma amostra não-probabilística por conveniência, composta por 20 DG (gestores e coordenadores). Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo e agrupados *a posteriori* em 4 categorias: 1) Funcionamento do Programa, 2) Dificuldades do Programa, 3) Perspectivas do Programa (impactos) e 4) Sugestões. Os resultados evidenciam que as principais dificuldades apontadas estavam relacionadas às barreiras de comunicação entre o extinto ME e o órgão conveniado e as exigências técnicas, sendo estas dificuldades mais enfatizadas do que as perspectivas positivas do Programa, na visão dos entrevistados. Os aspectos sociais parecem ser as maiores contribuições do Programa, bem como, o incentivo à prática de atividade física e melhoria da saúde.

Palavras-chave: Política Pública; Esporte; Atividades de Lazer; Idoso

Abstract

The current qualitative study aimed to identify the difficulties, perspectives and social impact triggered by the *Vida Saudável* (VS) Program in the lives of the elderly and in the opinion of its leaders (managers and coordinators). A descriptive research was developed, which involved an interview, with the application of the QuAP-VS, containing open-ended questions related to the evaluation of the VS Program. Twenty leaders answered the QuAP-VS. The data obtained were analyzed using the Content Analysis Technique and, *a posteriori*, arranged in 4 categories: 1) Program Functioning, 2) Program Difficulties, 3) Program Perspectives (impacts) and 4) Suggestions. The results indicated that the main difficulties seemed to be related to communication barriers among the former Ministry of Sports, the affiliated organ and the technical requirements. These difficulties were more emphasized than the positive perspectives of the VS Program, according to the interviewees. Social aspects seem to be the major contributions of the VS Program, as well as the encouragement of physical activity participation and health improvement.

Keywords: Public policy; Sport; Leisure Activities; Elderly

Introdução

As Políticas Públicas (PP) representam uma área do conhecimento que teve suas primeiras discussões na década de 1950, por Laswell (FREY, 2000; SECCHI, 2017) um de seus fundadores (SOUZA, 2006). A definição do termo parece não ser única e tem sido ainda hoje discutida por diferentes autores, os quais acabam complementando tal definição.

Para Secchi (2013) a existência desta diversidade de significados ocorre em virtude de se adequarem com o contexto em que são discutidas e suas vertentes de embasamento. Estas vertentes podem abarcar basicamente três dimensões: *politic* (processual), *polity* (estrutural) e *policy* (material). Então, o termo pode ser definido como “[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...]”, geralmente orientada à “[...] atividade ou passividade de alguém[...]” possuindo dois elementos os quais são fundamentais “[...] intencionalidade pública e resposta a um problema público” (SECCHI, 2013, p. 2). Este mesmo autor propõe que as PP podem ser materializadas ou concretizadas no formato das leis, dos projetos, dos programas, contratos, subsídios governamentais, dentre outros, representando assim, a dimensão de *policy* (SECCHI, 2013), a qual foi focalizada no presente estudo, especificamente sobre a *policy cycle* (ciclo da política pública), na perspectiva da avaliação de uma PP (FREY, 2000; SECCHI, 2013).

Sendo assim, este é o mecanismo pelo qual os direitos dos cidadãos, garantidos na Constituição, podem ser efetivados, abarcando, por exemplo, os direitos relacionados à

educação, ao transporte, à saúde, à previdência social, ao trabalho e ao lazer (BRASIL, 1988). Este mecanismo materializado nas PP atende a estas diferentes perspectivas, como, por exemplo, o âmbito do lazer, o qual, geralmente é viabilizado por Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL), o qual representa um subcampo das PP, conforme salientam Starepravo *et al.* (2018) e Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2011).

No Brasil, as PPEL foram ofertadas pelo extinto Ministério de Esporte (ME), até o ano de 2018, sendo, após este ano, assumido pela Secretaria Especial do Esporte (SEE), vinculada ao Ministério da Cidadania. A primeira manifestação deste órgão para que os direitos atrelados ao esporte recreativo e ao lazer de todo cidadão brasileiro fossem atendidos, se deu pela oferta do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), no ano de 2003. Posteriormente, considerando o aumento significativo do número de idosos no mundo (ONUBR, 2019) e no país (IBGE, 2018a), assim como a necessidade da oferta de PP orientadas para a qualidade de vida deste público, de modo específico, foi instituído o Programa Vida Saudável (VS), o qual era, antes do ano de 2012, um dos núcleos do PELC, sendo consolidado como Programa independente (BRASIL, 2016a), a partir de 2013.

Autores como Pintos e Wolff (2017) e Brenner e Ramos (2017) já se empenharam em discutir sobre o Programa, em apontar e reconhecer os benefícios que podem ser desencadeados na vida deste público. Já o estudo de Melo, Boletini e Couto (2018), propôs uma discussão sobre o VS, na perspectiva dos formadores do PELC e VS, enquanto que o estudo de Rezende *et al.*, (2018) se debruçou sobre a perspectiva da gestão de uma cidade em que o Programa foi ofertado. Ainda que estes estudos apresentem contribuições para se compreenderem as ações desse Programa, há uma lacuna de estudos que evidenciem especificamente a perspectiva dos dirigentes, quanto aos problemas existentes para o desenvolvimento desse Programa, o que pode propiciar novos encaminhamentos para futuras políticas neste setor.

Embora este seja um Programa cujo intuito é dar respaldo à lei, por meio de uma ação social, cuja intenção é democratizar o acesso ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2016a), ainda podem existir desacordos entre aquilo que é proposto e o que realmente ocorre. Ademais, os estudos na área de PPEL, os quais abarcam o Programa VS (MELO; BOLETINI; COUTO, 2018; SOARES; GUADANINI, 2018), não apontam a visão de gestores e coordenadores ou, apresentam apenas a visão de um caso específico (REZENDE *et. al.*, 2018), além de outros que tratam de PPEL, porém, não enfatizam especificamente esse Programa em suas discussões (CASTRO; STAREPRAVO; SOUZA, 2018; GRASSO; ISAYAMA, 2017;

TASCA; SOUZA, 2017), apontando dados mais genéricos sobre esses e outros programas do ME ou do Ministério da Saúde (MS).

Estes estudos buscaram descrever o processo de implantação do Programa, discutir sobre as práticas de gestão adotadas e a avaliação do VS, tendo por base os dados do sistema MIMBOÉ. Nenhum deles, entretanto, buscou refletir sobre o modo como as informações são conhecidas pelos diferentes Dirigentes do VS, incluindo, por exemplo, gestores nacionais, municipais, ou os coordenadores e agentes que atuam diretamente nas ações do Programa e, tampouco, os impactos desencadeados pelo VS.

Tendo em vista que, mesmo com a extinção do ME a atual SEE parece ainda preservar o desenvolvimento do VS, respeitando os investimentos direcionados ao idoso no contexto das PPEL, não está difundida claramente a visão dos Dirigentes que atuam diretamente com o Programa VS, quanto às dificuldades, perspectivas e impactos sociais desencadeados. Estes esforços poderão contribuir para a compreensão da efetividade do VS, subsidiando novos direcionamentos para a área e para o Programa. O objetivo deste estudo foi identificar a opinião de Dirigentes (gestores, coordenadores e representantes da entidade de controle social) do Programa Vida Saudável, sobre as dificuldades, perspectivas e o impacto social desencadeado na vida de idosos.

Método

A presente pesquisa foi submetida e aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos. O estudo é de natureza qualitativa, buscando um detalhamento dos dados de cunho social (RICHARDSON, 2017) e foi realizado por meio de uma pesquisa do tipo descritiva, a qual permite o desenvolvimento do desenho de uma população ou um fato, ao mesmo tempo em que busca traçar a relação entre os aspectos analisados (GIL, 2016).

Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, a qual prevê a realização de investigações em um espaço social, por meio de uma aproximação aprofundada do pesquisador com a população envolvida no estudo (GIL, 2016). Neste caso, este espaço social foi representado por Dirigentes (DG), incluindo gestores e coordenadores do Programa Saudável (VS), atuantes em âmbitos nacional e municipal.

Os DG que aceitaram fazer parte desta amostra foram submetidos a uma entrevista, a qual envolvia a utilização de um instrumento construído especificamente para este estudo. Este instrumento, inicialmente foi submetido a um comitê de avaliadores especialistas na área, de modo que o mesmo fosse devidamente avaliado, validado e adaptado, de acordo com as sugestões ofertadas por este comitê. Conforme ressalta Gil (2016), é comum que nas

entrevistas sejam utilizados guias e questionários, os quais permitem maior padronização e seguridade na obtenção dos dados.

Este comitê foi composto por um total de 10 avaliadores, os quais receberam uma Carta Convite com todas as instruções sobre a validação e analisaram todas as questões, por meio de uma escala do tipo *Likert*, dando o valor entre 1 e 5 (1=Inadequado, 2=Pouco adequado, 3= Aceitável, 4= Adequado e 5=Muito adequado) para cada uma delas. Esses avaliadores responderem a três questões gerais sobre o instrumento, havendo a possibilidade destes apresentarem suas sugestões por escrito, em cada uma das questões. Somente as questões com média acima de 3 – Aceitável é que foram incluídas no instrumento. Após essa validação, o instrumento intitulado QuAP-VS: Questionário de Avaliação do Programa Vida Saudável – versão para Dirigentes (gestores, coordenadores e agentes) foi composto por três partes: Parte I – Caracterização, composta por 12 itens e Parte II – composta por 21 questões abertas, dentre as quais, quatro destinadas apenas aos coordenadores e agentes municipais e as demais 17 destinadas a todos os DG. Considerando a proposta de Cassepp-Borges, Balbinotti e Teodoro (2010), este instrumento foi considerado válido, tendo em vista esta avaliação realizada quanto à clareza, relevância e as considerações quanto ao conteúdo.

Após a finalização do instrumento, foi realizada a tentativa de contato com pelo menos um representante de cada um dos convênios já estabelecidos do Programa VS, desde sua independência do PELC, os quais incluíram 13 convênios ativos (sendo 4 os convênios em desenvolvimento efetivo, com a participação dos idosos no Programa e 9 em fase de implantação, sem a participação dos idosos). Além desses, 33 convênios já haviam sido encerrados, segundo informações obtidas pelo ME via *email* (CAVALCANTE, 2018). Deste total de 46 convênios/órgãos locais, foi possível estabelecer o contato com todos os 13 ativos e apenas um dos DG dos órgãos locais não teve interesse em participar do estudo. Quanto aos convênios já encerrados, em 26 dos convênios ninguém possuía conhecimento sobre o Programa no órgão local, não foi possível estabelecer contato, ou não houve interesse em participar da pesquisa. Foi estabelecido o contato com os dois representantes nacionais pelo Programa e apenas um deles retornou confirmando sua participação. Os 8 demais convênios foram representados na amostra deste estudo, com participação de algum DG local (APÊNDICE H1). Sendo assim, a amostra não-probabilística por conveniência, incluiu 20 DG, sendo um de âmbito nacional e 19 de âmbito municipal.

As coletas de dados com os DG que aceitaram participar da pesquisa foram realizadas no período de junho a novembro de 2018, os quais foram devidamente informados sobre o estudo e preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram

agendadas e realizadas as entrevistas estruturadas (GIL, 2016), seguindo um padrão de mesma sequência de realização das perguntas, conforme se encontravam no instrumento de coleta de dados e, somente quando necessário, as perguntas eram explicadas de outra forma, para dirimir alguma dúvida do participante.

Estas entrevistas foram realizadas por telefone, assim como prevê Gil (2016), bem como, por *WhatsApp*TM, quando foi viável. No convite para participação, alguns dos DG não apresentaram disponibilidade para a entrevista *online*. Sendo assim, todas as instruções foram dadas a eles por telefone, solicitando que enviassem posteriormente, por *email*, ou pelo *WhatsApp*TM, as respostas ao instrumento, disponibilizando todos e quaisquer esclarecimentos. Todos os dados obtidos nas entrevistas foram gravados e transcritos, posteriormente.

Os 20 DG entrevistados foram classificados em quatro grupos distintos, de acordo com a fase em que se encontravam no convênio, ou conforme sua incumbência no mesmo. O G1 foi composto pelos representantes das cidades que ainda se encontravam na fase de implantação do VS (G1 – Implantação: 8 DG). O G2 foi formado pelos representantes das cidades que estavam na fase de desenvolvimento (G2 – Desenvolvimento: 4 DG). O G3, pelos representantes das cidades que estavam encerrando ou nas quais já havia sido encerrado o Programa (G3 - Encerramento/Encerrados: 7 DG) e o GN foi representado pelo gestor nacional responsável pelo VS (GN: 1 DG).

Todos os dados coletados nas entrevistas foram analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), a qual prevê que sejam percorridas, necessariamente, três etapas fundamentais: 1) Pré-análise (organização de todo o material), 2) Exploração do material (estratégias de análise) e 3) Tratamento dos resultados (seleção e interpretação dos resultados significativos). Após os dados serem submetidos ao processo de análise, foram estabelecidas, *a posteriori*, quatro categorias de análise, as quais emergiram do conteúdo das respostas das entrevistas.

A categoria **1) Funcionamento do Programa**, compôs 4 unidades de registro, chamadas aqui de subcategorias: 1A) Divulgação (ME, órgão local e participantes), 1B) Candidatura 1C) Participação do Idoso (projeto/implementação), 1D) Cursos de Formação (Avaliação e Contribuição) e ainda, 1E) Estratégias de avaliação do VS. Na Categoria **2) Dificuldades do Programa**, as unidades de registro emergiram em 8 subcategorias, divididas de acordo com as etapas de desenvolvimento do Programa: 2A) Recebimento de Recursos, 2B) Implantação, 2C) Desenvolvimento, 2D) Encerramento/Prestação de Contas, 2E) Conhecimento do Idoso sobre o Programa, 2F) Adesão, 2G) Permanência, 2H) Barreiras da

Participação. A categoria **3) Perspectivas do Programa (impactos)** foi composta por 4 unidades de registro, formando as seguintes subcategorias: 3A) Diferencial do Programa, 3B) Impacto na Qualidade de Vida, 3C) Impacto Social e 3D) Alcance de objetivos do Programa. Na última categoria, **4) Sugestões**, foram elencadas todas as recomendações dadas pelos DG com relação às melhorias que poderiam ser acrescentadas ao VS, incluindo aquelas relacionadas aos cursos de formação e aos aspectos técnicos do desenvolvimento.

Resultados

Dentre os 20 DG entrevistados, 6 eram gestores municipais e 1 gestor nacional, 9 eram coordenadores gerais (CG), 3 eram coordenadores pedagógicos (CP) e 1 era coordenador de núcleo (CN) do Vida Saudável (VS). Estes DG representavam a coordenação nacional do Programa, ou os órgãos locais, os quais possuíam número diversificado de núcleos, de acordo com a verba contemplada, incluindo locais com apenas um núcleo, até locais com 20 núcleos.

A média de idade destes DG foi de 43,9 anos ($\pm 9,94$), sendo 11 do gênero feminino e 9 do gênero masculino. Com relação à formação, apenas um DG tinha mais de uma graduação, o restante possuía apenas uma formação em ensino superior, sendo que 15 DG possuíam formação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura), 2DG com formação em Pedagogia, 1DG com formação em Sociologia, 1DG com formação em Letras e 1 DG que possuía graduação em Educação Física incompleta. Com relação à Pós-graduação, notou-se a formação *Lato Sensu* de 10 DG nas seguintes áreas: Gestão (Gestão Pública - 5 DG e Gestão Social, Escolar, de Redes e Educacional - 1 DG em cada uma delas), Educação Física Escolar - 2 DG, Atividade Física e Saúde, Educação Física Inclusiva e Literatura Brasileira - 1 DG em cada uma delas. Para a Pós-graduação *Stricto Sensu*, 1DG possuía Doutorado em Educação.

O **tempo de direção/coordenação** foi bem diversificado entre os grupos dos DG. Observou-se que, no G1, o tempo médio de direção foi de 13,8 meses, com $\pm 3,58$ (1 ano e quase 2 meses), nas cidades do G2, o tempo médio foi de 30 meses, com $\pm 6,92$ (2 anos e 6 meses) e no G3, a média foi 21,285, com $\pm 7,739$ (1 ano e quase 8 meses). Os participantes foram questionados sobre a ocorrência da **continuidade do Programa**, ou sua possibilidade de continuação (no caso das cidades do G1 e G2). Do G1, 5 entrevistados responderam que pretendiam dar continuidade ao Programa, sendo realizada com financiamento municipal e alguns DG apontaram, inclusive, as discussões já realizadas no órgão local sobre o assunto. Ainda sobre a continuidade, 3 entrevistados apontaram não saberem responder sobre isso, tendo em vista que estavam em um momento inicial, referente à fase de implantação. Das cidades do G2, 3 entrevistados afirmaram que estavam realizando articulações com a

prefeitura local, para que o Programa continuasse via este órgão e apenas 1 entrevistado afirmou que aguardava que houvesse a renovação do Programa via ME ou outro órgão, para que pudesse ocorrer a continuidade. Do G3, 3 dirigentes alegaram ter continuado o Programa via prefeitura e os outros 4 não deram continuidade, por motivos diferentes: falta de renovação com o ME, indisponibilidade de continuação via órgão local, uma cidade pela falta de prestação de contas com o ME e a indisponibilidade de continuidade via órgão local, por falta de verba e custeio local.

Com relação às atividades vivenciadas no VS, desenvolvidas nas cidades dos participantes desta pesquisa, estas foram diversificadas e incluíram, tanto as **atividades sistemáticas** (caracterizadas por atividades que contemplam os conteúdos culturais do lazer de interesse do público idoso) e as **atividades assistemáticas** (desenvolvidas por meio de eventos diversificados), conforme orientado nas diretrizes do Programa. As atividades sistemáticas incluíram predominantemente as atividades físicas (ginásticas, caminhada, atividades esportivas, atividades aquáticas, exercícios resistidos, danças, alongamentos, yoga, taichichuan, pilates, capoeira e lutas), as atividades cognitivas (jogos de mesa e tabuleiro), sociais (palestras, pesca, roda de conversa), musicais (fanfarra e coral) e manuais (artesanatos diversificados) (APÊNDICE H2).

Com referência às atividades assistemáticas, algumas eram idênticas às atividades sistemáticas. Entre os entrevistados do G1, 5 deles citaram que ainda não haviam planejado definitivamente as atividades assistemáticas a serem desenvolvidas. Todavia, os demais entrevistados, assim como fizeram com as atividades sistemáticas, citaram dentre as atividades pretendidas: gincanas, bingos, chá da tarde, picnic, dia do idoso, gincanas, festas, confraternizações, bailes, passeios, rodas de conversa/memória e rodas de cantoria, palestras, teatros, mostra de vídeos e cinema. Os entrevistados do G2 foram genéricos em suas respostas e citaram apenas as festas, os bailes, os passeios, as palestras e os eventos de interesse dos idosos. Por fim, os entrevistados do G3, semelhante aos do G2, falaram sobre as atividades de modo abrangente, como as oficinas diferentes daquelas já realizadas semanalmente, aulas temáticas, festas, passeios, bailes e palestras.

Os demais dados obtidos nas entrevistas realizadas com os DG foram agrupados nas quatro categorias de análise. Na categoria **1) Funcionamento do Programa**, os primeiros resultados da subcategoria 1A) Divulgação (conhecimento inicial do VS pelos DG, ME, órgão local e participantes) incluíram inicialmente as formas como os DG conheceram o Programa. Estas formas incluíram, principalmente, a admissão do cargo na prefeitura (5DG), seguida pela resposta de que foi pelo surgimento do edital do Programa (3DG), pela

alteração/aquisição da responsabilidade pelo Programa (2DG) diante da alteração da secretaria responsável pelo VS, pela notícia do recebimento de uma emenda parlamentar, pelo conhecimento e envolvimento interno junto ao ME, pela divulgação do VS no *site* do ME e pelo surgimento do processo seletivo relativo ao Programa, com 1 DG citando cada uma destas formas (APÊNDICE H3).

No tocante à divulgação do ME, foi questionado aos participantes se estes sabiam como o ME realizava a divulgação do Programa VS. Estes, incluindo o GN, apontaram diferentes respostas e, inclusive, responderam mais de uma opção, indicando predominantemente, que esta estratégia se referia ao *site* do ME (14DG), em seguida da utilização das redes sociais (*Instagram*TM, *Facebook*TM, *Twitter*TM) por 5DG, as grandes mídias (TV, rádio, programas) por 4 DG e ainda foram citados o *e-mail*, a assessoria de comunicação da pasta ministerial, o *site* do SICONV, o material visual (*banners* e faixas) por 1 DG cada, além de 1DG que afirmou que o ME não fez nenhuma divulgação, bem como 1 DG que não soube responder (APÊNDICE H4).

Por último, com relação às estratégias de divulgação adotadas pelos órgãos locais para a divulgação do Programa, estas foram bem abrangentes e semelhantes à afirmação do GN, bem como, às propostas de orientação de desenvolvimento do VS. Todas estas informações foram agrupadas na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Estratégias de divulgação do VS via órgão local.

Estratégias de divulgação do VS - feita pelo órgão local	GN	G1	G2	G3	TOTAL
Materiais impressos (boletins informativos, jornais e revistas – reportagens e publicidade, cartazes, <i>outdoors</i> , <i>banners</i> e faixas)	1	7	3	4	16
Redes sociais (<i>Facebook</i> TM , <i>Twitter</i> TM , <i>blogs e vlogs</i> : diários eletrônicos com as atividades do Programa, <i>YouTube</i> TM ou <i>Vimeo</i> TM)	1	6	2	3	13
Grandes mídias (rádio, TV)	1	4	2	3	11
Boca a boca	1	3	-	3	7
<i>Sites</i> e portais	1	1	2	-	4
Assessoria/vias da prefeitura	-	2	-	1	3
Carros ou bicicleta de som; outros instrumentos sonoros	1	-	1	-	3
Divulgação em grupos locais (atividade física, saúde, convivência, conselhos) de idosos	-	1	-	1	2
<i>E-mail</i>	1	-	-	-	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Os resultados da subcategoria **1B) Candidatura** trouxeram, aos apontamentos deste estudo, dados referentes ao tipo da captação do recurso para a realização do Programa VS, sendo notada maior incidência de captação por edital (10 DG), além de emenda parlamentar

(3DG). Todavia, parte importante dos entrevistados (6DG) não soube afirmar o modo como o órgão local foi contemplado com o Programa, tendo em vista que disseram não estar envolvidos com o VS durante este referido momento (APÊNDICE H5).

Na subcategoria **1C) Participação do Idoso (projeto/implementação)**, foram consideradas as respostas relacionadas à participação dos idosos em dois momentos, na elaboração do projeto do VS, assim como, na fase de implementação, ou seja, na fase inicial. Em ambos os momentos, os DG relataram que o idoso não participou efetivamente, porém, ocorreu participação dos idosos de forma indireta, por meio de conversas informais e pelas sugestões de atividades. Todavia, os DG dos três grupos afirmaram que não sabiam sobre estas informações, por ainda não estarem envolvidos com o Programa durante a fase de construção, ou ainda, não terem pensado sobre a possibilidade, representando 8 DG. Dos que afirmaram que os idosos não participaram da elaboração do projeto (G1=5 e G3=2), estes informaram que o prazo era curto, que o projeto foi realizado às pressas, que esta é uma fase mais burocrática, que não cabe a participação dos idosos, ou que não pensaram nesta possibilidade. Dos que afirmaram que houve esta participação (1DG em cada um dos 3 grupos) estes referiram-se a participações informais (APÊNDICE H6).

Com relação à implantação, as respostas positivas e negativas tiveram quase que a mesma ocorrência, sendo que 7DG dos 3 grupos informaram que esta participação ocorreu por meio do cadastramento e o contato inicial com os idosos, pelo contato com os idosos os quais já participavam de outros grupos e pela criação do Conselho Gestor, logo no início do VS. Dos que negaram esta participação (6DG: G1=3 e G3=3), estes informaram, mais uma vez, que esta é uma fase burocrática, na qual os idosos não participam e, ainda, porque não pensaram nesta inclusão. Apenas 2DG do G2 informaram que não sabiam esta informação por ainda não estarem inseridos no VS, quando da implantação (APÊNDICE H7).

Para a subcategoria **1D) Cursos de Formação (Avaliação e Contribuição)**, os dados obtidos nas entrevistas, os quais representaram os módulos de formação oferecidos pelo ME durante o convênio do VS, indicaram que, mais da metade dos DG dos 3 grupos (11DG) concordou que os cursos são suficientes e adequados, justificando que os formadores são qualificados, instruídos sobre o VS. Dos demais, 2DG (G3=1 e o GN) afirmaram que os cursos são suficientes e adequados apenas em parte, haja vista que precisam ser melhorados na perspectiva de incentivar a continuidade do VS via órgão local e ser ampliada a quantidade dos cursos. Apenas 1DG do G3 disse que os cursos não são adequados e suficientes, por não considerarem a realidade local e serem muito rápidos. Outros 6DG do G1 ainda não haviam

participado de curso de formação (APÊNDICE H8). Outros aspectos relacionados aos cursos são apresentados como sugestões na Categoria 4) deste estudo, ao final do item Resultados.

Ainda com relação aos cursos, os DG foram questionados sobre as formas como esta contribuição ocorre ou deveria ocorrer no desenvolvimento do VS. As respostas foram abrangentes e diversas e foram apresentadas na Tabela 2 a seguir. Apenas um dos entrevistados relatou que não conseguia identificar estas formas, justificando que tudo o que era discutido nos cursos constava no material escrito.

Tabela 2 - Formas de contribuição dos cursos de formação do VS em seu desenvolvimento e número de ocorrências.

Formas de contribuição dos cursos de formação do VS	G1	G2	G3	GN	TOTAL
Formação inicial/qualificada de todos os envolvidos (principalmente de agentes – pouca experiência)	5	3	2	-	9
Compreensão da parte mais técnica, administrativa e burocrática do VS	3	1	2	-	6
Acompanhamento do desenvolvimento (melhorias/ <i>feedback</i>)	1	2	3	1	5
Ferramenta pedagógica formativa imprescindível para o desenvolvimento do VS	2	-	2	1	5
Organização do planejamento de atividades/organização inicial	3	-	-	-	3
Compartilhamento e debates de elementos técnicos e pedagógicos do Programa/troca de experiências	-	1	2	1	3
Incentivar o protagonismo da pessoa no âmbito do esporte recreativo e do lazer	-	-	-	1	1
Fase inicial do Programa	-	-	1	-	1
Não contribuem muito (conteúdo dos cursos são teóricos iguais ao material das diretrizes)	-	1	-	-	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Na última subcategoria da Categoria 1, referente a **1E) Estratégias de Avaliação do VS**, foram consideradas as respostas dos DG relacionadas ao conhecimento deles sobre instrumentos de avaliação do VS utilizado pelo extinto ME, sendo que alguns dos entrevistados responderam mais de uma opção. A maioria dos entrevistados apontou não saber ou conhecer nenhum instrumento (9DG sendo G1=4, G2=4 e G3=1). Observou-se que 3DG (G1=1 e G3=2) informaram como avaliação do ME, o registro pedagógico, frequência, registro de aula e relatórios (MIMBOÈ), além de 2DG do G3 terem relatado que são realizadas avaliações periódicas feitas pelos formadores nos cursos (controle do Programa), 1DG do G1 afirmou que são feitas avaliações finais pelos formadores, 2DG do G1 sabem que existem, mas não souberam informar quais e 2DG do G2 relataram que não há avaliação do ME (responsabilidade do órgão local). O GN informou que as avaliações são realizadas pelo MIMBOÈ (avaliação do alcance da ação em diferentes perspectivas) (APÊNDICE H9).

Sobre os instrumentos de avaliação utilizados pelos órgãos locais, apenas os DG locais responderam. Estes evidenciaram predominantemente que são/eram realizadas as avaliações

sem rigor metodológico, como os *feedbacks* e diálogos constantes entre coordenadores, agentes e idosos participantes e representantes dos conselhos. Todos estes dados, os quais representaram mais de uma resposta por entrevistado, foram aglomerados na Tabela 3.

Tabela 3 - Instrumentos de avaliação adotados pelos órgãos locais no VS e número de ocorrências.

Instrumentos adotados pelos órgãos locais para avaliação do VS	G1	G2	G3	TOTAL
Avaliações informais qualitativas (<i>feedbacks</i> , reuniões com os coordenadores e agentes)	5	3	4	12
Registro pedagógico, frequência, registro de aula, relatórios (MIMBOË)	1	2	2	5
Instrumento de avaliação sobre aspectos físicos (força, resistência, equilíbrio)	-	1	2	3
Instrumento de avaliação sobre aspectos sociais	-	1	2	3
Instrumento de avaliação sobre aspectos psicológicos (satisfação, bem-estar)	1	-	1	2
Criação/ Instrumentos de avaliação sobre saúde/medicamentos	-	1	1	2
Avaliações finais feitas pelos formadores (universidades parceiras)	-	1	1	2
Avaliações escritas (<i>feedback</i>)	-	-	1	1
Não sabe	1	-	-	1
Não há necessidade de avaliação (importante é a inclusão do idoso)	1	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Na categoria **2) Dificuldades do Programa**, inicialmente, foram elencadas as problemáticas de acordo com a visão dos DG, nas quatro diferentes etapas do convênio (Recebimento de Recursos, Implantação, Desenvolvimento/Gestão e Encerramento/Prestação de contas). Nestas quatro etapas, o GN apontou haver problemas, os quais acabam por afetar o desenvolvimento do VS. Entretanto, não explora quais seriam estas dificuldades. Na primeira subcategoria, **2A) Recebimento de Recursos**, observou-se maior percentual de entrevistados relatando que não houve problemas nesta fase. Na subcategoria **2B) Implantação**, notou-se que alguns dos DG do G3 não sabiam sobre as dificuldades da referida etapa, pois, não estavam presentes, ou não se recordavam, por se tratar de convênio encerrado há muito tempo. Os demais responderam que houve dificuldades nesta etapa, apontando, não apenas motivos relacionados à responsabilidade do ME, mas, inclusive, por problemáticas locais.

Na subcategoria **2C) Desenvolvimento**, respostas semelhantes relacionadas aos atrasos são retomadas pelos DG nas entrevistas. Notou-se, que as maiores dificuldades se relacionavam com aspectos técnicos ocorridos no interior do órgão local. Na última etapa, a qual contemplou a subcategoria **2D) Encerramento/Prestação de Contas**, os entrevistados do G2 apontaram que as comprovações já realizadas, como prestação de contas, não tiveram problemas. Todavia, os DG do G3 apontaram, inclusive, que a etapa ainda estava em andamento, mesmo que muito tempo após o encerramento do convênio, ou, ainda, nunca havia sido concluída. Em alguns casos, foram apresentadas mais de uma dificuldade,

representando, assim, mais opção nas quatro diferentes etapas. Todos os dados referentes a estas quatro etapas foram apontados na Tabela 4, a seguir

Tabela 4 - Número de ocorrências correspondentes às dificuldades encontradas nas etapas do VS (recebimento de recursos, implantação, desenvolvimento, prestação de contas/encerramento).

Dificuldades – Recebimento de Recursos		G1	G2	G3
NÃO	Não houve dificuldades/dificuldades mínimas sem comprometer o desenvolvimento	6	2	3
SIM	Houve dificuldades (atraso da verba, necessidade de intervenção em Brasília, excesso de burocracia)	-	2	3
NÃO	Não sabe (ainda não estava inserido no VS)	1	-	2
SABE	Não sabe (ainda não recebeu o recurso)	1	-	-
Dificuldades – Implantação		G1	G2	G3
SIM	Atraso (alteração de gestão da prefeitura e reformulação/adaptação do projeto)	4	2	1
	Burocracia do VS (dificuldade de diálogo com o ME – lento/cansativo; reformulação de trabalhos já realizados, exigências controversas)	4	1	2
	Atraso (alteração de responsável local do Programa)	3	1	2
	Incompreensão/problemas das formas de contratações	-	1	1
	Dificuldade do ME em considerar a realidade local		1	-
	Distanciamento entre o ME e órgão local (planejamento e prática)	1	-	-
	Atraso (defasagem do orçamento)	1	-	-
	Cobrança da comunidade sobre atraso do início do Programa	1	-	-
	Incompreensão/problemas sobre licitação exigente pelo ME	1	-	-
NÃO SABE	Não sabe	-	1	3
Dificuldades – Desenvolvimento		G1	G2	G3
SIM	Desatualização do financiamento recebido e dificuldade de aquisição de materiais	-	2	4
	Atrasos (alteração de gestão na prefeitura)	-	1	1
	Saída de agentes durante o desenvolvimento	-	1	1
	Obstáculos nas prestações de contas e falta de formação do responsável neste serviço (secretário SICONV – cargo político)	-	1	1
	Visão política/de interesses acima dos benefícios aos idosos	-	-	1
	Pouco engajamento do poder público municipal	-	-	1
NÃO	Não ocorreram problemas nesta fase		2	3
NÃO SABE	Não sabe	-	-	1
NÃO ATINGIU	Não atingiu a etapa	4	-	-
Dificuldades – Prestação de contas/encerramento		G1	G2	G3
NÃO	Não tiveram problemas (todas as solicitações foram/estão sendo atendidas)	-	4	1
	Não tiveram problemas (O SICONV era mais simples na época)	-	-	1
SIM	Prestação de contas não concluída (alteração da gestão na prefeitura e pendências com o ME)	-	-	2
	Inconvenientes/falta de informação para fazer a prestação (incumbência da coordenação do Programa no final do convênio)	-	-	1
NÃO SABE	Não sabe (saída da coordenação do Programa antes do final/responsabilidade da prefeitura)	-	-	2
NÃO ATINGIU	Não atingiu a etapa (nenhuma prestação foi realizada)	4	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Sobre todas estas dificuldades, principalmente os DG do G1 e G2 relataram as dificuldades encontradas no diálogo com o ME, ocorrendo, sobretudo, na fase inicial do

Programa, ou seja, apontam o ME como responsável pelas dificuldades encontradas. Todavia, estas dificuldades também ocorreram internamente no órgão local (APÊNDICE H10).

Para a subcategoria **2E) Conhecimento do Idoso sobre o Programa**, notou-se que a maior parte dos DG afirmou que não teve dificuldades em proporcionar ao idoso o conhecimento sobre o Programa (12DG dos 3 grupos). A respeito dos que afirmaram a existência de dificuldades (8DG) estes informaram que estas ocorrem em decorrência da pequena utilização da divulgação em mídias utilizadas pelos idosos (TV, rádio), bem como, pela falta de interesse do idoso em buscar informações/direitos em diferentes meios, pela incompreensão da função de uma política de esporte e lazer para o idoso, por problemas com a língua diferente dos idosos (fator regional) e, ainda, pela dificuldade em atingir o público masculino. O GN informou que esta dificuldade apenas ocorre nos casos em que o órgão local não realiza a divulgação de modo adequado, conforme orientações (APÊNDICE H11).

No que tange às subcategorias **2F) Adesão** e **2G) Permanência**, foi constatado que os DG responderam aspectos semelhantes e mais de uma dificuldade, em alguns casos, conforme apontado no Tabela 5. No caso dos entrevistados do G1, estes responderam quais poderiam ser os fatores limitantes. Um dos entrevistados do G2 respondeu mais de um fator dificultoso na adesão, sendo que mais da metade dos DG acreditavam ou verificaram que existem tais dificuldades. Essa propensão também foi observada com relação à permanência dos idosos. Neste caso, além dos problemas nos núcleos, foram citados os horários das atividades e a defasagem da participação em períodos específicos. O GN apontou não deter conhecimento sobre dificuldades existentes para que o idoso aderisse e permanecesse participando do VS. A maior parte dos entrevistados dos DG respondeu não saber, ou ainda, não ter pensado quais seriam os empecilhos para que os idosos não permanecessem no Programa, tendo em vista o estágio de implantação em que se encontravam.

Tabela 5 - Dificuldades encontradas na adesão e permanência dos idosos no VS e número de ocorrências pela visão dos DG entrevistados.

Dificuldades na Adesão e Permanência de idosos no VS		ADESÃO				PERMANÊNCIA			
		G1	G2	G3	GN	G1	G2	G3	GN
SIM	Problemas com núcleos (Distância, falta de transporte, locais inapropriados)	1	2	1	-	-	2	1	-
	Adesão do público masculino	-	1	-	-	X	x	x	x
	Compromissos familiares	-	1	-	-	-	1	1	-
	Horários de atividades inadequados (exigência de horários de atividades inapropriados pra comunidade local; atividades após o almoço; atividades em todos os horários)	-	-	1	-	-	1	1	-
	Falta da cultura da comunidade em participar de atividades/grupos de idosos	-	-	1	-	-	-	1	-
	Idioma divergente do público idoso (dialeto)	1	-	-	-	X	x	x	x
	Violência e falta de segurança	1	-	-	-	X	x	x	x
	Diminuição da participação em períodos específicos (férias, mudanças climáticas)	x	x	x	x	-	1	-	-
NÃO	Idosos já participantes de outras atividades/Programas semelhantes	1	-	2	-				
	O Programa foi bem recebido pelos idosos	1	1	1	-				
	Após aderência houve permanência em todo Programa	x	x	x	x	-	-	2	-
	Apenas se o Programa não for proposto adequadamente (atividades apropriadas)	x	x	x	x	1	-	1	-
	A idade (60 anos) poderia limitar, mas os não é proibida a participação de amigos e/ou familiares adultos destes idosos	-	-	-	1	X	x	x	x
	Reconhecimento da importância da saúde pelo público idoso	x	x	x	x	1	-	-	-
	Apenas se ocorrem problemas no núcleo	x	x	x	x	1	-	-	-
	Não tem conhecimento de que isso ocorra	x	x	x	x	-	-	-	1
NÃO SABE	Não sabe (ainda não estava inserido no VS/não tiveram a vivência)	3	-	1	-	5	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Na categoria **3) Perspectivas do Programa (impactos)**, os entrevistados foram questionados sobre o diferencial que o Programa pode proporcionar na vida do idoso, bem como, os benefícios que o Programa oferece quanto à qualidade de vida dos participantes e os impactos sociais desencadeados. Por fim, foram consideradas as respostas relacionadas à opinião dos DG quanto à efetivação do VS, ou seja, se, na opinião deles, o VS, no formato que é desenvolvido, atinge seu objetivo de democratizar o acesso ao esporte e ao lazer. Observou-se que, em muitos casos, os DG repetem os mesmos aspectos sobre os impactos na qualidade de vida, os sociais e, mostraram estes impactos como diferencial do Programa. Os resultados da subcategoria **3A) Diferencial do Programa** indicaram um grande número de respostas divergentes, mas apontaram predominantemente que o VS tem uma flexibilidade de atividades/horários/locais (6DG dos 3 grupos), em seguida, sobre o diferencial relacionado à valorização de aspectos sociais (5DG dos 3 grupos), o incentivo da autonomia dos idosos e da

busca por seus direitos (3DG do G3), a valorização do lazer (3DG, sendo G1=2 e G2=1), o estímulo à autonomia da cidade na continuidade do Programa pela diretriz de municipalização (2DG do G1), a exclusividade ao público idoso (2DG, sendo G1=1 e G2=1), o rigor do ME pra garantir a efetividade do Programa/acompanhamento e a formação (2DG, sendo G2=1 e G3=1) e por ser uma PP que visa democratizar o acesso ao esporte e lazer a todos (2 DG, sendo o GN e G3=1). Outros aspectos citados como diferenciais do VS incluíram: o resgate da autoestima do idoso, a prevenção da saúde e a redução de gastos do município e a valorização da cultura local, os quais foram evidenciados por 1 DG em cada um deles (APÊNDICE H12).

Já na subcategoria **3B) Impacto na Qualidade de Vida**, além das principais ocorrências foram apontados como impactos os aspectos relacionados à questão social, como notado na subcategoria anterior, observou-se que os DG também mencionaram fatores importantes relacionados aos aspectos físicos e questões relativas à saúde. Inclusive, o GN apontou, como contribuição do Programa na qualidade de vida do idoso, o aspecto social. Embora com pequena ocorrências, alguns dos DG demonstraram a compreensão sobre a qualidade de vida também no âmbito do lazer. Observou-se que, na terceira subcategoria desta categoria, **3C) Impacto Social**, os entrevistados responderam predominantemente como impactos os aspectos sociais, citando, principalmente, a importância das atividades, muito mais do que sua contribuição apenas nos aspectos físicos (APÊNDICE H13). Mais uma vez, os participantes do estudo destacaram como impacto social os aspectos relacionados à saúde, ao âmbito psicológico e às melhorias das capacidades físicas dos participantes. Nota-se, uma possível confusão entre os termos impacto social e qualidade de vida, haja vista que as respostas se assemelham quando esses itens foram ressaltados. Os dados destas duas categorias foram agrupados na Tabela 6 a seguir, para facilitar estas comparações.

Tabela 6 - Ocorrências dos aspectos relacionados aos impactos na qualidade de vida e sociais do Programa aos idosos, na visão dos DG entrevistados.

Aspectos relacionados aos impactos na qualidade de vida e sociais aos idosos do VS na perspectiva dos DG	Impactos na Qualidade de Vida				Impactos Sociais			
	G1	G2	G3	GN	G1	G2	G3	GN
Convívio social/socialização (não apenas físicos/cognitivos, ampliação da rede de amigos, troca de experiências)	2	3	3	1	5	2	5	1
Melhoria do nível de atividade física/ capacidades físicas, prática de atividade física	2	1	3	-	-	1	3	1
Melhoria (promoção) da saúde e longevidade	-	3	2	-	2	1	1	1
Melhoria de aspectos psicológicos (autoestima)	1	-	2	-	1	1	2	-
Vivência de atividades diversificadas/ novas experiências	-	-	1	-	2	1	-	-
Prevenção de doenças	2	-	1	-	x	x	x	x
Democratiza o acesso às atividades do contexto do lazer do idoso	2	-	1	-	-	-	1	-
Melhoria da qualidade de vida	x	x	x	x	1	-	1	2
Prolongamento da vida do idoso	2	-	-	-	x	x	x	x
Preenchimento do tempo ócio	-	-	2	-	x	x	x	x
Valorização do Idoso/ Incentivo da autonomia do idoso	-	1	-	-	1	-	-	-
Atividades físicas adequadas/qualificadas ao idoso	1	-	-	-	x	x	x	x
Aquisição de conhecimentos	-	-	1	-	x	x	x	x
Melhoria das AVD	-	-	1	-	x	x	x	x
Construção de identidade cultural da comunidade local	x	x	x	x	-	1	-	-
Não tem muito impacto social, com relação a qualidade, porque se atende um número muito grande de pessoas	x	x	x	x	1	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Na última subcategoria, **3D) Alcance de objetivos do Programa**, notou-se a predominância dos DG na concordância (16DG, sendo G1= 5, G2= 4 e G3= 7) de que o VS atinge seu objetivo em democratizar o acesso ao esporte e ao lazer. Para tanto, estes DG apontaram diversas justificativas, incluindo, por exemplo, o fato de o Programa ser democrático e abranger diversas atividades, considerar as necessidades locais, ter diretrizes bem estruturadas, ser adequadamente distribuído em vários locais da cidade, não ter custo à população, proporcionar uma vida melhor ao idoso, ser exclusivo para ele e contribuir para que haja maior conscientização de seus direitos. No que se refere aos 4DG (todos do G1) que assumiram que o Programa cumpre seu objetivo apenas em parte, estes relataram que tal cumprimento ocorrerá mediante o ME e o órgão local desempenharem bem suas funções (de acordo com as diretrizes) e que seria mais pontual, se atingisse um número maior de idosos e de convênios. Todavia, o GN assumiu que a verba disponibilizada ao financiamento do Programa não garante o cumprimento deste objetivo (APÊNDICE H14).

Na última categoria, **4) Sugestões**, foram apontadas, inicialmente, sugestões relacionadas aos cursos de formação, dentre as quais, os 8DG do G1 não apresentaram sugestões por ainda não terem efetuado ou não terem parâmetro de comparação. Outras

sugestões apresentadas pelos DG do G2 e G3, relacionadas aos cursos, incluíram: a ampliação da quantidade/frequência/tempo dos módulos de formação, principalmente no início (5DG), maior qualidade e olhar para a região e a cultura local (3DG), ampliação das atividades práticas nos cursos na resolução de problemas e serem menos teóricos (3DG), a organização de um encontro nacional para troca de experiências (1DG) e 2DG não quiseram apresentar sugestões, tendo em vista que manifestaram satisfação com o formato dos cursos (APÊNDICE H15).

Outras sugestões incluídas nesta categoria foram alusivas à gestão, à parte técnica do Programa, sobre a avaliação, à divulgação, ao período do convênio, dentre outros aspectos envolvendo as propostas ao Programa como um todo. Estas sugestões foram apresentadas na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Sugestões apontadas pelos DG quanto à divulgação, aspectos técnicos, funcionalidade do Programa, período do convênio e diretrizes por número de ocorrências.

Sugestões dos DG sobre o Programa Vida Saudável	G1	G2	G3	GN
Redução das exigências muito burocráticas	5	2	3	-
Maior assistência na organização/planejamento/estrutura técnica/gestão do VS e ao pessoal envolvido	3	3	3	-
Ampliação de recursos financeiros (para atividades e/ou pessoal contratado)	1	2	2	1
Melhoria de diálogo/comunicação dentro do ME e do ME com os órgãos locais	5	-	-	-
Maior assistência presencial na fase inicial do Programa	2	2	1	-
Ampliação do período do convênio (mais de 2 anos)	2	1	1	-
Melhoria das orientações para as contratações de pessoal	3	1	-	-
Ampliação e melhorar os módulos de formação	-	1	1	-
Melhoria da divulgação do Programa	-	1	-	1
Potencialização do VS dentro do PELC	1	-	-	-
Criação de instrumentos de avaliação do VS para o municípios	-	-	1	-
Revisão da necessidade de inscrição muito previamente no VS	-	-	1	-
Revisão as diretrizes de tempo em tempo	-	-	-	1
Nenhuma sugestão	-	1	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Discussões

O primeiro dado observado neste estudo, diz respeito ao número reduzido de financiamento do Programa VS. Ainda que este Programa atinja apenas uma parcela restrita da população, por se tratar de um Programa exclusivo ao idoso, é o único ofertado especificamente para atender às peculiaridades desse público. A existência do PELC, programa também viabilizado pelo antigo ME, possui estrutura e diretrizes semelhantes ao VS, porém, é destinado para toda população, incluindo a pessoa idosa. Entretanto, se considerado o número de municípios existentes atualmente no país, conforme dados informados pelo principal instituto demográfico nacional (IBGE, 2018b), são 5.570 municípios, nos quais há habitação populacional, porém, em apenas 0,8% destas localidades é

que o Programa é desenvolvido, representando os 46 órgãos locais já conveniados via Ministério. Assim sendo, este número não supre as necessidades relacionadas aos direitos adquiridos do idoso, no que concerne a ter acesso ao esporte e à vivência de atividades no âmbito do lazer, conforme ratificado em documentos de referência no país, como o Estatuto do Idoso, em seu Artigo 20 (BRASIL, 2013), ou na descrição dos direitos sociais adquiridos de toda a população, previstos na Constituição, Artigo 6º (BRASIL, 1988).

Embora este seja um dado importante a ser considerado, quando se trata de análise de PP, refletir sobre seu financiamento, requer considerar o modo como ela foi planejada de acordo com seu orçamento público, o qual é previsto de três formas distintas, pelo Plano Plurianual (PPA), um planejamento de longo prazo (4 anos) o qual contempla a previsão de desenvolvimento de PP materializadas na forma de todos os programas a serem desenvolvidos no período, a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), que planeja tudo o que será desenvolvido no período de um ano na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo, esta última, a que propõe o exercício financeiro referente a um breve período – um ano (MASCARENHAS; ATHAYDE; MATIAS, 2018). Sendo assim, é por meio deste planejamento que o financiamento de uma PP é delineado. Ademais, quando do desenvolvimento da análise destas PP, a questão financeira parece ser um quesito importante, o qual pode contribuir para a definição do bom andamento ou não dessa PP, viabilizada no formato de programas, como o VS, sendo ele o responsável por garantir que o Estado possa subsidiar o desenvolvimento de suas ações diretamente à sociedade (BOTELHO, 2001).

Castro, Starepravo e Souza (2018) trouxeram uma discussão importante sobre o número de financiamentos relacionados aos Programas e ações do extinto ME. Embora estes autores não discutam especificamente sobre o VS, argumentam sobre o PELC durante oito anos de seu financiamento. Os autores perceberam que o menor volume de financiamentos desse Ministério estava, justamente, relacionado a esse Programa, o qual recebe financiamento do Orçamento Geral da União (OGU), ocupando pouco mais de 5% do total do financiamento orçamentário do PPA para a área de Esporte e Lazer. Presume-se, então, que o VS, um Programa criado como ramificação do PELC e com idade de criação ainda menor do que ele, tenha esta taxa bem mais reduzida. Ainda que o período analisado por esses autores não seja contemporâneo, isto é, ocorreu até o ano de 2011 apenas, ao se considerar a atual conjuntura política do país, com a dissolução do ME e com a criação de uma SEE, inserida no Ministério da Cidadania, percebem-se questionamentos e impasses relacionados a estas ações e os dados encontradas no *site* desta SEE evidenciam que estes índices não sofreram modificações até o momento.

Além do mais, quando se consideram os órgãos locais, os quais estavam em desenvolvimento com convênio em aberto com o ME pelo VS até o ano de 2018, de acordo com as informações fornecidas por *email* pelo ME para este estudo, os quais incluíam 13 ativos, percebe-se que existe um número bastante reduzido, quando se compara com o número de convênios do PELC, por exemplo. Nas informações disponíveis no próprio *site* do extinto ME constavam uma proporção de mais de 5 vezes a quantidade de convênios do PELC em relação aos do VS, no ano de 2017 (BRASIL, 2017) e parece ter sido maior no ano seguinte (BRASIL, 2019). Estes dados também foram expressos no relatório de gestão do ME, o qual apontou que são cerca de 5 vezes maiores em relação ao VS para o PELC, embora os dados ali apresentados sejam divergentes daqueles fornecidos por *email*, evidenciando, inclusive, uma dificuldade para se atestar a veracidade de informações na gestão interna sobre os programas e dados deste órgão (BRASIL, 2019).

Ainda assim, estes dados, se somados, sugerem que a efetivação do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, intuitos do PELC e do VS, continuam não sendo prioridades orçamentárias nos órgãos responsáveis, muito embora o PELC conte com verbas externas às do ME para seu desenvolvimento, provenientes de emendas parlamentares (CASTRO; STAREPRAVO; SOUZA, 2018). Esta proporção é reafirmada no estudo de Soares e Guadanini (2018), quando da análise dos relatórios de monitoramento e avaliação do PELC e VS, sobre os convênios estabelecidos entre 2013 e 2015 com o ME, indicando 62 convênios do PELC para 14 do VS, dados estes, mais uma vez divergentes dos obtidos no presente estudo. Outros dados semelhantes foram apresentados anteriormente por Vieira *et al.* (2017), quando relataram os números para os convênios do PELC até o ano de 2016. Aspectos relacionados a esta insuficiência de recursos para os programas são assumidos pelo ME, conforme salientam Castro, Starepravo e Souza (2018), quando analisam diversos relatórios de gestão desse ME e focalizam o PELC, semelhante aos achados do presente estudo, merecendo maior atenção do setor público a esta PPEL específica ao público idoso, o VS.

A partir da condição deste número reduzido de cidades onde se desenvolvem esses programas, o número de participantes deste estudo não alcançou nem metade dos representantes de todos os locais conveniados com o ME, configurando apenas 43,47% destes locais, sendo esta, uma das limitações deste estudo. Além disto, houve uma grande dificuldade em conseguir contato com os DG envolvidos, tendo em vista que muitos dos órgãos locais do convênio se tratam de cidades do interior dos estados, de pequeno porte, nas quais não havia, ao menos, uma secretaria de esporte e/ou lazer e/ou cultura, dificultando o contato com estes responsáveis, ou envolvidos com o VS. Estes dados também foram

constatados no estudo de Soares e Guadanini (2018), quando apontam que o VS está acoplado a outros órgãos do município. Neste estudo, este grupo foi representado por 16 cidades (34,78%), apenas.

Além disso, durante o contato com estas cidades, notava-se, ainda, que algumas das pessoas presentes na gestão atual não sabiam se já havia sido desenvolvido o programa na cidade ou, não havia mais ninguém trabalhando no local e não possuíam ou não se sentiam à vontade para passar o contato dos envolvidos no período. Estes exemplos foram contabilizados em 5 dos órgãos locais já conveniados (10,86%). Observou-se, também, uma parcela de DG os quais afirmavam, no contato inicial, que participariam da pesquisa, embora não tenham efetivado essa participação. Um dos motivos desta ausência no presente estudo foi também apontada por Cendón, Ribeiro e Chaves (2014), os quais declararam que o contato ou o convite a alguém para participação em pesquisas deve considerar os fatores de interferência nesta participação, como por exemplo, os aspectos comportamentais de desistência, os motivos pessoais, a proteção contra o *marketing*, quando da utilização de intermediários tecnológicos ou relacionados à permanência. Esses autores, portanto, enumeram aspectos que poderiam interferir de alguma forma na participação nesses tipos de pesquisa. Assim, essa negação também foi notada no presente estudo, no qual os DG que não quiseram participar ou não retornaram foram 6, representando 13,04%.

Um dado importante a ser discutido foi o maior comprometimento e interesse em participar da pesquisa, pelos DG do G1 e do G2, em relação aos do G3. Os motivos relacionados a estes dados podem sugerir que estes DG também tinham interesse em manifestar a situação em que a cidade ou órgão local se encontrava, em buscar informações sobre outras cidades e, principalmente, em falar sobre todas as dificuldades vivenciadas antes e durante este início do programa.

Estas dificuldades, as quais foram percebidas nas falas destes entrevistados, parecem estar presentes no desenvolvimento de PP de diversas áreas, tais como, no setor do esporte, como apontado no estudo de Chen (2018), o qual buscou analisar políticas públicas de esporte, no intuito de traçar novas reflexões acerca da temática, apontando diversas dificuldades enfrentadas neste setor. Este autor identificou que existem dificuldades relacionadas com as limitações empregadas nas avaliações dos programas e a reduzida capacidade de pesquisas que sustentem a aplicação destas avaliações durante análise destas políticas, as quais vão implicar na elaboração das agendas destas PP. Isto pode interferir na efetividade desta PP, haja vista que esta é uma etapa importante do ciclo das PP, a qual poderá proporcionar os *feedbacks* para melhorias e suas eventuais correções (SECCHI, 2013).

Dificuldades como estas apontadas por Chen parecem estar presentes também no subcampo esporte e lazer no país, bem como, no presente estudo, para o VS, o qual ainda apresenta uma quantidade reduzida de estudos relacionados especificamente ao Programa, ou, ao menos, que o discutam de alguma forma (Ver Artigo 1 desta Tese). Além disso, alguns dos representantes do G3 já não estavam mais envolvidos com o órgão local, com o programa e/ou demonstraram falta de interesse em continuar obtendo informações sobre este, ou, ainda, o convênio já havia sido encerrado e o programa não teve continuidade. Estes podem ter sido motivos que justificam essas diferenças nas participações e a falta de interesse de todos estes representantes de convênios já encerrados, em participar do estudo.

Com relação às atividades sistemáticas e assistemáticas vivenciadas nos núcleos do VS apontadas pelos DG, observou-se que, em quase todas as entrevistas, estes apontavam atividades diversificadas, embora atividades comumente vivenciadas por este público, como o artesanato, foram citadas por quase todos os DG. Estudos recentes têm apontado os benefícios usufruídos por idosos praticantes de diferentes atividades, como a atividade física, as atividades cognitivas, as atividades de socialização, ou as atividades manuais, as quais podem contribuir significativamente na vida destas pessoas, sobretudo na manutenção ou melhoria de capacidades físicas, de aspectos relacionados à diminuição da depressão e da ansiedade, a reinserção social do idoso em sua comunidade, o combate a doenças degenerativas, dentre outros benefícios (AZEVEDO FILHO *et al.*, 2019; ESTIVAL; CORRÊA, 2019; KRUG, 2017; MENEZES *et al.*, 2017; SANTOS *et al.*, 2018; VALDEVITI *et al.*, 2018; VENÂNCIO *et al.*, 2018). Todavia, é comum que estas atividades ocorram separadas, em aulas de dança, aulas de estimulação cognitiva, musculação, mas também, em grupos de atividade física e outros locais os quais tais atividades ocorrem em momentos distintos, porém, nem sempre acontecem no mesmo local ou programa. Nesta direção, o programa VS, por trazer como diretriz a orientação do seu desenvolvimento de forma ampla, com diversas opções de atividades e horários, detém um potencial de perspectiva positiva, o qual pode ser ainda mais significativo na vida do idoso. Inclusive é esta uma das justificativas de muitos do DG, quando apontam este fato como um diferencial do VS, o qual, além de ser gratuito, proporciona ao idoso a prática de atividades diversificadas, de acordo com as necessidades e/ou preferências de cada um dos participantes.

Estas atividades diversificadas e inseridas em um mesmo programa podem contemplar os conteúdos culturais do lazer, caminhando em direção aos interesses das comunidades (ECHER, 2017). Rodrigues e Pinto (2016) ratificam o valor desta variedade e afirmam que, durante os módulos de formação, tanto do VS como do PELC, essa diversificação é

incentivada, bem como, nestas ocasiões, ocorrem oportunidades de partilha de experiências de outros núcleos ou órgãos locais, os quais, por vezes, desenvolveram atividades que tiveram bom retorno, instigando a que sejam também desenvolvidos nos locais onde não o são.

Sobre a divulgação do VS, observou-se que, com relação ao conhecimento dos DG com o programa, este ocorria principalmente no momento em que os mesmos admitiam a responsabilidade de gerir ou coordenar o VS, ainda que ele já estivesse em desenvolvimento na cidade. Todavia, também foi notado que este conhecimento ocorreu quando do lançamento do edital, em menor ocorrências, mas, em ambos os casos, sempre pelo fato do início do envolvimento destes DG com o programa, de alguma forma. Posteriormente, estes DG afirmaram que o principal veículo de tal divulgação, feito pelo ME, era o *site*, seguido das redes sociais e das grandes mídias.

A importância da divulgação de PP é reiterada por Correia (2019), quando analisou um dos programas do Ministério da Saúde, o Mais Médicos, na perspectiva do ciclo de PP (*policy cycle*), focalizada também neste estudo. Nesta ocasião, Correia afirma a necessidade de que uma divulgação em massa deve ocorrer, para que vários setores da sociedade possam deter informações sobre ela, podendo, assim, acompanhar a agenda política de seu ciclo. Esta afirmação reitera a necessidade de os órgãos públicos reforçarem esta divulgação, haja vista que o conhecimento prévio do Programa pode facilitar a aproximação entre gestor e o Programa, bem como, seus usuários.

Da mesma forma, esses dirigentes afirmam que utilizam como estratégia local, além de *sites* e portais, predominantemente os materiais impressos, as mídias sociais e as mídias mais tradicionais, como rádio e TV e o boca-a-boca, para fazerem com que estas informações alcancem o público em questão. Os achados deste estudo ratificam os dados de Soares e Guadanini (2018), quando da análise dos relatórios do PELC e VS. Estes autores afirmam que as principais estratégias utilizadas pelos órgãos locais para divulgação foram a internet e os materiais impressos (faixa, *banners*, cartaz, panfleto).

Alguns dos DG entrevistados apontam, inclusive, como uma dificuldade, a utilização de estratégias de divulgação muitas vezes inadequadas, ou não atrativas aos principais interessados. Capi, Tavares e Correia (2016) trazem uma discussão sobre a visão dos envolvidos no PELC e, a dado ponto, ressaltam que, tanto agentes, como coordenadores desse programa, afirmam que ainda são pequenas as estratégias utilizadas para divulgação e efetividade do mesmo. Estes autores mencionam ainda que uma das formas de resolução desta defasagem seria contar com o apoio das parcerias dentro do órgão local, as quais aumentariam a participação da comunidade. Considerando que o VS apresenta estrutura, desenvolvimento e

propostas de divulgação semelhantes ao PELC, achados deste estudo corroboram estes dados dos autores.

Com relação ao tipo de convênio realizado para o desenvolvimento do VS, observou-se que uma pequena parcela dos DG não sabia como havia ocorrido a concessão, principalmente porque não estavam envolvidos com o VS durante aquele momento. Todavia, a maior parte afirmou ter ocorrido por participação em edital e outros, por emenda parlamentar. Estas formas de estabelecimento do convênio estão previstas nas diretrizes do programa (BRASIL, 2016a) e também foi descrito por Pintos e Wolff (2017), as quais citam, além destas formas, a proposição específica, sendo, neste caso, fornecido via justificativa ou necessidade exclusiva, aspecto que não foi identificado neste presente estudo.

Rezende *et al.* (2018) exemplificam um caso específico da cidade de Contagem, a qual foi contemplada por edital no ano de 2013. Este foi um dado observado no presente estudo, em que, ainda que o órgão local tenha participado do primeiro edital, o de 2013, ainda se encontrava em desenvolvimento, tendo em vista os inúmeros atrasos ocorridos para liberação de verbas, ou na implantação e devido a situações locais internas, citadas, inclusive, pela DG desta cidade anteriormente exemplificada, corroborando as discussões de Rezende e colaboradores.

Sobre o outro tipo de convênio citado, aquele feito por emenda parlamentar, Castro, Starepravo e Souza (2018) afirmam que o PELC, programa semelhante ao VS, teve predominância de convênios estabelecidos por este caminho, diferentemente do caso do VS como sugerem os dados aqui encontrados. Contudo, apontam que estas emendas, por vezes, acabam desviando os reais interesses de um determinado programa, sendo, no caso do PELC, concentradas, por exemplo, em ações voltadas para infraestrutura, o que pode comprometer o seu desenvolvimento.

Canan, Milani e Starepravo (2016) comentam sobre este tipo de financiamento relacionado a projetos de esporte e lazer no país. Estes autores discutem sobre a importância destas emendas como garantias de que os recursos cheguem efetivamente no local, mas que permitem maior visibilidade e, por sua vez, resultam em um diferencial para a base eleitoral, ou seja, os autores falam sobre a ressignificação destes programas como “moeda de troca” (aspas dos autores). Neste caso, a tentativa de proporcionar os devidos benefícios aos atendidos é deixada em segundo plano, assim como sua função de efetivar as garantias adquiridas como direitos sociais, neste caso, o acesso ao esporte e ao lazer. Especificamente sobre o Programa em questão, o VS, observou-se, nas falas dos entrevistados, que o modo

como a concessão de um programa por emenda lança mão da necessidade real de uma determinada localidade (APÊNDICE H16).

Um dos grandes problemas relacionados a esta questão é que ocorre uma espécie de transição de responsabilidade, ou seja, é como se esta responsabilidade da efetivação destes direitos fosse desviada da função do Estado, contribuindo para o histórico bastante comum, marcado por favoritismos específicos, em detrimento da realidade da sociedade, conforme ressaltam Cana, Milani e Starepravo (2016). Esses favoritismos, segundo esses autores, estão presentes nas PPEL, não apenas no modo como são conquistadas por gestores municipais, mas ainda, nos trâmites internos do órgão local, após a conquista do financiamento, como na contratação de pessoal. Neste estudo, por exemplo, alguns dos DG citam como uma das dificuldades, a contratação de pessoal no programa, afirmando sobre os cargos já pré-estabelecidos, os chamados cargos políticos, nos quais os profissionais são inseridos em determinadas funções, sem possuir formação apropriada para aquilo (APÊNDICE H17).

Foi possível perceber que a ocorrência disto pode influenciar, desde a etapa inicial de concessão do financiamento, até mesmo, quando das emendas parlamentares, mas alcança também a fase de implantação local e de desenvolvimento de uma PP, o que pode implicar na inviabilidade de efetivação destas propostas e, por consequência, dos direitos sociais. Esta situação foi observada nas falas de alguns dos DG entrevistados, os quais expressaram diversas dificuldades encontradas diante destes favoritismos, principalmente na fase de implantação do VS, item explorado a seguir.

Sobre a construção do projeto e a participação do idoso neste momento, quase metade dos DG não soube responder se ocorreu algum tipo de participação ou consulta ao público interessado, com exceção de dois DG, os quais expuseram sobre esta consulta relacionada às expectativas dos futuros participantes. Já na etapa de implantação, esta participação é expressa com maior número de ocorrências, de acordo com as entrevistas dos DG, porém, em ambos os casos, ocorreu a predominância de não participação.

Nas diretrizes do VS consta a necessidade da construção de um conselho gestor, para o qual é sugerido que um dos idosos participe como representante, justamente para que este possa atuar diretamente na formulação e desenvolvimento das ações dos núcleos do VS (BRASIL, 2016a). Todavia, não há nenhuma informação específica sobre a participação direta desse público envolvido na construção do projeto.

Algumas das justificativas dos DG para a não participação na fase de elaboração foram relacionadas à falta de tempo para esta construção e a compreensão de que esta não era uma corresponsabilidade dos idosos e sim, algo mais administrativo. O que foi possível notar é

que, o edital ou a emenda era conquistada e, somente depois, quando do programa já planejado, ele era trazido em proximidade para o público idoso. Isso explicaria o porquê de muitos desses DG afirmarem sobre as dificuldades encontradas na fase de implantação, principalmente, na adaptação de atividades, de horários, locais, dentre outros aspectos. Entretanto, não é possível afirmar que somente estes seriam os motivos desencadeantes destas dificuldades, haja vista que alguns deixaram de responder a este questionamento.

Alguns destes DG justificam, sim, a exigência do ME sobre a necessidade de ocupação de diferentes horários para o desenvolvimento das atividades, de propor atividades diversas, porém, foi relatado como uma das dificuldades de adesão, justamente os tipos de atividades inicialmente propostas, as quais foram pouco apreciadas pelos participantes, bem como, foram colocadas nos horários em que a maior parte dos participantes tinha responsabilidades familiares ou pessoais. Isso implicaria diretamente, por exemplo, no mínimo de frequência destes participantes no VS, conforme instrui também estas diretrizes.

Portanto, é imprescindível que seja incentivada, não apenas nesta, mas em todas as fases, a participação da população diretamente envolvida, no sentido de melhor gerir as estratégias de desenvolvimento dos programas. A ideia de cocriação é uma das estratégias mais ressaltadas no campo da gestão e do *marketing*, por representar incentivo de participação ao público interessado. Esta foi, inicialmente, proposta por Prahalad e Ramaswamy (2000) e refere-se a um processo de construção coletiva, a qual pode trazer maior significado ao produto final (RAMASWAMY; OZCAN, 2018). A proposta, ao longo dos anos, tem recebido atenção de diversas áreas do conhecimento (CHIM-MIKI; CAMPOS; MELO, 2019; RAMASWAMY; OZCAN, 2018), o que seria de grande valor, se considerada na área de PP e no subcampo esporte e lazer.

As contribuições relacionadas a esta criação participativa poderia eliminar uma série de dificuldades típicas encontradas nos programas, tais como as anteriormente elencadas, apontadas pelos DG nas entrevistas aqui realizadas, permitindo que a construção do VS incentivasse a autonomia de idosos usuários, bem como, seu protagonismo, como consta em sua diretriz (BRASIL, 2016a). Deste modo, a cocriação contribuiria para que a emancipação do programa fosse mais bem estabelecida, contribuindo para a emancipação destes sujeitos e o melhor desenvolvimento do ciclo desta PP.

Outro aspecto relacionado às exigências do ME para o programa diz respeito aos módulos de formação. Mais da metade dos DG afirmou que os cursos de formação são adequados e suficientes. Em sua diretriz, a formação é um dos objetivos específicos do VS, a qual propõe “[...] promover e estimular a formação continuada de gestores e agentes sociais

de lazer e esporte recreativo [...]” (BRASIL, 2016a, p.6), sendo ela alcançada por meio de uma de suas três iniciativas fundamentais: “A formação continuada de gestores, agentes sociais de lazer e esporte, lideranças comunitárias, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública, com vistas à formação e à implementação de políticas locais para pessoas idosas” (BRASIL, 2016a, p.6).

Nesta diretriz, não fica explícito quantos são os módulos aplicados durante todo o desenvolvimento do VS, porém Amaral (2016), em seu texto, o qual compõe uma das obras do grupo responsável pela formação dos agentes do PELC/VS, afirma que eles são três: 1) Módulo Introdutório (para o conhecimento dos envolvidos sobre as metas do ME e o contexto do VS), 2) Módulo de Aprofundamento (com foco na formação em serviço e no fortalecimento dos envolvidos de toda a equipe) e 3) Módulo de Avaliação (para subsidiar ferramentas para o monitoramento das ações que necessitam ser implantadas). Todavia, durante uma das entrevistas, um DG detalha sobre estes módulos, citando quatro módulos, os quais incluíam uma formação inicial, o que foi citado por outros DG, principalmente aqueles do G1, quando explicavam ter apenas feito uma formação bem inicial, para interação do gestor com o programa, antes mesmo da contratação do pessoal. Depois, outros três módulos, incluindo os de avaliação.

Sendo assim, observou-se divergência com relação a esta quantidade de módulos ofertados, tendo em vista que o módulo de avaliação pareceu ser dividido em dois, incluindo Avaliação I e II. Alguns documentos do repositório do Programa apontam estes quatro módulos (ME, 2015; 2016), embora, documentos mais antigos, ressaltam a existência de apenas três módulos, incluindo apenas a Avaliação I (ME, 2012).

No estudo de Soares e Guadanini (2018), as autoras afirmam que realmente ocorreu alteração no número de módulos dos programas PELC e VS, existindo três módulos (introdutório, avaliação I e II) até o ano de 2013 e, a partir do ano seguinte, foram estabelecidos quatro módulos (introdutório I e II, Avaliação I e II), confirmando os dados aqui encontrados.

Além destas informações, um dos DG aponta sugestões para o aumento da quantidade destes cursos, principalmente na fase introdutória, caracterizada pelas maiores problemáticas enfatizadas por quase todos os DG. Sugestões semelhantes foram apontadas por outros DG, principalmente os do G1 e G2, os quais expressaram as dificuldades ocorridas na fase inicial do programa e o pequeno respaldo que tinham, inclusive para programar o projeto pedagógico de atividades. Existem disponíveis na plataforma do repositório LUME, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, diversas informações sobre o PELC e

VS, dentre as quais, aquelas sobre estes módulos de formação. Um deles exemplifica a duração do curso com toda a programação e duração de três dias, ofertado em São João da Boa Vista – SP, uma das cidades de desenvolvimento do programa VS (ME, 2016). Esta foi, inclusive, uma das queixas que surgiram nas entrevistas, onde os DG apontam o fato de que o ME propôs que estes cursos fossem desenvolvidos antes mesmo da contratação do pessoal que estará envolvido com o VS, gerando grandes dificuldades no comprometimento desta participação. Ocorreram casos em que este pessoal era contratado, porém, ainda não tinha começado a receber o salário, em outros casos, a contratação ainda não ocorrera e os possíveis envolvidos apenas haviam sido selecionados no concurso/processo seletivo (APÊNDICE H18).

Este tipo de situação compromete diretamente a funcionalidade e a efetivação de uma PP, contribuindo para o quadro de dificuldades marcantes no programa. Isto porque, a não participação dos principais envolvidos no VS nestes cursos de formação, além de atrasar o processo, dificulta o acesso às informações corretas e claras da política pública, implicando na falta de garantias de conclusão de seus objetivos. O estudo de Castro, Starepravo e Souza (2018), quando da análise dos relatórios de gestão do antigo ME, observou também este fato para o PELC, semelhante aos achados do presente estudo. Estes autores identificaram, nos relatórios dos anos de 2006 a 2009, dificuldades relacionadas ao atraso e ao cumprimento das exigências do ME, o que acabou impactando no ciclo do VS e gerando transtornos no órgão local, o qual, por vezes, faz a divulgação do Programa, as inscrições e demora muito tempo para atingir a etapa de desenvolvimento, conforme salientado pelos entrevistados. Segundo Secchi (2013), para que uma política pública seja funcional, é necessário que ocorra a participação efetiva de todos os integrantes dela, ou seja, dos diferentes atores durante todo seu desenvolvimento e, ainda assim, as interações entre todos estes atores podem ser consideradas complexas.

Neste caso da formação, um dos requisitos para que seja alcançada tal eficiência seria que o órgão máximo, no caso, o extinto ME, ou a atual SEE, desempenhasse com eficiência sua função, porém, estes parecem tomar caminhos considerados inapropriados pelos intermediários, referentes aos DG. Sendo assim, ainda que exista uma motivação interna por parte dos formadores, dificilmente este será um dos caminhos de tal efetivação. Nas diretrizes, em diversos momentos do documento, são claras as ressalvas de que, caso haja alteração dos agentes dos núcleos, é necessário reproduzir, em nível local, o módulo de formação para este novo integrante, realizado pelos demais envolvidos no VS (BRASIL, 2016a), o que acaba transferindo esta responsabilidade para estes intermediários. Ou seja, coordenadores

envolvidos com o Programa farão a formação local para novos agentes. Entretanto, a alteração da coordenação pode ficar prejudicada, haja vista que os módulos de formação não serão repetidos neste caso, e estes envolvidos deveriam ser privilegiados nesse processo de formação, visto que estes irão gerir todo o desenvolvimento do VS. Problemas relacionados aos recursos humanos do VS também são apontados por Castro, Starepravo e Souza (2018), os quais evidenciaram a limitação do pessoal envolvido no PELC, nesta perspectiva de responsabilidades.

Essas formações são essenciais para a atuação de todos os envolvidos no VS, podendo criar espaços de discussões entre os participantes e de troca de experiências (MELO; BOLETINI; COUTO, 2018). Porém, foram poucos os DG que exteriorizaram este fato, inclusive, o próprio DG nacional afirma que as dificuldades presentes nestas formações ainda são grandes.

Parece que a maior parte dos DG compreende que os cursos são mais voltados para os agentes, porque eles não têm experiência com o público em questão, considerando que, geralmente, são alunos de cursos de graduação. Isso quer dizer que há uma discordância de opinião sobre para quem são destinados estes módulos. Além disso, estes indicam que os cursos são muito teóricos, técnicos e administrativos ou, ainda, que apenas transcreviam os documentos das diretrizes do programa. Entretanto, dos documentos disponíveis no repositório e encontrados sobre essas formações, observou-se que, como metodologia dos cursos, havia propostas teóricas, com leituras e discussões de textos, mas também, atividades de discussão em grupo, oficinas pedagógicas, exercícios de convivência, dentre outros (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016b).

Outro ponto importante sobre estas formações é salientado na questão da regionalização, a qual, segundo a opinião de alguns DG, não é colocada em primeiro plano, haja vista que alguns DG relataram que havia a proposta de atividades que eram inadequadas para a região, mas que os formadores insistiam em seu desenvolvimento. Este fato é contraditório ao que consta nas diretrizes e pode implicar, de forma negativa, diretamente na abertura do diálogo entre os envolvidos na PP, na construção de sua esfera pedagógica e, conseqüentemente, na sua efetividade (APÊNDICE H19).

Sendo assim, é possível identificar as dificuldades encontradas com relação a este tipo de relacionamento criado entre os envolvidos. O Brasil é um país muito grande e, portanto, detém uma vasta diversidade cultural, o que, por sua vez, quando destes encontros regionais, pode gerar empecilhos naturais, por tal diversificação. Observou-se, com base nas entrevistas, que pode existir uma espécie de distanciamento entre os formadores, os quais podem ser

pesquisadores vinculados a universidades do país e os gestores e profissionais atuantes na prática. Este distanciamento pode ser o causador das barreiras encontradas com relação às especificidades e às atividades que melhor se ajustam a cada realidade, no que tange ao VS. Esta afirmativa foi percebida por Starepravo *et al.* (2018), ao refletirem sobre a aproximação entre os campos político, burocrático e o acadêmico-científico na área de PPEL, focalizando o programa PELC. Os autores assumem que existe uma dificuldade de comunicação entre estes campos, embora o desejo de aproximação tenha sido notado, por meio das entrevistas realizadas com gestores.

Diante da pesquisa por eles realizada, percebem-se as dificuldades de diálogo com o campo científico encontradas no PELC, mesmo sendo um programa em que este objetivo é enfatizado, justamente pela existência da Rede CEDES. Os autores apontam que este distanciamento se trata de uma realidade social global. Justificam este dado com o fato de, nestes dois espaços, ocorrerem relações, objetivos e estratégias muito divergentes, ocasionando desencontro entre eles. Sendo assim, reiteram a necessidade de tal aproximação, a considerar que ambos se tratam de serviços os quais almejam o desenvolvimento da sociedade (STAREPRAVO *et al.*, 2018).

Além disto, há uma necessidade imprescindível no fomento científico na área de PP e principalmente no subcampo PPEL por diferentes formas, como nas dissertações, teses, nos artigos ou em orientações, para a consolidação da área (ROJO; MEZZADRI; SILVA, 2019). Para tanto, este espaço necessita de um diálogo entre o proponente da PP e a universidade, para que seja aberta a porta da democratização do conhecimento científico concomitante ao conhecimento da população. A abertura deste diálogo necessita percorrer um caminho de mão dupla, em que os conhecimentos produzidos possam alcançar o campo prático, de modo a se dar um salto na qualidade das ações dos governos no estabelecimento de PP (PROVENZANO *et al.* 2015).

Este diálogo e a comunicação durante o desenvolvimento do ciclo de uma PP parecem ser essenciais, haja vista que estes aspectos são uma espécie de mediador de todas as etapas deste ciclo, o qual é responsável por proporcionar diferentes tipos de trocas de informação entre todos os atores envolvidos na PP (usuários, proponentes, intermediários e demais envolvidos). Se esses aspectos forem impulsionados, então, quando da análise da PP, os resultados serão muito mais efetivos, em diferentes perspectivas (CEZAR, 2018). Caravage e Oliver (2018), quando da análise de PPEL nas três dimensões, *policy*, *politics* e *polity*, para pessoas com deficiência, de um município do Estado de São Paulo, relatam sobre as dificuldades observadas na comunicação entre os gestores e os atores da base. Estas autoras

observaram que, na perspectiva da *politics*, as PP locais podem ter um diálogo e uma comunicação favorecidas, quando o governo municipal e o estadual pertencem a um mesmo partido, gerando maior agilidade de sua efetivação.

Estas aproximações partidárias parecem ser os motivos pelos quais os entrevistados apontaram ter conseguido as emendas parlamentares de concessão do VS, via aproximações políticas, o que acaba por colocar o Programa como uma PP que não atende à população idosa de modo igualitário, sem proporcionar oportunidades análogas a todos os órgãos locais interessados. Este fato culmina na direção dos dados observados no presente estudo, os quais apontaram que existiu, até o ano de 2018, um grande número de convênios no Estado do Piauí, segundo informações obtidas pelo ME. Todavia, na época do contato com esse órgão, não se obteve resposta deste ministério, quando se questionou sobre este número desproporcional em relação aos demais estados.

Outras dificuldades relacionadas a isto foram observadas neste estudo, quando notado que alguns dos entrevistados citavam sobre determinadas tarefas do programa VS. Estes apontavam que havia responsabilidades/tarefas que eram de incumbência de outro setor, ou outro gestor, sendo perceptível a dificuldade de comunicação entre estes setores, criando uma espécie de transposição de responsabilidades.

Um exemplo concreto desta dificuldade de interlocução é a prestação de contas do convênio. Em muitos casos, ela é destinada à responsabilidade da prefeitura. Outro exemplo seria a dificuldade apontada pelos gestores envolvidos na construção do projeto do VS, a ser encaminhado e estruturado, o qual não abarca a participação do idoso, elemento diretamente envolvido neste processo. Além disso, em uma observação global e comparativa entre os DG locais e o DG nacional, foi notado que, muitas das dificuldades apresentadas pelos DG foram respondidas de modo divergente pelo DG nacional.

Estas dificuldades de diálogo dentro da PP podem estar presentes em diferentes níveis de envolvimento dos atores da política e ocorrerem, também, por outros motivos, como os pessoais. Há casos em que há uma grande identificação do DG com programa da PP, inclusive, foi notado isto em algumas das falas das entrevistas. Entretanto, há situações em que o envolvimento com o VS pode ser tão baixo, que acaba por dificultar a efetividade do programa, gerando problemas de interlocução entre os atores, como observado nas entrevistas (APÊNDICE H20). Obviamente, os motivos que desencadeiam este envolvimento são diversos e incluem, por exemplo, a necessidade financeira, a identificação positiva nas relações com o público participante, os conflitos internos ao órgão local, ou na gestão municipal, dentre outros. De todo modo, todos eles não deixam de implicar na efetividade das

PP. Com relação a esta efetividade, Starepravo (2014) afirma que discutir sobre PPEL requer muito mais que falar sobre o seu resultado, que representa sua parte visível, incluindo pensar na sua construção, nos embates gerados nas relações estabelecidas nos espaços em que são configuradas pelos agentes, coordenadores e demais envolvidos, para que, assim, seja possível verificar tudo aquilo da política que foi ou não efetivado.

Caravage e Oliver (2019) apontam, sobre a percepção das dificuldades marcantes na comunicação interna de uma PPEL e identificam que o fato de os atores participantes da PP em análise estarem vinculados a um mesmo partido, facilita o diálogo entre eles e, por consequência, o desenvolvimento de propostas mais consistentes. Este dado relativo à filiação política não foi investigado na presente pesquisa, mais, ainda assim, foi identificada, durante as entrevistas, esta problemática no programa, vinculada a esta questão partidária.

Neste texto, a discussão é referente a apenas um Programa específico do extinto ME, que ainda consta como ativo na nova SEE, o qual pode dificultar uma possível generalização. Martins, Bastos e Ferreira (2019) desenvolveram um estudo em uma instituição cultural, com o qual os autores buscavam identificar as formas de gestão correntes em um programa de esporte no contexto do lazer. Para tanto, eles entrevistaram e discutiram a opinião dos diferentes envolvidos no programa, indicando que, embora os atores políticos da instituição cultural por eles avaliada reconheçam as diferenças na atuação profissional, a boa relação estabelecida entre eles, evidencia a presença de diálogo constante e sua contribuição para as diversas tarefas do programa, no que concerne à parte administrativa, ao planejamento e à execução das aulas. Os resultados descritos por estes autores contradizem os dados do presente estudo, sugerindo que uma proposta de reestruturação na gestão do VS poderia minimizar as dificuldades de comunicação e diálogos elencadas por estes DG, merecendo maior atenção do poder público, quando da implantação desse Programa.

No que se refere às estratégias de avaliação utilizadas pelo ME e pelo órgão local, observou-se que, quase 50% dos entrevistados afirmaram não saber sobre instrumentos de avaliação utilizados pelo ME, sendo poucos os que relataram como instrumentos aqueles disponíveis no MIMBOÉ. Se somados com os que afirmaram não existir estes instrumentos, esse percentual é ampliado. Todavia, a avaliação da PP é uma das três iniciativas fundamentais do VS, a qual prevê que os objetivos traçados no Programa sejam alcançados por meio delas, as quais incluem: a implementação e o desenvolvimento, a formação continuada e o monitoramento e a avaliação (BRASIL, 2016a). Sendo assim, esta avaliação é prevista para que, por meio do MIMBOÉ, sistema criado em 2013 para avaliação do PELC e VS (SOARES; GUADANINI, 2018), sejam estimados os indicadores do desenvolvimento

pedagógico, incluindo as atividades diárias dos programas, em comparação com as metas pré-estabelecidas, além da mensuração feita por meio dos instrumentos específicos utilizados por integrantes do ME, para os *feedbacks* relacionados a estas práticas (BRASIL, 2016a).

Inclusive, o DG nacional deixa claro que toda a avaliação é feita por este sistema, sendo possível, por meio dele, realizar uma avaliação do alcance das ações em diferentes perspectivas. Segundo Soares e Guadanini (2018), é por meio deste sistema que se torna possível conceber os relatórios anuais sobre os programas, os quais agregam informações sobre a situação de todos os convênios, por intermédio de uma ferramenta chamada “extrator de indicadores” (aspas das autoras). Ao se mesclarem outras informações a estas provenientes do acesso ao antigo ME, como aquelas presentes no PNUD e provenientes do IBGE, podem ser obtidos dados mais consistentes sobre os resultados.

Estas avaliações são utilizadas, não somente para se obterem os dados provenientes dos participantes, mas também, como estratégias nos cursos de formação, sendo, assim, obtidas informações específicas sobre o Programa. Nesta direção, Rodrigues e Pinto (2016) falam sobre diferentes tipos de avaliação utilizados dentro dos módulos de formação. Estas são estratégias adotadas pelos formadores quando do contato com os órgãos locais, os quais buscam avaliar diferentes aspectos, dentre os quais, a efetividade de participação das pessoas e o planejamento participativo. Estes aspectos, por exemplo, são temas de debate nas formações e podem ser feitos via instrumentos específicos, porém não foram citados pelos DG entrevistados no presente estudo, indicando uma incompreensão destes DG com relação à avaliação do Programa e aos instrumentos utilizados ou, até mesmo, a falta de clareza por parte dos formadores, quanto a estes aspectos.

Outro ponto importante relacionado à avaliação, diz respeito à utilização de instrumentos de avaliação dentro dos núcleos. As diretrizes preveem que, como responsabilidade do órgão local, deve ser realizada a chamada Formação em serviço. Esta formação deveria ocorrer durante todo o período do convênio do VS, com reuniões semanais, aspecto notado em parte das falas do DG entrevistados, sobre esta eficiência. Nela, podem ocorrer formações diversas, incluindo, a troca de experiências, os diagnósticos de problemas e todo o planejamento, sendo um dos objetivos, qualificar todos os registros relacionados aos instrumentos de avaliação (BRASIL, 2016a). Embora seja uma das indicações das diretrizes, mais de 50% dos DG afirmaram que utilizam apenas as trocas de experiências informais como avaliadores do VS, o que acaba por abrir uma falha no Programa, tendo em vista que são perdidas informações relevantes, por falta de registro adequado, sendo que elas, inclusive, não chegam ao ME. A importância da avaliação, quando da análise de PP, é reiterada por

Cunha (2018), quando aponta que, por meio da avaliação, podem ser estimados os impactos, os benefícios, ou a eficiência e eficácia de uma política, quando esta avaliação é aplicada desde sua implantação. Cunha aponta que este tipo de avaliação tem sido empregado pelo governo federal, em seus diferentes programas, os quais são expressos no PPA. Porém, a realidade do VS nos órgãos locais parece ainda carecer de serem empregadas tais avaliações, principalmente, na perspectiva dos DG envolvidos diretamente com o Programa.

No que se refere a outras dificuldades encontradas nas etapas do convênio, um dado que chamou atenção foi que a fase com maiores problemas é a de implantação. No entanto, é necessário considerar que a maior parte dos participantes deste estudo encontrava-se justamente na fase de implantação e desenvolvimento, o que, por sua vez, justificaria a ênfase dada para esta etapa.

As principais queixas dos DG nesta fase incluíram problemas relacionados aos trâmites com o ME, à burocracia exigida, à troca de responsáveis, dentre outros aspectos. Estes alegaram, principalmente, o fato de que, muitas vezes, necessitaram refazer trabalhos, em virtude da alteração de responsáveis do ME pela cidade ou convênio, ou seja, às vezes, um responsável solicitava que fosse feito um trabalho ao pessoal do órgão local. Este trabalho realizado era submetido, porém, demorava muito tempo para ser avaliado e ocorria o fato deste responsável ser alterado, sendo, então, necessário fazer outro tipo de alteração divergente da solicitação anterior, atrasando todo o processo de implantação.

Entretanto, problemas locais foram relatados, como por exemplo, a troca da gestão municipal e, por consequência, o atraso do VS. Estas dificuldades na fase de implantação do VS são apontadas por Rezende *et al.* (2018), quando afirmam que os motivos relacionados a esta fase são, tanto de responsabilidade do ME, sobretudo no que concerne, por exemplo, a troca de ministério, mas, decorrem de problemas advindos do órgão local, como as licitações e a troca de gestor.

Estes mesmos autores, ainda que retratem um caso específico, discutem que estas alterações de gestor responsável no órgão local trazem suas implicações nestes atrasos. Os autores relatam que, quando da substituição, há necessidade de serem reestabelecidos os trâmites de licitação, etapa importante do Programa, haja vista que era necessário que estas licitações ocorressem de acordo com a lei municipal, a qual preconizava a necessidade de licitação quando do estabelecimento de contratos com terceiros, no caso, o ME (REZENDE *et al.*, 2018). Estas evidências foram contempladas no presente estudo, uma vez que os gestores apontaram como justificativas para os atrasos internos, a necessidade de reformular os processos de licitação em concomitância à normativa municipal. Atrasos relacionados aos

problemas internos, tais como os períodos eleitorais, em que os processos foram suspensos devido à legislação eleitoral no país, são de reconhecimento do antigo ME e foram apontados por Castro, Souza e Starepravo (2018), assim como foram notados nas entrevistas com os DG do presente estudo.

Observou-se que, além destes aspectos acometerem o VS, nas perspectivas de seu andamento e funcionalidade, atingem o modo como ele pode ser estimado com relação aos alcances atingidos, haja vista que este processo de dificuldades pode gerar um ciclo vicioso, no qual um problema implica em outro e, assim, sucessivamente. Situações como esta vão à contramão da efetividade de uma PP, a qual deve garantir que, diante dos problemas detectados por meio dos critérios de avaliação nela empregados, sejam propostas alternativas criativas, que garantam tal indubitabilidade (SECCHI, 2017).

Aspectos relacionados às leis municipais apareceram de modo evidente, sobretudo no que tangia à contratação de pessoal do Programa. Inclusive, observou-se um caso em que o órgão local teve a necessidade de firmar o desenvolvimento do VS, devido à forma de contratação realizada, que se encontrava em desconformidade com o ME, proveniente de informações pouco claras para as contratações (APÊNDICE H21).

Mais uma vez, a limitação do VS é ratificada no presente estudo, pois, um dos DG aponta ainda que os idosos, depois que tiveram que aguardar esta necessidade de firmar o Programa, se desmotivaram, implicando na interrupção do Programa naquele período, quando da entrevista. Inclusive, ele demonstrou sua preocupação em como poderiam alcançar novamente estes participantes, quando conseguissem colocar o Programa em desenvolvimento novamente. Esta situação acaba por implicar na autonomia da continuidade do Programa, tão pregada nas diretrizes do VS.

Ademais, a abertura nas formas de contratações no Programa necessita de padronização, não apenas no que se refere à evitar as contratações ilegais, mas, inclusive, para não darem aberturas a contratações que podem permitir favoritismos políticos. Santos (2018) ressalta uma preocupação com uma tendência negativa gerada, quando ocorrem as contratações feitas com base em seleção por edital, como foi notado em uma das falas dos DG no presente estudo. Isso, porque este tipo de contratação pode ser fraudulento e consentir o apadrinhamento político, o que fragiliza a estrutura e o desenvolvimento do Programa, principalmente no que tange à sua continuidade autônoma, inclusive, pode ocorrer com o VS.

Outro aspecto observado diz respeito à problemática de aquisição de materiais durante o Programa. As principais queixas sobre isso foram referentes à dificuldade para a aquisição de materiais de artesanato, tendo em vista que todos os DG entrevistados relataram a

existência desta oficina. Entretanto, está previsto, quando da liberação de verbas, um montante exclusivo para aquisição de materiais permanentes e esportivos, sendo os materiais utilizados nestas oficinas, considerados de consumo (BRASIL, 2016a).

Além disso, tanto nas diretrizes do VS, quanto no documento de Orientação Estruturante, fica claro que a responsabilidade de aquisição deste tipo de material é do conveniente (termo utilizado nas diretrizes) (BRASIL, 2016a; 2016b). Sendo assim, a existência destas queixas, as quais responsabilizam o ME, podem ser de incumbência local, ou municipal, como no caso de todos os entrevistados. Entretanto, Rodrigues e Pinto (2016) afirmam que também é responsabilidade do ME ou da atual SEE, ofertar este tipo de material, assim como o material utilizado em eventos, o que abre espaço para uma ambiguidade a respeito de quem seria realmente responsável pela efetividade de liberação desta verba específica. Contudo, esta insuficiência de recursos parece ser recorrente nos diferentes programas ofertados pelo ME, assim como a limitação dos equipamentos neles utilizados (CASTRO; STAREPRAVO; SOUZA, 2018).

O outro aspecto importante que emergiu enfaticamente como dificuldade nas entrevistas, esteve relacionado ao que os DG chamaram de aspectos burocráticos, considerados aqui como burocráticos-técnicos. Estes DG, em diversas falas, evidenciaram este termo, apontando que o ME tinha muitas exigências, as quais não eram comuns em outros programas. Estas exigências eram, por vezes, repetitivas e decorriam, principalmente, de trabalhos redobrados. Além do mais, estes DG faziam referência ao termo, quando citavam exemplos de que o ME solicitava comprovações documentadas de coisas que ainda não haviam ocorrido, como a lista cadastral de participantes, muito tempo antes de ocorrer a participação dos idosos, ou exigências que não iam de acordo com a cultura local, como já discutido anteriormente.

Segundo Kernberg (2000), a burocracia se refere, na verdade, a uma organização que, quando é funcional dentro de um sistema, detêm um potencial a servir de modelo estrutural. O termo parece estar relacionado à “[...] coerção, a qual é necessária, caso se queira que grandes grupos com interesses conflitantes trabalhem para o benefício de todos” e a sua capacidade de criação de “[...] novos modos de cooperação entre os grupos constituintes [...]”, aumentando assim seu potencial de eficiência dentro do sistema (KERNBERG, 2000, p. 139). Sendo assim, os entraves existentes dentro destes sistemas, incluindo o sistema político, podem se tornar geradores de muitas dificuldades, implicando em atrasos, desde o repasse dos recursos, no desenvolvimento, até na interrupção e na devolução destes valores, em alguns casos. Este fato foi apontado por alguns dos DG do presente estudo.

Embora a utilização do termo burocracia pelos DG seja um pouco divergente de sua significação original, considerar a participação coletiva de todos os integrantes de um sistema, assim como na PP, facilitaria o enfrentamento dos entraves aqui destacados entre DG e ME. Nesta direção, Kernberg (2000) afirma que a participação adequada de ambos os integrantes do sistema poderia resultar em benefícios, atrelados aos intercâmbios sociais normais em direção ao bem comum.

Grasso e Isayama (2017) discutem justamente sobre esta parte burocrática à qual os DG entrevistados se referem e reiteram a informação de que o ME tem algumas exigências e metas técnicas, as quais, embora componham os princípios dos programas de esporte e lazer, são indicados pelos entrevistados como fatores que geram grande dificuldade para seu desenvolvimento.

Em outro âmbito, o acadêmico científico, esta relação com o ME é criada. Trevisan e Dias (2015) analisaram os motivos e as dificuldades encontradas pelos responsáveis dos projetos aprovados pela ME via Rede Cedes, durante o desenvolvimento dos mesmos. Por meio das entrevistas realizadas, essas autoras perceberam as dificuldades chamadas burocráticas no prosseguimento, sendo citado como exemplo dessas dificuldades, o atraso na liberação das verbas e das licitações, do início do projeto. Ainda que em perspectiva diferente, esses entraves, são apontados entre as dificuldades, pelos DG entrevistados, quando das políticas materializadas na forma de programas.

Em contrapartida, em estudo recente realizado por Kravchychyn *et al.* (2019), os autores buscam ilustrar aspectos relacionados à implementação de PP de esporte no país, por meio dos projetos e programas sociais e apontam que esta preocupação parece ocorrer já há algum tempo. Estes autores assinalam que uma das principais estratégias utilizadas pelo ME para suprir as necessidades relacionadas a estas políticas é o Programa Segundo Tempo (PST), em detrimento de outros programas. Além do mais, mostram que, já em 2003, na Conferência Nacional do Esporte, umas das preocupações era desburocratizar o processo de conveniamento de projetos no setor do esporte. Porém, esta mesma ênfase não é citada no setor do esporte e lazer, área na qual se situa o VS. Estes autores afirmam que estas preocupações burocráticas, juntamente com aspectos relacionados à melhoria da avaliação, da qualidade de atendimento e da efetividade de ações intersetoriais, não são preocupações recentes, o que denota a dificuldade em superar esses entraves burocráticos. Entretanto, fomentar discussões a respeito destas fragilidades, permite a criação de um ambiente mais reflexivo e especializado, podendo contribuir para o enriquecimento da área.

Ainda com relação às dificuldades encontradas, um número reduzido dos DG informou ter problemas com o recebimento da verba. Apenas 2DG citaram que, em dado momento, ocorreu algum atraso, por dois ou três meses. Todavia, isso não teve implicações nefastas no desenvolvimento do Programa. Na etapa de desenvolvimento, as principais problemáticas refletiram a defasagem da verba recebida no início do convênio e a dificuldade, principalmente, de compra de materiais, bem como, os atrasos gerados em âmbito da gestão local e da troca de agentes no Programa. Dificuldades relacionadas ao pessoal envolvido no VS foram citadas por 2DG, os quais apontaram sobre os problemas em encontrar pessoal capacitado para o desenvolvimento do VS, haja vista a remuneração ofertada e o tipo de profissional exigente nos cargos. Estas afirmações reiteram a necessidade da atualização orçamentária, à medida que ocorre a ordem de início do VS, considerando que a entrada e manutenção de pessoal torna-se inviável, pois a oferta salarial baixa pode gerar a contratação de profissionais pouco qualificados (APÊNDICE H22) ou, conforme salientam Castro, Starepravo e Souza (2018), desencadear uma limitação na contratação de pessoal. Sendo assim, a dificuldade na seleção de pessoas capacitadas, as quais tenham, ao menos, familiaridade com o público em questão, podem implicar, por sua vez, na qualidade do Programa. Estas dificuldades orçamentárias são citadas numa perspectiva regional, em que a padronização das verbas ofertadas para os diferentes locais do país, compromete a igualdade do desenvolvimento do Programa em detrimento do custeio regional divergente (APÊNDICE H23).

Estes valores são expressos nas matrizes que compõem o documento de Orientações Estruturantes do PELC e do VS, o qual apresenta valores únicos, de acordo com o número de núcleos estabelecidos no convênio (BRASIL, 2016b) e não considera nenhuma diferenciação regional. Ainda foram notadas pequenas manifestações sobre a prestação de contas, inclusive, deflagrando as dificuldades em cumprir esta etapa e a criação de pendências do órgão local junto ao ME. Um dado importante é que, ainda que as dificuldades existam em todas as etapas do convênio do VS, o ME parece reconhecer, conforme o DG nacional entrevistado, que estas falhas precisam ser melhoradas, a julgar que existe uma problemática de gestão nos âmbitos nacional e local, apontando a questão da inexperiência com a gestão de PPEL desde sua formulação, até a prestação de contas da ação. Por isso, este DG sugere o fomento da formação de todo esse pessoal, o qual tem ocorrido pelos cursos de EaD ofertados pela UFMG, por exemplo, destinados a agentes de esporte e lazer (MELO; BOLETINI; COUTO; 2018; SOARES; GUADANINI, 2018).

Com relação aos impactos do Programa VS, este aspecto do ciclo das PP se refere ao: “[...] resultado do programa que pode ser atribuído exclusivamente às suas ações, após a eliminação dos efeitos externos. É o resultado líquido do programa.” (CUNHA, 2018, p. 33). Estes impactos podem ser estimados por meio da etapa da avaliação, assim como se pretendeu no presente estudo, especificamente, em avaliações *ex-post*, que ocorrem após a implementação (CUNHA, 2018; SECCHI, 2013), caracterizada por sua natureza somatória, onde se busca calcular os impactos da PP materializada como programa (CUNHA, 2019).

A respeito da opinião dos DG sobre os impactos do VS de perspectiva positiva em decorrência da participação, um dos principais fatores que fazem do VS um Programa diferenciado é o modo como ele é pensado e estruturado, por meio da oferta de atividades diversas, envolvendo, tanto aspectos manuais, quanto físicos, sociais e cognitivos, além de ser ofertado em diversos momentos do dia, ampliando as possibilidades de participação da pessoa idosa. Adicionado a isto, estes entrevistados apontam a existência da valorização do lazer em detrimento do esporte no VS e do desenvolvimento social sob os demais aspectos desenvolvidos nas práticas do Programa, principal necessidade do idoso, segundo estes DG e o diferencial exclusivo, segundo o DG nacional. Ademais, é citado o incentivo ao idoso na busca por seus direitos e o desenvolvimento de sua autonomia. Estes diferenciais vão ao encontro dos impactos causados na vida dos idosos participantes, no âmbito da qualidade de vida e da vida social, segundo a opinião dos entrevistados. Muitos dos DG compreendem estes diferenciais como impactos que atingem, tanto a qualidade de vida, como a esfera social, repetindo suas afirmações quando questionados nestas três situações diversas. Além disso, aspectos relacionados aos benefícios físicos como, aptidão física e melhoria da saúde, também foram mencionados.

No que se refere à indicação dos DG quanto à valorização do lazer no VS, Goellner (2017) afirma que a ênfase ao lazer durante a elaboração de PP deve ser tão importante quanto aos demais direitos sociais, adquiridos por lei, pois o lazer é uma necessidade social e um direito constitucional, o qual pode contribuir, inclusive, para a promoção de saúde. Na mesma direção, os DG do presente estudo ressaltam a importância do VS como um veículo de apropriação do direito social.

Pintos e Wolff (2017) trouxeram reflexões semelhantes sobre esses dados, pois, enfatizaram a importância de se reconhecer, não somente o esporte, mas o lazer, como aspectos que contribuem para o envelhecimento com qualidade, tornando-se imprescindíveis na composição de programas de intervenção de PP. Outro ponto importante enfatizado pelas autoras preconiza o fato de que a luta por estes direitos pode ser ainda mais difícil para este

público, tendo em vista que, culturalmente, o idoso já não se enquadra mais na modulação da sociedade, a qual preza pelo indivíduo jovem, pelo novo e pelo atual. Sendo assim, este quadro gera uma situação tão dificultosa que, ao mesmo tempo, não abre espaço para este idoso e, não o incentiva a enfrentar esta nova etapa da vida com autonomia (PINTOS; WOLF, 2017). Os dados trazidos por Pintos e Wolf (2017) apontam os impactos de perspectiva, desencadeados na vida dos idosos, indo ao encontro daqueles informados pelos DG entrevistados, como a autonomia, a abertura, ampliação dos relacionamentos e a autoaceitação, um dos aspectos psicológicos também citado como impacto social e da qualidade de vida, o qual pode proporcionar maior protagonismo da pessoa idosa.

Uma questão importante associada a estes impactos diz respeito à difusão do VS como um “suporte social”, termo utilizado por Pintos e Wolf (2017). As autoras expressam que o VS, assim como grupos de atividade física, pode representar um espaço por meio do qual o idoso é reinserido em sua rede de relacionamentos, buscando muito mais do que a própria atividade em si, mas um suporte de qualidade para sua proteção. Na mesma direção, Brenner e Ramos (2017) analisaram a visão dos participantes do VS e os mesmos afirmam predominantemente que ocorreram melhorias nos aspectos relacionados à saúde, bem como, mudanças de hábito positivas, as quais atingem a qualidade de vida destes participantes. Todas essas evidências vão ao encontro dos dados aqui apresentados.

Echer, Feix e Tondin (2017) afirmam, diante da experiência como formadores do PELC, que, seguramente, existem impactos do programa na comunidade, os quais se estabelecem como legados, envolvendo aspectos pessoais, relativos, por exemplo, à importância da prática da atividade física, bem como, a ressignificação dos espaços físicos como oportunidades para diferentes práticas, para os órgãos locais e para o modo como são organizados, implicando na qualidade da formação de agentes de esporte e lazer.

O impacto das políticas foi discutido por Chen (2018), quando da análise de PP esportivas, o qual evidenciou que avaliar PP nesta perspectiva ainda parece ser um desafio que precisa ser superado no setor do esporte, semelhante ao que ocorre no campo do lazer, o qual, por vezes, não considera a opinião dos próprios gestores, agentes e usuários envolvidos nos programas e especificamente para o VS, considerando o material reduzido que se encontra sobre esta perspectiva (Ver Artigo 1 desta Tese). Ademais, para este autor, analisar uma PP implica pensar em seus impactos, o que envolve avaliar os resultados desencadeados em um longo período e não apenas no final de seu desenvolvimento, como geralmente ocorre na área do esporte.

Especificamente sobre o impacto social, ressaltado pelos entrevistados, este se refere aos aspectos que permitem algum tipo de mudança e consequência no contexto em que estão inseridos, incluindo aquelas previstas e não previstas (RODRIGUES; OLIVEIRA; GUARIZO, 2015). O impacto social é imprescindível à proposta do VS, no que tange ao cumprimento da premência de legados de esporte recreativo e do lazer enfatizados em sua diretriz.

Estes impactos contribuem diretamente para a construção do legado social local (BONILLA, 2007; CORREIA, 2008; CORTÊS-NETO *et al*, 2010) e é este, justamente, um dos principais objetivos do VS, propor que o órgão local conveniado tenha autonomia para continuar o programa de esporte e lazer pra idosos, por meio deste legado construído durante o convênio. Embora se reconheça a importância desta continuidade do VS, por meio dos dados obtidos no presente estudo, não foi possível estimar se o Programa é efetivo neste aspecto, haja vista que a maior representação dos entrevistados encontrava-se nas fases de implantação e desenvolvimento e observou-se correspondência entre as cidades com convênio encerrado.

Grasso e Isayama (2017) apontam dados relativos a alguns programas desenvolvidos em uma determinada localidade no âmbito do esporte e lazer. Embora não tratem especificamente sobre o VS, indicam que o PELC, até o ano de 2008, teve um significativo aumento dos convênios estabelecidos no país e que apresentou, após este período, um decréscimo. Entretanto, os autores informam que os relatos dos participantes da pesquisa garantiram a continuidade do programa com recurso municipal, demonstrando uma motivação nesse sentido, assim como apontam os DG na fase de implantação deste estudo.

Já o estudo de Soares e Guadanini (2018), quando retratam sobre a continuidade do PELC e VS, afirmou que os dados analisados apontam que mais do que 70% dos entrevistados pretendem continuar com o Programa, assim como foi evidenciado no presente estudo. Todavia, estes hesitam em acreditar que possam renovar o convênio com o ME ou com a nova SEE, ou, ainda, justificam que o período do convênio é muito curto para que possa ser continuado de modo autônomo. Na mesma direção, Silva (2018) reafirma que a duração do convênio é muito limitada, principalmente no que se refere à instrução de continuidade do Programa, ao analisar o programa PELC, cujo período de duração é igual ao do VS.

Ainda que muitas sejam as dificuldades encontradas, na visão dos DG, para o desenvolvimento do VS, os impactos desencadeados na vida dos idosos e na comunidade local parecem superar a existência das problemáticas. Esta observação se dá pelo fato de que

quase todos os DG (19 deles) afirmam que o Programa atinge, ao menos em parte, seu objetivo de democratizar o acesso ao esporte e ao lazer, conforme enfatizado em sua diretriz (BRASIL, 2016a), com exceção do DG nacional o qual assume que a verba disponibilizada para este Programa é insuficiente para tal alcance. Os DG entrevistados apontam, inclusive, como sugestão, essa ampliação das verbas do Programa, na perspectiva de contratação de pessoal e para as atividades.

À medida que os dirigentes proporcionavam suas sugestões, durante ou ao final das entrevistas, estes acabavam justificando o motivo destas sugestões. Estas foram diferentes de acordo com a fase no Programa em que estes DG se encontravam. Ainda que os DG de todos os grupos citassem a necessidade de diminuição das exigências burocráticas do Programa, os DG do G1 e G2 pareciam mais insatisfeitos com as problemáticas de comunicação dentro do ME e com os órgãos locais. Nesta direção, a primeira sugestão esteve relacionada à necessidade de diminuição destas burocracias exigidas pelo ME e, por sua vez, à melhoria do diálogo com o ME, além de maior assistência local por parte desse órgão, principalmente no início do convênio.

Os entrevistados dos três grupos citaram a necessidade de melhoria no apoio à gestão do VS no órgão local, justificando as grandes dificuldades para saírem da fase inicial de implantação, como por exemplo, as dificuldades de planejar as atividades de acordo com as atividades orientadas pelo ME, as quais não consideram características regionais, ou as dificuldades para serem resolvidas com as problemáticas que vão surgindo durante o desenvolvimento do Programa.

Considerações Finais

Partindo do objetivo de serem identificadas as dificuldades, as perspectivas e os impactos desencadeados no Programa Vida Saudável, por meio do olhar dos dirigentes deste Programa, conclui-se que as dificuldades existentes durante o processo de conveniamento ainda são marcantes e são enfatizadas com maior força que as perspectivas positivas do Programa. Estas dificuldades estão relacionadas, principalmente, com as exigências técnicas do ME e as barreiras relacionadas ao diálogo com esse ministério, com o excesso de burocracia e com a lentidão do processo de implantação.

Com relação às perspectivas positivas, associadas à qualidade de vida e aos impactos sociais proporcionados, estes são afirmados como benefícios semelhantes, indicando uma dificuldade na compreensão destes termos. Sendo assim, como impactos na qualidade de vida, são ressaltados, principalmente, o convívio social, o incentivo à prática de atividade física e as

melhorias do quadro de saúde dos idosos. Como impactos sociais, mais uma vez, a socialização e a ampliação dos relacionamentos são enfatizadas, mas também, a revitalização do idoso dentro de sua comunidade e sua valorização como um importante coadjuvante social.

Embora as dificuldades do Programa sejam marcantes, o Programa cumpre seu objetivo de democratizar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer de idosos na visão dos DG, embora o extinto ME reconheça que a verba disponibilizada para este Programa não garanta tal democratização. De acordo com análises sobre o ME realizadas por Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019). este órgão, durante sua existência, acabou privilegiando muito mais as necessidades políticas do país e na construção de estruturas para megaeventos, do que efetivamente da população.

As principais sugestões destes DG versaram sob a ampliação da quantidade dos módulos de formação, principalmente, na fase inicial do Programa, bem como, a consideração dos aspectos regionais, tanto da construção da proposta pedagógica, como também na oferta da formação destes módulos. Outras sugestões foram referentes, principalmente, à maior abertura na conversação com o ME, atualmente SEE, no entanto, estes DG não apontam quais seriam estes caminhos. Na mesma direção, a proposta de maior respaldo no planejamento, na organização e gestão do VS é sugerida, bem como, a ampliação do convênio e dos recursos disponibilizados para o Programa, para garantir seu reconhecimento. Todos os dados encontrados no presente estudo, assim como as sugestões elencadas por estes entrevistados, reiteram a necessidade de uma reorganização do VS, em direção à efetividade deste Programa como PP e ao protagonismo do idoso, conforme incita sua diretriz, mesmo que ainda pareça articular poucas estratégias para isto.

As limitações deste estudo envolvem o número reduzido de participantes, os quais não representaram 50% do número de entidades sociais já conveniadas, bem como, a falta de acesso aos relatórios do Programa, os quais poderiam respaldar os dados aqui apontados pelos DG. Espera-se que este estudo possa servir de auxílio, por conter informações importantes, a ser utilizados pela comissão técnica responsável pelo Programa e que estes dados possam instigar o desenvolvimento de novos estudos comparativos, os quais possam agregar novas perspectivas à área de PPEL e ao Programa VS.

Referências do Artigo 2

AMARAL, M. T. M. Educação a distância no PELC: primeiras aproximações. *In*: PINTOS, A. E. S; ISAYAMA, H. F. **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas: Autores associados, 2016,p. 121-138.

AZEVEDO FILHO, E. R. *et al.* Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física: um estudo nos Pontos de Encontro Comunitário do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 142-149, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892019000200142&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. A. R. Augusto. 1. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.

BONILLA, B. E. L. Impacto, impacto social y evaluación del impacto. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 15, n. 3, p. 1-9, mar. 2007. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352007000300008. Acesso em: 21 jun. 2019.

BOTELHO, I. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.73-83, abr./jun., 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 3 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**, 3. ed., 2. reimpr. Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. 2017. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Pelc e VS - Orientações estruturantes 2016**. 2016. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Orientaes_Estruturantes_PELC_e_Vida_Saudvel.pdf>. Acesso em: 8 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Relatório de Gestão 2018**. 2019. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/auditoria/Relatorio_gestao_esporte.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL, Ministério do Esporte. SNELIS. **Formação de agentes sociais de esporte e lazer**. 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/153164/31.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 mai. 2019.

BRASIL, Ministério do Esporte. SNELIS. **Formação de agentes sociais de esporte e lazer**. Relatório Modulo **avaliação II**. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132484/13.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 mai. 2019.

BRASIL, Ministério do Esporte. SNELIS. **Módulo I de avaliação**. Formação de agentes sociais de esporte e lazer. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/134253/101.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Vida Saudável – Diretrizes 2016**. 2016. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Diretriz_Vida_Saudavel_2016_atualizada.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

BRENNER, M. L.; RAMOS, C. Análise das impressões dos idosos sobre o impacto das atividades desenvolvidas nos Programas PELC e VS. *In*: GOELLNER, S. V. (org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017. p. 64 – 63.

CANAN, F.; MILANI, F. G.; STAREPRAVO, F.A. Considerações sobre o “fomento” ao esporte no Brasil. **The Journal of The Latin American Socio-cultural Studies of Sport**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 74-88, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/49682>. Acesso em: 4 mai. 2019.

CAPI, A. H. C.; TAVARES, P. J.; CORREIA, K. P. Avaliação do PELC: reflexões com base na formação. *In*: PINTOS, A. E. S; ISAYAMA, H. F. **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas: Autores associados, 2016, p. 226-243.

CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 24, n. 3, p. 987-1000, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/73957>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte... Seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1-22, out.-dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e65541/41745>. Acesso em: 9 dez. 2019.

CASSEPP-BORGES, V.; BALBINOTTI, M. A. A; TEODORO, M. L. M. Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para a adaptação de instrumentos. *In*: PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas**, 2010, p. 506-520.

CASTRO, S. B. E.; STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, D. L. Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: uma análise da composição orçamentária (2004-2011). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 383-398, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/64954>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CAVALCANTE, J. L. **Pesquisa de Doutorado sobre o Programa Vida Saudável**. Destinatário: Nara Heloisa Rodrigues. [S. l.], 17 ago. 2018. 1 mensagem eletrônica.

CENDÓN, B. V.; RIBEIRO, N. A.; CHAVES, C. J. Pesquisas de survey: análise das reações dos respondentes. **Rev Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 29-48, 2014.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/19963>. Acesso em: 8 abr. 2019.

CEZAR, L. C. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 52-70, jan./fev. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n1/1982-3134-rap-52-01-52.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.

CHEN, S. Sport policy evaluation: what do we know and how might we move forward?. **International Journal of Sport Policy and Politics**, Abingdon, v. 10, n. 4, p. 741-759, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19406940.2018.1488759>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CHIM-MIKI, A. F.; CAMPOS, D. B.; MELO, L. S. A. Definindo Espaços de Educação Criativa no Ensino Superior de Administração através de Mecanismos de Cocriação de Valor. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 1-22, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/c3392e4dd1c7175ab44cc29cec26ee22/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2034243>. Acesso em: 2 set. 2019.

CORREIA, M. M. Projetos sociais em educação física, Esporte e Lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 114-127, jan/jun, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9114> . Acesso em: 21 jun 2019.

CORREIA, T. O Programa Mais Médicos no Brasil sob a ótica do ciclo das políticas públicas: argumentos para debate a partir da análise de Heider Pinto e colegas. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832019000600401&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 3 ago. 2019.

CORTÊS-NETO, E. D. *et al.* Elaboração de indicadores de sucesso em programas de saúde pública com foco sócio-esportivo. **Revista Salud pública**, Bogotá, v. 12, n. 2, p. 208-219, 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsap/2010.v12n2/208-219/pt>. Acesso em: 21 jun 2019.

CUNHA, C. G. S. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, Porto Alegre, n. 12, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ECHER, S. R. Política pública nacional de lazer: a pessoa idosa em questão. *In*: GOELLNER, S. V. (org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017, p. 25-34.

ECHER, S. R.; FEIX, E.; TONDIN, G. A avaliação no programa Esporte e Lazer da Cidade: processo de crescimento e novas possibilidades. *In*: PINTOS, A. E. S; ISAYAMA, H. F. **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas: Autores associados, 2016, p. 242-262.

ESTIVAL, K. G. S; CORRÊA, S. R. S. Os direitos fundamentais e a efetivação das políticas públicas para a população idosa do Brasil: moradia, transporte, cultura, esporte e lazer. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, v. 6, jun. 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/06/populacao-idosa-brasil.html>. Acesso em: 3 ago. 2019.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2016.

GOELLNER, S. V. (org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017.

GRASSO, R. P.; ISAYAMA, H. F. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 151-167, 2017. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/7121/pdf_1. Acesso em: 2 fev. 2019.

IBGE. **IBGE divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018**. 2018b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>. Acesso em: 12 mai. 2019.

IBGE. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. 2018a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 15 set. 2019.

KERNBERG, O. F. **Ideologia, conflito e liderança em grupos e organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

KRAVCHYCHYN, C. *et al.* Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: antecedentes históricos e reflexividade social. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 51-66, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/59415>. Acesso em: 3 set. 2019.

KRUG, R. R. **Impacto do uso de internet e da atividade física na função cognitiva de idosos**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179638>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MARTINS, Y. B.; BASTOS, F. C.; FERREIRA, L. A. A prática de gestão do esporte na perspectiva do lazer em uma instituição cultural. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas, v. 17, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/download/8653267/19400/>. Acesso em: 20 set. 2019.

MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F. A.; MATIAS, W. B.. Financiamento do Esporte e Lazer. 2018. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MELO, C. C.; BOLETINI, T. L.; COUTO, A. C. P. Práticas de gestão do conhecimento no Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/es-praticas-gestao-do-conhecimento-no-articulo-S0101328918300647>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MENEZES, J. N. R. *et al.* Atividades fisioterapêuticas em grupos para idosos institucionalizados: a percepção do idoso. **FisiSenectus**, Unochapecó, v. 5, n. 2, p. 47-53, 2017. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/fisisenectus/article/view/4124>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ONUBR. **Nações Unidas no Brasil**. A ONU e as pessoas idosas, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PINTOS, A. E.; WOLFF, S. As políticas públicas de esporte e lazer na área do envelhecimento humano, tendo o Vida Saudável como principal referência. *In*: GOELLNER, S. V. (org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017. p

PRAHALAD, C. K; RAMASWAMT, V. Co-opting customer competence. **Harvard Business Review**, Boston, v. 78, n.1, p. 79-90, jan. 2000.

PROVENZANO, T. D. *et al.* Gestão da Informação sobre Políticas Públicas de Esporte: Incidência Temática em Pesquisas Acadêmicas. **PODIUM**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 66-76, 2014. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/100>. Acesso em: 8 abr. 2019.

RAMASWAMY, V.; OZCAN, K. What is co-creation? An interactional creation framework and its implications for value creation. **Journal of Business Research**, Amsterdam, v. 84, p. 196-205, mar. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296317304721>. Acesso em: 30 set. 2019.

REZENDE, A. C. P. E. S. *et al.* Programa Vida Saudável em Contagem: A Perspectiva de um Gestor. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 1-21, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1763>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. 2017.

RODRIGUES, N. H.; OLIVEIRA, L. A. P.; GUARIZO, M. A. Impactos social e científico dos projetos financiados pela rede cedex a partir das entrevistas com coordenadores. *In*: SCHWARTZ, G. M. *et al.* **Gestão da informação sobre políticas públicas de esporte e lazer: impactos social e científico da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2015, p. 99-124.

RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M. Formação continuada na trajetória histórica do programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte *In*: PINTOS, A. E. S;

ISAYAMA, H. F. **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas: Autores associados, 2016, p. 59-78.

ROJO, J. R.; MEZZADRI, F. R.; SILVA, M. M. A Produção do Conhecimento sobre Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Brasil: uma Análise dos Pesquisadores e Instituições. **PODIUM**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 128-139, 2019. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/303>. Acesso em: 9 set. 2019.

SANTOS, A. A. S. *et al.* A importância do uso de tecnologias no desenvolvimento cognitivo dos idosos. **GEP NEWS**, Maceió, v.1, n.1, p. 20-24, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/4677>. Acesso em: 12 mai. 2019.

SANTOS, J. C. S. Contratação Irregular de Terceiros pela Administração Pública: Delineamentos para a Configuração de Ato de Improbidade Administrativa. **Revista Dos Estudantes De Direito Da UnB**, Brasília, n. 14, p. 144-161, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/16568>. Acesso em: 4 mai. 2019.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, categorias de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, J. G. F. **Política pública de governo do programa de esporte e lazer da cidade (PELC): desafios e contradições da gestão participativa – 2011 a 2016**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/419/1/DISSERTACAOJOSESILVApdf>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SOARES, M. M.; GUADANINI, A. S. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 379-404, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1946>. Acesso em: 2 mar. 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 26 jul. 2019.

STAREPRAVO *et al.* Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: onde o político/burocrático e o científico/acadêmico se encontram? **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1., p. 23-34, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/63125>. Acesso em: 2 fev. 2019.

STAREPRAVO, F. A. Caracterizando o subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. *In*: MEZZADRI, Fernando Marinho (Org.). **Políticas públicas e esporte**. Várzea Paulista: Fontoura, 2014. p. 33-48.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. M. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 233-251, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420>. Acesso em: 6 jul. 2019.

TASCA, L. C.; SOUZA, T. G. Políticas públicas de promoção da saúde no Brasil: análise dos programas academia da saúde e vida saudável, **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 2, p. 69-76, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/16469>. Acesso em: 6 jul. 2019.

TEIXEIRA, M. R. *et al.* Política Social de Esporte e Lazer no Governo Lula: O Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 134-161, mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/975/751>. Acesso em: 3 ago. 2019.

TREVISAN, P. R. T. C.; DIAS, V. K. Motivos e dificuldades para o desenvolvimento de projetos financiados pela rede cedes: percepção dos coordenadores. *In*: SCHWARTZ, G. M. *et al.* **Gestão da informação sobre políticas públicas de esporte e lazer: impactos social e científico da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2015, p. 125-150.

VALDEVITE, P. B. *et al.* Benefícios da atividade física em idosos do projeto de extensão Vida Ativa/UNATI. **Fisioterapia Brasil**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 472-479, 2018. Disponível em: <http://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/1284>. Acesso em: 12 jul. 2019.

VENANCIO, R. C. P. *et al.* Efeitos da prática de Dança Sênior nos aspectos funcionais de adultos e idosos/Effects of Senior Dance practice on the functional aspects of adults and the elderly. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 3, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1882>. Acesso em 2 mar. 2019.

VIEIRA, A. A. *et al.* Programa Esportes e Lazer da Cidade – PELC: Interfaces entre o PELC e as desigualdades sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 161-180, mar. 2017. Disponível em: <http://www.vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/613/Programa%20Esporte%20e%20Lazer%20da%20Cidade%20-%20PELC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 mar. 2019.

7.2 Artigo 3

Os dados obtidos após a aplicação do QuAP-VS (versão para idosos) provenientes do desenvolvimento da Etapa 4, foram agrupados no Artigo 3, a seguir. Todos os dados adicionais deste artigo foram expressos como APÊNDICES I.

A PERCEPÇÃO DA PESSOA IDOSA DO PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL SOBRE DIFICULDADES, BARREIRAS, SATISFAÇÃO, IMPACTOS E PERSPECTIVAS

THE ELDERLY'S PERCEPTION OF THE VIDA SAUDAVEL PROGRAM ON DIFFICULTIES, BARRIERS, SATISFACTION, IMPACTS AND PERSPECTIVES

Resumo

Este estudo de natureza qualitativa teve por objetivo identificar as dificuldades, as barreiras, o nível de satisfação, as perspectivas e os impactos desencadeados na participação de idosos beneficiários do Programa Vida Saudável (VS). O estudo constou de pesquisa de campo, na qual foi aplicado o QuAP-VS, contendo questões abertas e fechadas, a uma amostra do tipo não-probabilística por conveniência composta por 21 idosos. Os dados foram submetidos à técnica de análise de conteúdo e agrupados *a posteriori* em 4 categorias: 1) Funcionamento do Programa, 2) Dificuldades do Programa, 3) Perspectivas do Programa (impactos) e 4) Sugestões. Os resultados apontaram que os idosos identificaram como barreiras pessoais, aspectos relacionados à estrutura do desenvolvimento das oficinas. Sobre as dificuldades no desenvolvimento do programa, apontaram principalmente, pontos relacionados à precariedade e inexistência de materiais. Com relação às perspectivas positivas, estes participantes estão satisfeitos com o VS e ressaltam como principais impactos, os aspectos relacionados à socialização, identificando o Programa como elemento essencial no cotidiano, sendo imprescindíveis novos direcionamentos.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte; Atividades de Lazer; Idoso

Abstract

The present qualitative study aimed to identify the difficulties, barriers, level of satisfaction, perspectives and impacts triggered by the participation of the elderly in the *Vida Saudável* (VS) Program. The study consisted of a field research, in which the QuAP-VS, containing open and closed-ended questions was applied to a non-probabilistic sampling composed of 21 elderly from the VS. The data were submitted to the Content Analysis Technique and, subsequently, arranged in 4 categories: 1) Program Functioning, 2) Program Difficulties, 3) Program Perspectives (impacts) and 4) Suggestions. The results evidenced that the elderly identified as personal barriers the aspects related to the structure of the workshops development. As to the difficulties in the development of the program, they highlighted the precariousness and lack of materials. Regarding the positive perspectives, these participants are satisfied with the VS and highlight the socialization, identifying the Program as an essential element in daily life, therefore new directions are crucial.

Keywords: Public Policy; Sport; Leisure Activities; Elderly

Introdução

É reconhecido o aumento do número populacional de idosos no país, notado pela ampliação de 18% da população desta faixa etária, entre os anos de 2012 a 2017 (IBGE, 2018; REDE, 2008; ONUBR, 2019). Considerando este fato, direcionamentos políticos foram realizados ao público em questão ao longo dos anos, como a criação de algumas leis específicas no Brasil, voltadas à atenção do idoso, como a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2013) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006).

Estes direcionamentos têm buscado atingir diferentes áreas do contexto social. Especificamente com relação à política de atenção dada ao público idoso, no âmbito da prática de Atividade Física (AF), do esporte e do lazer, esforços recentes vêm sendo direcionados, tendo como exemplo os projetos de lei, como o Projeto de Lei N.º 9.529, de 2018, o qual propunha a Instituição da Política Nacional de Incentivo à Prática de Esportes para Idosos (BRASIL, 2018). Direcionamentos como este, demonstram o interesse voltado ao público idoso, também nesta perspectiva.

O lazer é citado na Constituição desde 1988 como um direito social e o esporte como um dever de oferta do Estado (BRASIL, 1988). Deste modo, no país, alguns órgãos são responsáveis por efetivar esta lei, tais como o Ministério da Saúde e o extinto Ministério do Esporte (ME), transformado em 2019, em Secretaria Especial do Esporte (SEE), vinculada ao Ministério da Cidadania (BRASIL, 2019a).

Esta efetivação, geralmente ocorre pelo desenvolvimento de Políticas Públicas (PP), as quais são definidas como “[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2013, p. 2), ou como “[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2007, p.69). Tal definição pode assumir diferentes significados (*politics*, *polity* e *policy*), sendo adotado neste estudo, a dimensão de *policy* (dimensão material) relacionada com as ações concretas da política, estruturadas no formato de programas e na dimensão de *policy cycle*, a qual abarca o desenvolvimento de PP em uma perspectiva cíclica (SECCHI, 2013) sendo considerada a perspectiva de avaliação dos usuários do Programa.

O antigo ME era o órgão responsável por construir uma política nacional de esporte no país, garantindo PP inclusivas, o desenvolvimento do esporte de alto rendimento e, também, de atividades esportivas, as quais viabilizavam maior nível de QV aos cidadãos. Este órgão

tinha como missão o desenvolvimento educacional, a valorização e o bem-estar dos praticantes (BRASIL, 2017), semelhante à da atual SEE.

Sendo assim, a criação, em 2003, do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), deu início à possibilidade de efetivação deste direito social previsto em lei (BRASIL, 2017). Posteriormente, em 2012, um dos núcleos deste programa, específico ao público idoso, é desmembrado do PELC e transformado em programa independente, o Vida Saudável (VS).

Este Programa, cujo intuito é permitir o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, considerando, principalmente, a perspectiva da saúde na vida do idoso (BRASIL, 2016a), refere-se a uma Política Pública de Esporte e Lazer (PPEL) proveniente da ação do Estado (STAREPRAVO *et al.*, 2018). Ao longo dos anos, diversos estudos foram desenvolvidos sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), abarcando diferentes aspectos, tais como, a representatividade de financiamento, a formação dos profissionais envolvidos, a gestão, dentre outros (CAPI; ISAYAMA, 2019; CASTILHOS; CASTRO; CAMARGO, 2019; SANTOS *et al.*, 2019; STAREPRAVO *et al.*, 2018;). Todavia, o Programa VS ainda parece ser pouco explorado em pesquisas acadêmicas a respeito de análise de PP de esporte e lazer, especificamente no que tange à percepção de idosos usuários. Em alguns estudos já existentes acerca desta temática, o VS foi abordado juntamente com o PELC, ou em meio a outras PPEL ofertadas em diversos locais (CASTRO; STAREPRAVO; SOUZA, 2018; GRASSO; ISAYAMA, 2017; MELO; BOLETINI; COUTO, 2018; SOARES; GUADANINI, 2018) ou, embora abarcassem o VS, versaram sobre apenas uma perspectiva, como a de gestores, ou então, os estudos acerca do VS foram fundidos por meio de livros e capítulos de livros, limitando o acesso aos dados (GOELLNER, 2017; PINTOS; ISAYAMA, 2016; REZENDE *et al.*, 2018).

Deste modo, ainda que sejam reconhecidas as investidas direcionadas especificamente sobre o VS, nota-se uma lacuna de pesquisas as quais evoquem a opinião de idosos, beneficiários do programa, no que tange aos aspectos relacionados à avaliação, às dificuldades, às perspectivas e aos impactos percebidos por este público diretamente envolvido. Iniciativas nesta direção poderão impulsionar a compreensão efetiva do VS, no que tange a sua efetividade como PP de cunho social no âmbito do esporte recreativo e do lazer. Sendo assim, este estudo teve por objetivo identificar as dificuldades, as barreiras, o nível de satisfação, as perspectivas e os impactos desencadeados na participação de idosos beneficiários do Programa VS.

Método

Este estudo foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos e tem natureza qualitativa, a qual é empregada por pesquisas de diversos campos do conhecimento (RICHARDSON, 2017). Neste método também podem ser utilizados recursos descritivos e numéricos para a apresentação dos dados de cunho social (RICHARDSON, 2017).

A pesquisa é do tipo descritiva, a qual prevê, não apenas a descrição das características de determinado fenômeno, mas também, as associações entre todas as variáveis analisadas, sendo geralmente caracterizada pela utilização de técnicas de coleta de dados padronizadas (GIL, 2016). A pesquisa foi delineada por meio de um estudo de campo, o qual conta com a possibilidade de aproximação aprofundada entre pesquisador e público pesquisado, ressaltando-se a interação entre seus componentes, em detrimento da precisão estatística (GIL, 2016). A comunidade social pesquisada (GIL, 2016) no presente estudo foi composta por idosos participantes do Programa Vida Saudável (VS), nas cidades em que este Programa se encontrava em fase de desenvolvimento, durante o segundo semestre de 2018.

No período em questão, conforme dados obtidos por *email*, via Ministério do Esporte (ME), encontravam-se em vigência 13 convênios no país (CAVALCANTE, 2018), dentre os quais, 8 deles estavam ainda na fase de implantação do VS, sem a participação de idosos, portanto, estes convênios não fizeram parte do presente estudo. No contato com os Dirigentes – DG (gestores/coordenadores) dos restantes 5 convênios/órgãos locais dessas cidades, foi possível compreender que uma das cidades estava em fase de encerramento de convênio e após este período, o convênio foi encerrado e o Programa não teve continuidade neste órgão local. Os idosos se dispersaram, perdeu-se o contato com eles e não foi possível convidá-los para participarem da pesquisa. Outros problemas foram responsáveis pela redução às 4 cidades restantes a serem investigadas, haja vista que, em outro órgão local, o Programa teve um problema de contratação, sendo obrigatória a regularização para posterior continuidade, o que incorreu na interrupção de participação dos idosos no VS no período das coletas, sendo, esta cidade, também excluída da presente pesquisa. Outros dois órgãos locais, após o contato com os DG, não manifestaram interesse em participar da pesquisa.

Sendo assim, somente em uma das 5 localidades em que o VS estava efetivamente em fase de desenvolvimento (com presença ativa dos idosos), foi possível a realização dos convites para a participação na presente pesquisa. Nesta cidade, havia 12 núcleos em desenvolvimento, dos quais 21 idosos de diferentes núcleos aceitaram participar, compondo

uma amostra do tipo não-probabilística por conveniência. Estes foram 18 idosos do gênero feminino e apenas 3 do gênero masculino. As coletas foram realizadas no período de junho a novembro de 2018 e inicialmente, os idosos foram informados sobre a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Posteriormente, estes foram submetidos a uma entrevista, respondendo a questões abertas e fechadas de um instrumento construído especificamente para este estudo. Este instrumento foi avaliado e validado por um comitê de 10 juízes, especialistas na área, conforme orientações de Pasquali (2012). Foram consideradas apenas as questões cuja média referente à clareza e relevância foi maior que 80%, conforme sugerem Cassepp-Borges, Balbinotti e Teodoro (2010).

Inicialmente, o instrumento foi aplicado em um teste piloto, cujos participantes compuseram uma amostra de 5 idosos (4 do gênero feminino e 1 do gênero masculino), os quais não foram incluídos posteriormente na amostra da pesquisa. Somente após estas etapas, o instrumento foi devidamente adaptado, com base nas orientações dos juízes e a partir dos resultados do teste piloto, sendo, então, consolidado como QuAP-VSI - Questionário de Avaliação do Programa Vida Saudável – versão para idosos, composto por 8 itens na Parte I – Caracterização e 18 itens referentes a questões abertas e fechadas. Das questões fechadas, estas foram do tipo *Likert*, sendo uma delas adaptada do Questionário de Barreiras à Prática de Atividades Físicas (QBPAF) elaborado por Hirayama (2005). Esta questão foi composta, por conseguinte, por 22 itens relacionados às barreiras que comprometem a participação dos idosos no Programa VS. Nesta questão, o(a) idoso(a) tinha possibilidade de escolher, para cada afirmativa, uma das opções de uma escala do tipo *Likert* (1=Não/Nunca, 2= As vezes e 3=Sim/Sempre). A outra questão fechada, os idosos deveriam fazer uma avaliação da satisfação com o Programa, indicando 0 para muito ruim e 10 para muito bom, na escala do tipo *Likert*.

As coletas foram realizadas pela pesquisadora e pelos próprios agentes do VS (professores diretamente envolvidos com as atividades e em contato com os idosos), os quais se colocaram à disposição para contribuir com a coleta de dados do presente estudo, por meio da realização de entrevistas e foram devidamente informados e treinados. Esta é uma técnica de excelência, comumente utilizada em investigações sociais (GIL, 2016). Estes agentes realizaram as entrevistas com registro de áudio enviados pelo Whatsapp™, estando a pesquisadora à disposição *online*, no momento da entrevista, para que eventuais respostas fossem retomadas, caso fosse necessário, garantindo a pertinência da resposta às questões.

Todos os dados coletados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) e por análise descritiva, a qual contou com a utilização de porcentagem, média e desvio padrão. A Análise de Conteúdo propõe que sejam trilhadas três etapas: 1) Pré-análise, referente à organização de todo material coletado; 2) Exploração do material, que consiste na etapa mais dispendiosa da análise e que prevê a codificação das unidades e agregação em categorias e 3) Tratamento dos resultados, para o qual devem ser consideradas as interferências e os resultados significativos, os quais são selecionados e interpretados (BARDIN, 2011).

As categorias emergiram a *posteriori*, diante dos dados coletados e incluíram: **1) Funcionamento do Programa**, composta por 4 unidades de registro, as quais foram aqui chamadas de subcategorias: 1A) Divulgação (órgão financiador, conhecimento do idoso sobre o VS, e propósitos do programa), 1B) Conhecimento de outros programas para idosos 1C) Participação do Idoso (projeto/implementação/planejamento) e ainda 1D) Preferência de atividades; **2) Dificuldades do Programa**, a qual foi composta por 6 subcategorias formadas diante das unidades de registro: 2A) Busca de Informações, 2B) Implantação, 2C) Desenvolvimento (aspectos técnicos, burocráticos, estruturais e de acessibilidade, 2D) Pontos negativos, 2E) Barreiras individuais de participação, 2F) Participação em atividades; **3) Perspectivas do Programa (impactos)**, constituída por 4 unidades de registro formando as seguintes subcategorias: 3A) Motivos de participação, 3B) Pontos positivos, 3C) Impacto na Qualidade de Vida e 3D) Nível de Satisfação; **4) Sugestões**, construída com base nas recomendações dadas pelos idosos com relação à inserção de atividades, bem como, outras sugestões para o desenvolvimento do VS. Todos os itens anteriormente elencados foram avaliados pela percepção subjetiva de idosos, com relação a cada item emergente das unidades de registro, incluindo o aspecto referente ao 3D, relacionado à Qualidade de Vida (QV).

Resultados

Os primeiros dados obtidos no estudo foram referentes à **caracterização da amostra**, a qual foi composta por 21 idosos, sendo predominante o estado civil, separado(a). As informações acerca da caracterização foram apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização da amostra participantes do estudo, gênero, idade e estado civil.

Caracterização da Amostra		
GÊNERO	Feminino	Masculino
	18	3
MÉDIA DE IDADE	66,1 anos ($\pm 5,495$)	
ESTADO CIVIL	Divorciado(a)	42,8% (9 idosos)
	Casado(a)	23,8% (5 idosos)
	Viúvo(a)	19% (4 idosos)
	Solteiro(a)	14,2% (3 idosos)

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Os participantes tinham formações diversificadas: uma idosa não possuía nenhuma formação, 2 idosos o Ensino Fundamental I incompleto, 3 idosos com o Ensino Fundamental I completo, 4 idosos com o Ensino Fundamental II incompleto, 2 idosos com o Ensino Fundamental II completo, 7 idosos com Ensino Médio completo, uma idosa com ensino superior incompleto e uma, completo. Os idosos que compuseram a amostra eram participantes de oito diferentes núcleos do Programa Vida Saudável (VS), desenvolvidos em uma única cidade, sendo a média do tempo de participação de 8 meses ($\pm 12,28$). Com relação a este período, notou-se que alguns dos idosos já haviam participado de outros núcleos, os quais haviam sido encerrados e, na sequência, ingressaram nesses outros núcleos vigentes. Sendo assim, estes indicaram que já participavam do VS há mais de 24 meses, período total do Programa, por convênio. Apenas 4 dos 21 idosos participavam do conselho gestor, como representantes líderes no Programa.

Os demais dados obtidos foram agrupados nas quatro categorias de análise. Para a categoria **1) Funcionamento do Programa**, os primeiros resultados expressos na subcategoria **1A) Divulgação** (órgão financiador, conhecimento do idoso sobre o VS e propósitos do programa), foram provenientes do questionamento aos idosos, se conheciam quem era o órgão financiador do VS. Dentre os participantes, apenas 2 afirmaram não saber sobre quem financiava o programa. Os demais declararam que este órgão é, predominantemente, financiado pela prefeitura (38,09% - 8 idosos), sendo que um destes idosos informou que ele era viabilizado via secretaria da saúde municipal, seguido da indicação de que é o governo federal (28,57% - 6 idosos) e somados os quatro que indicaram parcerias entre governo/ME e prefeitura foram 19% - 4 idosos. Apenas um idoso apontou ser o ME o órgão financiador.

No que se refere às principais formas de como os idosos conheceram o Programa, os dados expressos incluíram os convites por pessoas da rede de contato, ou do convívio social do idoso (7 idosos), ou por já realizarem atividades, ou por morarem próximos à localidade do

núcleo e perceberem a existência ou o início do Programa (4 idosos). Outros 6 idosos souberam do VS por estarem frequentando outro grupo de idosos, como o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e as Unidades Básicas de Saúde - UBS, ou por ele ter sido implantado em algum grupo já existente. Duas idosas relataram que foram convidadas pela coordenadoria do VS e as 2 demais idosas, informaram que souberam do programa pelo noticiário na TV e por panfletos de divulgação.

O último aspecto analisado nesta subcategoria da divulgação incluiu o conhecimento dos entrevistados sobre os propósitos/objetivos do VS. Dentre os componentes amostrais, apenas um dos idosos afirmou não saber qual é o objetivo do programa, embora tenha alegado saber seus benefícios. Alguns dos participantes responderam com mais de um propósito, indicando principalmente, aspectos sociais relacionados à saúde e à prática de AF. Todos os propósitos indicados por eles foram elencados na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2. Conhecimento dos participantes sobre os propósitos/objetivos do Programa.

Propósitos/objetivos do VS segundo opinião dos idosos	Número de ocorrências
Socialização /troca de experiências/relacionamentos com pessoas de diferentes idades e idoso mais velhos/ampliação de amizades	13
Melhoria/manutenção da saúde (deter do conhecimento sobre saúde/disposição)	11
Prática de atividade física/combate ao sedentarismo	8
Inclusão social/resgate de idosos da solidão/tirar o idoso da solidão/valorização do idoso	5
Melhoria da qualidade de vida	4
Vivência do esporte e lazer	3
Melhoria de aspectos psicológicos (autoestima/depressão)	3
Melhoria das dores no corpo	2
Vivência de atividades culturais (eventos/passeios)	2
Desenvolvimento de atividades manuais/artesanatos	2
Promoção de alegria na vida do idoso	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Já na subcategoria **1B) Conhecimento de outros programas para idosos**, os participantes deste estudo afirmaram majoritariamente (66,66%) que conheciam outros programas, citando, inclusive, mais de um. Os 7 demais idosos (33,33%) informaram não conhecer nenhum outro programa que atendesse ao público idoso, ainda que fossem citados exemplos de referência durante a entrevista. Dentre os que citaram exemplos, estes incluíram: grupos de idosos da prefeitura, nos quais eram realizadas atividades físicas e, em alguns outros, atividades manuais (artesanato), grupos do SESC, CRAS, dentre outros como os de terapia, bailes, dança, grupos em igrejas e de hidroginástica, os quais estes idosos não informaram o órgão financiador.

Com relação à subcategoria criada pela unidade temática **1C) Participação do Idoso (projeto/implementação/planejamento)**, foi observado que 20 idosos relataram que não participaram da elaboração do projeto do Programa. Apenas uma idosa informou ter participado informalmente, sendo questionada sobre como deveria ser o VS, antes de serem iniciadas as atividades no núcleo. Contudo, esta idosa já participara de um núcleo do VS no órgão local, o qual foi extinguido e suas sugestões foram relacionadas ao novo núcleo, o qual já tinha o projeto elaborado.

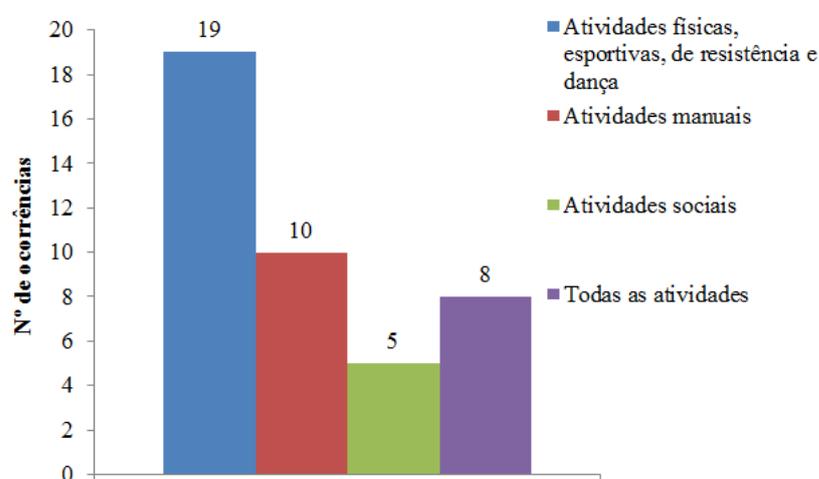
Com referência à implantação, mais uma vez, estes responderam que não participaram desta etapa (85,71%), justificando, principalmente, que ainda não estavam inseridos no VS, ou tinham pouco tempo de participação. Uma das idosas informou como justificativa, que a coordenadora anterior, quando desta etapa, não dava abertura e se comunicava pouco com os idosos. Dentre os que afirmaram participar da fase de implantação (19,04% - 4 participantes), duas idosas participavam do conselho do VS.

Quando questionados sobre a importância da participação do idoso no planejamento do Programa, apenas um idoso respondeu que não achava importante que o idoso participasse do planejamento. Entretanto, evidenciou a ressalva de que os profissionais deviam ser capacitados o suficiente para que não ocorra necessidade desta participação (APÊNDICE II). Referente aos demais, estes apontaram mais de uma justificativa, os quais ressaltaram tal importância, afirmando (9 idosos), principalmente que, participando deste planejamento, poderiam dar sugestões sobre atividades, proporcionar retorno aos coordenadores sobre o que está dando certo e o que não era adequado, contribuindo para a melhoria do Programa. Agregado a estas informações, 4 idosos afirmaram que, participando do planejamento, ficariam mais felizes/satisfeitos. Além disso, 5 idosos apontaram que esta participação representa mais uma forma de aproximação do idoso com o Programa, para além das atividades ofertadas nos núcleos, proporcionando, ao idoso, a sensação de mais utilidade e protagonismo no Programa. Para 4 idosos participar do planejamento pode adquirir mais conhecimento sobre o Programa, contribuindo para a divulgação do VS e para o incentivo na motivação de outros idosos. Apenas 2 idosas citaram que a importância desta atuação reflete no dever do idoso em ser protagonista de sua história e assumir sua participação social e política e, ainda, que o conhecimento e a sabedoria da pessoa idosa seria de grande valia nestes planejamentos.

Na última subcategoria **1D) Preferência de atividades**, os idosos indicaram mais de uma opção como resposta. Os resultados apontaram predominância para as atividades físicas, esportivas, de resistência e dança, as quais foram citadas com os exemplos das ginásticas

diversas, atividades aeróbias, exercícios com pesos, circuitos, danças, caminhadas e alongamentos. Também foram evidenciadas as atividades manuais, incluindo exemplos de artesanatos diversos, pintura e crochê e, por último, atividades de socialização, cujos exemplos foram os bingos e os eventos. Ocorreu de 8 idosos citarem que gostavam de todas as atividades e praticavam todas as ofertadas no núcleo. Todos estes dados foram agrupados no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1. Preferência de atividades dos idosos no programa VS e número de ocorrências.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os resultados relacionados especificamente com as dificuldades do VS, na perspectiva do idoso, compuseram a categoria **2) Dificuldades do Programa**, sendo a primeira unidade temática culminada na subcategoria **2A) Busca de Informações**. Os dados aqui reunidos revelaram que todos os idosos afirmaram não ter tido qualquer dificuldade para tomar conhecimento e saber informações do Programa.

As dificuldades agrupadas na subcategoria **2B) Implantação**, revelaram que 9 idosos (42,85%) não sabiam informar sobre dificuldades ocorridas nesta etapa do programa. Dos demais participantes, estes relataram principalmente, problemas relacionados com a falta de material para as oficinas, desde o início do desenvolvimento das atividades (9 idosos – 42,85%), sendo mencionados, problemas com o espaço físico, a distância e localidade e os problemas de infraestrutura (2 idosos). Outros 2 idosos informaram que ocorreram problemas de escassez de profissional para trabalhar nos núcleos, pela distância em que estes se encontravam.

Estes problemas também foram relatados na subcategoria **2C) Desenvolvimento** (aspectos estruturais, materiais, técnicos, burocráticos e de acessibilidade), na qual se observou que, para os aspectos estruturais e as instalações locais, a maioria dos idosos (61,90%) relatou não haver problemas para o desenvolvimento do VS, enquanto que os demais informaram diferentes aspectos, incluindo, a falta de limpeza do local, de manutenção estrutural, da realização de atividades em locais desestimulantes, como quadras abertas sujeitas ao clima (muito sol e chuva) e ausência de espaço para guardar os materiais do Programa.

No que se refere aos problemas relacionados aos equipamentos e materiais, apenas 23,80% (5 idosos) não perceberem problemas relativos a isso. Entretanto, 76,19% dos demais idosos usuários do VS informaram a existência de dificuldade na quantidade reduzida de materiais para serem desenvolvidas as oficinas diversas, a utilização de materiais alternativos, adaptados e inclusive, a inexistência de materiais.

Sobre as dificuldades relacionadas aos horários das atividades do núcleo, àquilo que é ofertado e à duração, notou-se que 85,71% (18) dos idosos não apontaram qualquer dificuldade. Dentre os 14, 28% (3) dos idosos que apontaram dificuldades neste quesito, estas se relacionavam aos horários estarem atrelados à disponibilidade de utilização do local das atividades, à ampliação de outros horários e à quantidade de oficinas. Sobre as dificuldades de deslocamento e transporte até o núcleo, mais uma vez, apenas 3 idosos citaram dificuldades de transporte de ônibus, diante da distância do núcleo e pela ausência de carteirinha de transporte gratuito, muito embora 18 usuários informaram não ocorrer dificuldade neste aspecto.

Com relação às dificuldades das atividades e estas serem inapropriadas ou pouco atrativas, apenas 2 idosos citaram que os profissionais poderiam se atualizar melhor sobre as atividades e serem mais criativos. Dentre os participantes, uma idosa falou sobre uma oficina inadequada (fotografia), a qual os coordenadores persistiam em manter, ainda que houvesse baixíssima adesão e não fosse de interesse do público participante. Todos os demais (85,71%) não relataram dificuldades. Outras dificuldades relacionadas ao desenvolvimento do Programa foram sobre os agentes e o perfil inadequado para trabalhar com idosos, a ausência de monitores capacitados para desenvolverem atividades específicas, como o artesanato, e a ausência de verbas para serem realizados os passeios em grupo.

Os resultados reunidos na unidade temática incorporados na subcategoria **2D) Pontos negativos**, indicaram que 15 idosos (71,42%) afirmaram que não existem pontos negativos relacionados à participação no VS. Os que identificaram estes pontos, apontaram que podem

afetar a participação, a falta de interesse e de frequência dos demais idosos nas atividades, bem como, situações internas e interpessoais geradoras de clima ruim no grupo, a falta de apoio organizacional e o cansaço intenso gerado em algumas atividades.

Para a subcategoria **2E) Barreiras individuais de participação**, os resultados obtidos por meio deste item foram apontados de acordo com o número de ocorrências de resposta dos usuários participantes da pesquisa. Estas barreiras foram representadas independente da frequência (as vezes, ou sempre), assim como foi realizado no estudo de Brazão *et al.* (2009), sendo, inclusive, estimados pela média e porcentagem em cada uma das barreiras/dificuldades.

Dentre as barreiras citadas com a frequência “as vezes”, estas foram mais expressivas e predominantes em relação as respostas da frequência “sim, sempre”, em quase todas as barreiras relatadas, com exceção das barreiras “poucas pessoas participando no grupo” e “estar muito gordo ou muito magro”. Observou-se que a média do número de ocorrências em que os idosos apontaram uma frequência “as vezes” para estas barreiras 3 vezes maior do que quando afirmaram ocorrer “sempre”. Nenhum dos participantes informou outra dificuldade existente além das relatadas no QuAP - VS. Estes dados foram expressos na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3. Barreiras que comprometem a participação do idoso no Programa.

Barreiras de participação no VS, número de ocorrências, média, desvio padrão e porcentagem de afirmações por item	Número de Ocorrências			% BARREIRAS POR ITEM
	SIM/SEMPRE	AS VEZES	TOTAL	
Condição climática ruim (chuva, frio, calor, etc.)	1	10	11	52,38%
Saúde de algum membro da família ruim	3	8	11	52,38%
Compromissos com a família (filhos, netos, cônjuge)	3	7	10	47,61%
Estar precisando descansar	3	6	9	42,85%
Timidez	2	5	7	33,33%
Estar com preguiça ou desmotivado	-	7	7	33,33%
Problemas familiares	1	6	7	33,33%
Falta de energia	-	5	5	23,80%
Poucas pessoas participando do grupo	3	2	5	23,80%
Sentir falta de segurança com o ambiente (violência)	2	3	5	23,80%
Tempo livre/suficiente	-	4	4	19,04%
Doença, lesão ou incapacidade que me impossibilite ou dificulte	1	2	3	14,28%
Episódios de incontinência urinária	1	2	3	14,28%
Experiências negativas nas aulas anteriores	1	2	3	14,28%
Clima motivacional do grupo ruim	1	2	3	14,28%
Falta de companhia para acompanhar/praticar as atividades do programa	-	2	2	9,52%
Estar muito gordo ou muito magro	1	1	2	9,52%
Saúde ruim	-	2	2	9,52%
Não ter roupas ou equipamentos adequados	-	-	-	-
Muitas pessoas participando do grupo	-	-	-	-
Dependência de outra pessoa para ir ao programa	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total (somatório)	23	76	-	-
Média	1,045 (±1,13)	3,454 (±2,89)	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

A última unidade temática, representada pela subcategoria **2F) Participação em atividades** desvelou que 61,90% dos idosos (13) sentem dificuldades em participar de alguma(s) das atividades desenvolvidas no núcleo no qual participa, sendo destacadas atividades específicas de artesanato, como o crochê, o qual envolve grande habilidade manual, as atividades mais intensas, que envolvem maior exigência física, como os exercícios com muitas repetições, assim como, as danças muito coreografadas. Os 38,09% (8 idosos) afirmaram que não existem dificuldades em participar de nenhuma atividade do Programa.

Os resultados da categoria **3) Perspectivas do Programa (impactos)** foram associados à subcategoria **3A) Motivos de participação**, na qual, os principais temas abordados como motivos foram relacionados à prática de AF, à socialização e à saúde. Na unidade temática que formou a subcategoria **3B) Pontos positivos**, foram elencados, principalmente, aspectos relacionados à socialização e, posteriormente, à melhoria da saúde a ao prazer proporcionado pelo Programa. Na terceira subcategoria **3C) Impacto na Qualidade de Vida**, observou-se que estes indicaram o Programa como um salvador de suas vidas,

utilizando o termo “tudo”, por diversas vezes e, na sequência de ocorrências, mais uma vez, aspectos relacionados à saúde e socialização foram destacados. Considerando a reincidência de informações, estes dados foram agrupados na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4. Motivos de participação no programa, pontos positivos, impactos na qualidade de vida e número de ocorrências.

Motivos de participação, Pontos Positivos e Impactos na Qualidade de vida desencadeados pelo VS na opinião de participantes	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS		
	MOTIVOS	PONTOS POSITIVOS	IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA
ASPECTOS INDIVIDUAIS, TÉCNICOS OU SOCIAIS			
Socialização (combate à solidão, troca de experiências, amizades, companheirismo, participação social, convivência)	10	14	8
Melhoria/cuidados da saúde física (coordenação motora/ quadro geral de saúde/dores físicas diversas,/diminuição medicamentosa/ter uma vida saudável)	8	7	9
Prática de AF (combate ao sedentarismo/ociosidade/necessidade ou oportunidade de se exercitar)	14	-	1
Prazer/alegria/diversão	1	7	3
Tudo na vida (significa muito/sobrevivência/tudo de bom/solução da vida do idoso)	-	-	10
Melhoria da qualidade de vida	3	2	4
Melhoria de aspectos psicológicos (bem-estar, motivação, autoestima)	-	4	4
Prevenção/contribuição para saúde mental (demências, depressão)	2	3	3
Programa adequado para o idoso (ambiente agradável/atividades prazerosas e/ou adequadas/ estrutura adequada)	3	3	-
Sensação de utilidade	-	2	1
Profissionais capacitados e comprometidos (agentes/coordenadores)	-	3	-
Busca por atividades físicas mais elaboradas (com orientação profissional)	2	-	-
Transformação do grupo (AF) no programa VS	2	-	-
Crescimento pessoal	-	1	-
Gratuidade e usufruto de um programa do governo	1	-	-
Desenvolvimento do VS na proximidade habitacional	-	1	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

A última subcategoria, **3E) Satisfação com o programa**, foi incluída nesta categoria, haja vista que os resultados encontrados foram de perspectiva positiva. Esta, foi estimada por meio de uma escala do tipo *Likert* na qual o idoso(a) apontava a nota desejada de 0 a 10, sendo 0 muito ruim e 10 muito bom. A média das notas foi de 9,11 ($\pm 1,26$).

A última categoria **4) Sugestões** agregou informações acerca de recomendações sobre atividades, as quais não eram desenvolvidas nos núcleos e poderiam ser incluídas. As

principais sugestões foram relacionadas à AF, exercícios, ginásticas e atividades manuais, sendo que os idosos citaram a inserção de outros tipos de artesanato. Todas estas sugestões foram aglutinadas na Tabela 5.

Tabela 5. Sugestões de atividades a serem inseridas no programa e número de ocorrências.

Sugestões de inserção de atividades		Número de ocorrências	Total de Ocorrências
Atividade física, exercícios, dança e esportes	Dança de salão	3	15
	Exercícios/aulas aeróbicas mais elaboradas de acordo com o nível dos participantes	3	
	Aulas de ginástica (*o núcleo não possuía)	2	
	Esportes diferentes	1	
	Hidroginástica	5	
	Natação	1	
Atividades manuais	Ampliação das opções de atividades de artesanato (tricô/costura/pinturas/outros materiais)	7	7
Atividades musicais	Canto	1	4
	Violão	2	
	Orquestra sinfônica	1	
Atividades sociais	Passeios	2	4
	Confraternização com outros núcleos	1	
	Festas	1	
Atividades cognitivas	Exercícios de fixação/memória	3	3
Palestras	Saúde/alimentação/doenças comuns em idosos	3	3
	Terapias	1	
	Noção de inclusão digital	1	
Atividades culturais	Oficinas educacionais (informações sobre direitos e deveres dos idosos)	1	2
	Informações culturais	1	
Outras atividades	Oficina de Culinária	1	2
	Oficina de Recreação	1	
-	Nenhuma sugestão	1	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

As demais sugestões apontadas pelos idosos foram representadas por número de ocorrências, haja vista que os idosos apontaram, em alguns casos, mais de uma sugestão. Estas foram, predominantemente (10 ocorrências), sobre ampliação do número e manutenção de materiais, incluindo os seguintes materiais: colchonetes, bastões e materiais de consumo de artesanato. Foram verificadas 3 ocorrências em cada um destes aspectos: capacitação de profissionais/melhoria do perfil dos agentes, maior participação dos idosos nas aulas e ampliação de passeios ao grupo, com preços acessíveis. Com 2 ocorrências cada foram notadas as seguintes sugestões: proporcionar maior protagonismo ao idoso, ampliação das opções e da frequência de atividades, ampliação do período do convênio, melhoria dos aspectos estruturais (limpeza) e melhor organização dos agentes (pontualidade e organização prévia das oficinas). Aspectos relacionados a maior interação entre governantes, executores

do programa e idosos, acate de sugestões dadas pelos idosos, inserção de nutricionista e palestras sobre alimentação e a diminuição do tempo das atividades (2h para 1h30) foram citados por 1 idoso em cada um deles. Apenas uma idosa não quis apresentar nenhuma sugestão (APÊNDICE I2).

Discussões

Com relação à caracterização da amostra, observou-se predominância do público feminino em relação ao masculino. Durante a captação dos idosos para participação na pesquisa, foi notado que o número de idosos participantes do gênero masculino, também era reduzido e, portanto, a inclusão destes idosos se tornou mais difícil para a pesquisa.

Embora não se conheçam dados sobre a verificação de que o número de idosas seja maior no VS, sabe-se que diversos estudos apontam maior adesão à participação de idosas em programas de AF, ou de outras atividades (AZEVEDO FILHO *et al.*, 2019; BOFF; GREGORY, 2019; DIAS; SILVA; NAKAMURA, 2019; FIGUEIREDO NETO, 2018; VENÂNCIO *et al.*, 2018). Uma destas justificativas parece ser referente à expectativa de vida de mulheres idosas, que é maior do que a de homens idosos (BOFF; GREGORY, 2019), sendo que estas informações foram certificadas pelo IBGE (2018). Inclusive, esta diferença com inclinação à superioridade de participação feminina tende a aumentar após os 70 anos de idade (IBGE, 2018). Nesta direção, estudos têm apontado que, além deste fato estar relacionado à expectativa de vida de mulheres idosas ser maior do que a de homens idosos, há a evidência de que a mulher idosa tem maior capacidade de ficar sozinha, ou viúva e se tornar a referência familiar, vivendo muitos anos após a separação por morte de seus cônjuges (SERBIM; FIGUEIREDO, 2011). Ademais, este aspecto pode estar associado ao fato de que a mulher consegue se socializar com maior facilidade em grupos, do que homens idosos, os quais têm preocupação menor com a saúde, conforme cultura arraigada de que o homem não pode se fragilizar e adoecer (PEREIRA *et al.*, 2016). Informações acerca da solidão de idosos foram identificadas na caracterização destes idosos entrevistados, os quais representaram 16 idosos (divorciados, viúvos e solteiros).

O VS foi proposto pelo extinto ME, o qual, a partir da gestão política assumida no início de 2019, transformou-se em SEE e atualmente, gerencia este Programa. Sua principal proposta, referente ao desenvolvimento de uma política pública e social, que visa garantir ao idoso seu direito às PPEL, já era desenvolvida pelo PELC, sendo o VS um dos núcleos deste programa até o ano de 2013, quando, assim, foi reconhecido como Programa independente (BRASIL, 2016a).

Esse Programa é ainda hoje a única estratégia exclusiva oferecida ao público em questão, no que tange à perspectiva das ações de PPEL. Deste modo, para que se pudesse compreender quanto os idosos são efetivamente envolvidos nesse Programa, alguns participantes, os quais integraram este estudo, foram questionados, sobre o conhecimento sobre seu órgão financiador. Todavia, notou-se que, muitos destes participantes identificam como órgão financiador a prefeitura local e apenas duas idosas souberam dizer claramente que o órgão responsável era o ME, sendo que uma delas possuía formação em ensino superior.

O conhecimento sobre política e neste caso, sobre PP, conforme explica Fuks e Casalecchi (2018), envolve considerar as questões sociais e econômicas das pessoas as quais detém este conhecimento. Estes autores supõem que, nas democracias menos desenvolvidas, em que as condições políticas, econômicas e sociais são prementes em relação às nações mais desenvolvidas, a detenção deste conhecimento seja ainda mais restrita. Este aspecto foi observado no presente estudo. Sendo assim, deter deste conhecimento pode trazer uma contribuição para o cidadão em diferentes perspectivas, dentre as quais, o reconhecimento dos direitos e a autonomia de poderes na comunidade, contribuindo para a legitimidade da democracia (FUKS; CASALECCHI, 2018).

Esta baixa detenção do conhecimento, atrelada ao desenvolvimento social e econômico é uma característica presente nos países da América Latina (FUKS; CASALECCHI, 2018) e no Brasil, pode estar associada aos motivos dos idosos não terem respondido exatamente sobre este órgão financiador. Conforme esses autores, a detenção do conhecimento pode estar diretamente relacionada com a formação escolar. No caso do presente estudo, apenas uma idosa afirmou ter formação em nível superior, e outra com superior incompleto, sendo que, mais de 50% dos idosos não concluíram o Ensino Fundamental II. Deste modo, esta poderia ser uma das justificativas sobre isto, muito embora, a maioria dos idosos conseguiu identificar tratar-se de um Programa gratuito e de financiamento público, ainda que seja pela prefeitura.

No que se refere à divulgação específica sobre o Programa, e o conhecimento do idoso sobre o VS, este foi referente a informações obtidas por pessoas do próprio convívio, integrantes do dia-a-dia do idoso, ou pelo fato destes morarem ou frequentarem locais nas proximidades dos núcleos. Nas diretrizes do Programa, a divulgação é um aspecto bastante enfatizado, sendo apontados diversos exemplos de estratégias, tais como, as redes sociais, *sites*, jornais, cartazes, carros de som, dentre outros (BRASIL, 2016a). Todavia, apenas dois idosos afirmaram ter sabido sobre o Programa por meio destas estratégias.

Este contato com pessoas próximas, familiares e amigos e a confiança criada nestes relacionamentos podem ser os motivos pelos quais estes convites tenham sido gerados, principalmente por estas pessoas que integram a vida do idoso. Inclusive, este apoio pode perdurar durante a prática de AF no contexto do lazer, contribuindo diretamente para que as pessoas, e neste caso o idoso, obtenham informações sobre determinada proposta/programa, inicie sua participação e tenha melhor adesão (SMITH *et al.*, 2017), atividades estas, predominantes no Programa aqui discutido.

Observa-se assim, que as estratégias adotadas como divulgação do VS parecem não ser suficientes, apontando problemas relacionados à disseminação, inclusive na comunicação entre usuário e proponente. Para Cezar (2018), a comunicação é um elemento essencial quando se trata de análise de PP. Para o autor, esta intermediação da comunicação pode interferir no cumprimento das diferentes etapas do ciclo da PP, também chamado de *policy cycle* (FREY, 2000, SECCHI, 2013), tais como a formação da agenda, a implementação e a avaliação, haja vista que ela pode potencializar as trocas entre os diferentes atores envolvidos, possibilitando o acompanhamento mais efetivo de cada etapa deste ciclo. Nesta direção, estas problemáticas deveriam ser corrigidas, considerando que estas dificuldades de comunicação parecem ocorrer já no início do Programa, em sua fase de implantação e podem comprometer todas as demais etapas desta PP materializada no Programa VS. Caso estas barreiras sejam superadas, estas seriam convertidas em molas propulsoras, como denominam Cezar e colaboradores (2016), nesse processo de comunicação governamental entre usuários, proponentes e demais envolvidos, sendo capaz de utilizar estratégias de participação popular efetivas, a qual adequa a transmissão de informações técnicas aos receptores, de modo que estas sejam bem compreendidas e completas, abarcando todas as pretensões pautadas nos planos do governo.

Com relação ao reconhecimento dos propósitos do Programa VS, a aquisição e a ampliação da rede de amigos foram evidentes. Estes participantes ressaltaram, principalmente, os benefícios relacionados à socialização, à troca de experiências, à ampliação das amizades, dentre outras especificidades. Estes aspectos parecem estar diretamente relacionados às consequências atreladas à prática de AF em idosos (AZEVEDO FILHO *et al.* 2019; PEIXOTO *et al.*, 2018; SANTOS *et al.*, 2019), os quais poderão ampliar seus grupos sociais, interferindo cada vez mais na ampliação do tempo de prática de atividades desenvolvidas em grupo (SANTOS *et al.*, 2019).

Especificamente sobre o Programa VS, os estudos anteriormente realizados também indicaram a relevância dos aspectos sociais elencados por idosos participantes. Brenner e

Ramos (2017) observaram que os benefícios apontados por idosos participantes do VS indicaram que o Programa tem o poder de ampliar a rede de relacionamentos e amizades, superando as pessoas do seu convívio mais interior, atingindo o convívio com os vizinhos e as pessoas da comunidade. Ainda que nas diretrizes esta não seja uma das premissas no VS, aspectos relacionados à socialização estão previstos como atividades desenvolvidas no formato de eventos no Programa (BRASIL, 2016a).

Estes idosos afirmam que os objetivos do VS estão relacionados à saúde e à prática de AF. Todavia, os fatores sobre as relações sociais, o resgate do idoso da solidão, a valorização da pessoa idosa, sugerem que a socialização possa ser, para eles, muito mais importante do que qualquer outro benefício, ou seja, para eles estes são os propósitos reais do Programa. Estes aspectos serão discutidos neste texto, mais adiante, como impactos sociais do VS.

Um dado relevante a ser citado é que três idosos disseram que o Programa tem por objetivo a vivência do esporte e de atividades do contexto do lazer, o que indica que estes idosos reconhecem o VS por seu real propósito e pode sugerir que, ainda que sejam poucos, eles reconhecem o Programa como uma PP que busca o atendimento de um direito social, previsto em Constituição (BRASIL, 1998). Este dado pode influenciar, inclusive, no conhecimento dos idosos sobre outros programas específicos para eles, haja vista que a maior parte dos entrevistados reconhece programas pagos, principalmente, citando inclusive, como diferencial do VS, a sua gratuidade, discutida mais adiante.

No que tange à participação do idoso no VS durante todo seu desenvolvimento, incluindo o período em que o Projeto foi estruturado, a implantação e o planejamento, observou-se a significativa ausência dos participantes nestes processos. Estes idosos, embora reconheçam isso, acreditam ser importante que ocorra esta participação. Este aspecto foi enfatizado principalmente pelos idosos participantes do conselho gestor do VS, os quais, provavelmente, pela experiência adquirida, compreendem tal valor. Ademais, a presença desses idosos no conselho gestor é de extrema importância para a garantia da participação democrática prevista no programa, mesmo que por um número reduzido de idosos (apenas duas), as quais participaram, de alguma forma, na etapa de implantação.

Nas diretrizes do programa, é pontuada a necessidade do estabelecimento deste conselho gestor, bem como, da inserção de diferentes representantes envolvidos no VS e suas atividades, dentro dos núcleos, tais como os coordenadores e agentes, os representantes das entidades parceiras e um idoso líder, o qual possa expressar os desejos da comunidade participante (BRASIL, 2016a). Todavia, ainda que a citação desta participação não seja específica sobre as fases iniciais do Programa (projeto e implantação), essa recomendação vai

em direção a sua orientação de proporcionar ao idoso a possibilidade de emancipação e de protagonismo na sociedade.

Uma proposta que vem sendo utilizada nesta perspectiva participativa é a da cocriação. Este é um conceito da área da Administração e do *Marketing*, proposto inicialmente por Prahalad e Ramaswamy (2000) e, nesta ocasião, os autores defenderam a importância das experiências e do posicionamento de consumidores para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Todavia, o conceito passou a receber prestígio, apenas no ano de 2004 e vem sendo utilizado por grandes empresas no cenário mundial (CHIM-MIKI; CAMPOS; MELO, 2019).

A proposta se popularizou e serviu de técnica para diferentes áreas de aplicação. A cocriação refere-se a um processo de criação que ocorre em conjunto, por meio de interações no qual valores são expandidos (RAMASWAMY, OZCAN, 2018). Sendo assim, a proposta, por meio de diferentes insumos de uma gama de sistemas, implica na construção de valores em nível amplo ou macro (CHIM-MIKI; GÂNDARA; BATISTA-CANINO, 2017).

Ramaswamy e Ozcan (2018) propõem esta conceituação para ser empregada em diversificados espaços de organização, os quais envolvem ou não a área tecnológica, tais como, o entretenimento, as indústrias, as mídias, os serviços de profissionais, dentre outros. Deste modo, esta perspectiva progrediria para além de funções isoladas, dentro de um processo de construção, (RAMASWAMY; OZCAN, 2018) ressignificando o produto final.

Nesta direção, esta estratégia de coparticipação caberia também, na área de PP, bem como, no subcampo esporte e lazer. Esta ideia poderia ser adequada à construção de PPEL desde seu início, antes mesmo de receber algum tipo de materialização, já na etapa de identificação do problema, no qual os consumidores, e no caso desta pesquisa, os idosos, poderiam subsidiar sua construção, percorrendo as etapas da formação da agenda, das tomadas de decisões envolvendo, não apenas os gestores, da implementação, da avaliação e, até mesmo, após sua extinção (SECCHI, 2013), fornecendo *feedback* para próximas PPEL. Estas considerações reiteram as ideias abarcadas na utilização imprescindível da comunicação governamental efetiva, a qual envolve os diferentes atores de uma PP (CEZAR, 2018), conforme discutido anteriormente.

Desta maneira, os resultados obtidos nestas PPEL e no VS poderiam ser mais efetivos, haja vista que, diante dessa possibilidade de coparticipação mediada pela cocriação, problemas relacionados ao seu desenvolvimento, como as atividades inadequadas, os horários inconvenientes e com o estabelecimento de relações e diálogo entre coordenadores, agentes, participantes e o poder público, poderiam ser minimizados e a democratização ao acesso ao

esporte recreativo e ao lazer, principal objetivo do VS (BRASIL, 2016a), poderiam se tornar efetivamente palpáveis. Além do mais, pensar na construção de PPEL por meio dessa estratégia de cocriação permitiria o cumprimento do que o Programa prevê, em proporcionar a emancipação humana e a autonomia ao idoso, um dos principais legados do Programa, com base em seu princípio de gestão participativa e democrática.

Sobre os dados relacionados à preferência de atividades desenvolvidas no VS, observou-se predileção pelas atividades físicas, esportivas, os exercícios e a dança. De acordo com a diretriz do Programa, tanto as atividades sistemáticas, quanto as assistemáticas abarcam o lazer e o esporte recreativo, no intuito de garantir o direito ao lazer da pessoa idosa. Essas atividades são agrupadas em: culturais, sociais, artísticas, intelectuais, esportivas e de lazer, sendo as principais sugestões de atividades relacionadas às atividades físicas (BRASIL, 2016a). Considerando seus objetivos e as principais atividades traçadas nesta diretriz, percebe-se que o Programa está constituído, notavelmente, por este tipo de atividades, podendo, este maior leque de atividades físicas disponíveis, ser o motivo desta preferência.

Em estudo recente, Balis e colaboradores (2019) investigaram a percepção de idosos participantes de grupos para idosos, em diferentes instituições religiosas no país de Gana e notam maior representação de idosos na elaboração de programas, especialmente quando percebem a importância da prática de AF, mesmo antes de a realizarem. Além disso, ressaltam que a presença de um instrutor seria muito positiva, haja vista que estes também afirmaram realizar atividades em casa, pelo fato da ausência de programas específicos e acessíveis (BALIS et. al., 2019). Os dados apontados por estes autores sugerem sobre a necessidade premente de coparticipação deste público, como discutido anteriormente, na elaboração de PP relacionadas à saúde e ao esporte e lazer, além de revigorar o papel de instrutores com conhecimento, para lidarem com este público e passarem as devidas orientações sobre as práticas de AF.

Outros estudos, como o de Esmail *et al.* (2019), apontaram a dança, assim como identificada a preferência no presente estudo, como uma estratégia positiva e de grande interesse do público idoso, a qual proporciona a eles diversas contribuições, incluindo a dimensão positiva da QV. Já o estudo de Cadmus-Bertram *et al.* (2019) indicou que as preferências de mulheres adultas e idosas residentes na zona rural, nos EUA, dentre as atividades físicas praticadas, a caminhada, o *yoga* e o treinamento resistido, aspectos que se assemelham às referências dadas pelos participantes do presente estudo.

No Brasil, o estudo de Silva *et al.* (2019) enfatizou a predominância de preferência pela prática de atividades relacionadas ao lazer de idosas institucionalizadas e não

institucionalizadas, categorizadas no conteúdo manual, incluindo o artesanato e atividades relacionadas ao conteúdo físico-esportivo, como a dança e as caminhadas. Estes mesmos tipos de atividades também foram apontadas pelos idosos do VS. Especificamente sobre PPEL, no Programa VS, Brenner e Ramos (2017) mencionaram que os participantes do Programa relataram e reconhecem a importância das atividades desenvolvidas, dentre elas, as atividades físicas. Estas autoras salientaram que as justificativas desta importância estavam relacionadas às dimensões da saúde, da estética, dos fatores pessoais e sociais, impactando a vida social dos participantes.

Especificamente sobre as dificuldades do Programa, na visão dos idosos participantes, estas foram destacadas em diferentes etapas do Programa. Inicialmente, notou-se que os idosos apontaram que a busca de informações sobre o Programa não é acometida por nenhuma dificuldade. Estes idosos apontam, inclusive que, após o primeiro contato, sempre foram muito bem esclarecidos sobre o mesmo. Isso pode estar associado ao fato de que estes entrevistados conheceram o Programa por meio de pessoas conhecidas, membros da família, amigos, ou por coordenadores, facilitando este processo.

As principais dificuldades relacionadas à implantação e ao desenvolvimento foram referentes aos aspectos estruturais e associados à aquisição e reposição de materiais para as oficinas e os locais de realização, mais do que aos problemas pautados nos tipos de atividades e horários em que estas são ofertadas. Estes primeiros problemas foram destacados, tanto na etapa de implantação, quanto durante seu desenvolvimento. Inclusive, as principais sugestões dos entrevistados para melhorias do VS foram neste sentido. Sobre esta problemática, é importante ressaltar que as orientações estruturantes estabelecem que todo material permanente e esportivo era de responsabilidade de fornecimento do ME (BRASIL, 2016a). Entretanto, as respostas dos entrevistados sugerem que, por algum motivo, estes materiais não são acessíveis aos idosos, ou tenham sido desgastados e não foram repostos, o que merece maior atenção por parte dos gestores e coordenadores.

Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) realizaram uma análise das PP desenvolvidas pelo ME, entre os anos de 2003 a 2010. Neste estudo, os autores utilizaram o respaldo de uma metodologia de investigação de políticas sociais de Boschetti (2009), a qual propõe que, quando da análise de PP, devem ser levados em consideração três elementos empíricos: “1) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados; 2) o financiamento (fontes, montantes e gastos); 3) gestão (forma de organização) e controle social democrático (participação da sociedade civil)” (BOSCHETTI, 2009, p. 11). Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) optaram por focalizar predominantemente este segundo aspecto apontado por Boschetti,

relacionado às configurações de financiamento e especificamente sobre os gastos, mas também, alguns relacionados aos direitos e benefícios. Estes autores compreendem que os gastos direcionados às PPEL ainda são reduzidos, merecendo maior atenção, assim como pode ocorrer no Programa VS, o qual se encontra nesta categoria.

Ainda sobre financiamento de programas, Boschetti (2009) afirma que, considerar este aspecto na análise e avaliação de PP, assim como se pretendeu no presente estudo, pode contribuir para a compreensão do montante existente para determinado programa ou política avaliada e determinar se ela poderá progredir ou regredir, de acordo com este montante. Sendo assim, compreender os mecanismos relacionados ao financiamento de um programa durante sua análise, pode impactar diretamente seu resultado e sua efetividade, após sua análise e/ou avaliação.

Dentre as queixas relacionadas a estas problemáticas, referentes ao financiamento estavam a falta de materiais esportivos diversos para ginástica, tais como pesos, bolas, colchonetes e barras, os quais deveriam ser repostos com a verba proporcionada, pelo ME. Nesta direção, Soares e Guadanini (2018) realizaram uma avaliação do PELC e VS e destacaram que, uma das formas de incentivar a continuidade participativa e democrática destes Programas se dá pelo incentivo à ampliação de financiamento para a área de esporte recreativo e lazer, em nível municipal. Deste modo, maior incentivo financeiro ao VS poderia contribuir para que dificuldades como estas fossem superadas e não atingissem o principal público interessado, os idosos, correndo o risco de comprometer suas atividades.

A questão do repasse financeiro para este Programa está atrelada ao repasse setorial do governo para esporte e lazer. Em 2010, Almeida e Marchi Júnior, desenvolveram um estudo, no intuito de compreenderem as prioridades de financiamento do governo naquela década, relacionada aos megaeventos esportivos no país e identificaram que o governo atuante no período, por uma questão de disputa de resultados entre nações, colocava o esporte em primazia, em relação ao lazer, evidenciando o esporte de alto rendimento. Estes autores trazem uma reflexão sobre a frente das políticas sociais de menor poder e àquelas políticas, as quais são orientadas pelos mais fortes, dominadas pelos burocratas, os bancos e a economia das PP, incluindo as PPEL nesta frente de maior desvantagem (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010). Nesta ocasião, os autores citam sobre o PELC, o qual, na época, recebia um financiamento de outros órgãos quatro vezes maior do que o do próprio ME. Desta forma, entende-se que, sendo o VS uma estratégia de PPEL, a qual integra este arcabouço social, esse Programa esteja à margem dos interesses de financiamentos governamentais.

Afirmações relacionadas à predominância de financiamentos para o esporte em relação ao lazer, também foi discutida por Mezzadri e Starepravo (2011), os quais enfatizam a primazia do alto rendimento como estratégia de demonstração de poder e manipulação social. Em outro estudo, Isayama *et al.* (2011) indicaram comprometimento da gestão local, nos municípios, pela falta de financiamento do Estado, gerando transferência de responsabilidade para a instituição que recebe o financiamento. Diniz e Silva (2016) afirmaram que, no estado de Minas Gerais, esta priorização é evidente, sendo o esporte de rendimento sobressalente ao lazer e à educação, atendendo apenas uma parcela pequena da população.

Esta parece ser uma realidade a qual tem sido abordada por outros estudos (ATHAYDE; MARCARENHAS; SALVADOR, 2015; CORREIA *et al.* 2014; PINTOS *et al.*, 2016), os quais apontam que, durante alguns anos, basicamente nos governos Lula, ocorreu um aumento do financiamento ao esporte de rendimento, principalmente quando do investimento dos Jogos Panamericanos no país, muito embora observaram aumentos significativos em financiamentos de PP sociais, incluindo, por exemplo, o Programa Segundo Tempo (PST), citado por Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015). Esta é uma situação que deveria ser reconsiderada pelo poder público, ator que viabiliza o desenvolvimento de PP no país, haja vista que, assim como o acesso ao esporte, o lazer é considerado um direito constitucional.

Especificamente sobre o PELC, Castro, Starepravo e Souza (2018), em estudo mais recente, concluíram que o programa em questão é um dos que receberam menor financiamento entre os anos de 2004 e 2011, ocupando menos de 5% do valor total de verbas financiadas para a área de Desporto e Lazer. Nesta direção, o VS, Programa com menos contemplações de verbas do que o PELC (Brasil, 2019b), recebe números ainda menos significativos, no que tange a financiamento.

Estas informações sugerem que os problemas apontados pelos idosos participantes neste estudo, sobre materiais e insumos, podem estar relacionados ao pequeno investimento feito a este Programa, necessitando maior atenção na gestão de PPEL. Ademais, ainda que o idoso tenha sido colocado em foco nos últimos anos por diferentes perspectivas, mesmo com o aumento da pirâmide populacional mundial de idosos, parece que este Programa tem caminhando em direção contrária ao que foi idealizado, quando da proposta de sua separação do PELC em 2012, momento em que o ME compreendeu que era necessário priorizar a pessoa idosa, diante do entendimento da necessidade de promover PP relacionadas à QV, especificamente para este público.

Embora as maiores responsabilidades tenham sido direcionadas ao governo, via o antigo ME e tenham sido comprovadas pelos estudos expostos anteriormente, os materiais de consumo, que representaram algumas das queixas destes idosos, tais como insumos de artesanato, são de responsabilidade do convenente. Neste caso, sim, a responsabilidade é do órgão local, conforme explícito nas orientações estruturantes (BRASIL, 2016b). Sendo assim, o que foi assumido pela prefeitura no ato do convênio, parece não ser efetivamente executado, o que compromete o desenvolvimento do VS. A ausência de uma política nacional do esporte e do lazer efetiva no país, poderia ser um dos motivos, haja vista que muitas vezes, programas como este são criados em nível federal, entretanto, não há qualquer respaldo de como eles deveriam se organizar, no que tange às funções e responsabilidades de cada órgão envolvido, devendo ser investigados com maior rigor e frequência os motivos pelos quais estes problemas vêm ocorrendo.

O funcionamento e a efetividade de um programa de PPEL dependem de aspectos mais internos, relacionados com a participação de seus beneficiários, a qual é ponderada por dificuldades pessoais. Estas dificuldades podem ser provenientes de barreiras, ou problemas individuais dos participantes, os quais poderão comprometer a adesão, a frequência e o recomeço de grupos de AF. As barreiras se relacionam aos motivos ou desculpas, as quais o indivíduo utiliza como fator comprometedor da adesão e manutenção da prática de AF (BOOTH *et al.*, 2000). No presente estudo, as principais barreiras individuais apontados indicaram o comprometimento na participação destes idosos quanto às condições climáticas, mas também, aspectos relacionados à família: comprometimento da saúde de algum membro da família, compromissos e problemas familiares, além de estarem precisando descansar, com preguiça, desmotivados e, também, por timidez. Estes fatores foram considerados pelo somatório entre as opções de ocorrência: “sim/sempre” e “às vezes”, considerando que, mesmo que alguma barreira ocorra esporadicamente, ela acaba por influenciar nesta participação de alguma forma.

O VS é desenvolvido por meio dos núcleos, os quais se estabelecem em diversos locais, que devem ser cedidos pelo órgão local, conforme pactuado no convênio (BRASIL, 2016b). A estrutura destes locais pode incluir praças, parques, campos de futebol, clubes, salões, quadras, dentre outros (BRASIL, 2016a). Notou-se, nas entrevistas, que os idosos que relataram sobre barreiras relacionadas ao clima, citavam exemplos de locais inapropriados e condicionados a alterações climáticas, como por exemplo, locais abertos, muito quentes, sujeitos à utilização de outros públicos e com outros objetivos, o que acabava comprometendo o desenvolvimento do Programa, em algumas ocasiões. Desta maneira, por vezes, as barreiras

criadas para a participação no Programa podem decorrer de um problema anterior, neste caso, o estrutural.

Tonosaki *et al.* (2019), ao desenvolverem um estudo com adultos mais velhos e idosos, identificaram como barreira da participação em um programa ofertado via Ministério da Saúde, pela UBS, a questão da infraestrutura do desenvolvimento destas atividades. Nesta ocasião, os autores retrataram a necessidade de desenvolver atividades deste programa de saúde em outros locais, fora da UBS, afetando a participação dos interessados, os quais, por sua vez, apontaram as barreiras climáticas em decorrência da estrutura inapropriada para o programa, aspectos corroborados pelos dados do presente estudo.

Sobre fatores associados a condições climáticas, o estudo de Cadmus-Bertram *et al.* (2019) apontou dificuldades relacionadas aos empecilhos para a prática de AF, quando em temperaturas muito baixas, no inverno, assim como observado nos relatos dos idosos entrevistados, residentes em uma região do país, em que o frio pode ser comprometedor durante a prática de AF. Desta forma, mais uma vez, a questão financeira recai sobre o desenvolvimento do VS diante de problemas estruturais e climáticos. Entretanto, exigir que órgão local providencie a estrutura de desenvolvimento das atividades, pode ser uma forma de incentivar a autonomia local de continuidade do VS, o que têm o seu valor, principalmente considerando a perspectiva de continuidade do Programa logo após o encerramento do convênio (24 meses).

Sobre as barreiras relacionadas aos compromissos familiares, estas também foram apontadas nos estudos de Bernardelli *et al.* (2018), ao identificarem a necessidade de interrupção da participação em um programa de AF de idosos integrantes de uma associação da comunidade local, diante de tal comprometimento familiar. Dias (2018), na mesma direção, identifica compromissos e obrigações familiares como influenciadores para o absenteísmo ou a descontinuidade da prática de AF, de idosos da cidade de Brasília.

Estes fatores estão associados à nova configuração familiar à qual o idoso está inserido. Por não estar mais vinculado à sociedade do trabalho, o idoso acaba assumindo responsabilidades com seus netos, filhos ou cônjuges, contribuindo para que as tarefas do dia a dia da família sejam executadas. Nunes e colaboradores (2019) afirmam que a família é uma microestrutura que detém grandes responsabilidades para diversos aspectos, incluindo o processo constituído das práticas de saúde, no provimento do bem-estar dos idosos integrantes do grupo familiar, na qual caberia incluir, nesta perspectiva, a AF, fato de discussão do presente estudo. Todavia, as responsabilidades estabelecidas no grupo familiar parecem se superar e comprometer a participação de idosos no VS, ainda que estas práticas positivas

proporcionem estímulos de direção contrária, relacionados, por exemplo, ao preenchimento do tempo livre destes idosos.

Barreiras de participação no VS relacionadas à necessidade de descansar, preguiça e falta de energia, apontadas pelos idosos participantes deste estudo, corroboram com os achados de Pereira (2017), a qual encontrou dados semelhantes para idosos com Alzheimer praticantes de AF. Na mesma direção, estar cansado é uma das barreiras para a prática de AF, assim como, a falta de motivação, evidenciadas no estudo de Cadmus-Bertram *et al.*, 2019.

Tonosaki e colaboradores (2018) trouxeram discussões com relação à timidez de idosos integrantes de um programa de mudança comportamental para saúde, apresentando tal aspecto como barreira relatada por estes idosos durante a prática de AF. Simultaneamente, a falta de segurança é destacada, ratificado no presente estudo, ainda que com menor ocorrências (5 idosos), pelos participantes do VS. Em outra pesquisa de Pereira (2017), a timidez também aparece como uma barreira, embora a autora acredite que o nível de demência dos idosos pesquisados, possa tê-los confundido.

Tonosaki *et al.* (2018) fazem uma relação da timidez com a autoeficácia e autoconfiança, afirmando que a timidez compromete a autoeficácia de participação na AF, porém, se a pessoa opta por participar, conquistará a socialização das relações estabelecidas em grupo. Isto resulta em maior autoconfiança, a qual contribuirá positivamente para minimização desta timidez.

Associadas a estas barreiras, alguns dos entrevistados relataram dificuldades na participação em atividades específicas ofertadas pelo Programa, as quais envolvem maiores níveis de concentração, coordenação motora, ou habilidades específicas, para as quais estes idosos alegam ter dificuldades. Dentre as dificuldades citadas no desenvolvimento das atividades, destacou-se o crochê, atividade julgada por estes idosos como atrativa, prazerosa e, ao mesmo tempo, difícil de ser desenvolvida, por exigir maior coordenação motora fina. Estas queixas surgiram predominantemente pelos idosos que estavam inseridos em um núcleo, o qual, no momento das entrevistas, não estava tendo atividades físicas por falta de agente para atendê-lo. Sendo assim, quando questionados sobre as dificuldades, eles relataram, principalmente, aspectos relacionados às opções de atividades de artesanato.

Estudos desenvolvidos com grupos de idosos já apontaram que, dentre as opções de atividades a serem desenvolvidas no contexto manual do lazer, a atividade do crochê parece ser a de maior preferência para idosos hospitalizados (JANUZZI; CINTRA, 2005; RICARDO *et al.*, 2013). Esta atividade, assim como outras manuais, parecem representar um grande contributo à vida de idosos que possuem muitas doenças, vivem solitários, sofrem

dificuldades financeiras, ou são mal tratados, sendo incentivadas, dentro dos CRAS da cidade de Jaguarão no Rio Grande do Sul, aos idosos inseridos em grupos de convivência, contribuindo diretamente para a QV destas pessoas (PEREIRA, 2018).

Além disso, conforme dificuldades relatadas sobre AF, propor atividades adequadas e estimulantes pode representar aspecto facilitador para a adesão e a prática de AF de idosos, haja vista que um programa elaborado, planejado e executado por profissionais capacitados e que, conforme afirma Dias (2018), agregue propostas específicas, claras e individualizadas, pode minimizar as diferenças entre os participantes do grupo. A conscientização e assimilação destas diferenças contribuiriam, para que todos pudessem estar satisfeitos com sua participação, sendo esta uma das sugestões ofertadas por três idosos para a melhoria do VS.

As barreiras aqui discutidas e reconhecidas por todos os autores anteriormente citados foram confirmadas neste estudo. Todavia, estes dados tratam apenas sobre a prática de AF, a qual não é exclusiva do Programa em questão, podendo haver outros como justificativas destas barreiras. Mas, ainda que se reconheçam estes empecilhos, em diferentes programas ofertados para idosos, é premente que estes sejam minimizados e que estratégias alternativas sejam criadas, tanto pelos órgãos locais convenientes, como pelo governo, buscando efetividade naquilo que inicialmente foi previsto para esta política pública social.

No que se refere aos impactos desencadeados pelo Programa, na perspectiva de idosos, observou-se que estes afirmaram motivos, pontos positivos e a percepção deles quanto aos impactos na QV, caracterizando aspectos recorrentes citados nas falas dos participantes do estudo, sendo enfatizada, principalmente, a questão social. Quando se trata de análise e avaliação de PP, o fator impacto parece ser premente e está relacionado ao “[...] resultado do programa que pode ser atribuído exclusivamente às suas ações, após a eliminação dos efeitos externos [...]” (CUNHA, 2018, p.33)., representando, assim, o resultado final do programa. Considerando tal importância, este foi um dos aspectos tomados para discussão do presente estudo.

O programa VS é uma política pública cujo objetivo de sua criação teve o intuito de atender à garantia prevista em lei ao direito social ao lazer, estabelecido no artigo 6º da Constituição (BRASIL, 1988). Atrelado a este motivo, Silva *et al.* (2011) alegam que o fato de a temática QV ter tomado o cenário mundial, diante das preocupações ocorridas com a saúde, impulsiona a que o lazer ganhe maior visibilidade e espaço, nas últimas décadas.

Sendo assim, inicialmente, o PELC foi criado em 2003 pelo ME, para que pudesse subsidiar tal legalidade, no que tange às necessidades de oferta do esporte recreativo e do lazer (MELO; BOLETINI; COUTO, 2018) e, posteriormente, pelo fato da frente

governamental do período entender a necessidade de serem efetivadas estas garantias especificamente à pessoa idosa, juntamente com a consideração da projeção mundial do número de idosos, o VS é estabelecido como programa no ano de 2012 (BRASIL, 2016a).

Menicucci (2006) reflete sobre a perspectiva do esporte recreativo e do lazer, enfatizando a necessidade da compreensão correta sobre lazer pela sociedade, como um direito social adquirido por lei. Deste modo, o autor o indica como algo diferente de outras ações realizadas no dia a dia, sendo subsidiário de suas próprias necessidades e não de outras funções, as quais possam ser desencadeadas, mas não exclusivas de sua responsabilidade, como a diminuição da violência e a promoção social. Neste caso, enfatiza a necessidade de seu reconhecimento em sentido amplo e não apenas funcionalista para suprir determinadas lacunas.

Nesta direção, seria prudente que as PPEL somente pudessem ser estabelecidas, após esta interiorização verdadeira do significado do lazer, sendo este um problema que necessita de ação governamental para garantia de sua fruição e para que possam emergir os benefícios relacionadas ao bem-estar e à QV das pessoas. Essa promoção social resultante da PPEL materializada pelo VS, conforme discute Menicucci, é sentida por estes idosos e foi evidenciada no estudo de Azevedo Filho *et al.* (2019), quando afirmam que os idosos que priorizaram aspectos relacionados à socialização, diante da participação de grupos de AF, de tal forma, que podem diminuir níveis de depressão e ansiedade. No presente estudo, aspectos relacionados ao combate de doenças psíquicas foram citados pelos entrevistados, tanto como pontos positivos, como motivos e impactos à QV.

O estudo de Boulton, Horne e Todd (2018) aponta a questão da socialização, como um fator determinante na adesão à prática de AF. Nesta pesquisa, os autores relatam que os idosos integrantes de ONG e grupos da comunidade, buscam pela AF para combater a solidão, assim como foi notado no presente estudo. Estes autores indicam que os idosos apontam o fato de fazer novas e manter amizades como um dos principais motivos de adesão. O VS é constituído por outras atividades, além das físicas, o que pode justificar que os fatores sociais sejam ainda mais significativos para os idosos, não apenas por ser estruturado por um maior número de atividades, mas por proporcionar outras oportunidades de encontros de idosos, os quais participam de mais de uma das atividades ofertadas.

Um dado importante a ser destacado como impacto na QV é o fato de estes idosos terem afirmado que o Programa é tudo na vida deles. Esta informação pode ser justificada pelo fato de os idosos aqui entrevistados terem apontado predominantemente que são solteiros, desquitados ou viúvos, os quais tomam o Programa como a principal atividade

desenvolvida em suas vidas. Este é um aspecto que deve ser levado em consideração pela esfera política, no que tange à necessidade de dar continuidade a este Programa. Ademais, esta percepção dos idosos de que o fator social é mais importante do que os demais, ultrapassa o simples benefício da promoção social desencadeado por uma PP, conforme cita Menicucci (2006), permitindo que o Programa atinja seu objetivo e promova a satisfação dos idosos participantes.

Sobre a satisfação com o Programa, foi apontada, pelos participantes, uma média positiva, indicando que, ainda com os problemas e com as dificuldades enfrentadas, estes reconhecem os benefícios que o Programa proporciona em suas vidas e, portanto, reduzem a insatisfação com as perspectivas negativas, relacionadas, por exemplo, à falta de participação do idoso na gestão. Sendo assim, os benefícios relacionados à saúde, a gratuidade do programa e o prazer em desenvolver as atividades propostas, parecem superar qualquer contratempo.

A satisfação parece ser um aspecto importante, quando se trata de avaliação de PP, conforme salienta Cunha (2018). Segundo esta autora, ela está associada à eficácia (relação entre alcance de metas e o tempo) e eficiência (relação entre custos e benefícios) de um programa, sendo assim, pode ser vista como um dos indicadores da eficácia social de uma política. Cunha afirma que estes aspectos são essenciais quando da avaliação de PP, na perspectiva da dimensão de políticas desenvolvidas em ciclos (*policy cycle*), haja vista que, considerar a opinião de usuários, pode legitimar uma PP, muito embora não seja este o único fator responsável por isto.

Em outro estudo desenvolvido por Santos e Silva (2019), os autores trazem reflexões sobre a saúde, garantida por lei na Constituição e nas PP direcionadas neste sentido. Estes autores declaram que um dos aspectos que deve ser observado é justamente a satisfação dos usuários, assim como se notou a necessidade de explorar no presente estudo, relacionado à área do esporte recreativo e do lazer.

A preocupação dos idosos entrevistados com relação à saúde e à necessidade da prática de AF também foi notória como motivo de ter levado estes participantes a aderirem ao VS. Diversos estudos atuais têm sido publicados, relacionados aos motivos da busca do público idoso pela prática de AF, entre eles, Silva, Dias, Nakamura (2019) relataram que adultas mais velhas e idosos descreveram diversos motivos relacionados à saúde e à necessidade da prática de AF, quando questionados sobre os objetivos ao ingressarem em programas de promoção de saúde de UBS. O estudo de Lima *et al.* (2019) forneceu dados relativos a idosos praticantes de AF e integrantes de um grupo de convivência. Os autores, os

quais trazem uma abordagem qualitativa, assim como no presente estudo, apontam as falas com os motivos dos entrevistados esboçados em pessoais, incluindo, principalmente, aspectos relacionados à socialização, elemento reafirmado no presente estudo e porque essas atividades contemplam o contexto do lazer e outros motivos relacionados à recomendação, neste caso médica, ou por estes idosos reconhecerem a importância da prática de AF divulgada e recomendada em diferentes mídias.

Os idosos do presente estudo não informaram sobre a fonte destes motivos, como no estudo de Lima e colaboradores. Entretanto, a similaridade da população participante de ambos os estudos, pode ratificar estas informações, as quais foram obtidas por estas formas.

Especificamente sobre o VS, Brenner e Ramos (2017) apontam as falas dos participantes quanto ao reconhecimento da necessidade de se exercitar, a consideração da possibilidade de surgimento de problemas que podem comprometer a saúde diante do sedentarismo e as recomendações médicas. As autoras afirmam que, para o público idoso, por vezes, a busca por AF e, neste caso, a participação no VS, pode estar diretamente relacionada ao reconhecimento de que o desempenho físico da pessoa idosa é reduzido, bem como, de que ocorrem diferenciações na coordenação e nas habilidades motoras, dentre outros comprometimentos. Estes aspectos acabam por motivar estas pessoas, além de as autoras terem destacado os motivos relacionados ao prazer e à diversão, também evidenciados no presente estudo.

Lehene *et al.* (2019) tratam sobre a importância de serem criadas estratégias de combate às desigualdades no âmbito da saúde e da QV, por meio de PP, de modo que as intervenções de programas de AF sejam mais eficazes e que as desigualdades ocorridas nestes programas sejam diminuídas. Os idosos do estudo de Lehene e colaboradores, por vezes, ressaltaram como motivos de terem aderido ao Programa, o fato deste ser gratuito e, portanto, terem a possibilidade de participação. Na mesma direção, Maciel e Couto (2019) reiteram a necessidade do fomento de PP na perspectiva do desenvolvimento social, antes mesmo daqueles relacionados à AF, haja vista que PP deveriam ser idealizadas para proporcionar alterações no contexto em que são inseridas justamente para favorecer a população mais carente financeiramente, promovendo dignidade ao cidadão e a efetivação de seus direitos sociais. Essa gratuidade é garantida quando do desenvolvimento do VS e deveria ser continuada, bem como, ampliado o número de convênios, para que o público idoso conseguisse garantir seus direitos de maneira exclusiva.

Considerações Finais

Procedendo do objetivo deste estudo em identificar as dificuldades, as perspectivas e os impactos da participação no Programa VS, observou-se que, ainda que os idosos percebam algumas dificuldades ocorridas no Programa, os aspectos positivos desencadeados de sua participação, parecem superar suas problemáticas. Este fato ressalta a importância de programas desta natureza, para atender a este público idoso.

Sobre a divulgação do programa, embora haja recomendações para a utilização de diferentes estratégias, a divulgação “boca a boca” parece ser mais eficiente entre o público pesquisado. As dificuldades parecem estar associadas, principalmente, com a utilização de materiais adaptados, alternativos e, muitas vezes, inapropriados para as oficinas, bem como a inexistência de materiais, os quais não são fornecidos, ou não foram repostos pelos órgãos locais conveniados. Outras dificuldades estão relacionadas às questões estruturais e instalações locais em que são realizadas as oficinas, sendo citadas aquelas relacionadas à manutenção, à limpeza e à necessidade de serem providenciados locais mais adequados às atividades.

Deste modo, é imprescindível que haja uma reorganização das maneiras como vem sendo disponibilizado e utilizado o recurso financeiro viabilizado, quando do convênio estabelecido com o órgão local. Do mesmo modo, a ampliação do recurso para o desenvolvimento do Programa poderia contribuir para que tais problemáticas pudessem ser sanadas e os propósitos desse Programa, especialmente no que se refere ao direito social do idoso, fossem cumpridos. Além disso, é de suma importância que, em PPEL e especificamente no Programa VS, novos direcionamentos sejam traçados, quanto à gestão democrática e cocriativa, haja vista que, embora poucos dos idosos tenham relatado como dificuldade a não inclusão de ao menos um de seus representantes na elaboração do projeto, na implantação e no desenvolvimento, estes idosos reconhecem que deveriam integrar estas etapas, a julgar que poderiam ofertar sugestões sobre atividades, proporcionar um *feedback* do Programa e contribuir para sua melhoria.

Os benefícios percebidos pelos idosos integrantes do VS foram relacionados, principalmente, com a questão social que o Programa desempenha em suas vidas. Estes benefícios foram citados como motivos que os levaram a aderir ao Programa, como pontos positivos e, inclusive, como impactos na QV. Os principais motivos estavam relacionados ao reconhecimento da necessidade da prática de AF, diante de indicação médica, do combate à ociosidade e ao sedentarismo. Na mesma direção, estes três elementos relacionados com uma

perspectiva positiva foram evidentes, quando os participantes afirmaram aspectos relacionados à saúde, a sua importância e à necessidade de buscar uma vida mais saudável na velhice, apontados principalmente como impactos na QV.

Os principais fatores relacionados à socialização, evidentes nos três aspectos positivos, apontaram que estes idosos reconhecem, no Programa VS, uma oportunidade de combate à solidão, de ampliação dos relacionamentos, os quais tendem a reduzir nesta faixa etária e maior participação social. Ademais, a ênfase dada no Programa por estes idosos, permite a compreensão de que o VS representa a sobrevivência da pessoa idosa no contexto social, a qual, por vezes, fica à margem das principais relações estabelecidas na sociedade, tendo em conta que muitos destes idosos são aposentados e já não se configuram como membros produtivos.

O número restrito de participantes deste estudo, bem como, a pequena representatividade das cidades conveniadas pelo Programa VS integrantes deste estudo, denotam limitações que não permitem a generalização do quadro atual do Programa na visão de seus beneficiários. Entretanto, ratifica-se a perspectiva de reflexões acerca desses novos dados coletados, inclusive, como sugestões para novos estudos. Outros estudos, os quais pretendam realizar a análise e/ou a avaliação por meio da opinião de idosos sobre esse Programa poderão alavancar novas comparações entre resultados, beneficiando o avanço da área. Espera-se que as informações contidas neste estudo possam subsidiar novas propostas de PPEL e representem novos direcionamentos para este importante Programa VS.

Referências do Artigo 3

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, out./nov. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115316963005>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1556>. Acesso em: 12 ago. 2019.

AZEVEDO FILHO, E. R. *et al.* Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física: um estudo nos Pontos de Encontro Comunitário do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 142-149, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892019000200142&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio. 2019.

BALIS, L. E. *et al.* Older Ghanaian adults' perceptions of physical activity: an exploratory, mixed methods study. **BMC Geriatrics**, Londres, v. 19, n. 1, p. 85, março 2019. Disponível

em: <https://bmcgeriatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12877-019-1095-1>. Acesso em: 2 fev. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. A. R. Augusto. 1. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERNARDELLI, G. *et al.* Adapted physical activity to promote active and healthy ageing: the PoliFIT pilot randomized waiting list-controlled trial. **Aging clinical and experimental research**, Milão, v. 31, n. 4, p. 511-518, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40520-018-1002-1>. Acesso em: 2 fev. 2019.

BOFF, E.; GREGORY, T. Avaliação da qualidade de vida em idosos matriculados em um programa universitário para idosos. **Revista Ouricuri**, Juazeiro, v. 9, n. 1, p. 027-041, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/6039>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BOOTH, M. L. *et al.* Social-Cognitive and Perceived Environmental Influences associated with physical activity in Older Australians. **Preventive Medicine**, San Diego, v. 31, p.15-22, 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0091743500906613>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL (CFESS) e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009. p. 575-592.

BOULTON, E. R.; HORNE, M.; TODD, C. Multiple influences on participating in physical activity in older age: Developing a social ecological approach. **Health Expectations**, Chichester, v. 21, n. 1, p. 239-248, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/hex.12608>. Acesso em: 8 ago. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 9.529, de 2018**. 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1646924. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**, 3. ed., 2. reimpr. Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção de Saúde**. Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. 2017. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. **PELC e VS - Orientações Estruturantes**. 2016b. Disponível em: https://projetoportbrasil.uem.br/portal/images/2016-01-07-Editais/Orienta%C3%A7%C3%B5es/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Estruturantes%20PELC%20e%20Vida%20Saud%C3%A1vel_2016-01-22.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Relatório de Gestão 2018**. 2019b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/auditoria/Relatorio_gestao_esporte.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Vida Saudável – Diretrizes 2016**. 2016a. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Diretriz_Vida_Saudavel_2016_atualizada.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Secretaria Especial do Esporte**. 2019a. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/>. Acesso em 12 jan. 2019.

BRAZÃO, M. C. *et al.* Estágios de mudança de comportamento e barreiras percebidas à prática de atividade física em idosos residentes em uma cidade de médio porte do Brasil. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 4, p. 759-767, out./dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/20834>. Acesso em 12 jun. 2019.

BRENNER, M. L.; RAMOS, C. Análise das impressões dos idosos sobre o impacto das atividades desenvolvidas nos Programas PELC e VS. *In*: GOELLNER, S. V. (org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017. p. 64 – 63.

CADMUS-BERTRAM, L. A. *et al.* Understanding the physical activity needs and interests of inactive and active rural women: a cross-sectional study of barriers, opportunities, and intervention preferences. **Journal of Behavioral Medicine**, Berlim, p. 1-10, jun. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10865-019-00070-z>. Acesso em: 2 fev. 2019.

CABI, A. H. C.; ISAYAMA, H. Fe. Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 12, n. 28, p. 141-164, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/8493>. Acesso em: 2 mar. 2019.

CASSEPP-BORGES, V.; BALBINOTTI, M. A. A; TEODORO, M. L. M. Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para a adaptação de instrumentos. *In*: PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas**, 2010, p. 506-520.

CASTILHOS, R. L.; CASTRO, F. B.; CAMARGO, M. C. S. A atuação no núcleo rural do Programa Esporte e Lazer da cidade de Santa Maria/RS: percepções sobre a formação de dois professores de Educação Física. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 11, n. 23, p. 114-126, 2019. Disponível em:

<http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/835>. Acesso em: 9 jul. 2019.

CASTRO, S. B. E.; STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, D. L. Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: uma análise da composição orçamentária (2004-2011). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 383-398, abr./jun. 2018. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/64954>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CAVALCANTE, J. L. **Pesquisa de Doutorado sobre o Programa Vida Saudável**. Destinatário: Nara Heloisa Rodrigues. [S. l.], 17 ago. 2018. 1 mensagem eletrônica.

CEZAR, L. C. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 52-70, jan./fev. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n1/1982-3134-rap-52-01-52.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.

CHIM-MIKI, A. F.; CAMPOS, D. B.; MELO, L. S. A.. Definindo Espaços de Educação Criativa no Ensino Superior de Administração através de Mecanismos de Cocriação de Valor. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 1-22, maio-ago 2019. Disponível em:

<https://search.proquest.com/openview/c3392e4dd1c7175ab44cc29cec26ee22/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2034243>. Acesso em: 2 set. 2019.

CHIM-MIKI, A. F.; GÂNDARA, J. M.; BATISTA-CANINO, R. M. Collaborative network organizations as platform for value co-creation in tourism destinations: an analysis of Foz do Iguaçu, Brazil. **International Journal of Tourism Policy**, Londres, v. 7, n. 1, p. 42-57, mar. 2017. Disponível em: <https://www.inderscience.com/info/inarticle.php?artid=82758>. Acesso em: 2 ago. 2019.

CORRÊA, A. J. *et al.* Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa “Bolsa-Atleta”(2005-2011). **Pensar a prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/29057>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CUNHA, C. G. S. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, Porto Alegre, n. 12, 2018. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>. Acesso em: 9 mai. 2019.

DIAS, C. S.; SILVA, C. S.; NAKAMURA, P. M. Motivação de adultos e idosos para adesão de programa de atividade física na unidade básica de saúde. **Boletim Técnico**, Pouso Alegre, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em:

<https://boletimtecnico.ifsuldeminas.edu.br/index.php/BT/article/view/125>. Acesso em: 4 set. 2019.

DIAS, M. F. **Fatores que contribuem para adesão e desistência de um programa de atividades físicas para idosos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:

http://repositorio.se.df.gov.br/bitstream/123456789/1173/1/Disserta%20a7%20a3o%20Mestrado%20FEF_Milena%20Fernandez%20Dias.pdf. Acesso em: 19 mar. 2019.

DINIZ, R. S.; SILVA, L. P.. O ICMS esportivo e o financiamento das políticas municipais de esporte em Minas Gerais. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1223-1236, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115349439015.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ESMAIL, A. *et al.* Effects of Dance/Movement Training vs. Aerobic Exercise Training on cognition, physical fitness and quality of life in older adults: A randomized controlled trial. **Journal of Bodywork and Movement Therapies**, Amsterdam, n. 7, p.1-9, maio. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1360859219301780>. Acesso em: 2 fev. 2019.

FIGUEIREDO NETO. **Nível de atividade física, capacidade funcional e qualidade de vida de idosos cadastrados nos Centros de Atenção Integral a Melhor Idade–(CAIMI) da cidade de Manaus**, 2018. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152900>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. Expanding the Civic Competence Framework: Political knowledge and democratic legitimacy in Latin America. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, n. 68, p. 61-74, dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678987318266802>. Acesso em: 12 mai. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2016.

GOELLNER, S. V. (org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017.

GRASSO, R. P.; ISAYAMA, H. F. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 151-167, 2017. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/7121/pdf_1. Acesso em: 2 fev. 2019.

HIRAYAMA, M. S. **Atividade física e doença de Parkinson: mudança de comportamento, auto-eficácia e barreiras percebidas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/87372>. Acesso em: 12 jul. 2019.

IBGE. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017. Acesso em: 15 set. 2019.

ISAYAMA, H. F. *et al.* Lazer, políticas públicas e formação profissional. Análise da política de formação profissional de secretarias de Esporte de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In: ISAYAMA, H. F., et al. (orgs.). Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

JANUZZI, F. F., CINTRA, F. A. Atividades de lazer em idosos durante a hospitalização. **Revista Enfermagem USP**, São Paulo, v. 2, n. 40, p. 179-187, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n2/04>. Acesso em: 12 mar. 2019.

LEHNE, G. *et al.* Equity Impact Assessment of Interventions to Promote Physical Activity among Older Adults: A Logic Model Framework. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basileia, v. 16, n. 3, p. 420, fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph16030420>. Acesso em: 28 set. 2019.

LIMA, A. P. *et al.* Grupo de convivência para idosos: o papel do profissional de educação física e as motivações para adesão à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328918302452>. Acesso em; 3 mar. 2019.

MACIEL, M. G.; COUTO, A. C. P. Programas governamentais de atividade física: uma proposta de política pública. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 55-79, 2019. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/3462>. Acesso em: 7 jan. 2019.

MELO, C. C.; BOLETINI, T. L.; COUTO, A. C. P. Práticas de gestão do conhecimento no Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/es-praticas-gestao-do-conhecimento-no-articulo-S0101328918300647>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MENICUCCI, T. M. G. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. *In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (orgs.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer.* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006. p. 179-202.

MEZZADRI, F. M.; STAREPRAVO, F. A. Apontamentos iniciais acerca das políticas públicas para o esporte e o lazer em municípios paranaenses. *In: ISAYAMA, H. F., et al. (orgs.). Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

NUNES, A. L. M. *et al.* Abordagem familiar e projeto terapêutico singular na estratégia saúde da família: estudo de caso com idosos. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, Uberaba, v. 7, n. 1, p. 72-83, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4979/Resumenes/Resumen_497958150013_1.pdf. Acesso em: 7 jun. 2019.

ONUBR. **Nações Unidas no Brasil.** A ONU e as pessoas idosas, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas**. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2010.

PEIXOTO, S. V. *et al.* Prática de atividade física entre adultos mais velhos: resultados do ELSI-Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, n. Suppl 2, p.1-5, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102018000300501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2019.

PEREIRA, C. P. T. Representações do envelhecer na sociedade contemporânea: baile conviver com alegria como forma de ressignificação de vida na cidade de Jaguarão (RS). **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Jaguarão, v. 4, n. 814, 2018. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/814>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PEREIRA, J. R. **Barreiras à prática de atividade física em indivíduos com doença de Alzheimer no município de Rio Claro–SP**. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152563/pereira_jr_dr_rcla.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 12 abr. 2019.

PEREIRA, M. C. A. *et al.* Contribuições da socialização e das políticas públicas para a promoção do envelhecimento saudável: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 1, p. 124-131, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/408/40846964017.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.

PINTOS, A. E. *et al.* O direito ao esporte e ao lazer no contexto da Política Nacional do Esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 38-52, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/508>. Acesso em: 30 jul. 2019.

PINTOS, A. E. S.; ISAYAMA, H. F. (orgs.) **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS): trajetória, memória e experiência**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2016.

PRAHALAD, C. K; RAMASWAMT, V. Co-opting customer competence. *Harvard Business Review*, Boston, v. 78, n.1, p. 79-90, jan. 2000.

RAMASWAMY, V.; OZCAN, K. What is co-creation? An interactional creation framework and its implications for value creation. **Journal of Business Research**, Amsterdam, v. 84, p. 196-205, mar. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296317304721>. Acesso em: 30 set. 2019.

REZENDE, A. C. P. E. S. *et al.* Programa Vida Saudável em Contagem: A Perspectiva de um Gestor. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 1-21, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1763>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RICARDO, L. I. C. *et al.* Preferências de atividades de lazer de um grupo de idosas do extremo sul do Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/648>. Acesso em: 12 jun. 2019.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 4. ed. rev., atual. e ampl. 2017.

SANTOS, E. S. *et al.* Municípios e propostas vulneráveis: uma análise do edital 2013 do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/52913>. Acesso em: 4 jun. 2019.

SANTOS, F. D. P. *et al.* Análise do tempo de prática de exercício físico na qualidade de vida da pessoa idosa. **Revista Enfermagem Atual Inerme**, Rio de Janeiro, v. 88, n. 26, ago. 2019. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/37>. Acesso em: 4 mar. 2019.

SANTOS, J. S. S. F.; SILVA, B. C. Política Pública de Saúde no Brasil e o papel do Judiciário na defesa da implementação desse Direito Social. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, Jabotão dos Guararapes, v. 13, n. 45, p. 532-548, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1741>. Acesso em: 8 mai. 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERBIM, A. K.; FIGUEIREDO, A. E. P. L. Qualidade de vida de idosos em um grupo de convivência. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 166-72, 2011. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/12954/2/Qualidade_de_vida_de_idosos_e_m_um_grupo_de_convivencia.pdf. Acesso em: 5 mai. 2019.

SILVA *et al.* **A importância da recreação e do lazer**. Brasília : Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, B. B. F. *et al.* Avaliação dos estados de humor e qualidade de vida de idosas em diferentes contextos de vida e a percepção da importância do lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 01, p. 24-48, março 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/12310>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SMITH, M. *et al.* Systematic literature review of built environment effects on physical activity and active transport—an update and new findings on health equity. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, Londres, v. 14, n. 1, p. 158, nov. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29145884>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SOARES, M. M.; GUADANINI, A. S. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 379-404, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1946>. Acesso em: 2 mar. 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 26 jul. 2019.

STAREPRAVO *et al.* Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: onde o político/burocrático e o científico/acadêmico se encontram? **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1., p. 23-34, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/63125>. Acesso em: 2 fev. 2018.

TONOSAKI, L. M. D. *et al.* Barriers and facilitators to participate in behavior change program: analysis of focus groups. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 138-145, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32892018000200138&script=sci_arttext. Acesso em: 12 abr. 2019.

VENANCIO, R. C. P. *et al.* Efeitos da prática de Dança Sênior nos aspectos funcionais de adultos e idosos/Effects of Senior Dance practice on the functional aspects of adults and the elderly. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 3, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1882>. Acesso em 2 mar. 2019.

7.3 Desdobramentos da Tese

Após a realização das etapas anteriores, na Etapa 6 desta pesquisa, identificou-se a necessidade de serem elaborados, como desdobramentos desta Tese, alguns instrumentos específicos, os quais possam dar respaldo às pesquisas futuras acerca de programas de PPEL direcionados ao público idoso. Estes instrumentos poderão auxiliar as avaliações *ex post* (ALMEIDA; PAULA, 2015; BRASIL, 2018a; SECCHI, 2017) de programas diversos, a serem aplicados para gestores, coordenadores e agentes sociais e de lazer, bem como, para idosos usuários desses programas.

A criação destes instrumentos foi resultante do processo de validação dos instrumentos QuAP-VS, nas duas versões utilizadas nesta Tese e a aplicação destes para os públicos amostrais (gestores, coordenadores e idosos). Para isso, foram readequadas as questões, sendo retirado o nome do Programa VS, de modo que estes instrumentos possam atender qualquer outro programa para idosos, na perspectiva do Esporte e do Lazer. Observou-se a necessidade de serem adaptadas algumas palavras constantes em algumas das questões, que em alguns casos, tiveram que ser alteradas durante o momento da entrevista para melhor compreensão pelos atores do VS.

Para o QuAPELI-D, 2 itens de caracterização foram retirados por estarem relacionados ao conveniamento com o extinto ME. Duas questões abertas foram excluídas, por se tratarem especificamente sobre funções do ME e das diretrizes do VS. No caso do QuAPELI-I, este teve 3 itens de caracterização retirados, os quais eram relacionados às atividades do VS, especificamente, uma questão aberta desconsiderada, haja vista que as respostas desta questão estavam contempladas em outras duas questões, não havendo necessidade de ser mantida e ainda, um item acrescido na questão fechada relativa às barreiras.

Sendo assim, foi criado o instrumento I) QuAPELI – D : Questionário de Avaliação de Programa de Política Pública de Esporte e Lazer para Idosos - versão para Dirigentes (gestores, coordenadores e agentes sociais e de lazer), composto por 10 itens incluídos na Parte I – Caracterização e 17 questões abertas na Parte II (APÊNDICE F) e instrumento II) QuAPELI – I: Questionário de Avaliação de Programa de Política Pública de Esporte e Lazer para Idosos - versão para idosos usuários, constituído de 5 itens na Parte I – Caracterização, 15 questões abertas e 2 questões fechadas do tipo *Likert* na Parte II (APÊNDICE G).

Estes desdobramentos, materializados nestes instrumentos validados poderão subsidiar a obtenção de resultados acerca de programas de PPEL direcionados ao público em questão.

Ademais, podem contribuir para o fortalecimento da área de PP no país, bem como, para o subcampo das PPEL.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Considerando os objetivos traçados nesta Tese, sobre investigar as dificuldades e as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa Vida Saudável, ofertado pelo extinto ME, na visão de dirigentes e idosos participantes, observou-se que, os resultados encontrados indicaram que o Programa, mesmo com inúmeros entraves, consegue atingir seu objetivo de democratizar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, na perspectiva de seus atores envolvidos. Muito embora, as investigações realizadas nas diferentes etapas deste estudo, apontaram, inicialmente, que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, o até então ME foi transformado em SEE em 2019, com o atual governo. Com esta alteração, por meio da análise dos *sites*, observou-se que os programas e ações viabilizados pela SEE, parecem ter continuado em desenvolvimento, assim como o VS.

Entretanto, após o último contato com os DG participantes deste estudo, identificou-se que, das cinco cidades que estavam em desenvolvimento (implantação), em uma delas não foi possível estabelecer o contato, nem ao menos durante a pesquisa, ou seja, os representantes deste convênio não foram incluídos na amostra deste estudo. Em outra cidade, foi solicitada a devolução da verba liberada e a interrupção do Programa. Esta cidade já havia passado por problemas com relação à contratação dos recursos humanos, tendo que findar temporariamente o Programa, conseguiu reativá-lo por alguns meses e, posteriormente, teve o convênio encerrado, sendo também devolvida a respectiva verba. Em outras duas, o Programa foi finalizado, obedecendo ao período do convênio e não ocorreu a continuidade do mesmo com recursos próprios, como sugere a diretriz do VS. Em apenas um município do país, que constava na etapa de desenvolvimento durante a coleta de dados em 2018, o Programa ainda esta em vigor, pelo que parece.

Sobre os representantes das oito cidades que estavam na fase de implantação durante as coletas, três convênios parecem ter conseguido dar prosseguimento ao Programa e iniciaram a participação efetiva dos idosos, cujos convênios tem data de previsão para serem encerrados entre os anos de 2020 e 2021. Em três cidades não foi possível alcançar a etapa de desenvolvimento, haja vista que em duas delas a verba teve que ser devolvida ao ME e o convênio foi cancelado e na outra, a cidade não chegou nem a receber esta verba e teve o convênio rescindido. Em duas cidades o convênio parece ainda estar em vigor, entretanto, ainda não receberam a ordem de início pela atual SEE e estão aguardando a reorganização dos coordenadores do VS e novas orientações sobre a ordem de início. Totalizando as cidades que constavam em implantação e em desenvolvimento durante o período de coletas, que

integraram a amostra do presente estudo, ao menos seis convênios parecem ainda estar em vigência no país, sendo quatro deles com a participação de idosos.

Ainda que estas informações não sejam oficiais, por não constarem de qualquer documento, são provenientes dos relatos dos DG entrevistados, após contato recente, o que representa efetivamente, a realidade. Além disso, estas informações reiteram a existência do VS como uma das pautas da SEE. Entretanto, os progressos alcançados pela consolidação do extinto ME criado no ano de 2003, e o surgimento posterior do PELC e do VS, podem estar ameaçados, no momento político atual, comprometendo a continuidade e existência do Programa aqui discutido.

Observou-se a desatualização das informações presentes na análise inicial do *site* do antigo ME, o qual foi utilizado como base de retirada de informações para esta pesquisa, e a constatação desse mesmo problema no *site* da atual SEE, reiterando a premência de atualização dos dados constantes, haja vista as garantias estabelecidas pela lei de acesso à informação a todos os cidadãos brasileiros. Um exemplo desta problemática aponta para as dificuldades encontradas na verificação de informações sobre o número e o local dos convênios no país.

Os achados e as discussões estabelecidas na Etapa 1 permitiram identificar que parece ser reduzido o número de estudos, os quais se debruçaram sob o Programa VS, o que merece maior atenção no âmbito acadêmico. Dentre os estudos encontrados acerca da temática, apenas dois eram específicos sobre o VS e não versavam sobre outros programas. Estes estudos eram predominantemente de natureza qualitativa e com pesquisas documentais. As principais temáticas abordadas incluíram a perspectiva de promoção de saúde e QV do Programa, a formação, o processo de implantação, a gestão e a avaliação do VS. Nestes estudos, não foram utilizados instrumentos que permitissem avaliação de PP para o Programa, reiterando esta necessidade para a área e para o subcampo esporte e lazer. Sendo assim, a elaboração e a validação dos instrumentos empregados nesta Tese, na Etapa 2, poderão beneficiar a utilização dos mesmos em outros estudos acerca do Programa, possibilitando a avaliação das dificuldades e perspectivas (impactos) decorrentes de seu desenvolvimento, na visão dos diferentes atores (DG e idosos).

Os resultados obtidos na Etapa 3 indicaram que a maior parte dos entrevistados eram representantes dos municípios, os quais estavam em implantação do convênio. Deste modo, estes pareciam exaltar as dificuldades encontradas nesta etapa, muito embora os DG que estavam nas etapas de desenvolvimento, ou haviam encerrado o convênio, também tiveram tal manifestação. Estas dificuldades eram relacionadas, principalmente, ao excesso de burocracia,

como salientado pelos DG, com significado de exigências e demandas consideradas por eles desnecessárias, incluindo, por exemplo, a dificuldade de comunicação entre o órgão local e o ME, a necessidade de serem refeitos trabalhos já realizados anteriormente e a troca constante dos articuladores responsáveis pelo VS.

Sobre os dados obtidos destes representantes dos convênios em implantação, estes impactam os resultados aqui encontrados, pois estes DG demonstram uma perspectiva bem mais negativa do que os demais DG entrevistados, uma vez que as maiores dificuldades do Programa parecem ter maior força nesta etapa. Ademais, outras dificuldades referentes a problemas de licitação, contratação de pessoal e alteração do coordenador geral do Programa no órgão local, foram expressas, embora estes DG acreditem, predominantemente, que o Programa cumpre seu objetivo de democratização dos direitos assegurados por lei, ao público em questão.

Outro fato importante a ser ressaltado é que o contexto político atual acende um alerta sobre os vários pontos “internos” e “externos” dos programas governamentais que precisam ser revistos, assim como ocorre no VS, como por exemplo, o excesso de burocracia, a falta de diálogo entre os atores e o possível “amadorismo” na gestão. Este quadro reitera a emergência da elaboração e criação de um sistema nacional de esporte, que considere principalmente a necessidade de diálogo entre os governos federal e municipal, estabelecendo, por exemplo, as responsabilidades de cada ente, quando do desenvolvimento de programas como este.

No que tange à Etapa 4, os resultados encontrados demonstraram que os idosos conseguem perceber as dificuldades presentes no desenvolvimento do Programa, tais como a falta de reposição dos materiais de consumo e inexistência de materiais permanentes para a realização das oficinas e a utilização de locais impróprios, que interferem nas atividades. Contudo, os benefícios emergentes da participação no Programa, parecem superar todas estas dificuldades. Estes idosos consideram o VS como tudo em suas vidas, apontando as possibilidades de ampliação de socialização, especialmente no combate à solidão, nas oportunidades de troca de experiências, no estabelecimento de novas amizades e a convivência criada nos grupos das atividades. Além disso, estes usuários destacam a importância do Programa para a melhoria da saúde em diferentes perspectivas e do combate ao sedentarismo, por meio da prática da AF ofertada no VS. Sendo assim, a necessidade de continuidade do Programa é reiterada e deveria ser repensado como uma política de estado e não de governo, impedindo que um dos únicos veículos de viabilização dos direitos atrelados ao esporte e ao lazer fosse extinguido ou prejudicado, a cada novo governo que toma posse.

A elaboração de instrumentos de análise de PPEL emergentes nesta Tese, por meio da Etapa 5, especificamente ao público idoso, pode contribuir para o fortalecimento da área e para a constatação do alcance dos objetivos de programas de PP. Ademais, considera a opinião dos principais atores envolvidos na política, os DG, os quais intermediam o desenvolvimento do Programa, bem como, o de seus usuários, podendo interferir em redirecionamentos futuros.

Todos esses aspectos provenientes do estudo ressaltam a importância do Programa e a necessária adequação do mesmo pela atual SEE. Com base nos dados aqui expressos, espera-se que ocorram ajustes constantes, necessários para a consolidação de um Programa eficiente no âmbito das PPEL.

8.1 Limitações do estudo

As principais limitações encontradas no presente estudo foram: as divergências de informações obtidas no *site* e as informações subsidiadas pelo extinto ME, exclusivamente para o desenvolvimento do estudo; a falta de acesso aos relatórios do MIMBOÉ sobre os resultados do Programa, os quais poderiam subsidiar comparativos entre os dados; o número reduzido de pesquisas encontradas específicas sobre o Programa VS; a pequena amostra dos DG representantes de cidades com convênio encerrado, resultante da dificuldade de contato e obtenção de informações sobre a existência do Programa nestas cidades, principalmente pela alteração da gestão municipal em que ele havia sido desenvolvido; o número reduzido de idosos participantes na pesquisa. Esses entraves impediram que houvesse maior representatividade do Programa, tanto regionalmente, como em nível nacional.

8.2 Sugestões para novos estudos

Uma vez que, no *site* da atual SEE consta a continuidade de alguns programas, para novos estudos, sugere-se que sejam analisados os resultados dos relatórios provenientes do Programa VS (MIMBOÉ), no intuito de se formalizar um comparativo entre as propostas das diretrizes e os resultados alcançados, bem como, de se ampliarem as analogias entre os dados efetivos do extinto ME nestes relatórios e os dados referentes à opinião de DG e idosos usuários, para se formalizarem novas investidas no campo da gestão desses programas. Outra proposta seria o desenvolvimento de estudos semelhantes, os quais avaliem a opinião de um número maior de DG representantes das cidades com convênio encerrado, o que poderia resultar em outros dados importantes para a organização das estratégias de ação. Estudos que propusessem a seleção de um número estratificado de idosos das cidades conveniadas,

representativo das cidades que já desenvolveram o Programa, utilizando, inclusive, os instrumentos aqui elaborados, poderão fortalecer as tomadas de decisão em PPEL, para atingir de modo mais significativo a população idosa.

REFERÊNCIAS DA TESE

- ALVES, C. B. *et al.* Pressão arterial de idosos que praticam atividades físicas em um grupo de envelhecimento saudável. **Arquivos de Ciências do Esporte**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 71-80, nov. 2014. Disponível em: http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/aces/article/view/362/772. Acesso em: 13 jul. 2019.
- ALVES JÚNIOR, E. D. Prefácio. *In*: GOELLNER, S. V.(org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017: p. 6-15. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ceme/uploads/1508529336-Vida_Saudavel.pdf. Acesso em: Acesso em: 30 set. 2019.
- AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/631/391>. Acesso em: 15 set. 2019.
- ARAÚJO, E. F. **Interfaces do lazer: as percepções dos trabalhadores do PELC na cidade de Groaíras/CE**. *In*: COUTO, A. C. P. *et al.* (orgs.). GESPEL em ação no CENTRO MG da Rede CEDES.– Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019. Disponível em: http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/797/vers%c3%a3o%20online%20GESPEL%20EM%20A%c3%87%c3%83O%20NO%20CENTRO%20MG%20DA%20REDE%20CEDES_Layout%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: Acesso em: 30 set. 2019.
- AZEVEDO FILHO, E. R. *et al.* Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física: um estudo nos Pontos de Encontro Comunitário do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 142-149, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892019000200142&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2019.
- BALBIM, R. *et al.* **Metodologia de avaliação de resultados: o caso das intervenções do PAC Urbanização de Favelas**. Texto para Discussão n. 1903, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91220/1/776576429.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.
- BALK, E. M. *et al.* Combined Diet and Physical Activity Promotion Programs to Prevent Type 2 Diabetes Among Persons at Increased Risk: A Systematic Review for the Community Preventive Services Task Force. **American College of Physicians**, Philadelphia, v. 163, n. 6, p. 437-454, set. 2015. Disponível em: <http://annals.org/aim/fullarticle/2395729/combined-diet-physical-activity-promotion-programs-prevent-type-2-diabetes>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. A. R. Augusto. 1. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BATISTA, E. B. *et al.* Inclusão Digital como ferramenta ao envelhecimento ativo: um relato de experiência. **Prisma. com**, Porto, n. 38, p. 69-81, jan.-jun 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/prismacom/article/view/5428>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BOMFIM, C. M. N. *et al.* Atividade física na terceira idade: uma nova forma de conscientizar. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA*, 11., 2014. Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Suplemento Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 2014. Disponível em: <http://conferencias.redeunida.org.br/ocs/index.php/redeunida/RU11/paper/view/89>. Acesso em: 15 mar. 2019

BONILLA, B. E. L. Impacto, impacto social y evaluación del impacto. **ACIMED**, Cidade de Havana, v. 15, n. 3, p. 1-13, mar. 2007. Disponível em: http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol15_3_07/aci08307.htm. Acesso em 15 jun. 2019.

BORGES, C. N. F. Educação Cidadã pelo Lazer: A Contribuição das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 372-410, mar. 2017. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/4441/3209>. Acesso em: 30 set. 2019.

BOULTON, E. R.; HORNE, M.; TODD, C. Multiple influences on participating in physical activity in older age: Developing a social ecological approach. **Health Expectations**, Reino Unido, v. 21, n. 1, p. 239-248, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/hex.12608>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Ministério da Fazenda. IPEA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politic_as_publicas_vol2_guia_expost.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Ministério da Fazenda. IPEA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018b. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/guia-analise-ex-ante.pdf>

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011**. Lei de Acesso à Informação, Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 2 out. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do e dá outras providências. Brasília: Casa Civil

da Presidência da República, 1994. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm .Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.179, de 11 de Dezembro de 1974.** Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1974. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L6179.htm. Acesso em: 27 set 2019.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2008. Disponível em:
www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/99423. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.784, de 7 de agosto de 2012.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte. Presidência da República, Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos. 2012e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7784.htm>. Acesso em: 02 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1940. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.** Brasília, Presidência da República, 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. Portal do Projeto PST Brasil. **Mapeamento dos Programas PELC e Vida Saudável.** 2019f. Disponível em:
https://projetopstbrasil.uem.br/ppos/pelc_vs2/pelc_gera_map6.html?s_al=&s_uf=AA&s_np=Vida+Saud%C3%A1vel. Acesso em: 2 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. **Portal do Projeto PST Brasil.** 2019e. Disponível em: <https://projetopstbrasil.uem.br/portal/pt-br/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Esporte.** Quem é quem. 2019c. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Esporte.** 2019b. Disponível em:
<http://www.esporte.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**, 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **História do Ministério.** 2019a. Disponível em:
<http://saude.gov.br/>. Acesso em: 3 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. **Como funciona?** 2012a. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. **Melhor em casa – serviço de atenção domiciliar**. 2013b. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/melhor-em-casa>. Acesso em: 2 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica – Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad19.pdf. Acesso em: 2 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção de Saúde. **Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde**. 2017a. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 18 ago. 2019

BRASIL. **Ministério do Esporte**. 2017b. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Competências do Ministério do Esporte**. 2017d. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/acesoInformacao/competenciasME.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. **História**. 2017c. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerioso>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Organograma**. 2016a. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/organograma_ministerio_do_esporte_estrutura_regimental_julho_2017. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC - Diretrizes 2017**. 2017e. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2017/edital_02_2017_diretriz_PELC.pdf. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC & Vida Saudável - Orientações estruturantes 2016**. 2016c. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Orientaes_Estruturantes_PELC_e_Vida_Saudvel.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Vida Saudável. **Diretrizes 2016**. Brasília, 2016b. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Diretriz_Vida_Saudvel_2016_atualizada.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Relatório de Gestão de 2018**, 2019d. Brasília, DF: Ministério do Esporte. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/auditoria/Relatorio_gestao_esporte.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 11, de 24 de Abril de 2012b**. Diário Oficial da União, n. 80, 25 abril de 2012, p. 1-8. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2012/cnas-2012-011b-24-04-2012.pdf/download>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. **Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRENNER, M. L.; RAMOS, C. Análise das impressões dos idosos sobre o impacto das atividades desenvolvidas nos Programas PELC e VS. *In: GOELLNER, S. V. (org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente***. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017. p. 64 – 63.

CABRERA, T. F. C. *et al.* Análise da prevalência de sobrepeso e obesidade e do nível de atividade física em crianças e adolescentes de uma cidade do sudoeste de São Paulo. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-6, mar. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/73455/79860>. Acesso em: 2 out. 2019.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. *In: CAMARANO, A. A.(org). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60***. Rio de Janeiro: IPEA, 2004: p. 253-292.

CANAN, F.; MILANI, F. G.; STAREPRAVO, F. A. Considerações sobre o "fomento" ao esporte no Brasil. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 74-88, jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/49682>. Acesso em: 2 jul. 2019.

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte... Seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1-22, out.-dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e65541/41745>. Acesso em: 9 dez. 2019.

CARVALHO, D. A. *et al.* Prevalência da prática de exercícios físicos em idosos e sua relação com as dificuldades e a falta de aconselhamento profissional específico. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 29-40, nov. 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/6467/pdf>. Acesso em: 2 mar. 2019.

CARVALHO, G. M. R.; TAVARES, M. S. **Informação e conhecimento: uma abordagem organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CARVALHO, J. B. *et al.* Motivação na prática de atividade física para idosos participantes do programa vida saudável em Parintins/AM. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 15, n. 2, p. 135-142, jan. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sueyla_Santos/publication/319330176_MOTIVACAO_

NA_PRATICA_DE_ATIVIDADE_FISICA_PARA_IDOSOS_PARTICIPANTES_DO_PROGRAMA_VIDA_SAUDAVEL_EM_PARINTINSAM/links/59a55fdea6fdcc9fe95f1ca9/MOTIVACAO-NA-PRATICA-DE-ATIVIDADE-FISICA-PARA-IDOSOS-PARTICIPANTES-DO-PROGRAMA-VIDA-SAUDAVEL-EM-PARINTINS-AM.pdf. Acesso em: 31 set. 2019.

CASSEPP-BORGES, V.; BALBINOTTI, M. A. A.; TEODORO, M. L. M. Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para a adaptação de instrumentos. *In: PASQUALI, L. et al. (org). Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*, Porto Alegre: Artmed, 2010: p. 506-520, 2010.

CASTRO, M. R.; LIMA, L. H. R.; DUARTE, E. R. Jogos recreativos para a terceira idade: uma análise a partir da percepção dos idosos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 283-289, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v38n3/0101-3289-rbce-38-03-0283.pdf> Acesso em: 20 set. 2019.

CASTRO, S. B. E.; STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, D. L. Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: uma análise da composição orçamentária (2004-2011). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 383-398, jun. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/64954>. Acesso em: Acesso em: 30 set. 2019.

CAVALCANTE, J. L. **Pesquisa de Doutorado sobre o Programa Vida Saudável**. Destinatário: Nara Heloisa Rodrigues. [S. l.], 17 ago. 2018. 1 mensagem eletrônica.

CAVALLI, A. S. *et al.* Motivação de pessoas idosas para a prática de atividade física: estudo comparativo entre dois programas universitários - Brasil e Portugal. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 255-264, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.readcube.com/articles/10.1590%2Fs1809-98232014000200004>. Acesso em: 1 out. 2019.

CHODZKO-ZAJKO, W. J. *et al.* Exercise and Physical Activity for Older Adults. **Kinesiology Review**, Champaign, v. 3, n. 1, p. 101-106, 2014. Disponível em: <http://journals.humankinetics.com/doi/pdf/10.1123/kr.2014-0043>. Acesso em: 10 set. 2016.

CORRÊA, A. J. *et al.* Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa “Bolsa-Atleta”(2005-2011). **Pensar a prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/29057>. Acesso em: 20 set. 2019.

CORREIA, M. M. Projetos sociais em Educação Física, Esporte e Lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 114-127, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/20-projetos_sociais_em_ef_esporte_e_lazer14.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

CORTÊS-NETO, E. D. *et al.* Elaboração de indicadores de sucesso em programas de saúde pública com foco sócio-esportivo. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 12, n. 2, p. 208-219, abr. 2010. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0124-00642010000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 21 jul. 2019.

COSTA, J. L. R. **Em busca da (c) idade perdida: o município e as políticas públicas voltadas à população idosa.** 2002. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)-Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/311648>. Acesso em: 2 out. 2019.

COSTA, T. B.; NERI, A. L. Fatores associados às atividades física e social em amostra de idosos brasileiros: dados do Estudo FIBRA. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 22, p. e190022, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rbepid/2019.v22/e190022/pt>. Acesso em: 2 out. 2019.

DAMACENO, M. J. C. F.; CHIRELLI, M. Q. The Implementation of Senior Health Care in the Family Health Strategy: The View of Professionals and Managers. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p.1637-1646, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n5/1637-1646/en/> Acesso em: 3 jul. 2019.

DAVIES, S. Introduction: information, knowledge and power. **IDS bulletin**, Malden, v. 25, n. 2, p. 1-23, 1994. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/davies252.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

DORETTO, G. S. A. Os efeitos causados na vida dos idosos. As intervenções da equipe multidisciplinar do centro dia. **Revista Portal de Divulgação**, São Paulo, n. 51, n. 7, jan./fev./mar. 2017. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/article/view/646/714>. Acesso em: 1 mar. 2019.

ECHER, S. R. Política pública nacional de lazer: a pessoa idosa em questão. In: GOELLNER, S. V.(org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017: p. 25-35.

EWERTON, A. N. **Análise da formação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): o olhar dos agentes sociais.** 2010. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Andr%C3%A9%20Nascimento%20Ewerton.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

FERNANDES-ELOI, J. *et al.* Afetos e percepções de idosos universitários acerca do mercado de trabalho na velhice. **Kairós: Gerontologia**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 249-271, mar 2019. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/kairos/article/view/43499>. Acesso em: 2 out. 2019.

FERREIRA, D. A. C. *et al.* Benefícios físicos e psicológicos adquiridos por praticantes de jiu jitsu. **Diálogos em Saúde**, Cabeledele, v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <http://periodicos.iesp.edu.br/index.php/dialogosemsaude/article/view/208>. Acesso em: 3 out. 2019.

FERREIRA, E. O.; OLIVEIRA, A. A. R.; LIMA, D. L. F. Perfil do estilo de vida de mulheres de meia-idade participantes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 103-113, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/5328/4315>. Acesso em: 22 mar. 2019.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Texto para discussão n. 1369, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: IPEA, 2009. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1369.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

FERREIRA, M. P. A.; MARCELLINO, N. C. **Brincar, jogar, viver: programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Ministério do Esporte, v. 1, 2007. Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/livroV1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FREITAS, G.; SILVEIRA, S. F. R. Programa Luz Para Todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 2, n. 45, p. 177-198, jul-dez.2015. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/504/374>. Acesso em: 20 set. 2019.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 10 ago. 2019

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2016.

GOELLNER, S. V. (org.). **Vida Saudável: é tempo de viver diferente**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017.

GOMES, G. A. O. **Participação em um programa de exercícios físicos em unidades de saúde da atenção básica e níveis de atividade física de adultos e idosos**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/100405>. Acesso em: 2 fev. 2018.

GONÇALVES, V. L.; SILVA, D. S.; MARINS, J. C. B. Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa. **Revista Brasileira de Ciência em Movimento**, Taguatinga, v. 27, n. 1, p. 150-163, 2019. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/9689/pdf>. Acesso em: Acesso em: 30 set. 2019.

GRASSO, R. P.; ISAYAMA, H. F. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Taguatinga, v. 25, n. 1, p. 151-167, jan. 2017. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/7121>. Acesso em: 20 set. 2019.

HAWTON, A. *et al.* _The impact of social isolation on the health status and health-related quality of life of older people. **Quality of life Research**, Dordrecht, v. 20, n. 1, p. 57-67, fev. 2011. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s11136-010-9717-2>. Acesso em: 8 jun. 2019.

HERMIDA, P. M. V.; ARAUJO, I. E. M. Sistematização da assistência de enfermagem: subsídios para implantação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 5, p. 675-679, out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000500015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2019.

HIRAYAMA, M. S. **Atividade física e doença de Parkinson: mudança de comportamento, auto-eficácia e barreiras percebidas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/87372>. Acesso em: 12 jul. 2019.

HOWLETT, M.; McCONNELL, A.; PERL, A. Moving policy theory forward: connecting multiple stream and advocacy coalition frameworks to policy cycle models of analysis. **Australian journal of public administration**, Richmond, v. 76, n. 1, p. 65-79, mar. 2016. Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/14678500.12191/epdf?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=www.google.com.br&purchase_site_license=LICENSE_DENIED. Acesso em: 12 set. 2019.

IBGE. Agência IBGE notícias. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017> . Acesso em: 2 jul. 2019.

IBGE. Agência IBGE notícias. Revista Retratos. **Idosos indicam caminhos para uma melhor idade**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017> . Acesso em: 3 out. 2019.

IBGE. Síntese de indicadores sociais. **Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pd. Acesso em: 7 set. 2016.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. BRASIL. 2019a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 2 out. 2019.

KRAVCHYCHYN, C. *et al.* Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: antecedentes históricos e reflexividade social. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 51-66, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/59415>. Acesso em: 2 jul. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LASSANCE, A. **Modelo Lógico**. Apresentação em slides, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: IPEA, maio 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/apresentacoes/170519_apresentacao_lassance_ipea_modelo_logico.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

LASSWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. New York: P. Smith, 1950.

LIMA, M. R. S. Prefácio. In: AMORIM NETO, O. **De Dutra a Lula: a condução da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de M. P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATIAS, G. H. L. *et al.* Programa de políticas públicas PELC/ vida saudável e academia das cidades: Avaliação dos usuários que frequentam ambos os projetos na RPA 4 do Recife PE. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 15., 2014, Pernambuco. **Anais [...]**. Pernambuco: Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 2014. p. 387.

MATOS, H. S. S. Evidências de práticas cognitivas, mobilidades e convivência com outras pessoas com idosos do NASF Capela-SE. **Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia**, Pioneiros, v. 5, n. 10, 2018. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/cadernos-educacao-saude-fisioter/article/view/1893>. Acesso em: 3 jul. 2019.

MATSUDO, S. M. M. Envelhecimento, atividade física e saúde. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, n. 47, p. 76 – 79, abr. 2009. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122009000200020&lng=es&nrm=iso&tIng=es. Acesso em: 8 jun. 2019.

MAZO G. Z.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, T. B. **Atividade física e o idoso: concepção gerontológica**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

McCLAIN, J. J. *et al.* Associations between physical activity, sedentary time, sleep duration and daytime sleepiness in US adults. **Preventive Medicine**, Amsterdam, v. 66, n.1, p. 68-73, jun. 2014. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24931432>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MELO, B. *et al.* Efeito do treinamento físico na qualidade de vida em idosos com depressão maior. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Pelotas, v. 19, n. 2, p. 205-214, mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/view/3237/pdf162>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MELO, C. C.; BOLETINI, T. L.; COUTO, A. C. P. Práticas de gestão do conhecimento no Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, p. 1-8, 2018. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/es-praticas-gestao-do-conhecimento-no-articulo-S0101328918300647>. Acesso em: 2 jul. 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M.. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2019.

MENDES, R.; CUNHA JÚNIOR, C. F. F. Compreensões sobre lazer: Uma análise do programa esporte e lazer da cidade em Minas Gerais. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.3, p. 1-19, set. 2009. Disponível em: http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV12N03_a3.pdf. Acesso em: 28 mai. 2019.

MOHER, D. *et al.* Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. Traduzido por Taís Freire Galvão, Thais de Souza Andrade Pansani, David Harrad. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000200335&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2019.

MORO, V. L. *et al.* Detalhamento do método. In: SANTOS, S. G. (Org.) **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011. p. 191-208.

MOSSINI, C.; BOING, A. C. Promoção à saúde do idoso através de grupo educativo, uma experiência na atenção básica de saúde. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 143-155, 2016. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1824/4450>. Acesso em: 28 abr. 2019.

NASCIMENTO, A. M. *et al.* Experiência subjetiva de idosas durante exercício em ambiente virtual. **Motriz**, Rio Claro, v.19, n.3, supl. p. 68-75, jul./set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742013000700010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2019.

NASCIMENTO, R. F. *et al.* Percepções de idosas em relação às modificações do seu próprio envelhecimento e do companheiro e a influência na vivência de sua sexualidade. **Atas - Investigação Qualitativa em Saúde/CIAIQ**, Aveiro, v. 2, n. 1, p. 402-410, 2017. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1231/1192>. Acesso em: 2 set. 2019.

NOGUEIRA, I. S.; BALDISSERA, V. D. A. Atenção ao idoso: educação permanente em saúde no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1794-1798, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15252/18040>. Acesso em: 6 abr. 2018.

NUNES, N. C. *et al.* Percepção subjetiva da qualidade de vida e saúde de idosos participantes do programa “Vida Saudável” de Parintins/AM. **Arquivos de Ciências do Esporte**, Uberaba, v. 1, n. 2, p. 1-5, nov. 2013. Disponível em: <http://seer.ufm.edu.br/revistaeletronica/index.php/aces/article/view/961/775>. Acesso em: 5 jun. 2018.

OLIVEIRA, A. F. S. **Diagnóstico esportivo no Brasil: desenvolvendo métodos e técnicas**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15192/1/TESE%20AILTON%20FINALIZADA.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2017.

OLIVEIRA, T. D.; SILVA, F. A. F.; OLIVEIRA, L. C. D. A influencia da atividade física no processo de socialização da pessoa idosa. **Fiep Bulletin**, Foz do Iguaçu, v. 85, n. 1, p. 1-9, 2015. Disponível em: <http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/85.a2.62/10675>. Acesso em: 15 fev. 2019.

OLLAIK, L. G.; ZILLER, H. M. Concepções de validade em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 229-241, fev. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022012005000002>. Acesso em: 2 out. 2019.

OMS. **Envelhecimento Ativo: Um Projeto de Política de Saúde/World Health Organization**. Tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 3 out. 2019.

ONUBR. **A ONU e as pessoas idosas**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PACAUSKAS, D.; RAJALA, R. Information system users' creativity: A meta-analysis of the link between IT use and creative performance. **Information Technology & People**, Bingley, v. 30, n. 1, p. 81-116, 2016. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/ITP-04-2015-0090>. Acesso em: 25 fev. 2017.

PANATTO, C. *et al.* Efeitos da prática de atividade física e acompanhamento nutricional para adultos: um estudo caso-controlado. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, Brasil, v. 13, n. 78, p. 329-336, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6987850>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PASQUALI, L. Princípios de elaboração de escalas psicológicas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 206-213, 1998. Disponível em: <http://mpet.ifam.edu.br/wp-content/uploads/2017/12/Principios-de-elaboracao-de-escalas-psicologicas.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

PASQUALI, L. Psicometria. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. spe, p. 992-999, Dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000500002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2019.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PEREIRA, J. R. *et al.* Effects of Square-Stepping Exercise on balance and depressive symptoms in older adults. **Motriz**, Rio Claro, v. 20, n. 4, p. 454-460, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v20n4/1980-6574-motriz-20-04-00454.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

PINHEIRO, A. F. S.; RIBEIRO, D. J.; SOUTO, I. F. Q. Inserção do idoso no mercado de trabalho. **Humanidades**, Montes Claros, v. 5, n. 1, p. 82-92, fev. 2016. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/27249993/insercao-do-idoso-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 2 jul. 2019.

PINTOS, A. E. S.; ISAYAMA, H. F. (Org.) **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS):** trajetória, memória e experiência. Campinas: Ed. Autores Associados, 2016.

RAMOS, M. L. B. C. Análise das impressões dos idosos sobre o impacto das atividades desenvolvidas nos Programas PELC e VS. *In: GOELLNER, S. V.(org.). Vida Saudável: é tempo de viver diferente.* Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2017: p. 64-74.

REINALDO, M. V. A. A. et al. O programa Vida Saudável e sua política de melhoria da qualidade de vida dos idosos no Brasil: uma revisão literária. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 4., 2015, Maceió. Anais [...].* Maceió: Realize, 2015. p. 1-6. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD4_SA10_I D2090_27082015235327.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

REZENDE, A. C. P. *et al.* Programa Vida Saudável em Contagem: a perspectiva de um Gestor. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 1-21, mar.2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1763/1209>. Acesso em: 20 set. 2019.

RIBEIRO, M. H. L. S. **A implementação do estatuto do idoso:** estudo exploratório em Salvador-Bahia. 2016. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20759>. Acesso em: 22 set. 2019.

RIBEIRO, S. P.; COUTO, A. P. P. Capacitação à Distância do Programa Segundo Tempo e o Lazer: Esforços de Produção e a Busca Comunicativa na Formação de Coordenadores de Núcleo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n.1, p. 303-330. mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/12323>. Acesso em: 30 set. 2019.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, C. M.; BASTOS, F. C. Gestão do Esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, p. 91-103, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16846/18559>. Acesso em: 12 mai. 2019.

ROCHA, F. E. C. *et al.* **Modelo Lógico da Transferência de Tecnologia no Contexto da Avaliação de Programas.** Brasília, DF: Embrapa, 2016. *E-book*. Disponível em: <http://ojs.cpac.embrapa.br/index.php/livros/article/view/361/58>. Acesso em: 20 set. 2019.

RODRIGUES, N. H. *et al.* A formação do profissional de educação física. *In: SHIGUNOV NETO, A.; FORTUNATO, I. (Org.) Reflexões sobre Educação Física e a formação de seus profissionais: docência e pesquisa.* São Paulo: Ed. Hipóteses, 2016, p. 104-117.

RODRIGUES, N. H. **Tecnologias virtuais e análise videográfica: o YouTube® como recurso de pesquisa para compreensão sobre a imagem do idoso.** 2015. Dissertação (Mestrado

em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126291>. Acesso em: 3 out. 2019.

RODRIGUES, P. A. F. *et al.* Condições socioeconômicas e prática de atividades físicas em adultos e idosos: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, v. 22, n. 3, p. 217-232, maio 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/view/9624/pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

RODRIGUES, R. P. *et al.* (Org.). **Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC**. Goiás: Gráfica e Editora América, 2008.

ROJO, J.; MEZZADRI, F.; SILVA, M. M. A Produção do Conhecimento sobre Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Brasil: Uma Análise dos Pesquisadores e Instituições. **PODIUM Sport**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 128-139, jan.-abr. 2019. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/303>. Acesso em: 2 out. 2019.

SÁ, G. B. A. R. *et al.* O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 21, n. 6, p. 1849-1859, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n6/1413-8123-csc-21-06-1849.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

SAGRILLO, D. R.; BACCIN, E. V. C.; BOTH, V. J. Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa esporte e lazer da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE-POLÍTICA CIENTÍFICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA. 15., 2007, Pernambuco. **Anais [...]**. Pernambuco: CBCE, 2007. p. 1-8. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/281.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SANTOS, E. *et al.* Municípios e propostas vulneráveis: uma análise do edital 2013 do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/52913>. Acesso em: 2 out. 2019.

SANTOS, M. C. *et al.* Percepções e vivências de idosos sobre sua sexualidade. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 25-36, jan. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/amp/article/view/4317/2337>. Acesso em: 2 mai. 2019.

SANTOS, C. S.; DACOSTA, L. P.; SILVA, C. H. V. Rio 2016 e o plano Brasil medalhas: seremos uma potência olímpica? **Podium**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-87, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/17>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SCHWARTZ, G. M. *et al.* **Gestão da Informação sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer: impactos social e científico da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Editora Fontoura, 2015.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, B. B. F. *et al.* Avaliação dos estados de humor e qualidade de vida de idosas em diferentes contextos de vida e a percepção da importância do lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 01, p. 24-48, março 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/12310>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, P. *et al.* Qualidade de vida e nível de atividade física de idosos normotensos e hipertensos cadastrados na estratégia de saúde da família. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 21, n. 3, p. 220-227, 2016. Disponível em: <http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/6837>. Acesso em: 2 out. 2018.

SILVA JÚNIOR, A. P. S.; BOTH, J.; OLIVEIRA, A. A. B. Configurações e relações estabelecidas no estágio curricular supervisionado de Educação Física. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 29, n. 1, p. e-2937, 9 maio 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/36081>. Acesso em: 2 out. 2019.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-79, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v29n1/1807-5509-rbefe-29-01-00065.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

SILVA, P. N.; PINHEIRO, M. M. K. Dados governamentais abertos e a Lei de Acesso à Informação: diagnóstico nas universidades públicas federais brasileiras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-8. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2695/1125>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SILVA, R. S. *et al.* A importância da atividade física em idosos com diabetes revisão bibliográfica. **Diálogos em Saúde**, Cabedelo, v. 1, n. 2, p.144-158, jul.-dez.2018. Disponível em: <http://periodicos.iesp.edu.br/index.php/dialogosemsaude/article/view/213/190>. Acesso em: 2 set. 2019.

SOARES, J. M. O Programa Esporte e Lazer da Cidade nos Planos Plurianuais do Governo Federal: O “Estresse Esportivo” do PELC. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 102-138, set. 2017. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/9621/7497>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SOARES, M. M.; GUADANINI, A. S. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 379-404, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1946/1298>. Acesso em: 20 set. 2019.

SOUSA, E. S. *et al.* **Sistema de monitoramento & avaliação dos programas esporte e lazer da cidade e segundo tempo do ministério do esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. Disponível em:

<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/sistemaMonitoramentoAvaliacaoProgramaEsporteLazerCidade.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SOUZA, C. E. A. *et al.* Prevalência de alterações posturais em idosos assistidos pelo NASF. **Revista Inspirar-Movimento & Saúde**, Curitiba, v. 6, n. 5, p. 31-35, out./nov./dez. 2014. Disponível em: <https://www.inspirar.com.br/revista/prevalencia-de-alteracoes-posturais-em-idosos-assistidos-pelo-nasf/>. Acesso em: 2 dez. 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 26 jul. 2019.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: onde o político/burocrático e o científico/acadêmico se encontram?. **Movimento**, Porto Alegre, p. 23-34, mar. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/63125>. Acesso em: 30 set. 2019.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26132/POLITICAS%20PUBLICAS%20E%20ESPORTE%20E%20LAZER%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jul. 2019.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do programa esporte e lazer da cidade. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 923-941, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fef&page=article&op=view&path%5B%5D=19395&path%5B%5D=15255>. Acesso em: 5 mar. 2019.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 233-251, jul.-set. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420>. Acesso em: Acesso em: 30 set. 2019.

SUASSUNA, D. M. F. A. O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16.; 2009, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UNB, 2009. p. 1-11. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6349/1/EVENTO_ProgramaEsporteLazerCidade.pdf. Acesso em: 13 jan. 2018.

TASCA, L. C.; SOUZA, T. G. Políticas públicas de promoção da saúde no Brasil: análise dos programas academia da saúde e vida saudável. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 2, p. 69-76, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/16469>. Acesso em: 2 out. 2019

TAVARES, G. H. **Gestão da informação e do conhecimento na Rede CEDES.**

Orientadora: Gisele Maria Schwartz. 2013. 163f. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

Disponível em:

http://200.145.6.238/bitstream/handle/11449/104676/tavares_gh_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 jul. 2019.

TEIXEIRA, M. R. *et al.* Política social de esporte e lazer no Governo Lula: o programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.3, p. 134-161, set.

2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/975>. Acesso em: 2 out. 2019.

TONDIN, G.; MOLINA NETO, V. M.; WITTIZORECKI, E. S. A formação dos educadores sociais no programa esporte e lazer da cidade – PELC – Em Porto Alegre. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n.1, p. 1-28, mar. 2014. Disponível em:

https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev17n01_a4.pdf. Acesso em: 9 set. 2019.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

UN. United Nation. **Second World Assembly on Ageing**. Madrid, 8-12 abril de 2002.

Proclamation on Ageing. 16 Outubro de 1992. 2019. Disponível em:

<http://www.un.org/en/development/devagenda/ageing.shtml>. Acesso em: 2 ago. 2019.

VAN DOOREN, W.; VAN DE WALLE, S. (Orgs.) **Performance information in the public sector: How it is used**. London: Springer, 2016.

VARANDA, S. S.; BENITES, L. C.; SOUZA NETO, S. O processo de validação de instrumentos em uma pesquisa qualitativa em Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 57, mar. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e53877>.

Acesso em: 2 out. 2019.

VENDEMIA, M. A. When do consumers buy the company? Perceptions of interactivity in company-consumer interactions on social networking sites. **Computers in Human Behavior**, Amsterdam, v. 71, n.1, p. 99-109, 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/313127877_When_Do_Consumers_Buy_The_Company_Perceptions_of_Interactivity_in_Company-Consumer_Interactions_on_Social_Networking_Sites. Acesso em: 5 nov. 2018.

VENTURIM, L. F.; C. N. F. BORGES.; SILVA, D. S. Estratégias de gestão pública na prefeitura de Vitória/ES: o Pelc e a intersectorialidade das ações. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 1-38, dez. 2013. Disponível em:

<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/396/291>. Acesso em 07 dez. 2018.

VIANA, A.; ANTONIASSI JUNIOR, G. A. Qualidade de vida em idosos praticantes de atividades físicas. **Psicologia e Saúde em debate**, Patos de Minas, v. 3, n. 1, p. 87-98, jul.

2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt_0104-0707-tce-23-04-00889.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

VIEIRA, A. A. *et al.* Programa Esporte e Lazer da Cidade–PELC: Interfaces Entre o PELC e as Desigualdades Sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 161-180, 2017. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/4433>. Acesso em: 9 set. 2019.

WEIMER, D. L.; VINING, A. R. **Policy analysis: concepts and practice**. 6. ed. Florence: Taylor & Francis, 2017.

ZABOT, J. B. M.; SILVA L. C. M. **Gestão do Conhecimento: aprendizagem e tecnologia, construindo a inteligência coletiva**. São Paulo: Atlas, 2002.

APÊNDICE A – Instrumento I: QuAP-VS (Questionário de Avaliação do Programa Vida Saudável) – versão para Dirigentes (gestores, coordenadores e agentes)

Parte I Caracterização:

- a) Gestor () Coordenador - Pedagógico () Geral () Núcleo () Agente ()
 b) Idade: _____ c) gênero: F () M () Outros ()
 d) Escolaridade/Formação Acadêmica: _____
 e) Cidade e Estado do desenvolvimento do Programa (Convênio): _____
 f) Tempo de coordenação/gestão no VS: _____
 g) Ano de início do Convênio: _____ h) Ano de término (via ME): _____
 i) Fase do Convênio:
 () Implantação () Formação do ME () Desenvolvimento – Tempo: _____ () Prestação de contas () Encerrado
 j) Atividades realizadas nos núcleos (sistemáticas e assistemáticas): _____
 k) Número de núcleos: _____ Numero de Agentes: _____
 /Número de coordenadores (geral/pedagógico/núcleo): _____
 l) Há/houve possibilidade de continuidade do Programa?
 () SIM - Qual é/será o órgão financiador? _____
 () NÃO - Por quê? _____

Parte II - Questões (*Questões não aplicáveis para gestores nacionais)

1. *Como o(a) senhor(a) soube da existência do Programa Vida Saudável?
2. *Como ocorreu o processo de candidatura de seu núcleo/convênio para o Programa Vida Saudável?
3. *Houve a participação do(s) idoso(s) na construção do projeto e na implementação do Programa?
Construção: ()SIM - Como? ()NÃO – Por quê? ()NÃO SEI
Implementação: ()SIM - Como? ()NÃO – Por quê? ()NÃO SEI
4. Os cursos formação e de atualização do Programa Vida Saudável são suficientes e adequados para seu desenvolvimento?
 ()SIM - Explique ()NÃO – Explique
5. Em quais aspectos ocorre a contribuição desses cursos de formação no desenvolvimento do Programa Vida Saudável?
6. *Quais são suas sugestões para aprimorar os cursos de atualização e formação dos profissionais atuantes no Programa Vida Saudável?
7. Como o Ministério do Esporte faz a divulgação do Programa Vida Saudável?
8. Qual (is) a(s) estratégia(s) utilizada(s) pelo(s) órgão(s) local(is) para divulgação do Programa Vida Saudável?

9. Quais poderiam ser as dificuldades e barreiras enfrentadas pela pessoa idosa para tomar conhecimento sobre o Programa?
10. Existe alguma dificuldade e/ou barreira para a adesão (iniciar participação) do idoso no Programa Vida Saudável?
 SIM - Qual(is)? Explique NÃO - Explique
11. Existe alguma dificuldade e/ou barreira para a permanência do idoso no Programa Vida Saudável?
 SIM - Qual(is)? Explique NÃO – Explique
12. Existem dificuldades e/ou obstáculos enfrentados para o desenvolvimento do Programa Vida Saudável, nos aspectos:
- 1- Receb.recursos/financ.: SIM - Qual(is)? Explique NÃO – Explique NÃO SEI
- 2- Período de implantação: SIM - Qual(is)? Explique NÃO – Explique NÃO SEI
- 3- Desenvolvimento: SIM - Qual(is)? Explique NÃO – Explique NÃO SEI
- 4- Prestação de Contas: SIM - Qual(is)? Explique NÃO – Explique NÃO SEI
- 5- Outros: Qual(is)_____ Explique: _____
13. É de seu conhecimento a existência de algum(ns) instrumento(s) do Ministério do Esporte que avalie(m) o alcance dos objetivos previstos e/ou o desenvolvimento do Programa Vida Saudável?
 SIM - Qual(is)? NÃO
14. *Em seu núcleo/convênio, são realizadas avaliações sobre o desenvolvimento do Programa Vida Saudável (exemplos: satisfação, pontos positivos e negativos, impactos, outros) ?
 SIM - Qual(is)? Explique NÃO – Por quê?
15. Qual o diferencial do Programa Vida Saudável em relação a outros programas direcionados a idosos?
16. O(a) senhor(a) acredita que este Programa pode contribuir, de alguma forma, na qualidade de vida dos idosos participantes?
 SIM - Explique NÃO – Por quê?
17. Qual(is) o(s) impacto(s)/ social(is)/contribuição social do Programa Vida Saudável na vida do idoso?
18. O desenvolvimento do Programa atinge o objetivo de democratizar o acesso ao lazer e ao esporte recreativo para a população idosa?
 SIM - Explique NÃO – Explique
19. Quais são as suas sugestões para a melhoria do Programa Vida Saudável?

APÊNDICE B – Instrumento II: QuAP-VS (Questionário de Avaliação do Programa Vida Saudável) – versão para Idosos

Parte I - Caracterização:

- a) Idade: _____ b) Gênero: F () M () Outros ()
 c) Escolaridade: _____ d) Estado civil: _____
 e) Cidade de desenvolvimento do Programa (Convênio): _____
 f) Nome do núcleo: _____ Bairro: _____
 g) Tempo de participação no Vida Saudável: _____
 h) Representante dos idosos - Conselho () Participante ()

Parte II - Questões:

1. Como o(a) senhor(a) teve conhecimento do Programa Vida Saudável?
2. Houve dificuldade(s) para buscar informações/tomar conhecimento sobre o Programa?
 ()SIM - Qual(is)? ()NÃO - Explique
3. O(a) senhor(a) conhece o(s) propósito(s) do Programa Vida Saudável?
 ()SIM - Qual(is)? ()NÃO
4. O(a) senhor(a) participou da fase de elaboração do projeto (período anterior ao início das atividades) do Programa Vida Saudável?
 ()SIM - Como? ()NÃO
5. O(a) senhor(a) participou da fase de implementação (início do desenvolvimento) do Programa Vida Saudável?
 ()SIM - Como? ()NÃO – Por quê?
6. O(a) senhor(a) saberia dizer se houve alguma(s) dificuldade(s) (ex: aspectos burocráticos, falta de materiais, espaço físico ou outros) para o Programa começar a ser oferecido?
 ()SIM - Qual(is)? ()NÃO SEI
7. O(a) senhor(a) acredita que seja importante a participação de idosos no planejamento do Programa Vida Saudável?
 ()SIM - Por quê? ()NÃO - Por quê?
8. O(a) senhor(a) saberia informar quem financia o(a) Programa Vida Saudável?
 ()SIM - Quem? ()NÃO – Quem o(a) senhor(a) acredita que financia?
9. Por que o(a) senhor(a) decidiu participar do Programa Vida Saudável?
10. De quais atividades o(a) senhor(a) prefere participar? Explique por quê.
11. Quais atividades o(a) senhor(a) gostaria que fossem incluídas neste(a) Programa?

12. Em quais atividades o(a) senhor(a) sente dificuldade em participar? Explique por quê.

13. Na sua opinião, existe alguma dificuldade e/ou barreira para o desenvolvimento do Programa Vida Saudável? Se SIM, aponte:

- () problemas estruturais (instalações do local) Explique: _____
- () equipamentos/materiais (poucos/danificados) Explique: _____
- () horário (oferta/duração) Explique: _____
- () deslocamento/transporte até o núcleo Explique: _____
- () atividades (inapropriadas/pouco atrativas) Explique: _____
- () outras Explique: _____

14. Quais destas dificuldades e/ou barreiras poderiam comprometer sua participação no Programa Vida Saudável?

Tempo livre/suficiente	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Falta de companhia para acompanhar/praticar as atividades do programa	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Dependência de outra pessoa para ir ao programa	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Saúde ruim	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Doença, lesão ou incapacidade que me impossibilite ou dificulte	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Episódios de incontinência urinária	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Timidez	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Estar muito gordo ou muito magro	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Não ter roupas ou equipamentos adequados	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Estar precisando descansar	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Estar com preguiça ou desmotivado	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Falta de energia	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Experiências negativas nas aulas anteriores	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Clima motivacional do grupo ruim	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Poucas pessoas participando do grupo	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Muitas pessoas participando do grupo	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Sentir falta de segurança com o ambiente (violência)	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Condição climática ruim (chuva, frio, calor, etc.)	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Problemas familiares	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Compromissos com a família (filhos, netos, cônjuge, etc.)	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Saúde de algum membro da família ruim	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Outros Cite: _____	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM

15. Cite pontos positivos e pontos negativos relacionados à sua participação no Programa Vida Saudável

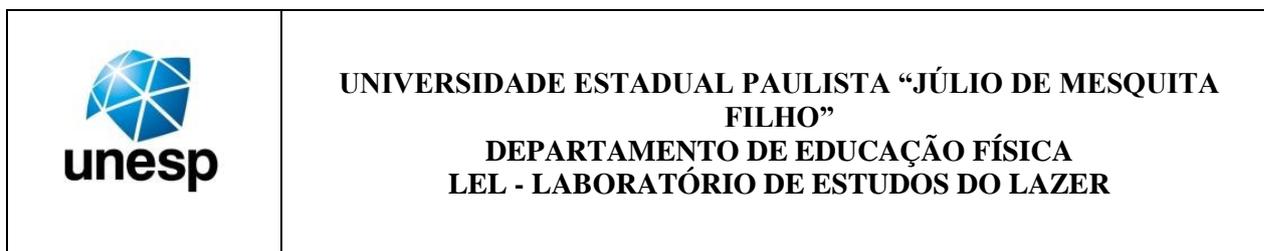
Pontos Positivos: _____

Pontos Negativos: _____

16. O que representa (significa), para sua qualidade de vida, participar desse Programa?
17. Que sugestões o(a) senhor(a) poderia apresentar para a melhoria do Programa Vida Saudável?
18. Se o(a) senhor(a) fosse dar uma nota para o Programa Vida Saudável, no qual participa, com relação à sua satisfação, que nota daria, de 0 a 10 (0 – muito ruim e 10 – muito bom)?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------

APÊNDICE C – Carta Convite aos juízes convidados a comporem a comissão de avaliação dos instrumentos da pesquisa



Carta convite - Comitê de avaliadores

Prezado(a) senhor (a),

Eu me chamo Nara Heloisa Rodrigues e sou aluna do Curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade (PPGCM – UNESP, Rio Claro), linha de pesquisa Educação Física, Esporte e Lazer, cuja orientação é de responsabilidade da Professora Dra. Gisele Maria Schwartz. Atualmente estou desenvolvendo A tese intitulada: **O Programa Vida Saudável do Ministério do Esporte: dificuldades e perspectivas na visão de gestores e participantes idosos**, a qual contará com a realização de entrevistas com Dirigentes (coordenadores, gestores e agentes) do Programa Vida Saudável e com Idosos participantes do referido programa, tendo por **objetivo**: investigar as dificuldades e as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa Vida Saudável ofertado pelo Ministério do Esporte (ME).

Para tanto, gostaríamos de sua colaboração na avaliação das questões que irão compor dois instrumentos a serem utilizados como guia nas entrevistas com o público em questão (Dirigentes e Idosos). Segundo Gil (2016) as perguntas que compõem este guia devem ser claras, permitindo fácil compreensão do entrevistado, não podem provocar negativismo nem tampouco induzir as respostas.

Como os instrumentos estão sendo construídos especificamente para o estudo em questão, julgamos necessária a composição de um comitê de especialistas que possa avaliar as questões que o compõem. Sua contribuição será na avaliação de dois critérios importantes na construção de um instrumento (clareza e relevância das questões pré-estabelecidas) sendo de sua responsabilidade ajuizar cada questão (PASQUALI, 2000). A seguir, são apresentadas as definições de cada critério, de acordo com o que se quer avaliar.

1. Clareza: espera-se que o(a) avaliador(a) identifique se a linguagem utilizada na questão é claramente compreensível e adequada.

2. Relevância: espera-se que o(a) avaliador(a) identifique se a questão é relevante para atingir o objetivo proposto (Investigar as dificuldades e as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa Vida Saudável ofertado pelo Ministério do Esporte (ME)).

Instruções para Avaliação

Parte I:

O (a) senhor (a) deverá preencher os dois arquivos (Word), referentes aos Instrumentos I e II. Em um primeiro momento, solicitamos uma análise de cada uma das questões (abertas e apenas uma fechada – escala do tipo *Likert* - Instrumento II), no intuito de ser verificada a adequação destas com a proposta de criação do instrumento. Depois, é necessário que o(a) avaliador(a) marque uma das 5 opções elencadas a seguir, estabelecendo um valor para o nível de clareza e, depois, o mesmo procedimento para o nível de relevância:

1	Inadequado
2	Pouco adequado
3	Aceitável
4	Adequado
5	Muito adequado

Ainda, há um campo disponível para observações e sugestões de alteração em cada uma das questões, em que o(a) avaliador(a) pode reescrever a questão e/ou escrever suas sugestões, as quais julgar necessárias. Todas as sugestões serão atendidas, no sentido de melhorar a adequação dos instrumentos direcionados aos Dirigentes e aos Idosos. Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos e agradecemos antecipadamente a vossa atenção e valiosa colaboração.

Parte II:

A segunda parte de sua avaliação consistirá em responder a três questionamentos gerais acerca do instrumento construído. As opções para respostas a estes questionamentos são: Sim, Não ou Em parte. Solicitamos ainda que, quando da escolha da segunda e da última alternativas (Não ou Em parte), o(a) avaliador(a) justifique sua resposta.

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - “Dirigentes”
(gestores, coordenadores e agentes)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE GESTORES E PARTICIPANTES IDOSOS**, desenvolvido por NARA HELOISA RODRIGUES, RG: 59.276.111-3, pesquisadora responsável e aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade, orientada pela Prof^a Dr^a Gisele Maria Schwartz. O objetivo principal do estudo é investigar as dificuldades e as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa Vida Saudável ofertado pelo Ministério do Esporte, no intuito de analisar a visão de Dirigentes (gestores, coordenadores e agentes) e de idosos participantes, com relação à satisfação, representação e benefícios sociais.

Caso o(a) senhor(a) aceite, sua participação na pesquisa será por meio de uma entrevista, composta por questões diversificadas, relacionadas a informações sociodemográficas, como idade, sexo e tempo de coordenação/gestão do programa/ação e informações sobre a inserção do idoso no Programa Vida Saudável ofertado pelo Ministério do Esporte, cujo(a) senhor(a) é responsável, bem como os benefícios proporcionados por tal participação. Caso haja dúvidas durante a alguma questão da entrevista, a pesquisadora será capaz de esclarecer todas as dúvidas existentes. Sua participação é voluntária e a eventual recusa em participar, seja em qualquer momento da pesquisa, não lhe provocará nenhum dano ou punição. Os riscos implícitos na pesquisa são mínimos e poderão ser de natureza emocional, devido à possível ansiedade relativa à resposta de um instrumento desconhecido, entretanto, a pesquisadora responsável prestará todos os esclarecimentos necessários para amenizar qualquer desconforto e assegurar a tranquilidade para a participação, garantindo-se a liberdade de desistência ou interrupção a qualquer momento sem penalização alguma.

O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa, bem como, não será remunerado para participar da pesquisa. Os resultados do estudo poderão ser publicados, mas, com a garantia de que seu nome ou identificação não serão revelados e do sigilo que assegure tanto sua privacidade, quanto os dados confidenciais envolvidos nessa pesquisa. Os benefícios do estudo serão referentes ao enriquecimento de dados e à possibilidade de novas reflexões na área. Se o(a) senhor(a) se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) senhor(a) e outra com a pesquisadora.

Local/data

Assinatura do Participante da Pesquisa

Doutoranda Nara Heloisa Rodrigues
Pesquisadora Responsável

Dados sobre a Pesquisa:

**Título: O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE:
DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE GESTORES E
PARTICIPANTES IDOSOS**

Pesquisadora Responsável: Nara Heloisa Rodrigues

Cargo/Função: Pesquisadora e Doutoranda em Ciências da Motricidade

Instituição: LEL/DEF/ IB/UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS DE RIO CLARO-SP

Endereço: Av. 24-A, 1515 – Bela Vista, Rio Claro-SP – CEP: 13506-900

Dados para Contato: fone (19) 998983290 e-mail: narahelo@hotmail.com

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Gisele Maria Schwartz

Instituição: LEL/DEF/ IB/UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS DE RIO CLARO-SP

Endereço: Av. 24-A, 1515 – Bela Vista, Rio Claro-SP – CEP: 13506-900

Dados para Contato: fone (19) 3526-4135 e-mail: schwartz@rc.unesp.br

CEP-IB/UNESP-RC

Comitê de Ética em Pesquisa - Prédio da Administração

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Telefone: (19) 3526-9678/3526-9605/3526-4105

E-mail: cepib@rc.unesp.br ou staib@rc.unesp.br

Horário de Funcionamento: 13:30 às 17:00h

Dados sobre o Participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: _____ Data de nascimento ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - “Idosos”**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE GESTORES E PARTICIPANTES IDOSOS**, desenvolvida por NARA HELOISA RODRIGUES, RG: 59.276.111-3, pesquisadora responsável e aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade, orientada pela Profª Drª Gisele Maria Schwartz. O objetivo principal do estudo é investigar as dificuldades e as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa Vida Saudável ofertado pelo Ministério do Esporte, no intuito de analisar a visão de dirigentes (gestores, coordenadores e agentes) e de idosos participantes, com relação à satisfação, representação e benefícios sociais.

Caso o(a) senhor(a) aceite, sua participação na pesquisa será por meio de uma entrevista, composta por questões diversificadas, relacionadas a informações sociodemográficas, como idade e sexo e informações sobre o Programa Vida Saudável ofertado pelo Ministério do Esporte, o qual o(a) senhor(a) participa. Caso haja dúvidas durante a alguma questão da entrevista, a pesquisadora será capaz de esclarecer todas as dúvidas existentes. Sua participação é voluntária e a eventual recusa em participar, seja em qualquer momento da pesquisa, não lhe provocará nenhum dano ou punição. Os riscos implícitos na pesquisa são mínimos e poderão ser de natureza emocional, devido à possível ansiedade relativa à resposta de um instrumento desconhecido, entretanto, a pesquisadora responsável prestará todos os esclarecimentos necessários para amenizar qualquer desconforto e assegurar a tranquilidade para a participação, garantindo-se a liberdade de desistência ou interrupção a qualquer momento sem penalização alguma.

O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa, bem como, não será remunerado para participar da pesquisa. Os resultados do estudo poderão ser publicados, mas, com a garantia de que seu nome ou identificação não serão revelados e do sigilo que assegure tanto sua privacidade, quanto os dados confidenciais envolvidos nessa pesquisa. Os benefícios do estudo serão referentes ao enriquecimento de dados e à possibilidade de novas reflexões na área. Se o(a) senhor(a) se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) senhor(a) e outra com a pesquisadora.

Local/data

Assinatura do Participante da Pesquisa

Doutoranda Nara Heloisa Rodrigues
Pesquisadora Responsável

Dados sobre a Pesquisa:

Título: O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE GESTORES E PARTICIPANTES IDOSOS

Pesquisadora Responsável: Nara Heloisa Rodrigues

Cargo/Função: Pesquisadora e Doutoranda em Ciências da Motricidade

Instituição: LEL/DEF/ IB/UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS DE RIO CLARO-SP

Endereço: Av. 24-A, 1515 – Bela Vista, Rio Claro-SP – CEP: 13506-900

Dados para Contato: fone (19) 998983290 e-mail: narahelo@hotmail.com

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Gisele Maria Schwartz

Instituição: LEL/DEF/ IB/UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS DE RIO CLARO-SP

Endereço: Av. 24-A, 1515 – Bela Vista, Rio Claro-SP – CEP: 13506-900

Dados para Contato: fone (19) 3526-4135 e-mail: schwartz@rc.unesp.br

CEP-IB/UNESP-RC

Comitê de Ética em Pesquisa - Prédio da Administração

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Telefone: (19) 3526-9678/3526-9605/3526-4105

E-mail: cepib@rc.unesp.br ou staib@rc.unesp.br

Horário de Funcionamento: 13:30 às 17:00h

Dados sobre o Participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: _____ Data de nascimento ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

4. A(s) formação(ões) são suficientes e adequadas para seu desenvolvimento?
 SIM - Explique. NÃO - Explique.
5. Em quais aspectos ocorre a contribuição desses cursos de formação no desenvolvimento do Programa?
6. Quais são suas sugestões para aprimorar os cursos de atualização e formação dos profissionais atuantes no Programa?
7. Como é feita a divulgação do Programa pelo órgão financiador e/ou pelo(s) órgão(s) local(is)?
8. Quais poderiam ser as dificuldades e barreiras enfrentadas pela pessoa idosa para tomar conhecimento sobre o Programa?
9. Existe alguma dificuldade e/ou barreira para a adesão (iniciar participação) do idoso no Programa?
 SIM - Qual(is)? Explique. NÃO - Explique.
10. Existe alguma dificuldade e/ou barreira para a permanência do idoso no Programa?
 SIM - Qual(is)? Explique. NÃO - Explique.
11. Existem dificuldades e/ou obstáculos enfrentados para o desenvolvimento do Programa, nos aspectos:
- 1- Recebimento de recursos/financiamento:
 SIM - Qual(is)? Explique. NÃO - Explique. NÃO SEI
- 2- Período de implantação:
 SIM - Qual(is)? Explique. NÃO - Explique. NÃO SEI
- 3- Desenvolvimento:
 SIM - Qual(is)? Explique. NÃO - Explique. NÃO SEI
- 4- Prestação de Contas:
 SIM - Qual(is)? Explique. NÃO - Explique. NÃO SEI
- 5- Outros: Qual(is)_____ Explique: _____
12. É de seu conhecimento a existência de algum(ns) instrumento(s) que avalie(m) o alcance dos objetivos previstos e/ou o desenvolvimento do Programa?
 SIM - Qual(is)? NÃO
13. São realizadas avaliações sobre o desenvolvimento do Programa (exemplos: satisfação, pontos positivos e negativos, impactos, qualidade de vida ou outros)?
 SIM - Qual(is)? Explique. NÃO - Por quê?
14. Qual o diferencial deste Programa em relação a outros programas direcionados a idosos?

15. O(a) senhor(a) acredita que este Programa pode contribuir, de alguma forma, na qualidade de vida dos idosos participantes?
()SIM - Explique. ()NÃO - Por quê?
16. Qual(is) o(s) impacto(s)/ social(is)/contribuição social do Programa?
17. Quais são as suas sugestões para a melhoria do Programa?

Bloco de conteúdos e questões relacionadas:

Conteúdo relacionado	Número das questões
Divulgação	1 - 7 - 8
Formação	3 - 4 - 5 - 6
Avaliação	13 - 14
Dificuldades	9 - 10 - 11 - 12
Impactos	2 - 15 - 16 - 17

APÊNDICE G – QuAPELI – I

Instrumento II: **QuAPELI – I**: Questionário de Avaliação de Programa de Política Pública de Esporte e Lazer para Idosos - versão para idosos usuários

Parte I - Caracterização:

- a) Idade: _____
- b) Gênero: () Feminino () Masculino () Outros
- c) Escolaridade: _____
- d) Estado civil: _____
- e) Profissão: _____
- f) Aposentado: () Não () Sim – mais ainda trabalha () Sim - não trabalha mais
- e) Tempo de participação no Programa: _____

Parte II - Questões:

1. Como o(a) senhor(a) teve conhecimento do Programa?
2. Houve dificuldade(s) para buscar informações/tomar conhecimento sobre o Programa?
()SIM - Qual(is)? ()NÃO - Explique.
3. O(a) senhor(a) conhece o(s) propósito(s) do Programa?
()SIM - Qual(is)? ()NÃO
4. O(a) senhor(a) participou da fase de elaboração do projeto (período anterior ao início das atividades) do Programa?
()SIM - Como? ()NÃO
5. O(a) senhor(a) participou da fase de implementação (início do desenvolvimento) do Programa?
()SIM - Como? ()NÃO - Por quê?
6. O(a) senhor(a) saberia dizer se houve alguma(s) dificuldade(s) (por exemplo: aspectos burocráticos, falta de materiais, espaço físico ou outras) para o Programa começar a ser oferecido?
()SIM - Qual(is)? ()NÃO
7. O(a) senhor(a) acredita que seja importante a participação de idosos no planejamento do Programa?
()SIM - Por quê? ()NÃO - Por quê?

8. O(a) senhor(a) saberia informar quem financia o(a) Programa?
)SIM - Quem?)NÃO - Quem o(a) senhor(a) acredita que financia?
9. Por que o(a) senhor(a) decidiu participar do Programa?
10. De quais atividades o(a) senhor(a) prefere participar? Explique por quê.
11. Em quais atividades o(a) senhor(a) sente dificuldade em participar? Explique por quê.
12. Quais atividades não são desenvolvidas e o(a) senhor(a) gostaria que fossem incluídas no Programa?
13. Na sua opinião, existe alguma dificuldade e/ou barreira para o desenvolvimento do Programa nestes aspectos? Se SIM, aponte:
-) problemas estruturais (instalações do local) Explique: _____
-) equipamentos/materiais (poucos/danificados) Explique: _____
-) horário (oferta/duração) Explique: _____
-) deslocamento/transporte até o núcleo Explique: _____
-) atividades (inapropriadas/pouco atrativas) Explique: _____
-) outras Explique: _____
14. Quais destas dificuldades e/ou barreiras poderiam comprometer sua participação no Programa?

Tempo livre/suficiente	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Falta de companhia para acompanhar/praticar as atividades do programa	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Dependência de outra pessoa para ir ao programa	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Saúde ruim	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Doença, lesão ou incapacidade que me impossibilite ou dificulte	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Episódios de incontinência urinária	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Timidez	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Estar muito gordo ou muito magro	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Não ter roupas ou equipamentos adequados	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Estar precisando descansar	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Estar com preguiça ou desmotivado	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Falta de energia	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Experiências negativas nas aulas anteriores	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Clima motivacional do grupo ruim	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Poucas pessoas participando do grupo	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Muitas pessoas participando do grupo	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Sentir falta de segurança com o ambiente (violência)	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM
Condição climática ruim (chuva, frio, calor, etc.)	<input type="checkbox"/>) NÃO	<input type="checkbox"/>) ÀS VEZES	<input type="checkbox"/>) SIM

Problemas familiares	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Compromissos com a família (filhos, netos, cônjuge, etc.)	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Saúde de algum membro da família ruim	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Compromissos ocupacionais (com o trabalho)	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM
Outros Cite: _____	() NÃO	() ÀS VEZES	() SIM

15. O que representa (significa), para sua qualidade de vida, participar desse Programa?

16. Que sugestões o(a) senhor(a) poderia apresentar para a melhoria do Programa?

17. Se o(a) senhor(a) fosse dar uma nota para o Programa, com relação à sua satisfação, que nota daria, de 0 a 10 (sendo 0 - muito ruim e 10 - muito bom)?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

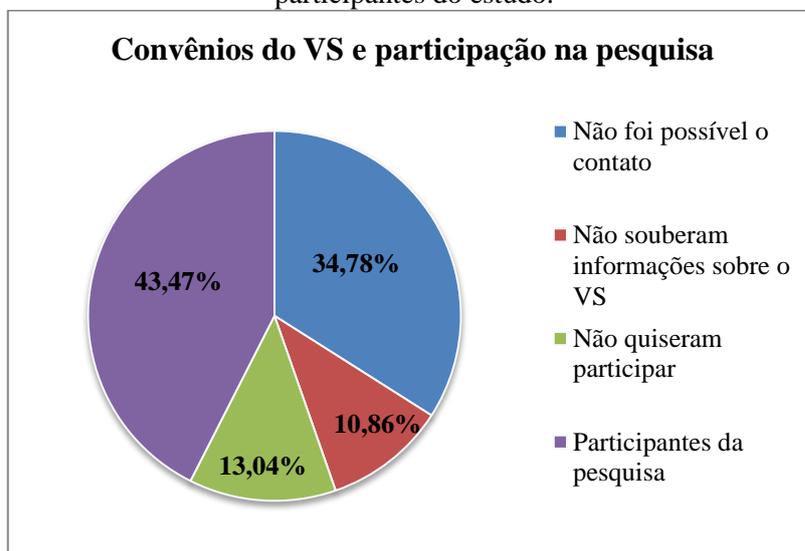
Bloco de conteúdos e questões relacionadas:

Conteúdo relacionado	Número das questões
Divulgação	1 - 3 - 8
Avaliação	10 - 11 - 12 - 16 - 17
Dificuldades (programa e pessoais)	2 - 6 - 13 - 14
Impactos	4 - 5 - 7 - 9 - 15

APÊNDICES H – Apêndices do Artigo 2

APÊNDICE H1

Gráfico H1- Total de convênios do VS e porcentagens dos representantes dos participantes e não participantes do estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

APÊNDICE H2

Tabela H2- Número de ocorrências das atividades sistemáticas do VS citadas pelos DG participantes do estudo.

Atividades Sistemáticas desenvolvidas			G1	G2	G3	
Atividades	Tipos	Exemplos				
Físicas	Esportivas	Voleibol adaptado	3	1	-	
		Bocha	1	1	1	
		Esportes adaptados (citados sem especificação)	3	-	-	
		Câmbio	2	-	1	
		Basquete adaptado	2	-	-	
		Futsal	1	-	-	
		Tênis de Mesa	1	-	-	
		Natação	1	-	-	
	Ginásticas	Geral, localizada, aeróbica	6	4	4	
	Danças	Danças	Danças diversas (citadas sem especificação)	1	1	3
			Contemporânea	1	1	-
			Regional/Tradicional	1	1	-
			Salão	-	1	-
			Circular	-	1	-
	Jogos	Jogos	Zumba	-	-	1
			Lúdicos/recreativos	6	3	2
	Caminhada	Caminhada	Populares	1	-	-
			Academia ao ar livre	3	3	3
	Exercícios	Exercícios	Circuito funcional	1	-	1
			Circuito funcional	1	2	-
Alongamento	Alongamento	2	1	2		
Capoeira adaptada/Capoterapia	Capoeira adaptada/Capoterapia	2	1	2		

	Hidrogenástica		2	1	1
	Yoga		2	-	1
	Taichichuan		1	-	-
	Pilates		-	-	1
	Lutas	(citada sem especificação)	1	-	-
	TOTAL		45	22	23
Manuais	Artesanato	Artesanatos diversos com materiais reciclados e alternativos, bordado, pintura, crochê, tricô	8	2	8
	TOTAL		8	2	8
Cognitivas	Jogos	Tabuleiro	2	2	2
		Estimulação cognitiva	2	2	1
		Carteado	1	-	-
	TOTAL		5	4	3
Sociais	Visuais	Teatros	2	1	1
		Filmes/Vídeos	2	1	-
	Roda de Conversa		-	1	-
	Palestras		1	-	-
	Pesca		1	-	-
	TOTAL		6	3	1
Musicais	Atividades musicais diversas	(citadas sem especificação)	2	1	1
	Fanfarra		1	-	-
	Coral		-	-	1
	TOTAL		3	1	2

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H3

Tabela H3 - Formas de conhecimento do Programa expressas pelos DG e número de ocorrências.

Formas de conhecimento dos dirigentes sobre o VS	G1	G2	G3
Admissão de cargo na prefeitura	2	1	2
Consultoria de empresa de captação de recursos	-	2	-
Edital do Programa	1	1	1
Alteração/aquisição da responsabilidade do programa	1	-	1
Alteração da Secretaria responsável pelo programa	1	-	-
Conquista municipal de uma emenda parlamentar	1	-	-
Conhecimento e envolvimento interno com o ME e seus programas	1	-	-
Divulgação do Programa pelo <i>site</i> do ME	1	-	-
Surgimento do processo seletivo	-	-	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H4

Tabela H4 - Conhecimento dos DG sobre as formas de divulgação do VS via ME e número de ocorrências

Estratégias da divulgação do VS - feita pelo ME	GN	G1	G2	G3
<i>Site</i> do ME	1	6	3	4
Redes sociais (<i>Instagram</i> TM , <i>Facebook</i> TM , <i>Twitter</i> TM)	1	1	-	3
Grandes mídias (TV, rádio, programas)	-	3	-	1
<i>E-mail</i>	-	-	-	1
Assessoria de Comunicação da pasta ministerial/prefeitura	1	-	-	-
<i>Site</i> SICONV	-	1	-	-

Material visual (banners e faixas)	-	-	-	1
Não faz nenhuma divulgação (encargo do órgão local)	-	1	1	-
Não soube responder	-	1	-	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H5

Tabela H5. Formas de estabelecimento do Convênio do VS e número de ocorrências.

Tipo de Convênio realizado	G1	G2	G3
Participação em Edital	3	3	4
Emenda parlamentar	3	-	-
Não soube responder	2	1	3

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H6

Tabela H6 - Ocorrências da participação do idoso na construção do projeto do VS.

Participação do idoso na construção do projeto do VS		G1	G2	G3
NÃO SABE	Não sabe (ainda não estava inserido no VS)	3	2	3
NÃO	Prazo curto/ projeto feito às pressas	3	1	-
	Fase burocrática feita pelo pessoal especializado do órgão local/feita antes da participação dos idosos	2	-	1
	Infelizmente não pensamos nisso	-	-	1
SIM	Sim, mas apenas foram consultados sobre interesses de atividades etc. mobilização de idosos da comunidade, conselho do idoso	1	1	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H7

Tabela H7 - Ocorrências da participação do idoso na implementação do VS.

Participação do idoso na implantação do VS		G1	G2	G3
SIM	Contato inicial com os idosos (cadastramento) com sugestões	-	2	1
	Interlocução com idosos participantes de grupos diversos (CCI, CRAS, associações, grupos da comunidade, conselho municipal do idoso)	1	-	1
	Criação do Conselho gestor já com os idosos representantes e suas sugestões	-	-	2
NÃO	Fase inicial, burocrática feita pelo pessoal especializado do órgão local	3	-	2
	Não tivemos essa ideia	-	-	1
NÃO SABE	Não sabe (ainda não estava inserido no VS)	-	2	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H8

Tabela H8 - Ocorrências sobre a adequação e suficiência dos cursos de formação sobre o VS ofertados pelo ME.

Adequação e suficiência dos cursos de formação		G1	G2	G3	GN
SIM	Os formadores são qualificados e instruídos sobre o VS	-	3	5	-
	Contribuem para o desenvolvimento do VS nas diferentes níveis	2	1	-	-
EM PARTE	Precisa melhorar na perspectiva de continuação do VS de forma independente no órgão local	-	-	-	1
	Necessita ampliar a quantidade dos cursos (insuficientes)	-	-	1	-
NÃO	São muito rápidos e não consideram a realidade local	-	-	1	-
SEM PARTICIPAÇÃO	Não participaram do curso	6	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H9

Tabela H9 - Conhecimento dos DG sobre instrumentos de avaliação do ME e número de ocorrências.

Conhecimento dos DG sobre instrumentos de avaliação do VS	G1	G2	G3	GN	TOTAL
Não conhece	4	4	1	-	9
Registro pedagógico, frequência, registro de aula, relatórios (MIMBOË)	1	-	2	-	3
Avaliações periódicas feitas pelos formadores nos cursos (controle do programa)	-	-	2	-	2
MIMBOË (avaliação do alcance da ação em diferentes perspectivas)	-	-	-	1	1
Avaliações finais feitas pelos formadores	1	-	-	-	1
Sabem que existe, mas não sabem quais	2	-	-	-	2
Não há avaliação do ME (responsabilidade do órgão local)	-	-	2	-	2

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H10

“O processo de diálogo com o ME é lento, cansativo e as respostas que são dadas e questões que são solucionadas em uma conversa, são na seguinte diferentes, já não serve, já sofre alguma modificação. Durante o processo de implementação a gente teve muitas trocas de técnicos, então houve mudanças nas linhas de trabalho, nas abordagens, combinações e solicitações que foram feitas num momento e depois que partiram pra efetivação elas não valiam mais. E isso torna lento o processo e cansativo pra quem está a frente da gestão no município. Então tu acaba recebendo a cobrança da comunidade. Eles querem que ocorra o projeto, tem a pressão do poder público municipal, porque pra eles também é uma situação que eles recebem essa pressão né. Aí você fica no meio deste jogo de anseios da comunidade que quer que o programa entre em efetivo funcionamento e do poder público que também quer. E ao mesmo tempo, todas as solicitações que o ME te faz, ela não é.....ao mesmo tempo que ela não é fluida, o diálogo é....o que fica acertado, no dia seguinte já não serve. É muito cansativo pra quem tá a frente do VS”. (DG5 – G1)

“Pois é, então a pessoa que assumiu, depois que saí, ela se negou a fazer a prestação de contas. E eu tô agora ajudando a pessoa que aceitou a fazer, porque até quando eu saí estava tudo redondinho e depois foi desorganizando tudo sabe, então acabei assumindo coisas dos outros, sendo que eu não estou mais nessa função. Eu ajudo mas não faço no meu nome”. (DG1 – G3)

APÊNDICE H11

Tabela H11 - Número de ocorrências das dificuldades encontradas pelo idoso em tomar conhecimento sobre o programa, na visão dos DG entrevistados.

Dificuldade de o idoso tomar conhecimento do programa VS	G1	G2	G3	GN
NÃO				
Funcionalidade da divulgação (boca a boca, grupos de idosos, parcerias, facilidades em cidades pequenas, mídias sociais)	6	2	4	-
Pequena utilização da divulgação em mídias utilizadas pelos idosos (TV, rádio)	-	1	2	-
SIM				
Falta de interesse do idoso em buscar informações/direitos em diferentes meios	1	-	1	-
Incompreensão da função de uma política de esporte e lazer para o idoso	1	-	-	-
Problemas com a língua diferente dos idosos (fator regional)	1	-	-	-
Dificuldade em atingir o público masculino	-	1	-	-
EM				
Falta de divulgação adequada de acordo com a realidade local	-	-	-	1
PARTE				

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H12

Tabela H12 - Ocorrências dos aspectos relacionados ao diferencial do VS em relação à outros programas na visão dos DG entrevistados.

Aspectos que proporcionam um diferencial ao VS na visão dos DG	G1	G2	G3	GN
Flexibilidade de atividades/horários/locais	2	1	3	-
Valorização de aspectos sociais (não apenas físicos/cognitivos)	3	1	1	-
Incentivo da autonomia dos idosos e da busca por seus direitos	-	3	-	-
Valorização do Lazer	2	1	-	-
Estímulo à autonomia da cidade na continuidade do Programa (diretriz de municipalização)	2	-	-	-
Política pública que visa democratizar o acesso ao Esporte e Lazer a todos	-	-	1	1
Exclusivo ao público idoso (técnicos/ atividades são específicos ao público)	-	1	1	-
Rigor do ME pra garantir a efetividade do Programa/acompanhamento e formação	-	1	1	-
Resgate da autoestima do idoso	1	-	-	-
Prevenção da saúde e redução de gastos do município na área	1	-	-	-
Valorização da cultura local	-	-	1	-
Não respondeu/	1	-	1	-
Não sabe o diferencial (conhece apenas esse Programa de idosos)	1	-	1	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H13

“[...] a questão social, os idosos relatam no núcleo realmente como um espaço de convivência e as vezes, eles nem vão pensando em fazer oficina. Eles sempre vão mais pra conversar, estar junto, eles tem também um vínculo muito grande com os organizadores do Programa né e pensam muito mais nisso do que nas atividades em si”. (DG 3 – G2)

APÊNDICE H14

Tabela H14 - Número de ocorrências pela opinião dos DG entrevistados sobre o alcance do VS quanto aos seus objetivos.

Alcance dos objetivos do Programa na visão dos DG		G1	G2	G3	GN
SIM	O Programa é democrático (abrange diversas atividades e considera as necessidades locais)	1	-	3	-
	Diretrizes bem estruturadas	1	1	1	-
	Bem distribuído em vários locais da cidade e atinge toda população	2	1	-	-
	Não tem custo a população (envolve pessoas de baixa renda/vulnerabilidade social)	1	-	2	-
	Proporciona uma vida melhor ao idoso	2	-	-	-
EM PARTE	Exclusivo ao público idoso	-	1	-	-
	Contribui para a conscientização dos direitos do idoso	-	1	-	-
	Apenas se o ME e/órgão local desempenharem bem suas funções (de acordo com as diretrizes)	2	-	1	-
NÃO	Ainda são poucos locais que desenvolvem o Programa	1	-	-	-
	Não tem verba (financiamento) suficiente para esse alcance	-	-	-	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H15

Tabela H15 - Ocorrências relacionadas às sugestões sobre os cursos de formação do VS.

Sugestões sobre os Cursos de Formação	G1	G2	G3
Não responderam/ não fizeram	8	1	-
Ampliação da quantidade/frequência/tempo dos módulos de formação (principalmente no início)	-	2	3
Maior qualidade/ Maior olhar para a região e a cultura local	-	1	2
Maior olhar prático/resolução de problemas e menos teóricos	-	1	2
Encontro nacional pra troca de experiências	-	1	-
Nenhuma sugestão (cursos ótimos e contemplam o Programa)	-	1	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE H16

“Esse daqui foi por emenda parlamentar que ele foi carimbado e daí nós perderíamos o recurso que era de outro programa. Se fosse por edital nós não faríamos só 2 núcleos, seriam apelo menos 5 ou 6. Mas pra não perder a

verba né, o que a gente tinha aprovado só dava pra fazer 2 mesmo, mas nós queríamos era outro programa” (DG7 – G1)

APÊNDICE H17

“Então uma dificuldade aqui da nossa gestão é que com essa enrolação toda com o ME, o nosso secretario SICONV aqui, ele não sabia muita coisa sabe. Ele é um cargo político e isso dificulta muito, pra dar adiantamento na parte burocrática não só desse programa. Nós tivemos também pessoas, várias, que acabaram mexendo lá no SICONV e aí colocaram informações todas erradas sabe e isso acabou atrasando ainda mais as coisas e as licitações e tudo ficou voltando por conta disso. Porque eu fazia uma coisa, os funcionários aqui faziam outras coisas, foi virando uma bagunça sabe. Pegaram aqui, por exemplo, uma estagiária do segundo ano de administração coitada... ela não sabia nada disso de projeto esportivo e tal, então essa fase de implantação ficou pior ainda que na fase de elaboração. Nós temos o diretor SICONV mas o problema é que cada hora é uma pessoa que faz isso lá na prefeitura, então tudo dificulta ne e nada vai pra frente” (DG4 – G1).

APÊNDICE H18

“Eles pedem pra fazer um modulo introdutório I, antes da contratação das pessoas, dos agentes e coordenadores de núcleo e isso, eu conversei com a minha técnica. Olha isso daí pode até ser habitual nessas cidades que você estava acostumada a fazer, essas cidades pequenas por exemplo. Mas convocar as pessoas pra fazerem formação, antes de ingressarem num concurso, não sei. Eu dizer pra elas: olha, vocês vem aqui fazer a formação mas depois vocês vão começar a receber tá. Mas aqui eu não consigo fazer isso nunca, como que eu vou convocar pessoas 3 dias de curso, sexta, sábado e domingo sem eu pagar nada pra elas e elas não ter nenhum vinculo empregatício comigo? Humanamente impossível pra nossa realidade, então eu achei inadmissível nas diretrizes do programa eles quererem isso. Além disso, eles queriam também que eu convocasse o cadastro de reserva e não só os 12 que seriam efetivamente contratados, sabe os reservas do concurso. Como que eu vou convencer estas pessoas pra algo que eles nem sabem se serão contratados? Surreal! Só mesmo os estagiários foram porque o processo deles era diferente e eles tinham interesse em conseguir certificado de horas, pra graduação, mas os coordenadores foi impossível a participação”. (DG2 – G2)

APÊNDICE H19

“Então assim, existe a necessidade desses cursos fortalecerem sobre os tipos de atividades que podem ser mais adequados, os idosos e também considerar um pouco mais a regionalização. A gente tem tido essa dificuldade, porque, por exemplo, a diretriz do programa, diz que uma das coisas que deve fortalecer é o protagonismo do idoso, a participação deles e o respeito à identidade local. E nós somos do nordeste e o osso formador e nosso orientador do ME fica em Minas Gerais e o nosso formador é de Porto Alegre e a identidade cultural dele é muito diferente nossa aqui do nordeste e aqui do Piauí, então essa coisa é um choque. Ele não entende o que a gente coloca porque ele não se identifica com as manifestações. A capoeira que fazem lá, por exemplo, é diferente daqui da nossa capoeira adaptada, enfim, os jogos, tudo é muito diferente e isso tem dado uma certa dificuldade. Inclusive a prefeitura, nós mesmo promovemos formações mais específicas com relação a isso, ao modo de como lidar com o idoso, contratamos um profissional aqui e a prefeitura assegurou essa formação pra termos um acompanhamento” (DG2 – G2).

APÊNDICE H20

“Olha como eu falei houve uma mudança na gestão da prefeitura e as coisas do programa começaram a mudar de rumo sabe. Deixou-se de pensar no que era importante para os participantes e no real objetivo do programa, os interesses dos idosos e passou-se a ter uma visão muito política das coisas. Então foi por isso que eu pedi pra sair, porque eu como educadora tenho essa missão e não podia mais comungar disso. Essa minha visão não era bem vista e por isso eu saí. Eu sou apaixonada pelo público idoso e pela educação e por isso que eu tive que pedir pra sair”. (DG1 – G3)

APÊNDICE H21

“Eles dizem que temos total liberdade pra contratar agentes, mas eu preciso fazer um processo seletivo né, no caso, a prefeitura, nosso município, somos estatutários e só conseguimos contratar pessoas através de concurso publico ou processo seletivo, por tempo determinado. Mediante isso, nós fizemos a contratação das pessoas, por meio de uma lei, pelo tempo que ia durar o convênio. Essa lei foi feita aqui, fizemos o processo seletivo, eles foram contratados e um ano e meio depois, o tribunal de contas nos alegou que essa lei era inconstitucional e que não podíamos contratar desse jeito. Aí disseram, vocês tem 120 dias pra dispensá-los e estamos nesse ponto, parados com o VS. Nós fizemos uma consulta com o ME e eles mandaram pra gente um

acórdão do PCU, com algumas orientações. Baseado nessas orientações eu mandei pro meu setor jurídico e o parecer dele foi o seguinte, ele sugere ou a contratação pública ou terceirização. Eu contrato a empresa, ela me fornece a mão de obra e faço uma licitação aberta pelas regras da 866 ou 10520. Nesse caso, o meu jurídico disse, o parecer dele foi que, a terceirização não vai dar certo, ele disse sim, pode ser por chamamento. Mas nos estamos trabalhando numa terceira possibilidade, temos já um concurso publico de técnico esportivo e já temos 4 vagas criadas, que seriam essas pessoas para o VS, seriam os 4 coordenadores de núcleo e o salto restante que nos teríamos pra utilizar desta verba, a gente compraria as coisas que realmente precisam né, porque tipo eu comprei bola há 3 anos e essas bolas já se deterioraram né, já não existem mais. A ideia é contratar os 4 técnicos desse processo que já fizemos e depois eles continuam contratados pela prefeitura e com esse dinheiro que pagaríamos eles, compraríamos os materiais que não temos mais. Estamos fazendo essa proposta para o ME, se eles não aceitarem, faremos o chamamento publico pra contratação. Eu estou com meus 4 estagiários ainda, que são agentes e como eles estão na graduação e são estagiários, o contrato deles não foi apontado como errado e até agora estamos assim”. (DG1 – G2).

APÊNDICE H22

“A dificuldade é na contratação de pessoal que vai trabalhar no projeto, que é lindíssimo, atende uma necessidade urgente da população, especialmente da terceira idade, nos bairros mais carentes, mais em contrapartida é que o ME em termos de remuneração pros profissionais, é muito baixa pra esse mercado né. Então isso dificulta a contratação de pessoas mais qualificadas e com o perfil adequado. Então você acaba tendo que usar mão de obra que nem sempre é qualificada e não tem o perfil pra trabalhar com esse público. Pela quantidade de horas trabalhadas, que geralmente também é em bairros mais afastados, ou seja, o tempo que a pessoa leva pra chegar até o local e o custo de transporte pra ir e voltar, é muito baixo. Então existe uma rotatividade muito grande de mão de obra e é um trabalho que você tem que se especializar né, se qualificar a cada dia. Então a maior dificuldade nossa, desde que eu percebo quando fizemos o processo seletivo, até agora, pronto pra começar a capacitação, a dificuldade é essa, baixa remuneração em contrapartida da quantidade de horas trabalhadas. Porque desde 2013 esse valor é o mesmo de remuneração, não se atualiza. Porque daí o que adianta o ME vir aqui e fazer várias capacitações se a cada dois meses saem cinco e aí começamos do zero de novo? Então é até um desperdício do dinheiro público, porque se você for analisar em relação ao custo benefício, você tá gastando muito várias vezes, ao invés de remunerar melhor e segurar a pessoa por mais tempo” (DG8 – G1)

APÊNDICE H23

“[...] Inclusive queria falar sobre aquela matriz de preenchimento de valores sabe pros núcleos, ela é burra, com o perdão da palavra né, ela não nos cabe aquela matriz pra região norte não. Vou te dar um exemplo de material esportivo que é de 3.300,00. E não dá nunca pra gente aqui, esse valor deveria ser muito maior. Eu acho que deveria ser 3 tabelas pelo menos, uma pro sul, região central e norte. Nós já batemos muito nas conferências com o ME sobre o custo e a temporalidade amazônica, nós já cansamos de falar isso com eles. A nossa temporalidade ela é outra, a gente anda por rios, barco.... Se eu quiser levar algo lá no meio da floresta por exemplo, eu tenho que esperar o verão pra poder passar pela estrada né, aí deixo o que eu quero numa cidade de apoio e só quando começa a chover é que eles levam de barco o material pra cidade”. (DG6 – G1)

APÊNDICES I – Apêndices do Artigo 3

APÊNDICE I1

“[...] Então, teria que ser. Se for uma coisa bem elaborada, eu não vejo necessidade da gente participar. O que eles tem que passar pra gente é confiança, porque se começa aluno participar também, não acho legal. Vai tumultuar muito e não vai gerar nada, eu sou mais pra esse lado do profissional bem preparado”. (Id3)

APÊNDICE I2

Tabela I2. Sugestões dos idosos sobre melhorias do VS e respectivo número de ocorrências.

Sugestões de melhorias do programa	Número de ocorrências
Ampliação da quantidade e manutenção de materiais apropriados durante todo o programa (colchonetes, pesos, bastões/materiais de consumo de artesanato)	10
Capacitação de profissionais/Melhoria do perfil dos agentes para atuação com idosos	3
Maior participação de idosos no programa (para não atrapalhar o andamento das atividades aprendidas)	3
Proporcionar condições de passeios aos idosos, com descontos e preços acessíveis	3
Proporcionar mais protagonismo ao idoso (presença da opinião dos idosos no programa/ não admitir o idoso com mero beneficiário)	2
Ampliação das opções de atividades (propostas diferenciadas, mais animadas)	2
Ampliação da frequência de atividades	2
Ampliação do período de convênio (2 anos)	2
Melhoria de aspectos estruturais (limpeza do local, inserção de bebedouro)	2
Organização dos agentes/coordenadores (atrasos, programação de atividades com antecedência)	2
Maior interação entre governantes, executores do programa e idosos	1
Aceite das sugestões dadas pelos idosos	1
Inserção de Nutricionista no programa (instruções de alimentação)	1
Diminuição do tempo total de atividade (2h pra 1h30)	1
Não tem sugestões	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

ANEXO A – Lista detalhada de convênios do Programa Vida Saudável (em desenvolvimento/vigentes, rescindidos e encerrados entre os anos de 2014 e 2018) fornecida pelo ME.

Programa Vida Saudável - Convênios Vigentes	
Município	UF
Prefeitura Municipal de Contagem	MG
Prefeitura Municipal de Barra Mansa	RJ
Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista	SP
Prefeitura Municipal de São Gonçalo	RJ
Prefeitura Municipal de Angical	PI
Prefeitura Municipal de Ivoti	RS
Prefeitura Municipal de Monsenhor Hipólito	PI
Prefeitura Municipal de Aracaju	SE
Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra	SP
Prefeitura Municipal de Palmas	TO
Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro	PI
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ	RJ
Prefeitura Municipal do Rio Branco/AC	AC
Total: 13	
Programa Vida Saudável - Parcerias Canceladas/Rescindidas	
Município	UF
Prefeitura Municipal de Regeneração	PI
Prefeitura Municipal de Olinda	PE
Prefeitura Municipal de Natal	RN
Prefeitura Municipal de Piripiri	PI
Prefeitura Municipal de Diadema	SP
Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão	MA
Governo do Estado do Paraná - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO - SEET	PR
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora de Nazaré	PI
Prefeitura Municipal de Picos	PI
Prefeitura Municipal de Garça	SP
Prefeitura Municipal de Pedreira	SP
Prefeitura Municipal de Itabuna	BA

Total: 12	
Programa Vida Saudável - Convênios Encerrados (terminada a vigência)	
Município	UF
Universidade Federal de Pernambuco	PE
Universidade Federal do Mato Grosso	MT
Universidade Federal de Juiz de Fora	MG
Prefeitura Municipal de São João da Canabrava	PI
Prefeitura Municipal de São Felix do Piauí	PI
Prefeitura Municipal de Valença do Piauí	PI
Prefeitura Municipal de Santa Cruz dos Milagres	PI
Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil	PI
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	SP
Instituto Federal de Educação Ciência E Tecnologia Do Sul de Minas Gerais- MUZAMBINHO (LEGADO)	MG
Prefeitura Municipal de Betânia do Piauí	PI
Prefeitura Municipal de São José do Divino	PI
Prefeitura Municipal de Jataí	GO
Prefeitura Municipal de Dirce Reis	SP
Prefeitura Municipal de Água Branca	PI
Prefeitura Municipal de São João da Varjota	PI
Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves	PI
Prefeitura Municipal de Wall Ferraz	PI
Prefeitura Municipal de Inhumas	PI
Prefeitura Municipal de Sidrolândia	MS
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora dos Remédios	PI
Prefeitura Municipal de Estrela	RS
Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio	PI
Prefeitura Municipal de Rio Grande	RS
Prefeitura Municipal de Matões	MA
Prefeitura Municipal de Esperantina	PI
Prefeitura Municipal de Balsa Nova	PR
Prefeitura Municipal de Itatira	CE
Prefeitura Municipal de Pio IX	PI
Prefeitura Municipal de Bocaína	PI

Prefeitura Municipal de Cachoeirinha	RS
Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes	PE
Prefeitura Municipal de Carmo	RJ
Total: 33	

ANEXO B – Comprovante de aprovação do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: O PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NA VISÃO DE COORDENADORES E PARTICIPANTES

Pesquisador: Nara Heloisa Rodrigues

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 55183916.0.0000.5465

Instituição Proponente: Instituto de Biotecnologia de Rio Claro/ Universidade Estadual Paulista -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.812.696

Apresentação do Projeto:

Trata de um projeto de pesquisa desenvolvido pela aluna de mestrado Nara Heloisa Rodrigues, sob orientação da Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz, junto ao PPG em Ciências da Motricidade, do Instituto de Biotecnologia, UNESP, Campus de Rio Claro. O estudo trata da inserção do idoso nos programas e ações do Ministério do Esporte a partir de uma visão dos coordenadores e dos participantes.

A presente proposta solicita emenda da proposta aprovada anteriormente, nos seguintes itens, por decorrência de sugestão da banca de qualificação:

- alteração do título;
- focar apenas no Programa Vida Saudável
- alteração em algumas questões das entrevistas

Objetivo da Pesquisa:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivos investigar as dificuldades e as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa Vida Saudável ofertado pelo Ministério do Esporte, específico ao público idoso e analisar a visão de coordenadores/gestores deste programa e de idosos participantes, com relação à satisfação, representação e benefícios sociais.

Endereço: Av.24-A n.º 1515
Bairro: Bela Vista **CEP:** 13.506-900
UF: SP **Município:** RIO CLARO
Telefone: (19)3526-9678 **Fax:** (19)3534-0009 **E-mail:** cepib@rc.unesp.br

UNESP - INSTITUTO DE
BIOCIÊNCIAS DE RIO CLARO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL



Continuação do Parecer: 2.812.696

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos implícitos na pesquisa são mínimos e poderão ser de natureza emocional, devido à possível ansiedade relativa às respostas componentes da entrevista, entretanto, a pesquisadora responsável prestará todos os esclarecimentos necessários para amenizar qualquer desconforto e assegurar a tranquilidade para a participação, garantindo-se a liberdade de desistência ou interrupção a qualquer momento sem penalização alguma.

A realização do presente estudo pode propiciar informações para o conhecimento e para uma melhor compreensão e avaliação dos programas e ações disponibilizados pelo Ministério do Esporte específicos ao público idoso, enriquecendo a área com novas possibilidades de reflexões.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo será realizado em três etapas. A primeira será constituída de busca no site do Ministério do Esporte obtendo informação sobre os programas oferecidos. segunda etapa da pesquisa exploratória, contará com entrevista semiestruturada feita com os 13 coordenadores, presidentes ou responsáveis de ambos os sexos, dos programas e ações ofertados pelo Ministério do Esporte. As entrevistas (APÊNDICE 1) serão realizadas pelo pesquisador responsável, individualmente, com cada participante que aceitar compor a amostra do estudo, por meio do TCLE. A terceira etapa consiste na busca de dados por meio de entrevistas com participantes dos programas e ações. Semelhantemente a segunda etapa, serão entrevistados 30 idosos (APÊNDICE 2), de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos e com capacidade de audição preservada e capacidade cognitiva suficiente para tomada de decisão, que participam efetivamente de algum destes programas e/ou ações do Ministério do Esporte. Tanto os dados obtidos nas entrevistas da segunda etapa da pesquisa, como na terceira etapa, serão transcritos em um programa de word, para que sejam fielmente interpretados e analisados. Todos os dados coletados, considerando, tanto aqueles analisados no site do Ministério, como também aqueles provenientes das entrevistas realizadas com coordenadores e idosos, serão analisados por meio da Técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Nas IBPs:

- informa os riscos da pesquisa e apresenta ações para minimização destes;
- informa os benefícios da pesquisa de forma adequada;

Endereço: Av.24-A n.º 1515
Bairro: Bela Vista **CEP:** 13.506-900
UF: SP **Município:** RIO CLARO
Telefone: (19)3526-9678 **Fax:** (19)3534-0009 **E-mail:** cepib@rc.unesp.br

UNESP - INSTITUTO DE
BIOCIÊNCIAS DE RIO CLARO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL



Continuação do Parecer: 2.812.696

- descreve os procedimentos de forma apropriada, apresentando o conteúdo das entrevistas;
- apresenta cronograma compatível.

No TCLE

- apresenta no início, o nome e RG do pesquisador e/ou do aluno/pesquisador
- apresenta o título e objetivo do estudo
- Apresenta os riscos e as formas de minimização dos mesmos;
- Os benefícios são apresentados e descritos aos participantes;
- Descreve os procedimentos de forma adequada;
- Apresentada informação sobre endereço e contato do orientador e aluno/pesquisador

Recomendações:

Nenhuma recomendação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que as alterações solicitadas mantém o objetivo do estudo e os principais procedimentos e que as alterações decorreram de proposta dos membros componentes da banca de qualificação, o parecer é favorável pela aprovação das mudanças conforme apontadas na emenda.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto encontra-se APROVADO para execução. Pedimos atenção aos seguintes itens:

- 1) De acordo com a Resolução CNS nº 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatório final.
- 2) Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas, com justificativa, ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada.
- 3) Sobre o TCLE: caso o termo tenha DUAS páginas ou mais, lembramos que no momento da sua assinatura, tanto o participante da pesquisa (ou seu representante legal) quanto o pesquisador responsável deverão RUBRICAR todas as folhas , colocando as assinaturas na última página.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av.24-A n.º 1515		CEP: 13.506-900
Bairro: Bela Vista	Município: RIO CLARO	
UF: SP	Telefone: (19)3526-9678	Fax: (19)3534-0009
		E-mail: cepib@rc.unesp.br

UNESP - INSTITUTO DE
BIOCIÊNCIAS DE RIO CLARO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL



Continuação do Parecer: 2.812.696

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1164726_E1.pdf	18/07/2018 11:45:41		Aceito
Outros	Instrumento_coordenadores_entrevista.docx	18/07/2018 11:36:40	Nara Heloisa Rodrigues	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_coordenadores_CEP.docx	18/07/2018 11:31:54	Nara Heloisa Rodrigues	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Nara_Heloisa_Rodrigues_atualizado.docx	18/07/2018 11:29:56	Nara Heloisa Rodrigues	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada_atualizada.pdf	18/07/2018 10:26:03	Nara Heloisa Rodrigues	Aceito
Outros	Instrumento_idosos_entrevista.docx	16/07/2018 15:12:41	Nara Heloisa Rodrigues	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Idosos_CEP.doc	16/07/2018 15:02:41	Nara Heloisa Rodrigues	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO CLARO, 10 de Agosto de 2018

Assinado por:
Flávio Soares Alves
(Coordenador)

Endereço: Av.24-A n.º 1515

Bairro: Bela Vista

CEP: 13.506-900

UF: SP

Município: RIO CLARO

Telefone: (19)3526-9678

Fax: (19)3534-0009

E-mail: cepib@rc.unesp.br